

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA



1

Porto Alegre

2021

¹ Pintura de Jean-Léon Gérôme intitulada *Pollice Verso*. Esta é uma expressão em latim que significa “com o polegar virado”. Na Roma Antiga, o gesto era usado ao término do combate entre gladiadores, decidindo a sorte do perdedor e, portanto, o desfecho do espetáculo. Gérôme possui vários quadros que representam experiências de lazer próprias do Mundo Antigo. Ele, que faleceu no início do século XX, obteve maior reconhecimento pelo quadro “A Verdade Saindo do Poço”, pintura na qual uma jovem nua, com expressão de espanto (ou de revolta) se levanta do banho e se projeta para fora da banheira em direção ao observador do quadro. Em outras obras, algumas das quais mostradas mais adiante, Gérôme se dedicou a um gênero conhecido como pintura histórica; aquelas obras se destacam pela rica representação de muitas formas de lazer hoje extintas.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

LAZER E PODER: experiências institucionais

Tese apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul como exigência parcial para obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

Orientadora: Pof. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield

Júlio Ruas

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Profa. Dra. Letícia Maria Schabbach

VICE-COORDENADOR DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Prof. Dr. Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

CIP - Catalogação na Publicação

Abreu Filho, Júlio César Ruas
Lazer e poder : experiências institucionais / Júlio
César Ruas Abreu Filho. -- 2021.
189 f.
Orientadora: Cinara Lerrer Rosenfield.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Sociologia do lazer. I. Rosenfield, Cinara
Lerrer, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ATA AUTENTICADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
SOCIOLOGIA - Doutorado
Ata de defesa de Tese

Aluno: Julio Cesar Ruas Abreu Filho, com ingresso em 01/03/2016

Título: Lazer e Poder

Data: 23/04/2021

Horário: 14:00

Local: IFCH

Banca Examinadora	Avaliação	Origem
Edson Silva de Farias	Aprovado	UnB
Fernando Coutinho Cotanda	Aprovado	UFRGS
Renarde Freire Nobre	Aprovado	UFMG

Avaliação Geral da Banca: Aprovado

Data da homologação:

Porto Alegre, 02 de junho de 2021

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Av. Bento Gonçalves, 9500 Prédio 43322 - 205D - Bairro Agronomia - Telefone 33088220
Porto Alegre - RS

Documento gerado sob autenticação nº ONL.237.461.SR3
Pode ser autenticado, na Internet, pela URL <http://www.ufrgs.br/autenticacao>,
tendo validade sem carimbo e assinatura.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão às seguintes pessoas, que com seus bons conselhos e advertências compensaram minha falta de experiência e teimosia: primeiramente, quero agradecer a meus pais e ao meu irmão por todo o suporte material e afetivo que sempre me deram. Quero agradecer também à professora Cinara Rosenfield pela orientação atenciosa e compreensiva do projeto e do processo de pesquisa. Gostaria de prestar agradecimentos ao professor Diogo Sardinha por me receber na Universidade Paris 8 e por ter aceitado ser o tutor das minhas pesquisas na França. Quero agradecer ainda ao professor Renarde Nobre da Universidade Federal de Minas Gerais pelas longas conversas sobre a execução da pesquisa. Por fim, gostaria de agradecer ao prof. Gilmar Tondin, servidor da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação da cidade de Porto Alegre, por fornecer dados importantes sobre a história e sobre o estado atual dessa instituição.

Pequena é a parte da vida que vivemos².

Virgílio

O lazer é o pai de todos os vícios e é a coroação de todas as virtudes.

Franz Kafka.

Todos os homens se dividem, em todos os tempos e também hoje, em escravos e livres; pois aquele que não tem dois terços do dia para si é escravo, não importa o que seja: estadista, comerciante, funcionário ou erudito.

Friedrich Nietzsche, *Humano Demasiado Humano*.

*Was she told when she was young that pain would lead to pleasure?
Did she understand it when they said that a man must break his back to earn his day of
leisure?
Will she still believe it when he's dead?*

John Lennon & Paul McCartney

² Esta frase encontra-se na obra *Sobre a Brevidade da Vida* de Lúcio Anneo Sêneca. O filósofo, no entanto, não deixa claro qual é o poeta a quem ele está se referindo, apenas afirma ser “o maior dos poetas”. Em algumas fontes, encontra-se Virgílio.

RESUMO

O presente trabalho faz uma análise do lazer como fato social, a partir de sua compreensão como um fenômeno historicamente mutável e socialmente determinado. A tese utiliza conceitos da filosofia e da sociologia, além de informações históricas e dados sobre as experiências de instituições de lazer atuais, para mostrar como “dispositivos de lazer” foram postos em prática em função de determinadas condições políticas, econômicas e sociais. Desta forma, foi mostrado o processo de formação dos dispositivos modernos de lazer, ressaltando os aspectos culturais envolvidos na elaboração de algumas concepções e práticas ligadas a esse fenômeno, bem como destacando a história de instituições sociais encarregadas de disponibilizar lazeres. Este é um estudo sobre a genealogia do lazer enquanto um elemento das relações de poder da sociedade. Inicialmente, se fez a análise de algumas experiências relativas ao lazer em sociedades do passado para traçar uma diferenciação entre as concepções de “lazer” e de “ócio”. Em seguida, se propôs a utilização do conceito de *dispositivo* para se fazer a investigação do desenvolvimento de instituições modernas interessadas em realizar a normatização do tempo de não trabalho dos sujeitos e que estiveram diretamente envolvidas com a disponibilização de programas e espaços de lazer. Foi observado o desenvolvimento de duas das mais longevas instituições de lazer do Brasil para mostrar as semelhanças e as diferenças entre a sua gênese e os seus desdobramentos. Finalmente, o trabalho voltou-se para a análise da formação da sociologia brasileira do lazer, destacando suas bases teóricas e metodológicas. A pesquisa mostrou que o surgimento de instituições dedicadas à organização do lazer é contemporâneo à construção de um saber científico sobre esse fato social. De modo que, o desenvolvimento de um saber sobre o lazer esteve intimamente relacionado com o processo de institucionalização desse fenômeno e com sua transformação em um dispositivo de poder.

Palavras-chave: Lazer, ócio, poder.

ABSTRACT

The present work thinks the social fact of leisure, understanding it as a historically changeable and socially determined phenomenon. The thesis takes hand of concepts from philosophy and sociology, in addition to historical information and data on the experiences of current leisure institutions, to show how “leisure devices” were put into practice due to certain political, economical and social conditions. In this way, the formation process of modern leisure devices was revealed, highlighting the cultural aspects involved in the elaboration of some conceptions and practices related to this phenomenon, as well as emphasising the history of social institutions in charge of providing leisure activities. This is a study on the genealogy of leisure as an element of the power relations of society. Initially, some experiences related to leisure in societies of the past were described in order to draw a differentiation between the concepts of "leisure" and "idleness". Then, it was proposed to use the concept of a *device* to investigate the development of modern institutions interested in standardizing the subjects' non-working time and who were directly involved with the provision of leisure programs and spaces. It was observed the development of two of the longest-running leisure institutions in Brazil to show the similarities and differences between their genesis and their developments. Finally, the work turned to the analysis of the formation of Brazilian leisure sociology, highlighting its theoretical and methodological bases. The research has shown that the emergence of institutions dedicated to the organization of leisure is contemporary to the construction of scientific knowledge about this social fact. So, the development of knowledge about leisure was closely related to the institutionalization process of this phenomenon and its transformation into a power device.

Keywords: leisure, leisure, power.

RÉSUMÉ

Le présent travail analyse le fait social du loisir, le comprenant comme un phénomène historiquement changeant et socialement déterminé. La thèse utilise des concepts de philosophie et de sociologie, en plus d'informations historiques et de données sur les expériences des institutions de loisirs actuelles, pour montrer comment les «dispositifs de loisirs» ont été mis en pratique en raison de certaines conditions politiques, économiques et sociales. De cette manière, le processus de formation des dispositifs de loisirs modernes a été montré, mettant en évidence les aspects culturels impliqués dans l'élaboration de certaines conceptions et pratiques liées à ce phénomène, ainsi que l'histoire des institutions sociales chargées de fournir des activités de loisirs. Il s'agit d'une étude sur la généalogie des loisirs en tant qu'élément des rapports de pouvoir de la société. Dans un premier moment, certaines expériences liées aux loisirs dans les sociétés du passé ont été analysées afin de faire une distinction entre les concepts de «loisir» et de «oisiveté». Ensuite, il a été proposé d'utiliser le concept de *dispositif* pour enquêter sur le développement d'institutions modernes intéressées par la standardisation du temps libre des sujets et directement impliquées dans la fourniture de programmes et d'espaces de loisirs. On a observé le développement de deux des plus anciennes institutions de loisirs au Brésil pour montrer les similitudes et les différences entre leur genèse et leurs développements. Enfin, les travaux se sont tournés vers l'analyse de la formation de la sociologie brésilienne des loisirs, mettant en évidence ses bases théoriques et méthodologiques. Des recherches ont montré que l'émergence d'institutions dédiées à l'organisation des loisirs est contemporaine de la construction de connaissances scientifiques sur ce fait social. Ainsi, le développement des connaissances sur les loisirs était étroitement lié au processus d'institutionnalisation de ce phénomène et à sa transformation en dispositif de pouvoir.

Mots-clés: loisirs, oisiveté, pouvoir.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Gérome, J-L. <i>Police Verso</i>	Capa
2. Academia de Platão - mosaico construído em Pompeia entre 100A.C. e 100D.C	33
3. Discóbolo - estátua realizada por Míron de Eléuteras por volta de 450A.C.	33
4. Pinturas da Grécia Antiga - autor desconhecido	33
5. Gérome, J-L. <i>La Dernière Prière de Martyrs Chrétiens</i>	41
6. Saathaffi, L. V. <i>The Chariot Race</i>	41
7. Pinturas medievais encontradas no <i>Tractatus de Ludo Scacorum</i>	46
8. Manet, E. <i>Un Bar aux Folies-Bergère</i>	78
9. Cézanne, P. <i>Les Joueurs de Cartes</i>	78
10. Renoir, A. <i>Le Déjeuner des Canotiers</i>	78
11. Manet, E. <i>Boating</i>	78

LISTA DE SIGLAS

1. **ACM** **Associação de Cristãos Moços.**
2. **CELAR** **Centro de Estudos de Lazer e Recreação**
3. **DCNTs** **Doenças Crônicas Não Transmissíveis.**
4. **SME-POA** **Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre.**
5. **SOGIPA** **Sociedade de Ginástica Porto Alegre.**
6. **SRP** **Serviço de Recreação Pública.**
7. **SUS** **Sistema Único de Saúde.**
8. **UFMG** **Universidade Federal de Minas Gerais.**
9. **UFRGS** **Universidade Federal do Rio Grande do Sul.**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
Tema de Pesquisa	14
Apontamento Teóricos/Conceituais	17
Apontamentos Metodológicos	24
CAPÍTULO 1 - LAZER E PODER: relações e transformações históricas	31
1.1 Lazer e Ócio: Antiguidade	31
1.2. Lazer e Ócio: Idade Média	42
1.3. Lazer e Ócio: Renascimento	48
CAPÍTULO 2 - A EMERGÊNCIA DAS TECNOLOGIAS MODERNAS DE LAZER	56
2.1. Trabalho e Lazer na Modernidade	56
2.2. A Experiência Moderna do Lazer	68
2.3. A Ética do Lazer e o Espírito do Trabalho	79
CAPÍTULO 3 - OS DISPOSITIVOS DE LAZER	88
3.1. A Disponibilização do Lazer	88
3.2. A Civilização do Lazer	98
3.3. A Urbanização do Lazer	112
CAPÍTULO 4 - LAZER E GOVERNO	119
4.1. As Instituições de Lazer	119
4.2. Lazer e Bem-Estar Social	126
4.3. Lazer e Biopoder	130
CAPÍTULO 5 - GENEALOGIA DE ALGUNS DISPOSITIVOS DE LAZER	140
5.1. A Proveniência do Lazer dos Brasileiros	140
5.2. A Institucionalização do Lazer no Brasil	146
5.3. O Lazer e a República	153
CAPÍTULO 6 - ARQUEOLOGIA DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA DO LAZER	164
6.1. A Vontade de Saber Sobre o Lazer: a sociologia clássica do lazer	164
6.2. A Sociologia do Lazer Contemporânea e sua Projeção no Brasil	173
6.3. Marx e Dumazedier	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS	190

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

199

ANEXO

205

INTRODUÇÃO

Tema de Pesquisa

O presente trabalho se insere no campo da sociologia do lazer. Aqui se mostra o lazer enquanto um dispositivo de poder capaz de operar como um instrumento de intervenção sobre a sociedade. Intitulada *Lazer e Poder*, a tese se desenvolve em torno de algumas questões centrais: de onde vem o interesse de promover sistematicamente atividades e estruturas de lazer? Como se deu o desenvolvimento de dispositivos e de discursos em torno da apregoada utilização correta do tempo livre? Por que, principalmente a partir do final do século XIX, se multiplicaram os programas, as políticas e os produtos de lazer?

A relação entre lazer e poder sugerida pelo título corresponde ao processo de regulação e de normatização do tempo livre do trabalho profissional por meio da disponibilização de espaços e programas de lazer socialmente desejáveis. Para analisar a relação entre lazer e poder, este trabalho faz um estudo do lazer considerando algumas instituições sociais, tanto a nível do poder público quanto no plano da sociedade civil, que executam programas recreativos e administram espaços de lazer. A pesquisa mostra como certas instituições de lazer buscaram assumir o papel de instrumentos favoráveis à manutenção da ordem social. Nós veremos que, historicamente, a dinâmica entre lazer e poder se altera de acordo com diferentes contextos institucionais e segundo variados mecanismos de controle social e individual³.

Tal como a sociedade se modifica com o passar dos anos, a função social do lazer se transforma de acordo com diferentes interesses políticos, econômicos e culturais. Levando em consideração as transformações sofridas pelo lazer ao longo do tempo, este texto se organiza à

³ É importante estabelecer uma correlação e uma distinção entre as concepções de indivíduo e de sujeito. Nesta tese, a concepção de indivíduo, diferentemente da concepção iluminista de cidadão, não corresponde à ideia de uma unidade elementar, de uma identidade única, de um ser indivisível e inerte ou a uma espécie de átomo impartível. De forma análoga, a concepção de sujeito aqui utilizada não se refere a algo auto-constituído, absolutamente livre, a-histórico ou transcendental. O sujeito é aqui entendido como algo historicamente construído, dependente de práticas de poder, estruturas econômicas, formas de conhecimento, recursos tecnológicos, etc. Nesse sentido, a ideia de subjetivação está relacionada ao processo de construção dos sujeitos, isto é, de produção de subjetividades. Em contrapartida, a ideia de assujeitamento corresponde ao processo de anulação das subjetividades. Tanto a ideia de sujeito quanto a de indivíduo estão implicadas em relações de poder. Contudo, o indivíduo, que é construído pelo poder disciplinar, é fruto de uma disciplina que busca isolar, repartir e enquadrar. A individualização implica necessariamente uma dessubjetivação. Parafraseando Michel Foucault, o que parece característico do modelo de controle disciplinar é o fato de que ele é exercido sobre cada indivíduo: um controle que nos fabrica, impondo-nos uma individualidade, uma identidade. A apreciação das subjetividades, diferentemente, coloca o desafio de perceber que, “ao longo de sua história, os homens nunca deixaram de se constituir, isto é, de deslocar continuamente sua subjetividade, de se constituir numa série infinita e múltipla de subjetividades diferentes, as quais nunca terão fim e nunca nos colocarão diante de algo que seria o homem” (Foucault, 2004:234).

maneira de uma breve história social do tempo livre. Desse modo, a abordagem faz um panorama do desenvolvimento do lazer durante um longo período histórico. É preciso ressaltar, no entanto, que a perspectiva de longa duração aqui adotada não corresponde, de modo algum, a uma visão evolucionista determinista. Diferentemente, ela se vincula a um tipo de análise que ficou conhecida como genealogia.

Após uma breve análise histórica e uma necessária diferenciação entre os conceitos de lazer e de ócio, o trabalho volta-se para o estudo do surgimento de instituições e dispositivos modernos de lazer. A partir de então, o empreendimento de pesquisa concerne uma análise sociológica das relações entre lazer e poder tomando como exemplos algumas instituições sociais modernas que operam programas e espaços de lazer. Quais concepções a respeito do lazer motivaram a implementação de políticas e programas de lazer no contexto moderno e contemporâneo? Como as instituições de lazer modernas orientaram e justificaram suas atividades?

De maneira introdutória, pode se afirmar o seguinte: do final do século XIX até o início do século XXI, a grande luta das instituições de lazer nas sociedades industrializadas esteve voltada contra hábitos sociais considerados nocivos aos indivíduos e custosos à sociedade. A vagabundagem, a ociosidade, o sedentarismo, o alcoolismo e o consumo de drogas recreativas, de uma maneira geral, são alvo de políticas restritivas e proibitivas em quase todos os países de mundo. Em contrapartida, programas de lazer mais saudáveis e econômicos são incentivados tendo como justificativa a necessidade de eliminar vícios sociais e maus hábitos individuais. Nós veremos que o lazer é mais do que simplesmente um produto do sistema industrial destinado ao consumo improdutivo - e mais do que um instrumento de alienação/distração dos trabalhadores - ele se constitui, sobretudo a partir do final do século XIX e, com mais intensidade, após as duas Guerras Mundiais, como um dispositivo *disciplinar* e *biopolítico* cuja função estratégica de *governamentalidade* é a organização do uso do tempo livre dos sujeitos.

A presente tese estabelece uma articulação entre a teoria social e achados empíricos obtidos com a análise de instituições de lazer concretas e historicamente delimitadas. Com base em experiências institucionais atuais, em dados históricos secundários e em entrevistas, a tese se debruça sobre duas das primeiras instituições de lazer do Brasil, a Secretaria Municipal de Esporte, Recreação e Lazer da cidade de Porto Alegre (SME-POA) e a Sociedade de

Ginástica Porto Alegre (SOGIPA). Como essas instituições de lazer manipularam esse fenômeno social no último século?

Para além dessa análise institucional, este trabalho pretende mostrar como o lazer se apresenta como tema de debate para sociologia brasileira nas últimas décadas. Com este propósito, se buscará traçar a arqueologia das linhas de abordagem e das emergentes problemáticas sobre o lazer no pensamento social brasileiro. Será visto que, no século XX, o lazer ganhou relevância como objeto de pesquisa para a sociologia. De modo que, a chamada sociologia do lazer, hoje reconhecida como um campo especializado do saber sociológico, possui estreita relação com outras duas áreas de nossa disciplina, sendo elas: a sociologia do trabalho e a sociologia da cultura. Por fim, se indicará que é possível distinguir duas vertentes de pensamento sociológico sobre o lazer que se tornaram dominantes no Brasil. A primeira está associada ao pensamento do sociólogo francês Joffre Dumazedier e ficou conhecida como “sociologia funcionalista do lazer”. A segunda vertente de análise está profundamente ligada à sociologia do trabalho e corresponde aos referenciais teóricos-metodológicos da sociologia marxista. Nesta tese é proposta uma terceira via de abordagem do lazer, como veremos a seguir.

Apontamento Teóricos/Conceituais

Nos últimos anos, para além das linhas de pensamento que oscilam entre Marx e Dumazedier, uma nova via de reflexão sobre o lazer, e sobre o seu papel na cultura moderna, se abriu para a sociologia. O novo referencial teórico apresentado à sociologia do lazer atual se aproxima da perspectiva genealógica e arqueológica. Esta abordagem mais recente sobre o lazer propõe a utilização do instrumental filosófico criado por Michel Foucault para produzir um conhecimento novo sobre este fenómeno social, capaz de o compreender como um elemento das relações de poder no interior das sociedades modernas.

Foucault quis saber como dispositivos institucionais, sociais e culturais são capazes de orientar e de coagir os sujeitos. Ele percebeu que os sujeitos modernos são influenciados por múltiplas linhas de força, bem como por micro e por macro relações de poder. Foucault questionou como o capitalismo, os Estados nacionais e outras instituições sociais menores afetam a conduta dos sujeitos na modernidade. Em síntese: ele quis compreender como mecanismos sociais de controle são internalizados pelos sujeitos e qual o papel das instituições sociais nesse processo.

Foucault não teve tempo de aplicar as ideias de genealogia e de arqueologia para estudar o surgimento do lazer. Mesmo tendo planejado investigar o desenvolvimento do fascismo e a organização do lazer na Itália, ele, infelizmente, não pôde aplicar os conceitos de “dispositivo”, de “disciplina” e de “biopolítica” ao desenvolvimento do lazer em sociedades modernas⁴.

Esta tese não tem a pretensão de fazer comentários filosóficos ou explicações sistemáticas a respeito do pensamento de Foucault. Na verdade, ela se configura como uma proposta de utilizar o arsenal conceitual do filósofo francês para a produção de uma pesquisa inédita. Não se trata de abrir um campo de análise na filosofia, nem na sociologia ou na história, mas favorecer a interação entre conceitos da filosofia contemporânea e achados da sociologia e da história do lazer.

É interessante notar que, o conceito de poder empregado pelo filósofo, Michel Foucault, se aproxima da concepção de relações de poder utilizada pelo sociólogo Norbert Elias.

⁴ Ver: Foucault, M. *Dits et Écrits I (1954-1975)*. Éditions Gallimard, 2001. (p. 89).

Os dois autores investigaram e analisaram as técnicas modernas de controle dos corpos e do tempo dos indivíduos. Segundo Harmut Rosa,

as investigações de Elias, assim como as de Foucault, sugerem que a moderna ‘sociedade disciplinar’ desenvolve sua força disciplinadora e de coordenação basicamente através do estabelecimento e da internalização de estruturas temporais - e de fato, as principais instituições disciplinares, cadeias, escolas, quartéis, hospitais e fábricas, como hoje inúmeros estudos detalhadamente comprovaram, distinguem-se sobretudo por sua rígida regulação do tempo (Rosa, 2019:15-16).

A “rígida regulação do tempo” e a “internalização de estruturas temporais” mencionadas por Harmut Rosa dependem de condições sociais e de sistemas de poder específicos. Elias possuía especial interesse pela compreensão das relações de poder ligadas a seus temas de estudo. De acordo Eric Dunning, autor inglês que colaborou diretamente com o sociólogo alemão,

Elias desenvolveu um conceito fundamental de relações de poder que se afasta da tendência constante de o reificar, de o tratar como uma ‘coisa’ que alguns possuem num sentido absoluto e de que outros se encontram completamente destituídos. Aliás, o seu conceito baseia-se no firme reconhecimento do caráter polimorfo e multifacetado do poder e, como tal, pode servir de corrector da orientação habitual de o reduzir a uma ou a outra concepção unidimensional, por exemplo, a perspectiva marxista que o reduz à propriedade e ao controlo dos meios de produção (Dunning, 1992:26).

Foucault, tal como Elias, criticava as concepções de poder que tendiam a considerar esse fenômeno como algo estático e unificado, concentrado em alguma instância específica da sociedade. O filósofo francês também discordava da perspectiva marxista mais ortodoxa sobre o poder segundo a qual as estruturas de poder da sociedade seriam pré-determinadas preponderantemente por fatores econômicos. Nota-se, assim, que os dois autores defenderam uma concepção relacional e multidimensional do poder.

Para Foucault, o poder não é uma substância, nem é algo que se possa segurar ou transferir. A genealogia do poder (proposta por Foucault) e o conceito de “relações de poder” (desenvolvido por Elias) recusam a ideia de que o poder seria uma coisa inerte. Diferentemente, segundo os dois pensadores, o poder é sempre um tipo de relação que pressupõe a existência de múltiplas partes envolvidas em uma dinâmica nada simples.

Elias e Foucault investigaram as relações de poder que foram estabelecidas com o surgimento das instituições modernas. Eles questionaram como o desenvolvimento do capitalismo, dos Estados nacionais modernos e das instituições que lhes são próprias (tais como as fábricas, as escolas, as prisões, os hospitais, os tribunais etc.) afetou a conduta dos sujeitos que estavam submetidos a essas organizações. Elias ressaltou, por exemplo, o papel do Estado

no monopólio legítimo sobre o uso da violência física. Foucault, por sua vez, chamou atenção para processos institucionais de disciplinamento dos corpos e para as técnicas de vigilância e de controle dos gestos, das emoções e das condutas dos indivíduos.

O poder, na perspectiva de Elias, “é uma característica de *todas* as relações humanas” (Elias Apud Dunning, 1992:26). Disso se pode deduzir que, o lazer - enquanto um fenômeno social - não pode escapar às relações de poder próprias ao contexto histórico do qual ele faz parte. A meu ver, umas das dimensões da relação entre lazer e poder diz respeito ao processo de institucionalização de certas práticas e princípios de lazer, como veremos.

Foucault utilizou os conceitos de “governamentalidade” e de “biopolítica” para fazer aquilo que ele chamou de “análise do poder”. A intenção do autor era compreender como se desenvolveram os grandes sistemas de poder do ocidente, mais especificamente, ele pretendeu fazer a análise das formas de exercício do poder partindo de um estudo sobre a história não somente das noções filosóficas a respeito do governo e do Estado, mas também dos procedimentos objetivos postos em prática para assegurar, nas sociedades ocidentais, o controle dos homens.

Na teoria foucaultiana, o conceito de “governamentalidade” é empregado para marcar uma distinção entre o *Estado de governo* moderno e as formas de exercício do poder operadas nos séculos anteriores. Segundo o autor,

Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros - soberania e disciplina - e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. (Foucault, 2008b: 143)

Um dos trabalhos de Foucault foi investigar o nascimento das novas técnicas de exercício do poder que, associadas a estruturas políticas e a saberes específicos, emergiram com o fim do feudalismo. A “análise do poder” feita por ele nos permite ver a maneira através da qual a conduta de um conjunto de sujeitos se encontra implicada numa forma específica de compreensão e de exercício do poder.

Segundo Foucault, é dos séculos XVII, XVIII e XIX que data a criação de uma série de dispositivos que buscavam assegurar não somente o assujeitamento dos corpos, mas tam-

bém o aumento constante de sua utilidade econômica. Uma das principais funções daquilo que Foucault denomina de “dispositivos de segurança” era garantir que os sujeitos estivessem sempre ocupados, ou seja, era combater a ociosidade e a vagabundagem para manter a população economicamente ativa o máximo possível. O que caracteriza os dispositivos de segurança implantados pela “governamentalidade” moderna é o interesse pelo controle constante e minucioso das atividades e do tempo dos homens.

Outra função importante dos dispositivos de segurança, de acordo como Foucault, era o controle do espaço e da circulação urbana. Nós veremos que o surgimento dos primeiros dispositivos de lazer na modernidade esteve intimamente vinculado à questões relativas ao desenvolvimento urbanístico. Simultaneamente à elaboração dos dispositivos de segurança, que visavam fazer com que os homens trabalhassem e circulassem pela cidade de maneira controlada, se observa o surgimento dos primeiros dispositivos de lazer por meio dos quais as atividades recreativas dos habitantes da cidade eram orientadas e monitoradas. Sendo assim, pode-se pensar que, além de buscar evitar a ociosidade, a inércia e a miséria da população, os dispositivos de segurança elaborados pelos sistemas de poder das sociedades ocidentais modernas começaram a se ocupar também do controle das atividades dos sujeitos durante o tempo livre e o lazer.

No último ano de sua vida, em 1984, Foucault pretendeu trabalhar com um grupo de estudantes da Universidade de Berkeley, na Califórnia. Os organizadores do livro *Dits et Écrits 1954-1975* - François Ewald, Jacques Lagrange e Daniel Defert - registraram que, em Março daquele ano,

Le groupe d'étudiants avec lequel Foucault a l'intention de travailler à Berkeley sur les transformations de la gouvernementalité dans les années trente lui envoie un projet rédigé par Keith Gandall, David Horn et Stephen Kotkin, qui proposent d'étudier comment les sociétés occidentales ont reconstruit, après la Première Guerre mondiale, un programme de vie sociale, une nouvelle planification économique et des nouvelles organisations politiques. Ils annoncent cinq études sur le progressisme aux États-Unis; le fascisme et l'organisation de loisirs en Italie; l'État-providence en France et l'expérimentation urbaine dans les colonies; la construction du socialisme en U.R.S.S.; l'architecture du Bauhaus et la république de Weimar. (Defert, apud Foucault, 2001:88-89).

Foucault não teve oportunidade de concluir os projetos propostos pelos estudantes de Berkeley. O presente trabalho busca mostrar como o lazer aparece como parte do programa de *governamentalidade* que se desenvolveu no ocidente, sobretudo durante o século XX, tomando como exemplos algumas experiências históricas concretas de instituições brasileiras de lazer.

Aproximadamente na mesma época em que os alunos de Foucault pretendiam estudar o lazer como dispositivo de *governamentalidade* na Itália de Mussolini, o sociólogo francês Joffre Dumazedier, destacava as condições de emergência do lazer moderno na França. Nós veremos que, o lazer, utilizado como um programa de Estado para o uso controlado do tempo livre das massas urbanas, esteve ligado a interesses políticos de diferentes tipos de regimes de poder, ao longo de vários períodos da história. Além disso, será mostrado que, o lazer - compreendido como um instrumento de educação popular - fez parte do arsenal de praticamente todos os governos modernos, tanto capitalistas e quanto socialistas⁵. Durante o regime nazifascista na Alemanha também houve a associação entre o lazer e as iniciativas de educação física e moral da população. Ademais, será indicado que, nos regimes totalitários havia a preocupação em utilizar esse poderoso fenômeno social, o lazer, como um ostensivo dispositivo de doutrinação política e ideológica. Distintamente, nas sociedades mais liberais e democráticas nota-se a tendência de utilizar o lazer como meio de combate à delinquência juvenil, à ociosidade, à miséria, à ignorância, ao consumo de narcóticos e às Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) decorrentes do sedentarismo.

As políticas e os programas de lazer visam agir sobre os indivíduos, em particular, e, por consequência, sobre a sociedade, em geral. Nós veremos como o lazer foi transformado em um dispositivo *disciplinar e biopolítico* de controle do tempo e dos corpos dos sujeitos, e como tal dispositivo depende de uma série de instituições concretas que lhe dão efetividade. O dispositivo lazer ganha concretude na vida social ao ser implantado e agenciado por instituições específicas, não obstante bem diversas. Uma série de estabelecimentos modernos - como parques de diversão, zoológicos, *shopping centers*, clubes esportivos, ligas operárias e patronais, secretarias municipais, estaduais e até ministérios - se voltaram para a organização do lazer das massas emergentes nos séculos XIX e XX.

O processo de desenvolvimento sócio-histórico de instituições de lazer evidencia uma questão ética fundamental, que diz respeito ao modo como as pessoas querem ou devem despendar seu tempo disponível. Além disso, o lazer planejado pelas instituições modernas surge como uma solução para problemas sociais, tais como o desperdício de tempo, a vagabundagem, o sedentarismo, a preguiça... A sofisticação das técnicas de controle do tem-

⁵ Ver: Dumazedier, J. "Sociedade Soviética. Evolução do lazer 1924-1967" In. *Sociologia Empírica do Lazer* (2008).

po disponível pode ser observada na proliferação de inúmeras ações institucionais voltadas para promoção de atividades de lazer nas quais o tempo é precisamente controlado e disciplinado. Nós veremos também que, o lazer será empregado como arma contra a violência, principalmente juvenil. De modo semelhante, alguns esportes serão largamente oferecidos com o intuito de favorecer o progresso social e urbano. Eles serão utilizados como meios de governar a conduta dos sujeitos mobilizando seus interesses, suas motivações individuais e seus valores.

Os mecanismos de autocontrole e de disciplina suscitados durante certas atividades de lazer podem surtir efeito sobre vários setores da vida do indivíduo, tais como a esfera familiar e o trabalho profissional, por exemplo. Os diferentes meios pelos quais o indivíduo transita na cidade e na sociedade modernas se influenciam mutuamente, porém eles também exigem comportamentos padronizados de acordo com as normas específicas para cada um deles. O trabalhador deve estar preparado para circular e interagir de forma controlada e pacífica em diferentes tempos e espaços da vida social, como a fábrica, o escritório, o bar e o lar.

A racionalização dos processos econômicos, burocráticos, políticos, jurídicos, acadêmicos, científicos etc. determinou a constituição de instituições cada vez mais especializadas, inclusive, na organização do tempo livre. Empresas privadas, secretarias de Estado, organizações civis, instituições filantrópicas e de ensino se dedicaram à abordagem do problema do lazer de forma pragmática e racional, não obstante profundamente comprometidas com juízos morais e ideológicos. A meu ver, a racionalização e a sofisticação dos controles sociais sobre o tempo e sobre as atitudes individuais não se deu apenas na esfera produtiva, isto é, no chão das fábricas ou nas salas de escritórios. Ela ocorreu também nos espaços e nos momentos de lazer.

Como mencionado, esta pesquisa busca utilizar o instrumental filosófico/conceitual criado por Michel Foucault para produzir uma interpretação particular sobre o lazer. As ideias de governamentalidade, de dispositivo e de biopolítica serão mobilizadas para se analisar a gênese do lazer moderno. Christianne Gomes⁶ apresenta uma disposição semelhante a esta quando assume o seguinte entendimento “como mostra Foucault (1987) na obra *Vigiar e*

⁶ Gomes é professora do curso de Mestrado e Doutorado Interdisciplinar em Estudos do Lazer da Universidade Federal de Minas Gerais, primeira coordenadora do Mestrado em Lazer da mesma universidade, único no Brasil, e subcoordenadora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, o único da América Latina.

Punir, não foi o capitalismo que criou a escola, o hospício ou as prisões, mas se utilizou destes aparatos para colocá-los a seu serviço. Segundo o meu entender, o mesmo se processou com o lazer” (GOMES, 2003: 63). Há muito tempo que a sociologia reconhece a relevância desse autor para compreensão das relações de poder no interior das sociedades modernas e pós-modernas, porém carecia um trabalho que articulasse suas ideias sobre poder com a questão do lazer.

Apontamentos Metodológicos

Os dados utilizados e as referências bibliográficas citadas neste trabalho foram obtidos, em sua maior parte, na Biblioteca da Faculdade de Educação Física e na Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, outra parte foi coletada na *Bibliothèque Nationale de France*, em Paris. Na pesquisa realizada nas bibliotecas brasileiras foram coletadas informações sobre a história das instituições de lazer selecionadas como objeto de estudo empírico, bem como sobre o desenvolvimento de espaços públicos de lazer na cidade de Porto Alegre. Na pesquisa empírica, que se deu por meio de uma entrevista semi-estruturada, se abordou particularidades da história da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de Porto Alegre, bem como se obteve informações sobre a situação atual da instituição. Nos estudos feitos na Biblioteca Nacional da França, foram consultadas literaturas a respeito do pensamento de Michel Foucault, além de textos da sociologia do lazer francesa e canadense.

Para discutir e analisar o desenvolvimento das instituições e dos dispositivos de lazer foi necessário fazer uma pesquisa histórica. Nessa pesquisa foram utilizados como fonte de dados documentos institucionais, publicações comemorativas, teses, artigos científicos e entrevistas. A forma de abordagem histórica aqui adotada corresponde a referências metodológicas do pensamento de Michel Foucault.

O filósofo francês escreveu: “nenhum método deve ser, em si, uma meta. Um método deve ser feito para nos livrarmos dele” (Foucault, 2008b: 160). Um método deve ser feito para nos livrarmos dele porque - além de estar sempre sujeito a erros, ou a acertos provisórios - o próprio conhecimento que ele produz é algo em constante evolução, isto é, em contínua mudança, tanto em relação a seus objetivos quanto a seus procedimentos. Um método serve para fazer algo, e este algo a ser feito nunca cessa de mudar.

Foucault classifica seu método de trabalho investigativo sobre a gênese de algumas formas filosóficas e científicas de conhecimento como sendo uma “arqueologia do saber”. O filósofo francês, em *As Palavras e as Coisas* (2007), estava interessado em compreender certas mudanças ocorridas no interior da cultura filosófica e científica do Ocidente nos últimos quatro séculos. De acordo com o autor, sua investigação arqueológica mostrou duas grandes discontinuidades na episteme da cultura ocidental: “aquela que inaugura a idade clássica (por

volta de meados do século XVII) e aquela, que no início do século XIX, marca o limiar de nossa modernidade” (Foucault, 2007: XIX).

O projeto arqueológico de Foucault estava empenhado em trazer à luz as condições de possibilidade para a emergência de certas formas de conhecimento. Mais precisamente, Foucault estudou as mudanças na cultura e nos sistemas de pensamento do Ocidente que causaram transformações profundas em três áreas do saber, sendo elas: a *gramática geral* que se tornou a *filologia*, a *análise das riquezas* que se tornou a *economia política* e a *história natural* que veio a se transformar na *biologia*.

Para Foucault, a estruturação de determinada área do conhecimento se dá sempre em relação a estruturas sociais de poder e a circunstâncias culturais externas - mas não completamente alheias - a tal área do saber. Isto quer dizer que, para ele, as práticas sociais podem engendrar domínios de saber científico e filosófico, reciprocamente, descobertas científicas e filosóficas também são capazes de suscitar novas práticas sociais. Foucault buscou mostrar, por exemplo, como métodos empregados pela pesquisa científica moderna - sobretudo pela psicanálise - possuem uma estreita relação com as formas de inquérito jurídico e com as técnicas confessionais da Inquisição da Igreja Católica. Assim, para Foucault, esferas distintas da cultura e do conhecimento podem se afetar mutuamente de forma decisiva. Na perspectiva do arqueólogo do saber, a história de determinada ciência, deve ser feita nos termos das condições de possibilidade - sociais, culturais e epistêmicas - que serviram de terreno para o surgimento de tal sistema de conhecimento. A interpretação foucaultiana a respeito do nascimento das ciências do homem nos diz que, em termos epistemológicos, “as ciências humanas ocupam, pois, essa distância que separa (não sem uni-las) a biologia, a economia, a filologia daquilo que lhes dá possibilidade no ser mesmo do homem” (Foucault, 2007: 489). Ele explica que:

poder-se-ia talvez retrair toda a história das ciências humanas desde o século XIX, a partir desses três modelos. Com efeito, eles cobriram todo o seu devir, pois que se pode seguir, há mais de um século, a dinastia de seus privilégios: primeiro, o reino do modelo biológico (o homem, sua psique, seu grupo, sua sociedade, a linguagem que ele fala existem, na época romântica, enquanto vivos e na medida em que de fato vivem; seu modo de ser é orgânico e é analisado em termos de função); depois vem o reino do modelo econômico (o homem e toda a sua atividade são o lugar de conflitos de que constituem, ao mesmo tempo, a expressão mais ou menos manifesta e a solução mais ou menos bem-sucedida); enfim - assim como Freud vem após Comte e Marx - começa o reino do modelo filológico (quando se trata de interpretar e de descobrir o sentido oculto) e linguístico (quando se trata de estruturar e trazer à luz o sistema significante). (Foucault, 2007: 497-498).

Esta tese não pretende realizar uma análise nos termos da “arqueologia do saber” empreendida por Foucault, entretanto, ela busca assumir uma perspectiva próxima à do filósofo francês para perguntar quais seriam as condições de possibilidade para o desenvolvimento de uma especialidade da sociologia como a sociologia do lazer.

Se o discurso das ciências humanas tem como condição de possibilidade a existência prévia dos modelos da biologia, da economia-política e da filologia, como explica Foucault, quais seriam as condições de possibilidade para uma sub-área das ciências sociais como a sociologia do lazer? Mais especificamente, o que seria possível afirmar, em termos arqueológicos, sobre o desenvolvimento da sociologia do lazer no Brasil? Esses questionamentos serão abordados mais tarde.

Além da arqueologia, Foucault utilizou em suas pesquisas um método que ficou conhecido como “genealogia”. Ele inicia seu texto *Nietzsche, a genealogia e a história* com as seguintes palavras: “A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (Foucault, 1979: 15). O filósofo francês, em certa altura de sua obra, adotou o método genealógico como forma privilegiada de análise dos motivos que levaram ao aparecimento e à decadência daquilo que ele chamou de “regimes de verificação”.

A genealogia foucaultiana coloca a questão dos mecanismos e das técnicas de poder que estão intimamente articuladas com a produção de determinados saberes, isto é, de determinados discursos que serão, por sua vez, avaliados como verdadeiros ou falsos. Em outras palavras, Foucault procurou explicar como, e em qual contexto, foi possível a emissão de certos discursos a respeito da loucura, do sexo, da delinquência, e como operavam as regras evocadas para se verificar a veracidade ou a falsidade de tais discursos. Enquanto Nietzsche utilizou a genealogia para averiguar e avaliar os motivos da emergência e da decadência de certos valores morais, Foucault a colocou a serviço da investigação do(s) porquê(s) do aparecimento e das transformações dos “regimes de verificação” enquanto elementos das relações de poder. O objetivo de Foucault ao fazer a genealogia de algumas formas de *saber-poder* era compreender como, e em qual contexto, certos discursos puderam ser estruturados e emitidos. Assim, a genealogia foucaultiana estuda a articulação das regras que classificam determinados discursos como verdadeiros ou falsos com as estruturas de poder relativas ao contexto cultural no qual eles aparecem.

Assim como o genealogista da moral não está preocupado em descobrir a fundamentação dos valores morais – sua atenção é voltada antes para as condições externas e concretas que favoreceram ou impediram o seu desenvolvimento, e não para sua coerência interna – o genealogista do saber-poder não está preocupado com a fundamentação epistemológica ou gnosiológica dos “saberes” e dos “regimes de verificação”; ele tem em vista sobretudo as relações que tais saberes e regimes estabeleceram com as circunstâncias sociais e históricas – isto é, com as condições econômicas, políticas e culturais – que tornaram possível o seu aparecimento. Quando Foucault se debruçou sobre a questão do aparecimento do saber psiquiátrico, ou quando ele fez a genealogia de algumas formas jurídicas e das ciências humanas, por exemplo, ele chamou atenção não para o fato de as concepções médicas, jurídicas e humanistas dos séculos passados sobre a loucura, o sexo ou a delinquência serem “verdadeiras” ou “falsas” em relação àquilo que a atual Medicina e o atual Direito dizem sobre estes assuntos, mas sim para as relações, muitas vezes obscuras, que tais áreas do conhecimento mantêm com as práticas econômicas, políticas e institucionais que lhes cercam. Para o genealogista, portanto, não há objeto de estudo puro, fechado em si mesmo, cuja essência ou identidade poder-se-ia definir por meio da busca de uma origem única e estática, preexistente a todos os acasos e acidentes ocorridos ao longo do tempo. A genealogia é “cinza” porque ela é capaz de assumir que as coisas não têm uma essência exata, porque ela desconfia das origens elevadas e das identidades claras e distintas, enfim, porque ela percebe o quão impuro e misturado são os começos. Segundo Foucault, o genealogista aprende que

atrás das coisas há 'algo inteiramente diferente': não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. [...]. O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate.(Foucault, 1979: 18)

É preciso deixar claro que: posto a escolha do método genealógico, não se pretende fazer aqui uma pesquisa sobre a origem do lazer, uma vez que, como afirma Foucault, a pesquisa da origem “se esforça para recolher a essência exata da coisa, sua identidade cuidadosamente recolhida em si mesma, sua forma imóvel e anterior a tudo o que é externo, acidental e sucessivo” (Foucault, 1979: 17).

De acordo com o autor, a análise genealógica se distingue da pesquisa da origem porque

a genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade (...), sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente,

animando-o ainda em segredo, [...]. Seguir o filão complexo da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios (Foucault, 1979: 21).

Metodologicamente, a genealogia é um modo de pensar a história de forma não linear. Isto quer dizer, conceber a história como um jogo de forças, como um conflito constante, marcado por desacordos, revoluções, injustiças e disputas. A genealogia se diferencia da história tradicional por se tratar de um tipo de análise que busca descobrir, não as grandes continuidades das linhas de desenvolvimento histórico, mas sim os pontos de ruptura, as sucessivas mudanças ocorridas ao longo da existência de determinado fenômeno social. Para a genealogia, não há um sentido único e pré-definido para a história humana, não existe teleologia, não existe sequer evolução no sentido de que as coisas necessariamente progridem para algo melhor. Na perspectiva genealógica, a história é entendida como uma eterna mudança, como uma variação incessante, cujos efeitos podem ser tanto positivos quanto negativos. Portanto, quando o genealogista se dedica ao estudo de sociedades humanas e de fenômenos sociais, ele não está preocupado em descobrir a sua essência ou a sua identidade fielmente preservadas, mas sim em revelar as suas sucessivas mutações.

Neste trabalho sobre a história social do lazer pretende-se mostrar as múltiplas ascendências e as contínuas alterações suportadas por esse fenômeno ao longo do tempo. Esta tese sugere que não houve uma evolução linear e pré-determinada para o surgimento e o desenvolvimento dos dispositivos de lazer. Diante desse argumento, ela buscou evidenciar as contínuas variações às quais o lazer esteve submetido em diferentes contextos sociais e históricos.

A pesquisa da “proveniência”, diferentemente da pesquisa da “origem”, visa descobrir as marcas distintivas, as particularidades, os acidentes, os detalhes sutis que caracterizam algum acontecimento histórico específico. É possível assumir uma perspectiva semelhante em relação ao surgimento da noção de lazer, bem como aos saberes e às práticas sociais frequentemente associadas a ela. Se, por um momento, o genealogista do saber desvia o olhar dos saberes em si mesmos para focalizar as relações de poder tidas como exteriores aos próprios saberes mas que, na verdade, possibilitaram o seu surgimento, o genealogista do lazer, antes de buscar uma definição universal e unificada do que seria o lazer e de como ele tem se perpetuado ao longo do tempo, deve fazer: primeiro, o estudo das condições externas ao lazer que permitiram o seu surgimento; segundo, mostrar como este acontecimento é uma

forma particular, e historicamente delimitada, de relação com o tempo de não-trabalho – ou seja, utilizando as palavras de Foucault, fazer “ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo” (1979: 28); terceiro, mostrar como a noção e as práticas de lazer operam como elementos-chave de relações de poder, muitas vezes, sob a forma de políticas e programas de lazer que funcionam como *dispositivos* de disciplinarização do tempo e do corpo dos indivíduos, em particular, e como *dispositivos* biopolíticos que visam agir sobre aspectos físicos e culturais da sociedade, em geral. Nós veremos que, o lazer é um *dispositivo* capaz de agir sobre diversos aspectos subjetivos e coletivos, que envolvem desde a saúde e a educação dos indivíduos à manutenção de certo padrão de vida da sociedade como um todo.

Este trabalho pretende mostrar como o lazer disponibilizado por certas instituições se configura como um dispositivo de poder. Nessa acepção, será exposto como o tempo livre dos sujeitos é influenciado por diferentes forças sociais. Como, quando e por que o lazer se torna um problema social para as sociedades modernas? Quais instituições aparecem na modernidade encarregadas de implantar dispositivos de lazer? Quais são os modos de problematização sobre o lazer? Quais são os objetivos visados pelas instituições quando elas disponibilizam equipamentos e serviços de lazer? Enfim, como o lazer pode operar como um dispositivo de governo? Diante dessas questões, este trabalho é uma investigação sobre o como e os porquês do aparecimento de dispositivos de lazer enquanto elementos das relações de poder.

Sequencialmente, a tese é organizada da seguinte maneira: em seu primeiro capítulo, o estudo tem como ponto de partida o contexto das sociedades Antigas, mais especificamente, a Roma e a Grécia de cerca de dois mil anos atrás. Em seguida, é feita uma breve análise sobre alguns lazeres durante a Idade Média e o Renascimento. Este estudo histórico busca localizar quais foram as matrizes de pensamento, ou seja, quais foram as concepções de lazer criadas no interior daquelas diferentes culturas, e quais as relações estabelecidas entre tais noções de lazer e as estruturas de poder próprias daquelas sociedades. O segundo capítulo investiga os impactos da modernização e da industrialização no surgimento das tecnologias modernas de lazer. Nele se mostra como transformações éticas e técnicas no mundo do trabalho afetaram a composição da experiência moderna do lazer. O terceiro capítulo aborda a constituição dos dispositivos modernos de lazer, indicando como eles são capazes de funcionar como instrumentos de intervenção sobre a sociedade e sobre o espaço urbano. O quarto capítulo analisa as relações entre lazer e governo, destacando a aplicação do lazer como dispositivo biopolítico

dependente de uma série de instituições especiais que fazem parte da governamentalidade moderna. O quinto capítulo faz a genealogia de algumas manifestações do lazer no Brasil. Neste ponto se destaca o desenvolvimento histórico de instituições de lazer brasileiras e sua relação com as mudanças sociais e políticas vivenciadas no país. No último capítulo é feito um estudo sobre o desenvolvimento da sociologia do lazer no Brasil. A elaboração de uma arqueologia da sociologia do lazer brasileira indicará as matrizes teóricas dominantes, bem como os principais questionamentos e controvérsias que orientaram seus autores. Por fim, se considerará possíveis desdobramentos para a sociologia do lazer no século XXI.

CAPÍTULO 1 - LAZER E PODER: relações e transformações históricas

As relações entre lazer e poder se modificam constantemente de acordo com as circunstâncias sociais e históricas. Ao longo das épocas, os meios de gerir o tempo livre das pessoas assumiram diversas formas e múltiplos interesses. Neste capítulo, se enfatizará como as sociedades ditas “Antigas”, em especial, Grécia e Roma, buscaram organizar o seu tempo de não trabalho. Em seguida, a análise se voltará para algumas formas medievais de controle sobre o tempo livre. Finalmente, o capítulo mostrará como a chegada do Renascimento provocou outras alterações nas relações entre lazer e poder. Por ocasião dessa análise das experiências do tempo livre em diferentes momentos do passado, se buscará fazer uma diferenciação conceitual e etimológica entre os conceitos de lazer e ócio, que poderá ser útil para a distinção de experiências relativas ao tempo livre do trabalho em diferentes contextos sociais.

1.1 Lazer e Ócio: Antiguidade

O lazer pode ser compreendido como um fenômeno observável em diferentes culturas e em diferentes épocas. Da mesma forma que todas as sociedades humanas precisaram organizar sua atividade produtiva, isto é, seu trabalho - seja ele a caça, a coleta, a agricultura, o comércio ou a indústria - para sobreviverem, todas elas também organizaram, em contrapartida, formas de vivência do tempo livre dessa atividade. É possível dizer que o lazer - que se manifesta na forma de jogos, brincadeiras, festas, esportes e atividades lúdicas de maneira geral - se constitui como um elemento quase universal das sociedades humanas. Johan Huizinga, em *Homo Ludens*, vai além da Ciências Humanas ao defender que:

é-nos possível afirmar com segurança que a civilização humana não acrescentou característica essencial alguma à ideia geral do jogo. Os animais brincam tal como os homens. Bastará que observemos os cachorrinhos para constatar que, em suas alegres evoluções, encontram-se presentes todos os elementos essenciais do jogo humano (Huizinga, 2014:3).

O lazer - sob suas múltiplas formas - é um dos elementos fundamentais da cultura. Se, por um lado, nós constatamos que é preciso trabalhar para viver, por outro, nós sabemos que viver sem algum tempo livre é impossível. O modo como os homens pré-históricos organizavam seu tempo livre ainda é um mistério para a arqueologia. Mas é provável que eles também tenham desenvolvido atividades lúdicas que serviam, entre outras coisas, como meio de

preparação para a caça, para a guerra, como ocasião para o fortalecimento dos laços de sociabilidade do grupo ou para o simples divertimento dos indivíduos que delas participavam. No filme *A Caverna dos Sonhos Esquecidos*, o cineasta Werner Herzog documenta o interior da caverna *Chauvet*, no sul da França, onde, em 1994, foram encontrados desenhos e utensílios criados por pessoas que viveram há cerca de 30 mil anos. Os resquícios de flautas feitas de ossos e algumas pinturas rupestres sugerem que aqueles povos também faziam música e dançavam.

Os historiadores geralmente afirmam que as origens do lazer, tal como nós o conhecemos, remontam às civilizações antigas, como a Mesopotâmia, o Egito e a Grécia Antiga⁷. Diversos esportes praticados hoje têm suas raízes nos jogos da Antiguidade. A ginástica, por exemplo, era uma prática corporal apreciada pelos gregos antigos, que sobreviveu - não sem alterações - até os dias atuais. Havia, inclusive, um deus para ela: Hermes, o deus mensageiro; que era, ao mesmo tempo, deus dos atletas, dos oradores, dos poetas e dos ladrões. Ele era o patrono da ginástica e das lutas. Na mitologia grega havia uma íntima relação - evidenciada pela proximidade etimológica das duas palavras - entre as olimpíadas (os jogos humanos) e o Olimpo (a morada dos deuses). Hermes era filho de Zeus e Maia, conta-se que, no seu primeiro dia de vida, ele criou a lira (instrumento musical) e os sacrifícios em homenagem aos deuses. Por conta dessas obras, pode-se dizer que Hermes foi uma espécie de precursor das práticas de ócio e de sacerdócio daquela sociedade e que a mitologia grega pode ser reconhecida pela invenção de um deus cuja função era zelar pelo lazer, pela música, pelos jogos e pelos rituais sagrados.

Na Grécia, a prática esportiva estava restrita aos membros da elite daquela sociedade. As mulheres e os escravos eram excluídos das olimpíadas, inclusive como espectadores. Eles também estavam proibidos de frequentar os ginásios e de praticar a ginástica. Os atletas gregos eram, necessariamente, homens livres. Os ginásios gregos eram locais reservados à elite masculina daquela sociedade, seu funcionamento e o comportamento de seus frequentadores eram diferentes da dinâmica das termas e dos anfiteatros romanos, como veremos em breve.

Grosseiramente, é possível considerar a ginástica, o atletismo e as olimpíadas como formas de lazer próprias da Grécia Antiga, contudo não é possível dizer que havia o interesse de se fazer dessas práticas um meio de controle do tempo livre das massas, tal como ocorreu

⁷ Ver: Laurent Turcot, "Des Origines à La Grèce Antique: Le Corps en Jeu" In. *Sports et Loisirs - une histoire des origines à nos jours*. Éditions Gallimard, 2016.

em Roma. Haja visto que, a maior parte da população grega - os escravos e as mulheres - estava privada daquele lazer. O ócio e o atletismo na Grécia Antiga tinham mais a ver com os hábitos sociais e com a ideia de *cuidado-de-si* por parte de uma classe aristocrática, do que com mecanismos políticos de orientação do tempo livre das massas.



Os gregos refletiram seriamente sobre a importância do tempo desocupado das necessidades materiais e fisiológicas. Etimologicamente, a palavra “ócio” é derivada do termo grego *skholé*, que na Antiguidade significava, concomitantemente, “ociosidade” e “escola”. O sentido de *skholé* era bastante amplo. Ele envolvia a ideia de disponibilidade de tempo, mas também a ideia de desenvolvimento intelectual. Mais do que “poder não fazer nada”, ter *Skholé* queria dizer dispor de tempo para se dedicar àquilo que se estimava como sendo o mais importante, queria dizer, também, ter conhecimento - ou, em termos modernos, ter “es-

colaridade”, ter uma formação adequada - que dava condição para refletir e discutir sobre questões filosóficas e políticas significativas.

Saber ocupar o tempo livre era considerado um requisito fundamental para se ter uma vida feliz. Aristóteles escreveu na *Ética a Nicômaco*: “os lazeres e a recreação são considerados um elemento necessário à vida” (1991: 93). Para os pensadores gregos da antiguidade o sentido da vida não estava no trabalho ou nos negócios, mas no ócio - isto é, nos exercícios físicos e nos jogos de inteligência da filosofia e da política. “A felicidade”, segundo Aristóteles, “depende dos lazeres; porquanto trabalhamos para poder ter momentos de ócio, e fazemos a guerra para poder viver em paz” (1991: 232).

No sentido grego antigo, o ócio - ou seja, a *skholé* - possuía uma conotação positiva, uma vez que ele era considerado condição necessária para uma vida feliz, na qual o homem poderia realizar a elevação de seu espírito e o melhoramento de seu corpo através da reflexão filosófica e do *cuidado-de-si*. As origens do termo “ócio” têm a ver, portanto, com a auto-construção da identidade e dos hábitos próprios de uma elite que podia se manter livre do trabalho braçal estritamente produtivo ou servil.

A noção de ócio passou por muitas transformações semânticas ao longo da história, como veremos ao longo deste capítulo. É possível dizer que, nesse caso, se trata mesmo de uma inversão normativa. O ócio, tido pelos gregos como condição para uma vida feliz, se tornará um dos piores pecados durante a Idade Média; na modernidade, ele se constituirá como um mal social a ser remediado por políticas de lazer e de combate ao desemprego.

Historicamente, a palavra “lazer” deriva do termo em latim *licere*, que queria dizer: “licença”, “permissão”, “ser lícito”. No sentido antigo, *licere* se referia ao tempo livre de trabalho dos escravos. O termo dizia respeito ao período no qual o escravo era liberado pelo senhor - recebendo, assim, uma licença temporária - para se divertir ou para trabalhar em benefício próprio.

É notável que as raízes etimológicas de lazer e ócio são, em boa medida, diferenciáveis. Em certo sentido, é possível afirmar que “ócio” tem origem nobre enquanto “lazer” tem origem pobre, se considerarmos que o primeiro termo se referia a uma disposição própria do homem grego livre e o segundo correspondia ao tempo do escravo liberado da obrigação de trabalhar.

O sociólogo do lazer, Joffre Dumazedier, afirma que lazer e ócio são fenômenos distintos. Porém, nem sempre a sociologia diferenciou esses dois conceitos. Thorstein Veblen, por exemplo, em sua *Teoria da Classe Ociosa*, utilizava esses termos como sinônimos. Dumazedier argumenta que, “o lazer não é a ociosidade, pois que ele supõe, antes de mais nada, a presença do trabalho profissional, ao passo que a ociosidade supõe em primeiro lugar a negação deste. Esta confusão, da qual o próprio Veblen é um dos responsáveis, tem vida longa” (Dumazedier, 2008: 236).

É interessante mostrar como essas duas palavras - tão diferentes em termos de origem e de sentido - se tornaram sinônimas ao longo do tempo. Por outro lado, também é importante ressaltar as marcas históricas que diferenciam esses dois termos. No decurso da história, ócio e lazer, apesar das confusões, traçaram linhas inversas na escala dos valores morais. Como vimos, as origens do lazer na hierarquia social são baixas, uma vez que *licere* se referia à licença concedida pelo senhor aos seus escravos. Com o passar dos séculos, porém, o lazer se transformou em uma forma digna e desejável de experiência do tempo livre. O ócio, diferentemente, possui origens superiores, que remetem às práticas de uma elite que podia levar uma vida afastada da obrigação de trabalhar. Pouco a pouco, com o crescimento do domínio da moral cristã e da ética do trabalho, o ócio passou a ser visto como pecado ou como vício a ser evitado. Assumindo aqui uma perspectiva semelhante a de Nietzsche em *A Genealogia da Moral*, poder-se-ia dizer que: aquilo que era *ruim* e menosprezado (o *licere* dos escravos) se tornou *bom* e desejável (o lazer moderno); e aquilo que era *bom* e salutar (*a skholê*) se tornou *mau* e pernicioso (o ócio). Aplicando o vocabulário do pensador alemão à análise da trajetória histórica dos conceitos de lazer e ócio, é possível detectar uma “tresvaloração dos valores” na qual ócio e lazer invertem suas posições na hierarquia dos valores morais.

A diferenciação entre o conceito de lazer e o de ócio pode ser útil para classificar formas distintas de experiência do tempo livre que se desenvolveram em diferentes sociedades e em diferentes épocas. Uma distinção conceitual entre ócio e lazer pode ajudar ainda na compreensão dos processos de subjetivação envolvidos nas experiências do tempo de não-trabalho em diferentes contextos sociais.

Deixemos um pouco de lado essas questões etimológicas e filológicas e passemos à análise das relações históricas entre lazer e poder. O historiador do lazer Laurent Turcot afir-

ma que este fenômeno já se constituía como um problema político na época do Império Romano.

Il est vrai que le loisir a fait l'objet d'âpres débats philosophiques, auxquels participent Sénèque, Martial, Cicéron ou Horace. Pour les autorités, il devient un problème politique, en ce qu'il s'agit de régler l'ordinaire d'une population urbaine qui ne peut se satisfaire des tavernes, des lupanars ou des jardins. Il faut des thermes, des spectacles, des courses, des amphithéâtres. (...). Comme à l'armée, il faut savoir conduire ses troupes de manière précise, et pour cela, rien de mieux qu'un horaire, ou plutôt un calendrier des loisirs, qui scande l'ordinaire de la vie en donnant des balises référentielles (Turcot, 2016: 105).

Talvez não seja um total equívoco afirmar que a política do *Panem et Circensis* tenha sido a primeira política de lazer que se tem notícia na história. No entanto, é preciso questionar algumas interpretações sociológicas e históricas a respeito da política do “pão e circo” pois, frequentemente, elas enviesam a maneira como as políticas de lazer modernas são compreendidas. É comum ouvirmos dizer que, na Roma Antiga, a realização de espetáculos e a distribuição de alimentos funcionavam como um artifício político necessário para a manipulação das massas. Costuma-se enfatizar que, mais do que resolver problemas sociais, a política do “pão e circo” visava distrair a plebe das questões políticas mais importantes. Disso se concluiu que os poderosos ofereceriam lazeres ao povo em função de uma espécie de “cálculo maquiavélico”, de modo que o lazer ofertado pela classe dominante funcionaria como um dispositivo de despolitização das massas. Nessa visão crítica, a política do *Panem et Circensis* é percebida como uma espécie de maquinação governamental destinada à corrupção do povo pelos privilegiados. A conhecida frase de Gustave Le Bon, segundo a qual, “dominam-se mais facilmente os povos excitando as suas paixões do que cuidando dos seus interesses” (2018), sintetiza bem essa ideia muito difundida de que o lazer popular faz parte do jogo político e pode contribuir para a dominação política das massas.

Bem antes da publicação de *Psicologia das Multidões* de Le Bon, em 1895, a filosofia política já percebia que governar os homens apenas reprimindo-os - ou “cuidando dos seus interesses” - não era suficiente. Para fazer reinar a ordem de um regime político, já dizia Maquiavel, é preciso controlar o povo, mas, em seguida, é imprescindível conceder-lhes prazeres, diversão, arte, circo, teatro, festas... Por isso que, “nos períodos mais propícios do ano, ele [o príncipe] deverá recriar a população com festas e espetáculos” (Maquiavel, 2018: 112). Resumindo, é preciso oferecer lazer.

Segundo a arqueóloga Anna Maria Liberati e o especialista em história da Roma Antiga Fabio Bourbon,

Em Roma, os espetáculos públicos sempre foram um meio de propaganda política e eleitoral, a ponto de se transformarem em um dos mais poderosos instrumentos do absolutismo imperial. Juntamente com as distribuições públicas de cereais, eles serviam para distrair o povo que, com o estômago cheio e ocupado com as distrações, não tinha nenhum interesse em refletir (Liberati e Bourbon, 2005: 68).

A citação acima indica que, o lazer já se constituía à época da Roma Antiga como uma questão de Estado ou, mais precisamente, como um instrumento de governo. Contudo é difícil dizer se sua finalidade principal era a despolitização ou o apolitismo da plebe. De acordo com o historiador Paul Veyne, a política do “pão e circo” não pode ser considerada a causa da alienação política na Roma Antiga. Da mesma maneira, as políticas de lazer da modernidade não podem ser vistas como geradoras da desigualdade ou da alienação política existentes em nossa sociedade. Mais do que ser fruto de lazeres fúteis, a despolitização é um efeito de qualquer sistema político capaz de sustentar relações sociais nas quais o poder se distribui de forma assimétrica ou desproporcional. Segundo Veyne, uma sociedade política - democrática ou não - é sempre marcada por diferenças e hierarquias. “Toda sociedade política implica a dissimetria entre Estado e cidadãos” (Veyne,2015:88). São as distinções e as hierarquizações no interior do regime político que tornam possível o aparecimento de um fenômeno como a despolitização. É difícil afirmar que uma prática ou uma política de lazer seja capaz de despolitizar um povo inteiro ou uma classe em particular. De acordo com Veyne, “existirá despolitização enquanto existir um poder político; a despolitização é coextensiva à história universal. Mas, nesse caso, o pão e o circo não são necessários para explicá-las: bastaria que Roma tivesse sido uma sociedade política.” (Veyne, 2015:86-7).

A relação entre lazer e política não pode ser reduzida a uma concepção maquiavélica do *Panem et Circensis*. Do mesmo modo, o entendimento sobre as políticas de lazer que apareceram na modernidade não pode se limitar à ideia de que o lazer seria uma espécie de “ópio do povo” ou de “anestésico social” destinado a aliviar tensões políticas distraindo a atenção das pessoas das questões de governo que realmente importam.

É verdade que os romanos utilizaram o lazer como um artifício político. O Coliseu é um gigantesco dispositivo arquitetônico de lazer que serve de prova da importância política dos festivais e espetáculos para a sociedade romana antiga. As ruínas de diversas construções cuja finalidade foi dar lugar à práticas de lazer do Mundo Antigo são encontradas em Roma

ainda hoje. O centro da cidade atual revela os vestígios das termas, dos anfiteatros, dos jardins, das tavernas, das pistas de corrida de biga... Inclusive há historiadores que defendem a ideia de que “Roma era uma civilização do lazer” (Turcot 2016: 98)⁸. As ruínas da “civilização do lazer” ainda hoje funcionam como dispositivos de lazer ativos, visto que na Roma atual elas se constituem como atrações turísticas procuradas todos os anos por milhões de pessoas em férias.

Em Roma, lazer e política estavam intimamente ligados. A capacidade de organizar festas e espetáculos cada vez maiores e mais extraordinários era uma qualidade esperada do imperador e dos membros da elite em geral. Além disso, a atitude do povo diante de tais eventos era um sinal da popularidade da classe dominante. Assim, o Coliseu era mais que um grande picadeiro de circo. Ele se constituía como uma verdadeira arena política no interior da qual o imperador, a classe dirigente e o povo estavam frente a frente. Não se tratava somente de diversão, visto que era nesse momento de lazer que se dava a comunicação direta entre o governante e os governados. Essa era a oportunidade para o imperador mostrar ao povo a grandiosidade de seus feitos; além de ser um meio de aferir a estima do povo pelo governo.

Em sua obra monumental, *Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político*, Paul Veyne (2015) tratou de um fenômeno, que segundo o historiador francês, atravessou vários séculos: o *evergetismo*. Esse termo diz respeito a um tipo de ação social - muito comum entre os membros da elite das sociedades antigas e que perdurou, em alguma medida, até o início da Era Moderna - que consistia em realizar doações em favor do bem público. Várias das grandes obras arquitetônicas do Mundo Antigo foram financiadas e mantidas, não pelo Estado, mas por agentes privados: os mecenas - ou, utilizando o vocabulário de Veyne, os *evergetas* ou “notáveis” daquelas sociedades - os quais viam nesse custeio uma atitude honorífica, correspondente ao seu papel e à sua posição social. Esses sujeitos particulares que se encarregavam do financiamento de obras públicas promoviam inclusive atividades de lazer. Espectáculos, festivais e banquetes públicos eram com frequência bancados pelos membros

⁸Além de Roma, Pompeia também era uma cidade repleta de lazeres. Condições geológicas especiais tornavam a localidade atrativa por conta de suas águas termas. Segundo Veyne, Pompeia era constituída basicamente por três tipos de edifícios: “as construções públicas, os hotéis particulares, que formavam a maior parte da cidade, e as lojas” (2015: 106). Podemos pensar Pompeia como um centro de turismo - em grande medida sexual - e de compras. O comércio em Pompeia era reconhecidamente próspero em função, principalmente, de um amplo mercado de lazeres que envolvia serviços de hospedagem, massagens, banhos, terapias cosméticas, consumo de objetos de luxo, prostituição, apresentações de teatro etc.

ricos e notáveis daquela sociedade. Desse modo, o *evergeta* era um sujeito particular capaz de financiar lazeres públicos.

É preciso insistir que a função social dos eventos recreativos da Roma Antiga - tais como os festivais, o circo, as lutas, os banhos termais, o teatro e as corridas de biga - não esteve restrita a uma finalidade de controle ou de dominação política da plebe pela classe dominante. O tempo livre das obrigações políticas e profissionais possuía profundas implicações culturais e espirituais para a vida cotidiana dos romanos de antigamente. Tais implicações extrapolavam o campo político.

A rotina diária dos romanos (livres) era repleta de práticas e de momentos de lazer. Para os cidadãos - isto é, para os não-escravos - a jornada de trabalho terminava relativamente cedo. De modo que, assim que o *negotium* era interrompido - por volta do meio-dia - o patrício se permitia fazer uma pequena sesta ou uma leve refeição, tendo em vista que, durante o restante do dia até o cair da noite, ele gozaria seu *otium* - ou seja, ele desfrutaria dos banhos nas piscinas termais, dos passeios pela cidade em meio a suas fontes e jardins, e das conversas com amigos (Turcot, 2016: 123). A propósito, nos prédios das termas não havia somente instalações para higiene pessoal, lá também se encontravam salas de leitura e de conferências, além de centros para exercícios físicos e salas onde era possível tomar uma bebida ou disputar um jogo semelhante ao de damas. Segundo Liberati e Bourbon, “As termas eram não apenas um lugar no qual eram atendidas as necessidades de bem-estar físico mas também um centro de convívio social, onde se encontravam os prazeres do espírito, além de interlocutores para conversar sobre política, esportes e negócios” (2005: 67). Acácio Ferreira sugere ainda que as termas romanas “tinham quase a mesma função dos banhos turcos modernos, isto é: recuperar embriagados para o dia de trabalho após uma noite de orgia” (Ferreira, 1959:42). Sobre a diferença entre os ginásios gregos e as termas romanas, Ferreira afirma que estas “com seus desenhos alegres, frisos, estátuas e símbolos, lembram, funcionalmente, muito mais as casa de prostituição modernas do que os centros recreacionais no sentido grego” (op. cit.).

Mais do que um breve descanso do trabalho produtivo - ou do que um simples calmante para os nervos políticos das massas - as atividades de lazer em Roma penetravam a vida social profundamente, de modo que alguns filósofos e políticos antigos se dedicaram a refletir sobre o valor do tempo livre das necessidades econômicas. Sêneca, por exemplo, afirmava que, “poderás ver os homens mais poderosos, ocupando os mais altos cargos, demon-

strarem que querem e louvam o ócio, preferindo-o a todos os seus bens.” (2013: 33). A filosofia epicurista de Horácio, de modo semelhante, aconselhava gozar a brevidade da vida aproveitando o presente: *carpe diem*. Segundo Turcot, no período do Império, no século II, um em cada dois dias era feriado em Roma (Turcot, 2016: 106). Esse fato é revelador da importância do tempo livre para os romanos que, diferentemente do *homo economicus* moderno, não viam no trabalho o sentido da vida. “O trabalho não é um bem”, afirmava Sêneca, “mas então o que é um bem? O desprezo pelo cansaço.” (Sêneca, 2011: 33).

Pode se falar de um “desejo do ócio” entre romanos, para os quais era consenso que o homem ocupado não podia fazer nada de bom (Sêneca, 2013: 40). O desprezo dos romanos pelo trabalho estritamente produtivo é totalmente estranho à ética moderna que vê no trabalho um fim em si mesmo. Segundo Max Weber, “aquela concepção de ganhar dinheiro como um fim em si mesmo e um dever do ser humano, como ‘vocação’, repugnava à sensibilidade moral de épocas inteiras” (2004:64). Entre os romanos não era diferente, não havia dúvida de que o ócio era o positivo do qual negócio era o negativo.

A jornada de trabalho dos cidadãos romanos, como vimos, acabava bastante cedo. Além disso, os feriados eram abundantes. Apesar das diferenças de rotina e de calendário, o homem da antiguidade e o homem moderno concordariam diante da ideia de que nos falta tempo. Sêneca escreveu algo que nos provoca ainda hoje: “Faz as contas dos dias de tua vida, perceberás que poucos restaram para ti mesmo” (2013: 42). O poder de dispor do próprio tempo, e, mais ainda, de dispor do tempo dos outros, era tido pela moral antiga como o verdadeiro poder dos “senhores”. O poder de poder não trabalhar através da exploração do trabalho alheio era o que diferenciava a condição de um senhor da de um escravo.

Os gladiadores romanos, diferentemente dos atletas gregos, não eram homens livres. Apesar da fama que alguns gladiadores chegavam a gozar, eles estavam submetidos às ordens de seus proprietários. Além disso, os combates públicos eram vistos pela elite romana como uma atividade degradante. Um membro notável daquela sociedade acharia vergonhoso competir como atleta em um evento na arena pública. Do ponto de vista da massa de espectadores romanos - que estava acostumada a espetáculos brutais, repletos de sangue, ação e violência - o atletismo grego parecia um passatempo monótono e efeminado. Turcot menciona como se deu a rápida decadência dos jogos olímpicos gregos durante o predomínio do Império Romano (Turcot, 2016:142). Em 186 a.c. o senador Fulvius Nobilior, tentou introduzir as com-

petições esportivas gregas em Roma, mas isso não despertou a atenção dos espectadores locais. Segundo Turcot, “les Romains se passionnant principalement pour la gladiature, mais aussi la chasse, l’équitation et la natation, considérées comme viriles, alors que l’athlétisme, organisé sous forme de compétitions, est considéré comme inutile et inintéressant” (2016: 137).



É difícil dizer que os eventos e as práticas esportivas dos gregos antigos - tais como as olimpíadas, a ginástica e o atletismo - se constituíam como uma política de lazer à maneira do “pão e circo” dos romanos. É mais fácil afirmar que eles não correspondiam, uma vez que a função social dos esportes e da ginástica para a sociedade grega não era, absolutamente, a mesma dos espetáculos públicos custeados pelos *evergetas* e pelo imperador de Roma. Apesar das profundas diferenças no que diz respeito à vivência do lazer e do ócio nas civilizações grega e romana, ambas estiveram envolvidas no processo de configuração da experiência moderna do lazer, como veremos.

1.2. Lazer e Ócio: Idade Média.

O fortalecimento da moral cristã e do predomínio da Igreja Católica fizeram com que algumas atividades de lazer do Mundo Antigo entrassem em declínio. Com o fim das civilizações grega e romana, o atletismo e o combate de gladiadores se deterioraram. Durante a Idade Média, o tempo livre do trabalho deveria servir à glória do Senhor e ser consagrado às orações e preces. O tempo não empregado em ganhar o pão de cada dia deveria ser preenchido por “lazerios pios” (missa aos domingos e quermesses nos dias santos). Perder tempo com frivolidades, com prazeres mundanos e carnais, se tornara uma falta grave para o homem medieval. Por conta disso, uma série de lazeres muito comuns na antiguidade desapareceram ou passaram por profundas transformações durante a Idade Média. Segundo Veyne,

os combates públicos de gladiadores serão condenados porque são um espetáculo cruel contrário ao amor ao próximo, e também porque eles são, como o teatro ou o circo, um espetáculo fútil que distrai, desvia a atenção do amor a Deus. Em compensação, os suplícios públicos de criminosos continuarão, pois corrigir as pessoas é uma caridade, como Santo Agostinho costumava dizer (Veyne, 2015: 61).

A decadência das civilizações antigas - e da ética que lhes era própria - é correlativa à emergência de uma ética do trabalho característica da civilização judaico-cristã. Nesta transição se constata uma alteração das relações entre lazer e poder. O atletismo e a gladiatura - antes apreciados e promovidos pelas classes dominantes - serão alvo de críticas por parte da Igreja, uma vez que estavam associados a hábitos pagãos de culto à carne ou à crueldade dos poderosos em relação aos mais fracos. Igualmente, a ociosidade se tornará condenável, pois *Deus não quer preguiçoso em sua obra*, além do que, o homem desocupado é uma presa fácil para o diabo.

As modulações da relação entre lazer e poder podem ser notadas também na história do desenvolvimento dos calendários. Antes de poder dizer às pessoas o que elas devem fazer durante o tempo livre, é necessário ter poder para lhes dizer quando esse tempo livre ocorrerá.

A evolução das formas de marcação do tempo estiveram associadas a lutas políticas e religiosas que ocorreram até a Era Moderna. Com frequência, as revoluções políticas são acompanhadas por mudanças no calendário. O *calendário revolucionário francês* de 1793 ou os esforços de Josef Stalin para reformar o calendário russo são exemplos relativamente recentes do conflito secular em torno do controle sobre o tempo. A luta pelo poder de determi-

nar o tempo aconteceu ao longo de toda a história humana e, a meu ver, continuará sempre acontecendo, em função da intangibilidade do tempo.

O tempo não é um dado natural objetivo - como o fluxo de um rio, o escoamento de um punhado de areia no interior de uma ampulheta ou a trajetória fixa e circular de corpos celestes no céu da Terra. O tempo é sempre um tipo de relação socialmente estabelecida e coordenada em função de múltiplos fatores. Ainda que balizada por ciclos naturais e astronômicos relativamente constantes, por fatores culturais e tecnológicos historicamente determinados, a definição do tempo possui sempre um grau de arbitrariedade.

A noção de tempo (bem como as formas de medi-lo e organizá-lo) está ligada, simultaneamente, a sensações individuais (subjetivas) e a padrões sociais (isto é, a técnicas de representação e comunicação) compartilhados durante determinado período histórico. Nesse sentido, a história dos calendários - desde os mais simples aos mais complexos - mostra que eles são, fundamentalmente, instrumentos sociais capazes de coordenar disposições e ações individuais com processos naturais e coletivos. Ao estabelecer um calendário - lunar, solar ou numérico - as sociedades fixaram (de forma simbólica-representativa) ciclos naturais e sociais pré-determinados, que podem ser sincronizados e coordenados de forma precisa com as ações dos indivíduos.

No ocidente moderno, a ciência é responsável pelo domínio do tempo e nós temos um calendário relativamente estável e confiável. Mas nos períodos de luta pelo poder em Eras passadas, a Igreja e o Estado precisaram realizar seguidas alterações na “folhinha”. De acordo com Norbert Elias (1998), foi Júlio César quem constatou que o calendário romano era desorganizado e ordenou sua reestruturação. O resultado da reforma, ocorrida em 46 a.c., foi um calendário com traços bem parecidos ao atual. Uma passagem escrita por Norbert Elias explica muito bem como se deu o processo de construção do calendário ocidental e merece sua transcrição:

os egípcios haviam tentado estabelecer uma correspondência entre as unidade de tempo baseadas nos movimentos da Lua e do Sol, respectivamente, construindo um ano de doze meses de trinta dias, ao qual acrescentavam, no começo ou no fim, cinco dias suplementares, de modo a fazerem seus meses corresponderem ao ano solar. César retirou um dia do mês de fevereiro e distribuiu os seis dias suplementares de que passou a dispor nos seis meses ímpares que iam de janeiro a novembro, num arranjo que foi uma clara prefiguração do calendário moderno. Pouco depois de sua morte, seu mês de nascimento recebeu, em sua homenagem, o nome de ‘julho’. Uma segunda reforma radical do calendário ocorreu, como sabemos, no período que se costuma designar como Renascimento. A Igreja Romana, um dos principais canais de transmissão do saber da Antiguidade romana para os tempos modernos, havia zelado para que o calendário juliano permanecesse em uso de uma época para outra, mediante algumas modificações. Ao cabo de mil anos, entretanto, ele já não funcionava corretamente (...). Uma dessas

deficiências - e que não era a única - traduzia-se no fato de que as festas religiosas móveis, em particular a Páscoa, estavam sendo gradativamente antecipadas. (...) Essa discrepância já era observada desde o século XIII (...) Mas a Igreja - sempre relutante em romper com as tradições - não tomou nenhuma providência a esse respeito, até que a questão se tornou urgentíssima. Por fim, o papa Gregório XIII solicitou a orientação de Luigi Lilio, um médico e astrônomo napolitano, e, após a morte dele, a do erudito Clavius. Uma das correções que eles introduziram disse respeito à disposição dos anos bissextos (Elias, 1998: 154-5).

Nota-se que as reconfigurações dos calendários ocorrem desde há muito tempo. Na história ocidental recente, segundo a explicação de Norbert Elias, se observou certa falta de sincronia entre as festas religiosas tradicionais e o calendário oficial dos Estados. Esse descompasso foi um dos fatores que determinou a transformação da cronologia - ou da *crononomia* - ocidental após o final da Idade Média. É possível dizer que, coisa semelhante à que ocorreu com o calendário ocidental ocorreu, também, com o lazer. Em função de sua sincronia ou diacronia em relação a certos ritmos e estilos de vida estabelecidos, o lazer se modifica sempre.

Sabe-se que durante a Idade Média, a Igreja Católica foi consideravelmente responsável pelo controle do tempo livre das comunidades. O lazer não esteve imune à influência da moral cristã. Mais adiante nós veremos que o lazer moderno - enquanto um dispositivo de controle do tempo livre dos sujeitos - é, em parte, um produto histórico dessa moral.

Durante a Idade Média, os chamados “jogos de azar” foram severamente recriminados pela Igreja Católica, que via tais passatempos como um vício moral condenável. Para ela, jogar dados ou cartas - brincar com a sorte - era uma forma de especulação, ou mesmo de provocação, em relação à Providência Divina, se constituindo, portanto, como um hábito herege.

Um dos efeitos da perseguição da Igreja Católica aos jogos de azar foi o seguinte: os dados - uma invenção egípcia de cerca de cinco mil anos - foram excluídos do jogo de xadrez na Europa durante a Idade Média, sobrevivendo apenas na modalidade praticada pelos árabes. Segundo Turcot, “entre le XIe et le XIIe siècle, à la suite de synodes et de conciles, l’Église mène une offensive vivante à condamner le jeu. (...) C’est cette pratique des dés, qui discrédite tout le jeu, qui est aussitôt condamnée par l’Église” (2016: 203).

Durante o período medieval, ocorreu um fato significativo para a compreensão do modo como as experiências de lazer estão sujeitas a variações históricas em função das regulações sociais e das diretrizes morais vigentes. De acordo com Turcot (2016), o jogo de xadrez sofreu ataques por parte da Igreja Católica durante os séculos XI e XIII. Não obstante

a ofensiva da campanha católica, durante os séculos seguintes, o jogo se constituiu como parte da educação cortesã e cavaleiresca da Europa renascentista. Diante disso, cabe se perguntar o seguinte: como um simples jogo de tabuleiro, que sofreu ataques por parte de uma instituição tão poderosa, conseguiu sobreviver e ser prestigiado pela cultura ocidental durante tanto tempo? Segundo meu entendimento, essa prática de lazer, o xadrez, pôde se manter viva durante tantos séculos em função de transformações internas que a tornaram mais adequada à moral e à realidade social nas quais ela estava inserida.

Tendo isso em mente, pode se dizer que os dados foram abolidos do jogo de xadrez por dois motivos: primeiro, como foi mencionado, por conta do interdito religioso com relação aos jogos de azar; segundo, mas não menos importante, porque, sem o elemento da sorte, o xadrez pôde se tornar um jogo de guerra que envolve puramente o raciocínio e a estratégia. Sendo assim, a vitória no xadrez não depende da intervenção do acaso - “Deus não joga dados” e o jogador de xadrez também não.

É possível afirmar que as mudanças nas regras do jogo de xadrez correspondem ao processo de racionalização que caracterizou a transição do modo antigo e encantado/mágico de ver o mundo - o qual era determinado pela ideia de que forças sobrenaturais e incontrolláveis agiam sobre nossa existência - para o modo moderno e desencantado de pensar e de agir. A história do xadrez corresponde, portanto, ao surgimento de uma forma de conduta que mede o horizonte de ações possíveis, bem como as consequências de cada ação, levando em consideração não a intervenção da sorte ou de Deus, mas a atitude calculada do oponente diante de regras estabelecidas e constantes. A ação no xadrez - da mesma forma que a ação social determinada de modo racional referente a fins - é delineada “por expectativas quanto ao comportamento de objetos no mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’ para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente” (Weber, 2012:15). A fortuna ou o fracasso no jogo de xadrez são consequências iminentes da capacidade de reflexão racional e da projeção calculada que cada jogador faz sobre suas próprias ações e sobre as possíveis reações do jogador rival.

Para além da lógica interna do jogo de xadrez, alguns extratos da sociedade europeia pré-moderna podem ser identificados nas peças do tabuleiro. O rei, a rainha, os peões, os cavalos, os bispos e as torres são elementos da vida cotidiana da Europa pré-moderna. Ademais, seus respectivos papéis no jogo refletem a dinâmica e a hierarquia da sociedade europeia do



final da Idade Média e, em alguma medida, do início da Era Moderna. No xadrez é comum, como era no Antigo Regime, se sacrificar alguns peões em benefício do rei ou da rainha. A dimensão hierárquica e militar do jogo de xadrez corresponde ao *ethos* e aos valores da aristocracia europeia pré-industrial, daí sua importância para a educação cavalheiresca e cortesã daquela época. Nesse caso, a ética do jogo e a ética social se relacionam a tal ponto que o xadrez assume uma função pedagógica referente à transmissão dos valores daquela sociedade. Outros jogos, alguns dos quais praticados até hoje, foram se definindo e se redefinindo no decorrer da época que atualmente chamamos de Renascimento. É o caso da ginástica, como veremos a seguir.

A conhecida crítica cristã à ociosidade e a certos lazeres carnavais teve consequências sobre aspectos éticos de nossa cultura que vão muito além da condenação dos jogos de azar ou da eliminação dos dados no jogo de xadrez. O antigo conceito de *acédia* - que dizia respeito a um estado de espírito apático, indiferente e negligente perante à vida - se desenvolveu no interior da monótona rotina monástica medieval. A incapacidade de reagir aos acontecimentos e às obrigações do sacerdócio, bem como a falta de cuidado consigo mesmo e com o próximo, se tornaram um problema recorrente para os monges e para os ascetas que mantinham uma vida de isolamento e contemplação. Tal sentimento - que hoje, provavelmente, consideraríamos um transtorno depressivo, uma atitude *blasé* ou uma disposição aborrecida perante a existência - está na base de uma concepção muito difundida que entende a ociosidade e a preguiça como sendo um pecado capital. Ainda que a preguiça seja o melhor dos setes pecados, posto que nos impede de cometer os outros seis, ela foi (e ainda é) tida como uma falha moral grave.

A *acédia* está para o monge contemplativo da Idade Média assim como a preguiça está para o cristão trabalhador da Era Moderna. Obrar em nome de Deus é encarado como uma

forma de evitar os riscos e os vícios da ociosidade e da *acédia*. Sob o ângulo cristão, o trabalho é visto como um antídoto contra a indisposição e as moléstias de uma vida, por vezes, sem sentido. Não se compadecer pelo próximo e viver para o ócio é uma disposição de espírito inaceitável tanto para os monges antigos quanto para os cristãos modernos. Por sinal, o sentido de *acédia* é próximo ao de “indolência”. Aqui não custa lembrar que “indolência” e “indolor” são duas palavras cujas raízes são idênticas. No sentido religioso cristão do termo, “indolência” tinha a ver com a incapacidade de se compadecer pela dor do próximo. No fundo, “indolência” tem a ver com falta de compaixão. Na escala dos valores morais do cristianismo, indolência, preguiça, ócio e *acédia* serão colocados na categoria dos piores vícios humanos.

Em relação à crítica cristã à ociosidade e à preguiça, Weber escreveu,

o trabalho profissional racional, é isso exatamente que Deus exige. (...) ‘*para Deus, é permitido trabalhar para ficar rico*’. A riqueza só é reprovável precisamente e somente como tentação de abandonar-se ao ócio, à preguiça e ao pecaminoso gozo da vida, e a ambição de riqueza somente o é quando o que se pretende é poder viver mais tarde sem preocupação e prazerosamente. (...) *Querer* ser pobre, costumava-se argumentar, era o mesmo que querer ser doente (...), quem pede esmola estando apto ao trabalho não só comete o pecado da preguiça, como também afronta o amor ao próximo, diz a palavra do apóstolo” (2004: 147-8).

Apesar de tantas críticas à preguiça, a Idade Média e a moral cristã burguesa moderna não conseguiram exterminar o ócio e o lazer. A plasticidade histórica do lazer o tornou apto a ser moldado de acordo com múltiplas e novas funções morais, políticas, econômicas, religiosas, hedonistas, consumistas, filantrópicas...

Sabe-se que várias festas populares atuais são derivadas de celebrações e feriados religiosos; como é o caso do carnaval, das festas juninas - como as de São João, Santo Antônio e São Pedro - do natal e da páscoa. A Igreja Católica, na posição de instituição que exercia o monopólio quase total sobre o tempo livre dos indivíduos na época pré-moderna, determinou a definição de experiências de lazer ajustadas à sua visão de mundo, algumas das quais vivenciadas até os dias de hoje. A evolução, e, em boa medida, a laicização, do carnaval e das festas juninas são um exemplo da versatilidade dos lazeres e das festas que, não obstante sua origem “sagrada”, ganharam um sentido mundano e, frequentemente, confrontador dos padrões de comportamento ditados pela moral católica.

Durante e depois da Idade Média, a ociosidade e a preguiça foram consideradas a fonte de boa parte dos males e dos vícios, tanto pessoais quanto sociais. Apesar da feroz e

longeva crítica cristã aos prazeres da carne e à perda de tempo, novas formas de experiência do tempo livre apareceram com o início da Era Moderna. Não se tratava mais de usar o tempo disponível para a contemplação da glória divina ou para ajudar o próximo em sua dor. O sentido dado às práticas não-produtivas foi profundamente modificado no processo de “desencantamento do mundo” que caracterizou o surgimento da modernidade.

O historiador inglês E.P Thompson descreveu o desenvolvimento de uma nova disposição social com relação ao uso do tempo livre. Segundo ele, esse processo se fortaleceu durante a primeira fase da Revolução Industrial. “Os festivais pagãos que a Igreja tinha incluído em seu calendário na Idade Média (...) reverteram a festividades puramente seculares no século XVIII” (Thompson, 1992:54). Nesse momento, a Igreja ainda defendia e impunha com algum sucesso que os domingos deveriam ser consagrados às obrigações religiosas. Entretanto, a lógica capitalista - ao lado de sistemas de governo inerentes aos Estados modernos - começava a exigir uma nova função para o tempo livre das massas: era preciso que os trabalhadores descansassem durante os finais de semana e feriados, e que se tornassem, quando possível, consumidores de bens e serviços durante o seu tempo de lazer. O tempo livre deveria ser empregado de modo previsível, sendo assim, era necessário controlar o risco dos trabalhadores desocupados causarem revoltas políticas ou atentados à propriedade privada durante sua desocupação. A transformação do fiel cortês que vai à igreja em um consumidor dócil e civilizado que vai ao *shopping*, e que, durante as férias, se transforma em turista, foi fundamental para a emergência da experiência do lazer no início da Era Moderna. O lazer moderno aparecerá - por volta dos séculos XVII e XVIII - como o produto da disputa entre o Capital e a Igreja por domingos e feriados⁹.

1.3. Lazer e Ócio: Renascimento

A influência do pensamento da Antiguidade Clássica sobre a cultura europeia dos séculos XVI e XVII provocou uma revalorização da concepção de lazer. Com a passagem da Idade Média para a modernidade, a Igreja Católica perdeu grande parte do poder sobre o tempo livre das pessoas. O processo de secularização e de racionalização que caracteriza o desen-

⁹ Laurent Turcot, historiador canadense especialista na temática do lazer, parece concordar com essa perspectiva ao escrever que: *reste que les loisirs, au fil des ans, ne se définissent plus systématiquement en fonction de la scansion religieuse du temps, et un des éléments qui permettent d’évaluer ce basculement est la lente dévitalisation religieuse de ce jour du Seigneur qu’est le dimanche* (Turcot, 2016:375).

volvimento da cultura europeia durante aquele período teve influência sobre as experiências de lazer no ocidente moderno. A ociosidade e a preguiça não deixaram de ser consideradas um mal social e espiritual que deveria ser enfrentado arduamente, porém uma nova concepção, menos negativa, do lazer começou a reaparecer.

Nós vimos que a ginástica surgiu na Grécia Antiga. Porém, ela caiu em desuso durante o Império Romano - cuja população se satisfazia mais com os combates mortais entre gladiadores do que com as competições esportivas e inofensivas inventadas pela elite grega. Durante a Idade Média, a ginástica também foi desprestigiada e negligenciada. Naquela época, séculos após as festas pagãs dos romanos terem terminado, os eventos que obtinham maior sucesso entre os europeus ocidentais cristãos eram os espetáculos públicos de suplícios de infiéis e de animais.

A moral cristã da Idade Média condenava o culto ao corpo praticado nos ginásios gregos, bem como a crueldade das arenas romanas da Antiguidade. Não obstante, ela utilizava variadas técnicas de salvação da alma dos seres vivos através de processos de expurgação espiritual que amiúde comprometiam a integridade física daqueles que serviam de plataforma ou vetor para ideias e condutas condenáveis. A purificação das almas nas fogueiras da inquisição católica eliminou, de uma só vez, imensos pecados e um enorme contingente de pecadores. Nota-se, assim, que os espetáculos romanos fatais do *panis et circenses* e os rituais públicos medievais de correção dos infiéis foram, em diversos sentidos, práticas corporais e culturais consideravelmente distintas da ginástica e das olimpíadas dos gregos antigos. Enquanto os helênicos pretendiam moldar e preservar a forma e a aptidão de seus corpos através de jogos não letais e honoríficos, os patrícios romanos e os cristãos medievais preferiam espetáculos de martírio físico - inicialmente de cristãos e, posteriormente, de pagãos - respaldados por um jogo político-litúrgico-jurídico-penal no qual quem perdia o processo, quase sempre, perdia a vida de forma exemplar e, em muitos casos, desonrosa e dolorosa.

Apesar do ostracismo milenar, a ginástica foi retomada durante o período que convencionalmente ficou conhecido como “Renascimento”. Ter um corpo belo e ativo deixou de ser visto como vaidade ou como uma tentação leviana. O lazer ativo, na forma de exercícios físicos e de jogos mentais e sociais, passou então a ser considerado uma fonte de benefícios para a saúde do corpo e do espírito, sendo portanto mais que uma mera frivolidade. Ter um lazer ativo e útil poderia servir inclusive como antídoto para os riscos da ociosidade, da apatia, da

acédia e da preguiça. Tal concepção - de um lazer *pró-ativo* - será determinante para a experiência moderna do lazer, como veremos nos próximos capítulos.

Durante o século XVI e XVII se observa uma reinterpretação da ginástica inventada pelos gregos antigos - Turcot fala inclusive de um “renascimento do corpo” (2016: 283) naquela época. Sendo assim, durante o Renascimento, se nota uma retomada do sentido antigo da palavra “ócio”, que, lavada do despreço com que era tratada pela moral cristã, retomou parte de sua herança nobre e voltou a ser associada à ideia de educação e de escola. Nesse momento da história do Ocidente reaparece um discurso sobre o tempo livre no qual se entende que jogar, estudar, aprender e brincar requerem uma certa distância das atividades puramente econômicas e dos dogmas religiosos.

Durante o Renascimento, a ociosidade continua sendo vista como a “mãe de todos os vícios”, no entanto uma nova concepção de lazer começa a surgir como alternativa eficaz para se evitar o pecado da preguiça e os riscos do ócio. Além disso, nesse momento da história ocidental, o lazer retoma seu papel de instrumento pedagógico. Os exercícios físicos e a ginástica foram revalorizados e retomados como oportunidade para o desenvolvimento corporal, espiritual e social dos indivíduos.

On craint l'oisiveté, mère de tous les vices, ces exercices étant présentés comme des loisirs utiles. Les jeux collectifs, comme les jeux de balles ou encore la paume, deviennent une école du savoir-vivre qui permet d'apprendre aux nobles à respecter les règles, à prendre des décisions rapidement comme à accepter honorablement la défaite. Plus qu'un programme d'éducation physique utilitariste, il s'agit d'un modèle de comportements à adopter sur le champ de bataille, mais aussi dans toutes les situations sociales qui définiront l'ordinaire du courtisan (Turcot, 2016: 285).

As sociedades de corte, na transição da Idade Média para a modernidade, desenvolveram um sofisticado conjunto de regras de convívio social. Nesse contexto, as práticas de lazer se apresentavam como um meio eficaz de introjetar e reforçar tais regras nos indivíduos de modo a orientar-lhes a conduta pública e privada. As cortes europeias - antes mesmo do desenvolvimento das teorias científicas higienistas, urbanistas e sanitaristas que marcam a modernidade industrial - criaram normas de etiqueta e de cuidados pessoais altamente precisas e complexas, muitas das quais sobreviventes até hoje. Os modos à mesa, além de certos hábitos de higiene pessoal e técnicas cosméticas receberam grande atenção das cortesãs e dos cavalheiros nos séculos XVI e XVII.

Para a sociedade de corte do Antigo Regime era importantíssimo saber se portar apropriadamente em todas as ocasiões, tanto sociais e quanto íntimas. Era preciso saber viver e,

mais importante ainda, era indispensável conseguir viver às custas de rendas vindas de um bom patrimônio.

De acordo com Elias,

A existência social [dos cortesãos e dos cavaleiros] não se fundamentava apenas *de facto* numa renda não produzida pelo trabalho: viver desta e, portanto, sem qualquer ocupação tinha, nesses círculos, um alto valor. Com a ascensão da burguesia econômica e política, mudou esse *ethos* aristocrático. Esperava-se que seus membros, pelo menos os do sexo masculino, trabalhassem para ganhar a vida (Elias, 1993:253, vol. 2).

Nas cortes absolutistas da transição do feudalismo para a modernidade, começa a se desenhar o “espírito” do lazer moderno. As sociedades mercantilistas e cortesãs que precederam as sociedades capitalistas industriais já esboçavam um projeto formal para a utilização do lazer. A ideia de que o tempo livre deveria ser aproveitado em benefício da saúde, da formação intelectual e moral dos sujeitos começou a ganhar força, em detrimento da ideia de que os dias e horas livres deveriam ser consagrados à obrigações religiosas. Em outras palavras, por volta dos séculos XVII e XVIII, os lazeres ativos, úteis e laicos ganharam proeminência em relação aos lazeres pios e contemplativos propostos pela Igreja.

É possível dizer que, no ocidente, houve um processo de laicização dos lazeres, sobretudo a partir do período renascentista e, com mais intensidade, com a chegada do capitalismo moderno. Tal processo foi fundamental para a configuração do lazer tal qual nós o conhecemos. O historiador E. P. Thompson descreve o processo de secularização das festas pré-modernas:

acima de tudo, a Igreja perdia o controle sobre o “lazer” dos pobres, suas festas e festivais, e, com isso, sobre uma grande área da cultura plebeia” segundo ele, “a secularização do calendário é acompanhada de uma secularização do estilo e da função das festas. Se a festa não fosse pagã, novas funções seculares eram acrescentadas ao antigo ritual (Thompson, 1998: 52).

A laicização das festas religiosas foi um processo que esteve intimamente ligado à gênese do lazer moderno. Como veremos mais adiante, a sociologia do século XX afirma que o lazer, na modernidade, corresponde a uma fração do tempo livre que escapa, em grande medida, ao controle das instituições “básicas da sociedade” - como a Igreja, o Estado e a família (Dumazedier, 2008:55). Para a sociologia do lazer dumazediana, as obrigações rituais e institucionais ligadas à vida religiosa não são propriamente um lazer no sentido moderno do termo. Tais obrigações, a despeito da motivação e da boa-vontade demonstradas pelos indivíduos que delas participam, carecem da liberdade e do individualismo que permeiam a experiência moderna do lazer. Para a sociologia do lazer de Dumazedier, o lazer moderno, diferente-

mente dos “lazerres pios” medievais, é uma atividade mais determinada pela inclinação subjetiva e do que pela coerção social exercida pelas instituições religiosas, familiares e políticas.

É inegável que vários jogos e lazeres sofreram influência de preceitos religiosos ao longo da história. Entretanto, o poder da Igreja não foi capaz de suprimir práticas profanas, às vezes moralmente condenáveis, de lazer apreciadas por seus fiéis. Segundo Joffre Dumazedier, “Uma parte do que era pecado aos olhos da instituição religiosa é [hoje] reconhecida como arte de viver” (2008: 59).

Apesar da aversão da Igreja cristã em relação aos jogos de azar, eles nunca desapareceram completamente das sociedades ocidentais. Nós vimos que, durante a Idade Média, a Igreja Católica buscou suprimir a prática dos jogos de azar por se tratar de uma especulação e de uma provocação com relação à providência divina. Todavia, com a intensificação do comércio marítimo durante o período Renascentista houve um crescimento do setor financeiro, sobretudo, nas penínsulas itálica e ibérica. Os Estados Modernos recém criados decidiram então criar um jogo que ajudaria no fortalecimento dos cofres públicos: a loteria.

A diminuição da coerção exercida pela Igreja sobre as práticas comerciais, assim como o processo de racionalização das condutas e de “desencantamento do mundo”, favoreceram o desenvolvimento desses jogos financeiros altamente rentáveis para seus organizadores - fossem eles banqueiros particulares ou Estados monárquicos. As loterias apareceram pela primeira vez no século XIV, em Veneza, e se disseminaram por vários estados europeus nos séculos seguintes, inclusive a Igreja Católica, crítica raivosa dos jogos de azar, não resistiu à tentação de tirar proveito das loterias para encher seus caixas e financiar suas obras.

Como vimos acima, as transformações históricas do lazer envolvem questões éticas, econômicas, políticas, culturais, cosmológicas, religiosas e morais. Um olhar de longa duração sobre a história das acepções sobre o lazer e sobre o ócio mostra que conceitos vistos como positivos no passado podem mudar radicalmente sua posição da escala dos valores morais. Aquilo que era nobre e digno poder vir a ser tido como vil e pecaminoso, e vice-versa.

O ócio era considerado um *bem* para as civilizações antigas. A burguesia foi a primeira classe dominante que viu no trabalho produtivo e no comércio uma fonte de valores éticos e de salvação eterna. Segundo Paul Lafargue, no manifesto intitulado *O Direito à Preguiça*:

Enquanto lutava contra a nobreza, a qual, na época, tinha o apoio do clero, a burguesia defendia o livre-arbítrio e o ateísmo; mas hoje, triunfante, mudou de tom e de postura e quer escorar na religião a sua supremacia econômica e política. Nos séculos XV e XVI, tinha retomado vivamente a tradição pagã e glorificava a carne e as paixões, reprovadas pelo cristianismo; em nossos dias, empanturrada de bens e prazeres, a burguesia renega

os ensinamentos dos seus pensadores, os Rabelais, os Diderot, e prega a abstinência aos assalariados (2003:15).

A reprovação moral da ociosidade, da preguiça, do desperdício de tempo e de dinheiro é um elemento fundamental da ética cristã-burguesa característica do ocidente moderno. Max Weber, na mesma época que Lafargue, examinou os impactos dessa ética no desenvolvimento do capitalismo e na relação dos sujeitos modernos com o trabalho profissional. Da mesma maneira que os tipos de trabalho se modificaram ao longo do tempo em função de questões técnicas e culturais, as formas de lazer que surgiram ao longo da história humana se alteraram em conformidade com as relações que elas estabeleceram com as práticas econômicas, os costumes sociais e as estruturas institucionais que as rodeavam.

Se adotássemos uma concepção do lazer bastante flexível e uma perspectiva histórica de longa duração, seria possível notar que o lazer assumiu diversas formas ao longo do tempo, que vão desde a ginástica dos gregos antigos aos combates fatais entre gladiadores na Antiguidade Romana; ou, desde os espetáculos públicos dominicais que supliciavam hereges na Idade Média às variadas modalidades esportivas, de jogos e torneios que apareceram nas cortes absolutistas; ou ainda, desde as recém-criadas festas cívicas e trabalhistas republicanas às incontáveis alternativas de lazer entre amigos, parentes, lojas, restaurantes e hotéis disponíveis atualmente. Assumindo esta aceção do lazer, sociologicamente flexível e historicamente dilatada, veríamos que todas as formas de lazer são possíveis - ou, ao menos, notaríamos que a criatividade humana para inventar meios de diversão é quase infinita.

Por mais brutais e injustas que algumas práticas recreativas possam parecer - se olhadas a partir de nosso ponto de vista moderno, civilizado e humanista - todas elas nos revelam de algum modo a busca humana, demasiada humana, pelo prazer e pela felicidade. Em todas as Eras, as práticas de lazer foram - no *lato sensu* - manifestações da vontade infinita dos homens por sensações agradáveis ou apenas por descanso das obrigações sociais e materiais menos urgentes. A tranquilidade e a excitação buscadas no lazer podem ser geradas pelos mais variados estimulantes ou calmantes, tanto químicos quanto sociais.

Um estudo aberto - portanto, interdisciplinar - sobre a história social do lazer mostraria que esse fenômeno assumiu múltiplas formas ao longo do tempo e das regiões de nosso planeta. Isso quer dizer que, as funções sociais que o lazer desempenhou ao longo da história e da superfície terrestre são mutantes. Elas vão desde a correção moral do corpo e do

espírito de indivíduos indisciplinados ao divertimento desinteressado, irrefletido - ou mesmo irresponsável e violento. O universo do lazer cobre desde as maratonas diurnas em prol da saúde dos hipertensos e diabéticos aos “pegas” de carro promovidos na madrugada por jovens saudáveis, mais ou menos abastados.

Segundo Norbert Elias, “poucas sociedades humanas existem, se é que existe alguma, que não possuam um equivalente às nossas actividades de lazer” (1992:73). Levando-se em conta a análise histórica feita acima, é possível concluir que o lazer foi continuamente modificado por condições históricas, econômicas e culturais. Semelhantemente, a sociologia deixou claro que o lazer se diferencia consideravelmente de acordo com as classes (ou os extratos) sociais que o experimentam. Nesse sentido, o CEO que pratica golf, montanhismo ou paraquedismo nos fins de semana e o vendedor varejista que joga futebol e toma cerveja com os amigos são sujeitos que desfrutam - cada um a seu modo - o lazer.

No próximo capítulo serão analisadas algumas formas modernas de experiência do lazer. Como as relações capitalistas de trabalho afetaram o modo de viver o lazer na modernidade? Quais os impactos da Revolução Industrial sobre o lazer das sociedades modernas? Se nós trabalhamos para viver, seria o lazer uma chance de vivermos para consumir? Quais as relações existentes entre trabalho, lazer e consumo? Essas questões serão discutidas no segundo capítulo.

Da mesma forma que as tecnologias modernas de produção e de divisão do trabalho alteraram as relações do homem moderno com sua profissão, sem que o trabalho deixasse de existir por completo, o lazer também passou por transformações ao longo da história humana e, no entanto, continua a existir apesar das profundas alterações sofridas por ele. Logo, nota-se que existe uma eterna renovação do lazer. Aliás, é justamente por conta das transformações que são capazes de suportar que esses fenômenos sociais - o trabalho e o lazer - podem ter histórias tão longas nas mais diversas sociedades e épocas que atravessaram. Perceber as modificações pelas quais esses fenômenos sociais - correlativos ao lazer - passaram ao longo do tempo e do espaço é uma perspectiva tanto da história quanto da sociologia; além de ser um trabalho genealógico e um ensaio sobre a atualidade, ao mesmo tempo.

Após termos visto a ascendência (e, por vezes, a decadência) do lazer e do ócio em sociedades antigas, nós passaremos à análise de formas mais modernas de vivência do tempo livre. O modo como nós trabalhamos na modernidade gerou novas determinações para o lazer,

bem como produziu novas nuances na dinâmica entre lazer e poder. Nós veremos que, os dispositivos de lazer podem estar a serviço de diferentes interesses, tanto de governo, quanto de transgressão ou de resistência. De modo que, em suas relações com o poder, o lazer pode funcionar como um dispositivo de governamentalidade que permite a manutenção da ordem vigente e, às vezes, pode atuar como uma forma de resistência e de transgressão aos padrões de exploração e de dominação estabelecidos.

CAPÍTULO 2 - A EMERGÊNCIA DAS TECNOLOGIAS MODERNAS DE LAZER

No capítulo anterior foi feita uma análise das formas de lazer em sociedades pré-industriais, ou seja, sociedades fundamentalmente agrícolas e pastoris. Agora, é preciso compreender como a industrialização afetou a vivência do lazer. O prolongamento da jornada de trabalho é um dos efeitos característicos da modernidade industrial, contudo as sociedades modernas apresentam uma gama enorme de opções de lazer. Como o modo de produção (e de consumo) industrial se relacionam com a disponibilização do lazer? Além disso, quais as implicações da “ética do trabalho” na vivência do lazer?

As análises das formas de trabalho que apareceram na Modernidade serviram de ponto de partida para várias interpretações sociológicas. Com a sociologia do lazer não foi diferente, ela esteve em estreita relação com a sociologia do trabalho como veremos mais adiante. A sociologia marxista do lazer, por exemplo, em geral faz a análise das relações de trabalho e dos seus impactos na experiência do tempo livre na modernidade. Neste capítulo será exposta parte da teoria marxista, a qual constitui a base de uma das vertentes da sociologia do lazer brasileira.

2.1. Trabalho e Lazer na Modernidade

Um espectro ronda as sociedades modernas: o espectro do lazer. Ao longo dos últimos dois séculos, houve uma multiplicação de atividades diversas com funções recreativas, de divertimento, de repouso e de entretenimento, as quais estavam inseridas em intervalos de tempo divididos por períodos de trabalho, como as férias, os feriados e os fins de semana. De acordo com Joffre Dumazedier, autor considerado o fundador da sociologia do lazer na França, a proliferação dos lazeres se deve primordialmente a três fatores, sendo eles: 1. o elevado desenvolvimento industrial e urbano associado à sofisticação dos meios tecnológicos-científicos; 2. a intensificação da pressão de grupos políticos e sociais reivindicantes de espaços e de leis que favorecessem as práticas de lazer; 3. a diminuição do controle exercido pelas instituições religiosas, políticas e familiares sobre o tempo livre dos indivíduos.

Sobre o primeiro fator, Dumazedier afirma:

Antes de mais nada a produção do tempo livre, invólucro que contém o tempo de lazer, é, evidentemente, o resultado de um progresso da produtividade, proveniente da aplicação das descobertas científico-técnicas; todos os economistas concordam quanto a este ponto, de Marx a Keynes(2008: 55).

As Ciências Econômicas durante muito tempo buscaram averiguar em que medida a divisão do trabalho e a automação possibilitariam a liberação do tempo e do esforço humano dedicados ao trabalho produtivo. De tal sorte que, o desenvolvimento tecnológico dos meios de produção foi considerado pela economia neoclássica possibilidade para a eliminação de grande parcela do trabalho diário. Adam Smith, por exemplo, afirmava que a divisão do trabalho e a liberdade econômica permitiriam o desenvolvimento mais eficiente de uma maquinaria específica para cada procedimento requerido pelo processo de produção.

Logo no início do processo de industrialização na Europa, economistas e filósofos discutiram a respeito da possibilidade da redução das horas de trabalho através da aplicação de técnicas de produção racionais e cientificamente testadas ao sistema produtivo. Adam Smith (2010) observava que a crescente divisão do trabalho empreendida na produção industrial aumentara significativamente a produtividade das empresas modernas. Isto teria como consequência um crescimento geral do nível de riqueza das nações que adotassem esse tipo de produção. De modo que, no vocabulário do economista escocês, a divisão do trabalho e, por conseguinte, o aumento de sua força produtiva, levaria à “opulência universal”, inclusive às classes mais pobres.

Segundo Adam Smith, o princípio da divisão do trabalho, além de elevar o nível geral de riqueza da sociedade, torna possível a existência de uma classe especial de cidadãos que se dedica a atividades não-produtivas, como a filosofia e a especulação, por exemplo. O autor argumentava que tal princípio (da divisão do trabalho), quando aplicado aos negócios da produção intelectual, favorecia o aumento quantitativo da produção científica e da expertise dos cientistas. Nas palavras do economista:

No progresso da sociedade, a filosofia ou especulação torna-se, como qualquer outro emprego, a principal ou única ocupação e negócio de uma classe particular de cidadãos. Tal como toda ocupação, também se subdivide em um grande número de ramos diferentes, cada um permitindo o trabalho de uma peculiar tribo ou classe de filósofos, e essa subdivisão do emprego da filosofia, bem como todo outro negócio, melhora a destreza e poupa tempo. Cada indivíduo torna-se mais experto em seu ramo particular, mais trabalho é realizado pelo todo e a quantidade de ciência é consideravelmente elevada por isso.

É a grande multiplicação de produção de todas as diferentes técnicas, em consequência da divisão do trabalho, que ocasiona, em uma sociedade bem governada, aquela opulência universal que se estende às classes mais baixas do povo (...) uma abundância geral difunde-se por todas as classes sociais (Smith, 2010:23).

O desenvolvimento da automação juntamente com o intensificação da divisão do trabalho eram considerados por Adam Smith uns dos fatores principais que contribuíram para

facilitar e abreviar o trabalho humano na Era Moderna. O autor britânico ressaltava que a divisão do trabalho melhorava a destreza do trabalhador e reduzia o esforço despendido em cada ação integrante do processo produtivo. Em sua obra-prima, *Riqueza das Nações*, ele nos relata a história de um garoto operário que é significativa da engenhosidade gerada pela divisão do trabalho em atividades cada vez mais simples e, a meu ver, da, não menos importante, criatividade despertada pelo desejo humano de livrar-se de trabalhos cada vez mais repetitivos e monótonos.

Nas primeiras máquinas a vapor, um menino era sempre usado para abrir e fechar alternadamente a comunicação entre a caldeira e o cilindro, conforme o cilindro subisse e descesse. Um desses meninos, que gostava de brincar com seus companheiros, notou que, atando um cordão da alavanca da válvula que abria a comunicação a outra parte da máquina, a válvula abria e fechava sem sua assistência, deixando-o livre para divertir-se com os colegas em brincadeiras. Um dos maiores aperfeiçoamentos feitos nessa máquina foi, assim, descoberta de um menino que queria eximir-se do trabalho (Smith, 2010: 22).

O desejo de brincar e de ter lazer com os amigos levou o menino operário do século XVIII a realizar uma inovação técnica importante na máquina a vapor. Nota-se que o objetivo desse ato criativo do garoto não era de modo algum aumentar a força produtiva do seu trabalho, mas sim dispensar sua atenção e sua execução manual. Apesar desse belo exemplo de inteligência que poupa trabalho, geralmente, antes de se buscar reduzir a quantidade de trabalho, as inovações técnicas implantadas por empresas orientadas pela lógica capitalista são destinadas ao aumento da produtividade. A necessidade de contínuo crescimento econômico, a despeito das facilidades criadas pelas técnicas de automação da produção, força a jornada de trabalho para cima ou, ao menos, impede que ela reduza radicalmente sua duração no modo de produção capitalista. Tanto é assim que, a jornada de trabalho se estabilizou dentro de limites temporais que não correspondem ao avanço das forças produtivas nas últimas décadas. Em 1932, ou seja, há quase um século, a Organização Internacional do Trabalho estabeleceu o princípio das 8 horas diárias e 48 horas semanais de trabalho. No caso do nosso país, o Brasil, a jornada de trabalho ficou estável em 48 horas semanais durante mais de cinquenta anos. Após 1988, com a nova Constituição Federal, a jornada caiu para 44 horas semanais e manteve-se constante desde então. Isto quer dizer que, durante mais de oitenta anos a jornada de trabalho no Brasil praticamente não se alterou, malgrado as profundas mudanças infraestrutu-

rais que nosso país sofreu de lá pra cá, tanto no setor produtivo quanto nos meios de transportes e de comunicação¹⁰.

Apesar da trágica constatação de que o tamanho da jornada de trabalho não é inversamente proporcional ao crescimento da capacidade produtiva da sociedade, e de que a redução da quantidade de trabalho não depende unicamente da descoberta de novas técnicas de produção, é importante observar que a criatividade geradora de inovações tecnológicas pode ser motivada tanto pelo objetivo de crescimento da produtividade quanto pelo desejo de se ter lazer o mais rápido possível, como fica evidente na história do garoto operário mencionado em *A Riqueza das Nações*. Se, por um lado, o ócio é considerado o pai dos vícios, por outro, a história de certas inovações técnicas facilitadoras do trabalho nos indica que a preguiça talvez seja a mãe da criatividade.

No século XVIII, Adam Smith defendeu que a divisão do trabalho e a liberdade econômica eram as bases para o crescimento da riqueza das nações. No século posterior ao do economista escocês, Karl Marx apontará os graves conflitos sociais produzidos por esta divisão e por sua aplicação capitalista.

Marx considerou o trabalho como uma categoria ontológica fundamental do ser humano. Em sua análise, a maneira como os seres humanos se organizam para executar as tarefas necessárias para a produção dos recursos materiais indispensáveis à sua sobrevivência foi tida como um fator determinante da estrutura social. Em outras palavras, a organização e a divisão social do trabalho são compreendidas por Marx como fatores definidores das instituições, das relações e das classes sociais. Na perspectiva marxista, a divisão da sociedade em classes economicamente determinadas é uma expressão da divisão do trabalho. De forma que, a estrutura da sociedade de classes é marcada pela diferenciação funcional do seu sistema de trabalho.

Segundo a teoria marxista, a distinção entre trabalho material e trabalho intelectual (espiritual) só se torna possível no interior de uma estrutura econômica onde um grupo de pessoas pode se eximir de atividades estritamente produtivas enquanto outro grupo é encarregado de tais tarefas. As relações de produção - isto é, as relações de trabalho desenvolvidas entre grupos humanos para garantir a produção e reprodução de sua vida material - são, na análise marxista, o fator explicativo da existência de uma classe social que se vê desobrigada

¹⁰ Ver: Dal Rosso, S. *A Jornada de Trabalho na sociedade: o castigo de prometeu* - São Paulo : LTr, 1996.

de lidar diretamente com a atividade produtiva e, em contrapartida, determina a condição de outra classe que trabalha para sustentar a si mesma e para alimentar aqueles que trabalham apenas com o “espírito”. O trabalho agrícola, as tarefas domésticas, da mesma maneira que a confecção de tecidos e ferramentas, são tidas como atividades de pouca estima social se comparadas ao ofício de um sacerdote, de um jurista ou de um político, por exemplo. Nesse sentido, relações de produção nas quais uma classe social pode explorar a produção de outra classe - ou seja, onde é possível reconhecer quem manda e quem obedece, bem como quem tira vantagem dessa relação de mando e obediência - é o que torna possível um modo de vida livre do trabalho por parte de um grupo social, geralmente pequeno, de privilegiados.

Na teoria marxista, a presença de uma “classe intelectual” no interior da estrutura social - ou seja, a existência de um setor da sociedade que pode viver completamente livre da atividade produtiva - é resultado de relações econômicas concretas. A divisão do trabalho e, por conseguinte, a definição de classes sociais destinadas a diferentes modos de vida - uns serão camponeses, operários, artesãos, serviçais, comerciantes, para que outros possam ser sacerdotes, políticos, intelectuais, artistas, militares, supervisores ou burocratas - é um fator determinante da estrutura social. Para que alguns possam viver livres do trabalho manual - e por vezes acreditarem que não estão ligados aos processos econômicos mundanos e ignóbeis - é preciso que outros vivam para a labuta. Segundo Marx,

a divisão do trabalho só se torna realmente divisão a partir do momento em que surge uma divisão entre trabalho material e espiritual. A partir desse momento, a consciência *pode* realmente imaginar ser outra coisa diferente da práxis existente, representar algo sem realmente representar algo real - a partir de então, a consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. ‘puras’. (Marx, 2007:35).

O modo de organização da produção das bases materiais necessárias à reprodução da vida social é, na visão de Marx, o elemento central do desenvolvimento histórico da sociedade. Na análise do pensador alemão, o trabalho produtivo pode ser entendido como o primeiro “fato social” ou como o primeiro “fato histórico”, no sentido de que é a partir dele - e das relações sociais que ele constrói - que a sociedade se estabelece e se modifica ao longo do tempo. Segundo essa perspectiva, desde os primórdios da história, os homens estão empenhados e conectados entre si no esforço de satisfação de suas necessidades vitais. Desse modo, a organização e a divisão do trabalho são, na análise de Marx e dos teóricos ligados a ele, algo como o “primeiro motor da história”. O estabelecimento de relações produtivas (re-

lações de trabalho, portanto) e, posteriormente, a constituição de relações de troca são considerados - na teoria de Marx - o propulsor da diáspora humana sobre a Terra ao longo dos milênios.

Segundo o autor,

a ‘história da humanidade’ deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. (...) Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens - uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma ‘história’, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos (Marx, 2007:34).

Para Marx, a “consciência” ou o “espírito” não são entidades “puras”, independentes da relação concreta dos homens entre si e com a natureza. Da mesma maneira, as manifestações culturais, estéticas, místicas, filosóficas e políticas - por mais ociosas e etéreas que elas possam parecer às vezes - estariam em estreita relação com a dinâmica econômica da sociedade.

O ‘espírito’ sofre, desde o início, a maldição de estar ‘contaminado’ pela matéria, (...) A linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens. Desde o início, portanto a consciência já é um produto social e continuará sendo enquanto existirem homens (Marx, 2007:35).

Se para haver uma “consciência”, ou um “espírito”, capitalista é preciso haver a existência prévia e concreta do capitalismo - como nos ensina Karl Marx - não é menos verdade que o capitalismo requer a presença de certa ética, de certos valores sociais e de uma certa “consciência”, sem os quais nada se faz ou, pelo menos, nada faz sentido. Para Marx, sem dúvida é o capital que faz o capitalista. Entretanto, no sistema capitalista, o trabalho produtivo ou rentável envolve motivações subjetivas que escapam à determinações puramente materiais ou financeiras. Aqui, não podemos esquecer a lição de Max Weber, segundo a qual, uma conduta de vida eticamente orientada para o ganho econômico é a marca distintiva do capitalismo moderno. O “‘Capitalismo’ existiu na China, na Índia, na Babilônia, na Antigüidade e na Idade Média. Mas (...) faltava-lhe precisamente esse *ethos peculiar*” (Weber, 2004:45)¹¹.

¹¹ Em um aforismo intitulado *A laboriosidade no Sul e no Norte*, Friedrich Nietzsche também refletiu sobre esse “*ethos peculiar*” que caracteriza uma conduta de vida voltada para o trabalho e para o ganho econômico. Eles escreveu “A laboriosidade nasce de dois modos bem distintos. Os trabalhadores do Sul se tornam laboriosos não pelo impulso de ganhar, mas pela constante necessidade alheia. Porque sempre há alguém a desejar que lhe ferrem o cavalo, que lhe reparem a carroça, o ferreiro está sempre em atividade. Se ninguém aparecesse, ele iria vadiar na praça do mercado. Não é preciso muito para se alimentar num país fértil, ele não necessitaria mais que um pequena quantidade de trabalho (...). Mas a laboriosidade dos trabalhadores ingleses tem por trás de si o sentido do ganho: ele é cômico de si mesmo e de suas metas” (Nietzsche, 2005:236).

A sensação de obrigatoriedade no cumprimento do dever profissional e a ideia de que o ganho econômico deve ser sempre buscado - se constituindo como uma razão de conduta legítima por si mesma - são eixos centrais desse *ethos peculiar* do capitalismo moderno de que nos fala Weber. Para além das explicações materialistas unilaterais, a sociologia compreensiva weberiana ensina que não se deve negligenciar o fato de que o interesse dos sujeitos em produzir e acumular capital infinitamente (e sempre que possível) depende de circunstâncias culturais e históricas muito específicas. Isto quer dizer que, um “espírito capitalista” é uma particularidade ética e cultural da modernidade ocidental. Tal “espírito” não é, de forma alguma, uma qualidade universal ou a-histórica do Homem. O trabalho de produção e reprodução do capital (e da lógica capitalista) depende desse *ethos* particular, *sui generis*, decisivo para sua realização e perpetuação.

Aqui não se trata de substituir uma explicação materialista-histórica por outra culturalista-idealista, mas de evitar interpretações sociológicas *mono-causais* e determinismos históricos unilaterais. É preciso deixar claro também que este tipo de interpretação (unilateral ou mono-causal) foi evitada e rejeitada tanto por Marx quanto por Weber. Não foi à toa que Marx escreveu o seguinte em uma nota de rodapé de *O Capital*, “o protestantismo, transformando os dias tradicionais de festas em dias de trabalho, desempenhou importante papel na gênese do capital” (2011:318). Não seria insensatez achar que esta frase poderia facilmente ter saído da caneta de Weber.

O tipo e a quantidade de trabalho existente em uma determinada sociedade depende de múltiplos fatores de ordem tanto técnica-material quanto cultural e social. O uso que as sociedades fazem do aparato tecnológico de que dispõem envolve razões práticas/materiais tal como motivos éticos/culturais/cosmológicos¹².

Karl Marx e Adam Smith reconheceram a possibilidade de redução das horas de trabalho por meio da aplicação de descobertas tecnológicas – feitas quer por cientistas profis-

¹² Segundo informações da antropologia, “os grandes ganhos de produtividade tornados possíveis na Nova Guiné, pela substituição de ferramentas de rocha por machados de metal, não levaram a uma intensificação da produção horticultura, como uma boa lógica marginalista teria permitido esperar, mas a uma realocação do tempo assim economizado em relação a atividades socialmente desejáveis, tais como a guerra e a vida cerimonial” (Descola 2002:4). O antropólogo Philippe Descola, no texto *Genealogia de Objetos e antropologia da objetivação*, afirma que “toda técnica resumindo-se a uma relação entre o homem e a matéria viva (nela compreendido ele mesmo) ou inorgânica, esta relação deve ser objetivável, ou seja, representável a partir do estoque preexistente de relações consideradas como possíveis no interior do conjunto cultural considerado” (2002:1). Descola ilustra essa proposição com a explicação da rejeição da domesticação animal por parte da população ameríndia amazônica. A técnica de domesticação dos animais para subsistência ou para ganhos econômicos seria logicamente possível naquele contexto, no entanto, ela não aparece no interior das sociedades indígenas estudadas pelo antropólogo francês. Descola se questiona o porquê dessa “não ocorrência”. A implicação disso é que uma nova técnica - como a domesticação produtiva de animais, por exemplo - não seria adotada caso ela colocasse em risco a reprodução dos valores e do sistema social da cultura sobre a qual ela se funda.

sionais, quer por leigos – à produção industrial. No entanto, não podemos esquecer que a análise histórica marxista mostra exaustivamente como o desenvolvimento tecnológico da maquinaria e da divisão do trabalho, na época em que o capitalismo ainda engatinhava, permitiu a exploração cada vez maior do tempo e da produção da massa de trabalhadores.

A aplicação capitalista da maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revoluciona os métodos de trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra a oposição contra aquela tendência. Demais, ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital. Daí esse estranho fenômeno da história da indústria moderna: a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho (Marx, 2011: 465).

A análise marxista questionou se os avanços da automação haviam, de fato, diminuído a intensidade do trabalho e o tamanho de sua jornada. Nas palavras do autor,

Um primeiro exame põe em evidência que a indústria moderna deve aumentar extraordinariamente a produtividade do trabalho, ao incorporar as imensas forças naturais e a ciência ao processo de produção; o que não está claro, entretanto, é se essa elevada produtividade não se realiza à custa de maior dispêndio de trabalho (Marx, 2011: 443).

A história do nascimento da sociedade capitalista mostrou que, durante muito tempo, a tecnologia de produção criou apenas a *possibilidade*, mas nunca a *realidade*, da diminuição da quantidade de trabalho para a maioria da população. Em *Principles of political economy*, de 1848, John Stuart Mill já colocava sob suspeita os efeitos libertadores da automação sobre a quantidade de trabalho: “É duvidoso que as invenções mecânicas feitas até agora tenham aliviado a labuta diária de algum ser humano”. Convém esclarecer que, na teoria de Marx, o desenvolvimento tecnológico em si mesmo não é, de modo algum, considerado o responsável pelo aumento do tempo de trabalho observado nas sociedades industrializadas dos séculos XVIII e XIX. Para Marx, o desenvolvimento da maquinaria, enquanto técnica produtiva, não pode ser posto como causa do prolongamento da jornada de trabalho. Segundo o autor,

A maquinaria, como instrumental que é, encurta o tempo de trabalho; facilita o trabalho; é uma vitória do homem sobre as forças naturais; aumenta a riqueza dos que realmente produzem; mas, com sua aplicação capitalista, gera resultados opostos: prolonga o tempo de trabalho, aumenta sua intensidade, escraviza o homem por meio das forças naturais, pauperiza os verdadeiros produtores (Marx, 2011: 503).

A tendência de crescimento da jornada de trabalho, que Marx denunciou na sociedade industrial nascente, não é considerada decorrência direta da mecanização, mas da aplicação capitalista dessas novas técnicas produtivas ao processo de produção. A passagem da manufatura para a indústria, indiscutivelmente, reduziu o tempo de trabalho necessário para pro-

duzir determinada mercadoria, entretanto, tal elevação da produtividade, orientada pela lógica capitalista, não teve como efeito a redução da jornada de trabalho, mas sim o aumento constante da produção de mercadorias através da exploração de trabalho além do tempo mínimo necessário. Marx escreveu o seguinte no segundo volume d'*O Capital*: “o prolongamento desmedido da jornada de trabalho revelou-se o produto mais genuíno da grande indústria mecanizada” (Marx, 2011:578). ele concluiu que, “no modo de produção capitalista o trabalho necessário só pode constituir uma parte da jornada de trabalho, e a jornada de trabalho, portanto, nunca pode reduzir-se a esse mínimo” (2011: 270). Disso resulta, de acordo com ele,

o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho [a máquina] no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor (Marx, 2011: 465).

A extensão da jornada de trabalho - possibilitada pela ampliação e iluminação artificial dos prédios das fábricas e pelo desenvolvimento de uma maquinaria cada vez mais pesada e concentrada em bairros industriais - provocou mudanças comportamentais profundas na sociedade ocidental. O trabalho, que antes era regulado pelo ritmo natural das estações do ano ou pelo ciclo biológico das espécies (como era o caso da produção agrícola e pastoril), passou a ser controlado pela marcha uniforme dos relógios e pelo acender e apagar das luzes de prédios fechados - a princípio alimentados com óleo de baleia ou gás, mais tarde, com corrente elétrica. Os instrumentos de trabalho, antes leves e mais portáteis, se tornaram máquinas grandes e pesadas que exigiam a construção de prédios especiais capazes de abrigá-las.

A transição do modo de produção artesanal feudal para o modo de produção industrial capitalista criou possibilidades de controle e de prolongamento da jornada de trabalho nunca vistas na história. No final do século XVIII e no decorrer do século XIX, o crescimento da jornada legal de trabalho atingiu níveis absurdos. Mulheres e crianças eram legalmente submetidas a jornadas de 12 horas diárias de trabalho. Marx apontava que a regulação da jornada de trabalho - através da qual se estabelece suas pausas, o começo e o fim da jornada, a exclusão das crianças abaixo de certa idade etc. - estava intimamente relacionada com o desenvolvimento e com a concentração da maquinaria e com a superexploração da força de trabalho tornada possível pelo modo industrial de produção. Segundo o autor,

As modificações no modo material de produção e as correspondentes modificações nas relações sociais dos produtores deram origem, primeiro, a abusos desmedidos e provocaram, em contraposição, o controle social que regula e uniformiza a jornada de trabalho e suas pausas, limitando-a legalmente (Marx, 2011:342).

A sociedade ocidental, no século de Smith e, principalmente, no século de Marx, parecia estar imersa em trabalho infinito. O genro de Marx, Paul Lafargue, autor do brilhante e do iconoclasta ensaio, *Le Droit à La paresse*, o qual pode ser tomado como o primeiro manifesto em favor do lazer dos trabalhadores nas sociedades industriais, escreveu: "A nossa época é, dizem, o século do trabalho; na verdade, é o século da dor, da miséria e da corrupção" (Lafargue, 2003: 29).

O desenvolvimento fabril e a expansão colonial, que fizeram crescer o mercado mundial e as ciências econômicas, transformaram os países europeus exportadores de produtos manufaturados e industrializados em potências político-econômicas mundiais, entretanto, isso tudo se deu às custas da deterioração de sua gente nas manufaturas e nas fábricas do século XIX. O sogro de Lafargue já explicitava antes dele que: "o prolongamento desmedido da jornada de trabalho revelou-se o produto mais genuíno da grande indústria mecanizada" (Marx, 2011: 579). Tanto Marx quanto Lafargue perceberam e informaram que uma diminuição radical das horas de trabalho só seria possível na medida em que o desenvolvimento técnico-científico das sociedades industriais estivesse atrelado a relações de produção bem diferentes das observadas no capitalismo moderno. Como a noção e as práticas de lazer encontraram condições para seu desenvolvimento no mar de trabalho que foi os primórdios da sociedade industrial?

Marx e Engels discutiram a respeito das questões ligadas à jornada de trabalho no interior das sociedades industriais capitalistas. Eles notaram que, se por um lado, a crescente divisão do trabalho e o progresso da automação aumentavam a eficiência do sistema produtivo, por outro, elas geravam imensos conflitos entre duas classes sociais cujos interesses eram contraditórios entre si: uma classe que desejava aumentar o máximo possível a jornada de trabalho e outra que queria poupar suas energias e seu tempo. As disputas em torno do estabelecimento de uma jornada legal de trabalho são expressão concreta do conflito capital travado entre a burguesia e o proletariado.

A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. Começando essa luta no domínio a indústria moderna, travou-se primeiro na terra natal dessa indústria, a Inglaterra (Marx, 2011:343).

O aumento da divisão do trabalho e da automação tornaram a totalidade do processo produtivo mais complexa. Na análise marxista, uma das consequências da sofisticação do parcelamento do trabalho e da maquinaria foi a criação de cadeias produtivas altamente interdependentes.

Adam Smith argumentou que a divisão do trabalho melhorava a produtividade geral e a expertise dos trabalhadores, ao passo que Marx e Engels notaram que a extrema especialização das funções envolvidas no processo produtivo da indústria capitalista levava a uma situação na qual os trabalhadores não dominavam a totalidade do processo de produção em que estavam inseridos, além de serem alienados do produto do seu trabalho. Segundo Marx, em consequência da divisão sistemática do trabalho, “a mercadoria deixa de ser produto individual de um artífice independente que faz muitas coisas para se transformar no produto social de um conjunto de artífices, cada um dos quais realiza, ininterruptamente, a mesma e única tarefa parcial” (Marx, 2011: 392).

Com a industrialização do sistema produtivo no Ocidente, a substituição da força de trabalho humana por forças mecânicas e naturais colocou os trabalhadores em uma posição de impotência frente às exigências dos capitalistas proprietários dos meios de produção. Contudo, a extração de trabalho da massa de trabalhadores é fisicamente e socialmente limitada. Por conta disso, Marx afirma:

possui a jornada de trabalho um limite máximo. (...) Durante uma parte do dia, o trabalhador deve descansar, dormir; durante outra, tem de satisfazer necessidades físicas, alimentar-se, lavar-se, vestir-se etc. Além de encontrar esse limite puramente físico, o prolongamento da jornada de trabalho esbarra em fronteiras morais. O trabalhador precisa de tempo para satisfazer necessidades espirituais e sociais cujo número e extensão são determinados pelo nível geral de civilização. Por isso, a variação da jornada de trabalho ocorre dentro de limites físicos e sociais (Marx, 2011: 270-271).

O crescimento da automação e da eficiência da organização do processo de trabalho, por si só, não garantem uma redução da jornada de trabalho. Enquanto o objetivo final do sistema produtivo for produzir o maior número possível de mercadorias, uma redução efetiva do tempo de trabalho só pode existir enquanto uma possibilidade remota, quase utópica. A regulação da jornada de trabalho se deu a partir de uma violenta negociação política entre duas classes com interesses opostos. De um lado, os burgueses, que compram trabalho e pretendem tirar dele o máximo de proveito possível através do prolongamento da jornada, de outro, os operários, que vendem seu trabalho, e desejam poupar sua energia e gastar o mínimo possível

do único recurso de que dispõem: sua *força de trabalho* - isto quer dizer, seu corpo e seu tempo em vida.

A limitação legal da jornada de trabalho foi o resultado de uma luta secular entre a classe que compra e a classe que vende trabalho. Durante os primeiros séculos da industrialização na Europa, a jornada de trabalho foi prolongada assustadoramente. Não demorou para que a sociedade ocidental percebesse os problemas sociais e sanitários associados à exploração do trabalho em jornadas extremamente longas. Surge então a concepção de que os trabalhadores necessitavam de um tempo livre para recompor suas energias e para se humanizarem. A vivência de um tempo livre do trabalho na fábrica ou no escritório se torna, nesse momento, mais que uma recompensa pelo sucesso profissional da classe burguesa ou que um privilégio de aristocratas que vivem de renda. Nas sociedades modernas industriais, o tempo livre e o lazer nele inserido se constituem em direito social de todos os cidadãos.

A industrialização é considerada pela sociologia do lazer como uma condição fundamental para o aparecimento deste fato social nas sociedades modernas. Além de fornecer diversos bens de consumo que fazem parte da experiência do lazer na modernidade, a indústria moderna provocou uma reorganização do tempo na qual tempo de trabalho e tempo livre se tornaram cada vez mais diferenciáveis.

O lazer é considerado pela sociologia como um produto dessa nova forma de organização do trabalho, do consumo e do tempo que se inicia já no século XVIII. De acordo com Gilles Pronovost,

S'il est une hypothèse chère à la sociologie du loisir, c'est celle de l'importance centrale et décisive de la « révolution industrielle » dans la genèse et la formation du loisir moderne, dont la nature et les traits essentiels seraient spécifiques. Curieusement, peu d'études historiques ont vraiment tenté de scruter plus en profondeur une telle hypothèse (1983:12).

Apesar dos poucos estudos históricos sobre o papel da revolução industrial na gênese do lazer moderno - e do fato de que a ideia do lazer enquanto fruto da revolução industrial é uma hipótese cara para a sociologia contemporânea - as pesquisas sociológicas nos indicam que parte determinante do lazer moderno é resultado das relações de trabalho estabelecidas pelo modo de produção capitalista e pelas regulamentações legais de trabalho acarretadas por elas. Dumazedianos e Marxistas afirmam isso. O direito ao trabalho e ao emprego, ao lado das regulações sobre a jornada e sobre os tipos de ocupação, são as bases para a regulação do tempo livre e para o desenvolvimento de um direito ao lazer.

Hoje o lazer consta no artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, no caso brasileiro, o lazer, tal qual o trabalho, é um de nossos direitos constitucionais. Mas isto não quer dizer que o lazer se resume a sua existência enquanto direito social ou trabalhista. Em sua vida cotidiana os sujeitos dão sentidos múltiplos à sua relação com o lazer que não se restringem à ideia de que eles estão simplesmente usufruindo de um direito.

Nos países cujo processo de industrialização é mais antigo observava-se, principalmente a partir do século XIX, o início da produção industrial de produtos e serviços de lazer. Um exemplo do aumento do interesse pela massificação e pela comercialização de certos lazeres pode ser tomado no surgimento de diversas fábricas especializadas na produção de artigos recreativos como brinquedos, jogos de tabuleiro, bonecas, bolas, cartas de baralho, bicicletas etc. O aparecimento da indústria do turismo também é expressão deste processo de constituição de um mercado em torno do lazer.

Na virada do século XVIII para o XIX, nota-se o surgimento de várias medidas de combate à ociosidade, ao lado do aparecimento de formas de vivência do tempo livre ligadas a classes que trabalham, isto é, o lazer - tanto o burguês quanto o operário. Nos países industriais, por volta dos séculos XVIII e XIX, intensifica-se a importância dada à ideia de que a ocupação do tempo de não-trabalho deveria seguir certos preceitos. Neste momento se consolida aquilo que poderíamos chamar de “a moderna crítica moral da ociosidade”. Aqui também começa a aparecer o problema (sobre o qual se falará muito no século seguinte, o XX) do lazer das massas. Mais do que utilizá-lo como ocasião para gastar dinheiro com os divertimentos modernos e mundanos, fazendo a máquina capitalista girar, foi preciso construir uma ética e uma política para o lazer popular.

2.2. A Experiência Moderna do Lazer

É preciso distinguir o lazer moderno de outros tipos de experiências que ocorrem no tempo liberado do trabalho. Para alguns autores, como E. P. Thompson e J. Dumazedier, corre-se o risco de cometer anacronismo ao se usar o termo “lazer” para se referir às experiências do tempo livre do trabalho nas sociedades pré-modernas. De acordo com o historiador inglês:

o termo ‘lazer’, evidentemente, é em si anacrônico. Na sociedade rural em que persistiam a pequena lavoura e a economia doméstica, bem como em grandes áreas da indústria

manufatureira. a organização do trabalho era tão variada e irregular que é ilusório traçar uma distinção nítida entre ‘trabalho’ e ‘lazer’(Thompson, 1998:52).

Nas sociedades tradicionais, as concepções de jornada de trabalho e de tempo livre não eram iguais às de hoje. As manufaturas domésticas do final da Idade Média ou o labor agrário das sociedades do Mundo Antigo não estabeleciam a mesma separação entre vida privada e vida profissional - e entre tempo de lazer e jornada de trabalho - que nós, modernos, estabelecemos. Na economia das sociedades pré-industriais, as atividades produtivas eram frequentemente realizadas em locais familiares. Um exemplo desse tipo de produção pode ser tomado no trabalho dos artesãos que precederam as manufaturas e as fábricas modernas. O trabalho de artesanato e de confecção era realizado nos lares dos próprios artesãos e dos costureiros. Outro exemplo: os camponeses medievais, muito embora não fossem proprietários da terra na qual trabalhavam, residiam no mesmo local em que exerciam sua atividade profissional. No contexto social pré-moderno, local de trabalho e de residência frequentemente coincidiam. De maneira correlativa a essa indiferenciação espacial, havia uma relativa indistinção entre a jornada de trabalho e o tempo livre. Alguns pensadores da Pós-modernidade (como Zygmunt Bauman, David Harvey, Manuel Castells, Jean-François Lyotard e Hartmut Rosa) afirmam que existe atualmente - e novamente - uma *des-diferenciação* entre trabalho e tempo livre (Rosa, 2019:344). Isso aponta novos problemas teóricos e metodológicos para as pesquisas sobre a alocação e a disponibilidade de tempo no mundo contemporâneo.

ainda mais graves parecem ser as consequências da fragmentação temporal e da dissipação de fronteiras entre as formas, lugares e horários das atividades: quando o trabalho remunerado é executado em casa, entre afazeres domésticos e cuidados com os filhos, quando atividades de lazer são coordenadas do local de trabalho, quando mensagens de *e-mail* pessoais, profissionais e voluntárias são processadas desordenadamente e correspondentes ligações telefônicas são realizadas, então a coordenação temporal é altamente dificultada. Ela se torna quase impossível quando as atividades não podem mais ser categorizadas claramente, pois as fronteiras das esferas do trabalho, da família e do tempo livre se misturam até se dissiparem no indistinguível: aquele que escuta Beethoven no escritório e, no entanto, encontra a solução para seu mais grave problema profissional na sala de concerto, que organiza suas relações de amizade e suas atividades de lazer de forma que elas sirvam ao avanço profissional, praticando cada vez mais importante *networking*, escapa às redes de pesquisa de alocação temporal (Rosa, 2019:258).

Por essa razão, é notável que, para a sociologia do lazer do século XXI, a tarefa conceitual de distinguir o lazer de outras formas de experiência do tempo livre se mostra mais complicada que para a chamada “sociologia clássica”; esta última pôde observar delimitações temporais e práticas mais bem definidas e contornáveis em relação à organização do tempo.

Por ora, continuemos a análise dessas formas “apenas” modernas de organização e de ocupação do tempo livre do trabalho.

Segundo a historiadora feminista Silvia Frederici,

Ao se buscar a disciplina social, um ataque foi lançado contra todas as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas - incluindo esportes, jogos, danças, funerais, festivais e outros rituais grupais que haviam servido para criar laços e solidariedade entre os trabalhadores. O ataque foi sancionado por um dilúvio de leis, 25 na Inglaterra somente para regulação de tabernas, entre 1601 e 1606 (...) Peter Burke (1978), em sua obra sobre o assunto, explicou esse processo como uma campanha contra a ‘cultura popular’ (2017:162).

De acordo com o historiador inglês E. P. Thompson, os pensadores moralistas e utilitaristas do século XVIII escreveram inúmeros folhetos que exaltavam o hábito do trabalho constante e a utilização racional do tempo. Na virada do século XVIII para o XIX surgiu um ataque sem precedentes aos costumes, esportes e feriados populares, sob justificativa de que era necessário fazer um melhor “uso-econômico-do-tempo” (Thompson, 1998:292). As brigas de galos, o combate entre bois e cães e as “rinhas” de cães, chamados na Inglaterra “animals sports”, eram passatempos bastante apreciados pela classe trabalhadora nos séculos XVIII e XIX. Com o passar dos anos, esses lazeres populares vieram a ser considerados imorais, brutais e pouco civilizados, de modo que eles foram progressivamente abolidos por intervenção das campanhas em favor da proteção dos animais e dos bons costumes.

É possível identificar também que, entre as classes altas, a prática da caça esportiva era um lazer muito prestigiado até o início da modernidade. Ao longo do século XX houve um combate contínuo dos movimentos ecologistas a esta prática esportiva. Atualmente, no século XXI, os circos e os zoológico estão sujeitos a críticas semelhantes, que envolvem razões fundamentadas não somente no direito dos animais, mas também na ideia de um lazer educativo e moralmente correto.

Entre os séculos XVIII e XIX, apareceu uma série de medidas de repressão à vagabundagem, que buscavam prevenir não apenas a ociosidade total daqueles que não trabalhavam, mas também diminuir a porosidade e a intermitência do trabalho dos indivíduos empregados. De acordo com Thompson, já havia no século XVIII livros com normas e técnicas para o controle e disciplinamento da força de trabalho. O sistema registrado de relógio de ponto, por exemplo, começa a se desenvolver naquele século. De acordo com o *Livro de Leis da Siderurgia*:

Com a finalidade de detectar a preguiça e a vilania, bem como recompensar os justos e diligentes, achei conveniente criar um registro de tempo feito por um supervisor; assim

determino, e fica pelo presente determinado, que das cinco às oito horas e das sete às dez horas são quinze horas, das quais se tira 1,5 para o café da manhã, o almoço etc. Haverá portanto treze horas e um serviço semirregular (Crowley, 1796 apud Thompson, 1998:290).

É notável que, durante e após a Revolução Industrial, houve uma multiplicação de mecanismos sociais e legais de combate ao ócio e à perda de tempo. Entretanto, ainda é preciso investigar - para além do desenvolvimento dos mecanismos de combate à preguiça e à improdutividade - a profusão de tecnologias de lazer que aparecem como alternativas desejáveis de vivência do tempo livre do trabalho nas sociedades modernas.

Por quais razões ocorreu a proliferação de medidas e de discursos em torno do uso adequado do tempo de não-trabalho nas sociedades modernas? Quais são as estratégias e os objetivos das programações de lazer adotadas na modernidade? De que maneira o planejamento do lazer aparece como um mecanismo de ajustamento dos sujeitos ao sistema social vigente? Quais forças sociais exerceram pressão sobre o lazer na Era Moderna? Por que certos lazeres, considerados aceitáveis no passado, são condenados hoje em dia? De que maneira novas formas de controle do tempo livre foram inventadas com o passar dos anos?

Segundo E. P. Thompson, o lazer se mostra como um grave problema sociológico:

estamos agora num ponto em que os sociólogos passaram a discutir o “problema” do lazer. E uma parte do problema é: como o lazer se tornou um problema? O puritanismo, com seu casamento de conveniência com o capitalismo industrial, foi o agente que converteu as pessoas a novas avaliações do tempo; que ensinou as crianças a valorizar cada hora luminosa desde os primeiros anos de vida; e que saturou as mentes das pessoas com a equação ‘tempo é dinheiro’. Um tipo recorrente de revolta no capitalismo industrial ocidental, a rebeldia da boêmia ou dos beatniks, assume frequentemente a forma de zombar da premência dos valores do tempo respeitáveis.

Se vamos ter mais tempo de lazer no futuro automatizado, o problema não é “como as pessoas vão conseguir *consumir* todas essas unidades adicionais de tempo de lazer?”, mas “que capacidade para a experiência terão as pessoas com esse tempo livre?”. Se mantemos uma avaliação de tempo puritana, uma avaliação de mercadoria, a questão é como *empregar* esse tempo, ou como será aproveitado pelas indústrias de entretenimento. Mas se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais mais enriquecedoras e descompromissadas; como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida (Thompson, 1998: 302).

De acordo com o historiador inglês, uma nova concepção sobre o tempo ganhou forma na modernidade. Por volta da segunda metade do século XVIII, ou seja, no contexto da primeira Revolução Industrial inglesa, a ruptura entre a jornada de trabalho e os outros tempos da vida social se tornou mais abrupta, de forma que o modo como as pessoas experimentavam e agenciavam suas rotinas foi profundamente reconfigurado.

O processo de industrialização não provocou mudanças apenas na organização do tempo de trabalho, mas também alterou a relação das pessoas com o tempo livre e o lazer. A emergência de novas tecnologias de produção - juntamente como o estabelecimento de novas formas de relação social e controle sobre a força de trabalho - exigiu simultaneamente o desenvolvimento de técnicas inéditas de administração e normatização do tempo de não trabalho.

Assim como o trabalho produtivo nas sociedades capitalistas, o lazer envolve uma certa ética. À primeira vista, se percebe que a ética do lazer diz respeito à seguinte questão: qual seria a melhor forma de utilizar o tempo disponível para além do trabalho profissional?

A interiorização de uma concepção do tempo como algo fragmentado, regulado e organizado - própria das sociedades industriais modernas - veio ao encontro da ética puritana/burguesa que glorifica o trabalho e condena a ociosidade. A forma moderna de concepção e organização do tempo, ao lado da ideia de que o trabalho árduo e constante é o único meio de prosperidade realmente legítimo, implicam uma conduta de vida disciplinada e auto-controlada por parte dos sujeitos, inclusive durante seu repouso.

A ética puritana - que rejeitava como moralmente inaceitáveis o abuso do álcool, do prazer sexual e da perda de tempo - defendia que a saúde física e moral dos homens dependia de um estilo de vida austero, laborioso, sério e sóbrio. Nós veremos mais adiante que, os primeiros discursos sobre o lazer na modernidade aparecem justamente no contexto da Inglaterra Vitoriana, o qual era marcado, como se sabe, por uma rígida disciplina não somente em torno do uso do tempo, mas também em relação à modelagem dos corpos dos indivíduos.

Para a constituição de uma população útil, saudável e capacitada para o trabalho fabril ou burocrático é imprescindível que se tenha sob-controle o tempo de vida de seus membros. A extração do tempo se constitui então como uma das principais funções de variados dispositivos implantados pelas sociedades industriais modernas..

Após a Revolução Industrial observa-se a emergência de uma série de dispositivos cuja função é transformar a força de trabalho potencial das pessoas em força produtiva real. É por isso que, em grande parte dos programas adotados pelas empresas capitalistas, nota-se a preocupação de “como fazer do tempo e corpo dos homens, da vida dos homens, algo que seja força produtiva” (Foucault, 2003: 122). Nas palavras de Foucault, “para o capitalismo industrial funcionar é preciso que o tempo dos homens seja oferecido ao aparelho de produção; que

o aparelho de produção possa utilizar o tempo de vida, o tempo de existência dos homens. É para isso e desta forma que o controle se exerce” (Foucault, 2003: 116).

A possibilidade de controle e extração eficaz do tempo dos indivíduos é condição fundamental para o desenvolvimento da sociedade capitalista. De acordo com o autor francês, um desnível de poder no plano das relações sociais é o que permite transformar o trabalho humano em mais-valia e, portanto, em sobre-lucro, através da exploração do tempo e da força de trabalho além do mínimo necessário. Foucault explica que,

Tal como foi instaurado no século XIX, esse regime [o capitalista] foi obrigado a elaborar um conjunto de técnicas políticas, técnicas de poder, pelo qual o homem se encontra ligado a algo como o trabalho, um conjunto de técnicas pelo qual o corpo e o tempo dos homens se tornam tempo de trabalho e força de trabalho e podem ser efetivamente utilizados para se transformar em sobre-lucro. Mas para haver sobre-lucro é preciso haver sub-poder. É preciso que, ao nível mesmo da existência do homem, uma trama de poder político microscópico, capilar, se tenha estabelecido fixando os homens ao aparelho de produção, fazendo deles agentes de produção, trabalhadores. A ligação do homem ao trabalho é sintética, política; é uma ligação operada pelo poder. Não há sobre-lucro sem sub-poder (2003: 125).

Foucault discorda da ideia partilhada por muitos economistas segundo a qual o trabalho seria a “essência concreta” do homem. Para o autor, “é preciso a operação ou a síntese operada por um poder político para que a essência do homem possa parecer como sendo a do trabalho” (2003:124). O surgimento de uma ética (ou moral) do trabalho, e da ideia de que o trabalho seria a “essência concreta” do homem, depende de certa sedimentação das relações sociais na qual se observa uma clara diferença de poder entre as partes em relação.

A possibilidade de ocorrência de uma relação social de dominação, de mando e obediência, é uma das condições fundamentais para a concretização da exploração econômica de trabalho humano. É esta condição desigual no nível das relações de poder - da política, portanto - que permite a alguém colocar os outros para trabalharem para si de modo a lhe gerar benefícios econômicos. Esse tipo de relação social, na qual vemos a submissão da vontade de muitos pelas ordens de outrem, faz o trabalho ser sentido como uma obrigação - ou coerção - moral e social irresistível.

Para a análise das condições de surgimento do lazer moderno ter-se-ia de considerar o impacto que diversas instituições modernas exercem sobre o tempo dos indivíduos. Este tipo de abordagem pode ser notada nos escritos de Foucault sobre as técnicas de extração do tempo. Ele afirma que por volta do começo do século XIX observa-se o surgimento de inúmeras instituições voltadas para o controle do tempo dos indivíduos, de modo que fosse cada vez mais possível a transformação desse tempo em tempo de trabalho. O controle do

tempo é, segundo Foucault, fundamental para a sociedade industrial capitalista. Nas palavras do autor,

são necessárias duas coisas para que se forme a sociedade industrial. Por um lado, é preciso que o tempo dos homens seja colocado no mercado, oferecido aos que o querem comprar, e comprá-lo em troca de um salário; e é preciso, por outro lado, que este tempo dos homens seja transformado em tempo de trabalho. É por isso que em uma série de instituições encontramos o problema e as técnicas da extração máxima do tempo. (Foucault, 2003: 116)

De acordo com Foucault, algumas fábricas do início da modernidade controlavam inteiramente o tempo de seus funcionários, uma vez que nelas os trabalhadores eram mantidos em regime de internato por meses ou anos. As primeiras “instituições totais” de extração de trabalho apareceram primeiro na terra natal da indústria capitalista, a Inglaterra. O exemplo mais antigo deste tipo de estabelecimento data do século XVII, por volta de 1631 em Abingdon.¹³

As chamadas *workhouses*, ou fábricas-prisões, eram casas de trabalho para a população pobre que não podia manter sua subsistência nas cidades recém industrializadas. A multiplicação de tais instituições estava ligada à promulgação da *Poor Law* de 1834. A “lei dos pobres” pretendia oferecer ajuda social aos indivíduos incapazes de trabalhar - aos “pobres involuntários” - mas também combater os problemas relacionados aos mendigos e aos andarilhos desocupados - os “pobres voluntários”, por assim dizer. Tal aparato legal e institucional favorecia a centralização do controle sobre a mão-de-obra disponível, além de beneficiar grandes burgueses que pretendiam operar *workhouses* e obter lucro através da exploração do trabalho de seus internos.

De acordo com Paul Lafargue, na França do início do século XIX o interesse pelo controle e pela exploração total do tempo dos mais pobres estava presente inclusive no discurso do imperador. Lafargue escreveu o seguinte, começando sua passagem com uma citação de Napoleão Bonaparte segundo a qual:

‘Quanto mais os meus povos trabalharem, menos vícios terão’, escrevia Napoleão, em Osterode, em 5 de maio de 1807. ‘Eu sou a autoridade [...] e estaria disposto a ordenar que aos domingos’, após a hora dos ofícios (religiosos), as lojas estivessem abertas e os operários fossem para o seu trabalho’.

Para extirpar a preguiça e curvar os sentimentos de orgulho e de independência que esta gera, o autor de *Essay on trade*¹⁴ propunha aprisionar os pobres nas casas ideais do trabalho (*ideal workhouses*), que se tornariam ‘casas de terror onde se trabalhariam 14 horas por dia, de tal forma que, excetuando o tempo das refeições, ficariam 12 horas completas de trabalho’.

¹³Ver: Higginbotham, Peter. *Workhouses of the North*. The History Press; 2 edition. 2006

¹⁴ *An essay on trade and commerce*, escrito por um autor anônimo e publicado em Londres em 1770.

Doze horas de trabalho por dia, eis o ideal dos filantropos e moralistas do século XVIII.
(Lafargue, 2003:27)

No século XIX e um pouco antes, além das fábricas com regime de internato também eram comuns os colégios-internos, nos quais os alunos permaneciam reclusos por vários meses. A escola, segundo E. P. Thompson, também foi uma instituição - mesmo que não industrial - utilizada para inculcar o “uso-econômico-do-tempo”. De acordo com o historiador, os moralistas do final do século XVIII reclamavam que as ruas de Manchester viviam cheias de “crianças vadias esfarrapadas; que estão não só desperdiçando seu tempo, mas também aprendendo hábitos de jogo” (Clayton, 1755 apud Thompson, 1998: 292). William Temple, outro moralista citado por Thompson, advogava, em 1770, “que as crianças pobres fossem enviadas com quatro anos aos asilos de pobres, onde seriam empregadas nas manufaturas e teriam duas horas de aulas por dia” (Temple, 1770 apud Thompson, op. cit.). Tais asilos-escolas funcionavam como instrumentos de combate ao ócio e à delinquência infantil. Em outras palavras, a escola-interna idealizada pelos moralistas-utilitaristas ingleses do século XVIII e XIX deveria operar como um mecanismo de disciplinamento do tempo e dos corpos dos jovens, além atuar como um dispositivo capaz de surtir efeitos sobre a segurança urbana e sobre a economia.

A partir do século XX, as instituições de ensino (e de trabalho) passaram a atuar de modo mais difuso, de forma que a totalidade do tempo dos indivíduos não estava mais destinada apenas a uma instituição particular. As instituições que controlam o tempo dos sujeitos – denominadas por Foucault “instituições de sequestro” – não mais o fazem sozinhas, como ocorria em algumas fábricas e colégios internos do século XIX. É por isso que, segundo o autor francês, “vemos multiplicar-se, então [no século XX], instituições em que o tempo das pessoas se encontra controlado, mesmo não sendo efetivamente extraído em sua totalidade, para tornar-se tempo de trabalho” (Foucault, 2003:117).

Diante disso, cabe se questionar sobre o seguinte: as instituições de lazer não seriam mais um fruto desta condição social na qual o tempo e os corpos dos sujeitos devem atender às exigências do sistema produtivo mesmo que fora do local de produção e da jornada de trabalho? A multiplicação de instituições de lazer - privadas, estatais e não-governamentais - não seria uma consequência dessa necessidade do sistema industrial de controlar a força de trabalho? Eu diria que não, ou, pelo menos, que não é só isso. As causas da proliferação de

instituições de lazer na modernidade são se restringem à determinações puramente econômicas ou a imperativos do sistema produtivo e das relações de trabalho capitalistas. Todavia tais elementos são fundamentais para a compreensão da emergência do lazer moderno.

Adotando o vocabulário foucaultiano para os fins desta pesquisa, é possível afirmar que, as “instituições de sequestro” passaram a controlar as atividades dos indivíduos não somente no decorrer do tempo de trabalho social, mas inclusive ao longo dos períodos de lazer e desemprego, para que assim tais indivíduos pudessem manter-se sempre disponíveis para um futuro recrutamento pelo mercado (de trabalho). Nas palavras de Foucault,

Para que a economia, por um lado, tivesse a flexibilidade necessária, era preciso, havendo necessidade, poder desempregar os indivíduos; mas por outro lado, para que os operários pudessem depois do tempo de desemprego indispensável recomeçar a trabalhar, sem que nesse intervalo morressem de fome, era preciso que tivessem reservas e economias (2003: 117).

Esse é o motivo, de acordo com Foucault, da fundação das associações de amparo aos trabalhadores, como os sindicatos e as caixas econômicas, por exemplo. Tais instituições surgem, portanto, da necessidade de gerir as economias dos trabalhadores para que eles não gastassem indevidamente seus recursos: “Eles não devem utilizar suas economias no momento em que desejarem, para fazer greve ou para festejar” (Foucault 2003: 117). Este controle das finanças dos trabalhadores decorreria então do interesse de se transformar inclusive o tempo livre (ou de desemprego) dos assalariados em algo que permitisse a manutenção contínua da força e do mercado de trabalho. É possível pensar que as políticas de lazer e as medidas de seguridade social relativas ao tempo de não trabalho servem de potencializadoras da atividade produtiva, mesmo que de forma indireta. Foucault conclui,

O tempo do operário, não apenas o tempo do seu dia de trabalho, mas o de sua vida inteira, poderá efetivamente ser utilizado da melhor forma pelo aparelho de produção; é assim que sob a forma destas instituições aparentemente de proteção e de segurança se estabelece um mecanismo pelo qual o tempo inteiro da existência humana é posto à disposição de um mercado de trabalho e das exigências do trabalho. A extração da totalidade do tempo é a primeira função destas instituições de sequestro. Seria possível mostrar, igualmente, como nos países desenvolvidos este controle geral do tempo é exercido pelo mecanismo do consumo e da publicidade (2003: 118).

É interessante notar que o aumento do número e dos tipos de instituições - tanto privadas, quanto públicas e da sociedade civil (no caso destas últimas, instituições não-governamentais e sem fins lucrativos) - cuja atividade é declaradamente a promoção de lazeres coincide com a diminuição do número das chamadas “instituições totais” de trabalho - ou, uti-

lizando o vocabulário empregado por Foucault, das “instituições de sequestro” - ligadas à exploração da mão-de-obra através de regimes de internamento. Nos séculos XVIII e XIX ainda eram comuns as fábricas-prisões, ou *workhouses*. Em determinado momento do processo de desenvolvimento do sistema capitalista, por volta da virada do século XIX para o XX, a rigidez do regime dessas instituições totalitárias se mostrou obsoleta e dispendiosa. Segundo Foucault,

A carga econômica dessas instituições revelou-se imediatamente muito pesada e a estrutura rígida dessas fábricas-prisões levou, muito depressa, muitas delas à ruína. Finalmente, todas desapareceram. Com efeito, no momento em que houve uma crise de produção, em que foi preciso desempregar um certo número de operários, em que foi preciso readaptar a produção; no momento em que o ritmo do crescimento da produção acelerou, essas casas enormes, com um número fixo de operários e uma aparelhagem montada de forma definitiva, revelaram-se absolutamente não válidas. Preferiu-se fazer desaparecer estas instituições, conservando-se, de algum modo, certas funções que elas desempenhavam (2003:111).

A dinâmica da sociedade capitalista fragmentou a atividade de controle do tempo e dos corpos dos sujeitos¹⁵. A rarefação das “instituições totais” de trabalho, nas quais os trabalhadores eram mantidos em internamento por meses ou anos, é contemporânea ao aparecimento de inúmeras instituições, tanto públicas quanto privadas, cujo interesse é oferecer formas desejáveis e/ou rentáveis de ocupação do tempo livre. Ora, é desta época que datam os começos de uma série de estabelecimentos de tipos bastante diferentes cuja função é promover e/ou comercializar produtos e experiências de lazer. É desta mesma época o surgimento das primeiras fábricas especializadas na produção de brinquedos e de outros artigos recreativos. Segundo Walter Benjamin, “no século XIX a produção de brinquedos será objeto de uma indústria específica” (1994: 245). Isto quer dizer que, as fábricas de brinquedo não estavam mais dependentes de outras indústrias “mais sérias”. A fabricação de bonequinhos de madeira, por exemplo, deixava de ser feita com os restos dos trabalhos da carpintaria e da marcenaria e passava a se constituir como uma indústria independente, com uma engenharia de produção própria¹⁶.

¹⁵Recentemente, na segunda década do século XXI, têm-se noticiado o aumento do número de fábricas com regime de internamento. Vide a situação de inúmeras fábricas chinesas, dentre elas, em especial, a Foxconn que tem constantemente registrado casos de suicídios em seus alojamentos, ou mesmo a situação de trabalho escravo dos bolivianos empregados pelos donos de grife na indústria têxtil de São Paulo.

¹⁶A história da *Lego* é significativa para a visualização deste processo de autonomização da indústria do lazer. Embora a empresa tenha sido aberta como fábrica de brinquedos em 1932 e trabalhe atualmente com produtos de plástico, seus primórdios remontam à aquisição de uma loja e oficina de carpintaria pelo humilde carpinteiro dinamarquês Ole Kirk Christiansen. O estabelecimento original comprado por Christiansen foi fundado no final do século XIX, em 1895, com propósitos inicialmente nada educativos, recreativos ou lúdicos.

Também é aqui que se observa a consolidação do turismo como uma experiência/ serviço de lazer a ser oferecido e explorado comercialmente em larga escala. De certo modo, o lazer enquanto um produto industrial comercializável, e uma experiência pessoal planejada por instituições específicas, é um filho da *Belle Époque*. Tanto é assim que os piqueniques, os cafés, os parques, os cabarés, as praias, os bares, os passeios pelas praças e bulevares, a boemia etc. foram temas profundamente abordados pela pintura impressionista daquela época. As expressões artísticas da pintura do final do século XIX e início do XX, com frequência, tomam o lazer como tema de grande importância. Este é o caso de várias obras pictóricas de diversos artistas da virada do século passado como Edouard Manet, Claude Monet, Edgar Degas, Paul Cézanne, Auguste Renoir, Kazimir Malevich e Van Gogh. Todos eles representaram cenas e espaços que se tornaram parte integrante da experiência cotidiana de lazer das pessoas na modernas.^{17 18 19 20}



¹⁷ Paul Cézanne, *Les Joueurs de cartes* (1890-1895).

¹⁸ Édouard Manet, *Un bar aux Folies-Bergère* (1882).

¹⁹ Édouard Manet, *Boating* (1874).

²⁰ Auguste Renoir, *Le Déjeuner des canotiers* (1880-1881)

2.3. A Ética do Lazer e o *Espírito do Trabalho*

Quando o tempo é dinheiro, ele nunca é suficiente. Nas sociedades burguesas, o desperdício de tempo é visto como algo ruim não apenas de ponto de vista da organização econômica, mas também no que diz respeito ao planejamento do lazer. Em 1739, Antoine Pecquet, diplomata e teórico francês, publicou o *Discours sur l'emploi du loisir*, no qual encontramos a seguinte passagem: “le vrai loisir n'est pas un état oisif, mais occupé. Ce n'est pas celui que le commun des enfants aime, mais celui qui convient aux gens sages; qui rend les hommes libres, & non esclaves” (Pecquet, 1739: 201-202). A ética do lazer e o espírito do trabalho se juntaram há alguns séculos. De modo que o lazer foi atraído pelo senso de utilidade e de produtividade que orienta o trabalho profissional no interior do modo de produção capitalista. Por volta do século XVIII apareceu um tipo de discurso sobre o lazer cuja ideia principal era a de que o tempo de não-trabalho deveria possuir finalidades (quando não econômicas) úteis e bem-definidas em termos morais e sociais. No século XVIII se constituiu uma visão utilitarista do lazer que sobrevive ainda hoje. Desde então, as atividades recreativas dos sujeitos e dos grupos, como os esportes, os jogos e as festas, por exemplo, passaram a ser planejadas e fomentadas de acordo com os imperativos do trabalho e da moral social vigente.

Com a consolidação e expansão da Revolução Industrial e do sistema empresarial moderno, durante o século XIX, o disciplinamento do tempo se apresentava como um profundo problema de ordem econômica, moral e social. Segundo Pronovost,

Le mouvement, déjà observable vers le milieu du XVIIIe siècle, a définitivement été imposé -non sans une longue résistance ouvrière - dans le premier tiers du XIXe siècle. Essentiellement, il s'agissait de répondre aux impératifs de la production par la synchronisation du temps de travail des ouvriers et ouvrières en usine. Pour y arriver, on a utilisé une série de mesures raffinées: amendes nombreuses et pour tout menu prétexte, violences physiques, congédiements. Tout cela était appuyé d'une idéologie puritaine du travail et du temps : d'une part, sur la lancée des mouvements religieux, une campagne fort longue, caractéristique du protestantisme britannique de l'époque, pour la réforme des mœurs, la discipline personnelle, la recherche du salut des âmes avant toute chose; d'autre part, une dénonciation vigoureuse des plaisirs de ce monde. L'éthique puritaine du travail, à son apogée, reposait sur la croyance au salut personnel par une vie ordonnée, laborieuse, frugale, grave et sérieuse, et rejetait comme moralement inacceptable, le loisir, l'alcool et l'oisiveté. L'ensemble du XIXe siècle fut marqué profondément par de telles conceptions. (Pronovost, 1983:34).

A relação entre a ética do “lazer” e o espírito do trabalho não se limitou às possíveis vantagens produtivas que o lazer pudesse proporcionar. Logo se percebeu o potencial econômico da propensão ao consumo gerada por certas

atividades de lazer. Este fenômeno social (o lazer) envolve práticas de consumo igualmente imprescindíveis para a manutenção do sistema econômico atual. No ocidente, o desenvolvimento de um mercado de lazeres cada vez mais diversificado e mais lucrativo é contemporâneo à constituição de uma ética defensora da ideia segundo a qual o tempo deve ser sempre utilizado e otimizado; seja para trabalhar e ganhar dinheiro (como Weber mostrou), seja para consumir, como veremos.

Os ideais ascéticos foram imprescindíveis para o desenvolvimento do capitalismo moderno - bem como para o aprofundamento do afã burguês por acumulação de capital em detrimento do consumo supérfluo e da perda de tempo - conforme Weber explicou em *A Ética Protestante e o 'espírito' do Capitalismo* (2004). Contudo, na mesma época, o Ocidente viu o surgimento de um *espírito* consumista e hedonista que se manifestava em diversas áreas da cultura. O livro, *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno* (2001), de Colin Campbell mostra que: simultaneamente ao desenvolvimento do racionalismo econômico e da moral ascética de que nos fala Weber, se desenhava na sociedade ocidental um ideal romântico de vida marcado por um hedonismo consumista, materialista e sensorial que contrastava nitidamente com condenação cristã dos luxos e da luxúria.

Nos séculos XVIII e XIX não ocorreram transformações apenas dos sistemas de trabalho e de governo. A Revolução Industrial e as revoluções sociais que caracterizaram aquele período, provocaram mudanças nos padrões de consumo e nos mecanismos de reprodução dos valores sociais. Tais mudanças foram ocasionadas, segundo Campbell (2001), pela elevação dos níveis de produção, pela emergência de uma nova classe média cada vez maior e pelo aumento das horas de lazer. É interessante notar que o aparecimento de uma indústria do lazer é datado daquele período. O desenvolvimento da literatura de ficção e dos folhetins, o aparecimento das primeiras agências de viagens turísticas e das primeiras fábricas de artigos recreativos são elementos que compõe a emergente indústria do lazer no final do século XVIII e no século XIX.

Na virada do século XIX para o XX, o lazer já se constituía como um negócio sério, ou seja, a chamada “indústria do lazer” já era um mercado consolidado, mais ou menos, legítimo. O aparecimento de um modo de vida urbano e o desenvolvimento das instituições modernas determinaram o aparecimento de novas formas de consumo, bem como de diferentes

meios de vivência do lazer. O desenvolvimento do *show business*, a invenção de diversas modalidades esportivas e jogos de aposta - alguns dos quais praticados até os dias de hoje - datam do século retrasado. É o caso, por exemplo, do futebol, do tênis, do ciclismo, do vôlei, do basquete e da natação moderna.

Naquele século, o XIX, a burguesia ainda se empenhava - com um esforço maior que o atual - em imitar os padrões de comportamento e de consumo da aristocracia pós-absolutista. O consumo de bens de luxo e, sobretudo, a *modo* apropriado de consumi-los, era sinal do refinamento daqueles que, por terem sido “bem-nascidos”, eram *naturalmente* “bem-educados”.

O “consumo ostentatório” - ou “consumo conspícuo” (*conspicuous consumption*) conceito cunhado por Thorstein Veblen em 1899 - diz respeito a um tipo de consumo cujas finalidades não se limitam à satisfação das necessidades meramente materiais dos consumidores, mas que serve sobretudo como sinalização da distinção socialmente estabelecida entre os membros das diferentes classes sociais. Segundo o autor, o “consumo conspícuo” tem como função intrínseca indicar o *status* social dos indivíduos que o efetuam. É notável, portanto, que na teoria de Veblen, os bens de consumo, juntamente com as maneiras específicas de consumi-los, são compreendidos como objetos, e como ações, capazes de comportar uma carga simbólica socialmente reconhecida, que ultrapassa sua utilidade estritamente prática e suas qualidades puramente materiais.

Nas sociedades estratificadas, o consumo de mercadorias e o gosto por certos tipos de produtos variam de uma classe social para outra. Thorstein Veblen (1899) - assim como Pierre Bourdieu (2008) décadas mais tarde - estava interessado em compreender as razões e os padrões de tal variação do consumo. Os dois autores ressaltaram que as mercadorias possuem um valor simbólico socialmente aceito que as tornam capazes de servir como meio de expressão do prestígio e da distinção entre os indivíduos e as classes sociais que as consomem. No que diz respeito ao vestuário, por exemplo, segundo Veblen, o hábito de vestir-se não estaria de modo algum restrito à necessidade de proteção térmica ou ao conforto físico dos indivíduos. Para o economista e sociólogo norte-americano, as roupas seriam uma indicação quase imediata da condição social do indivíduo que as veste. Mais do que simplesmente esconder ou proteger os corpos dos indivíduos, a função social das roupas seria mostrar - em um relance - o *status* social do sujeito que está dentro delas. De acordo com Veblen, as roupas que

denotam a ociosidade de seus usuários seriam socialmente consideradas como mais elegantes e requintadas.

O vestuário (...) não deve apenas ser dispendioso, mas deve também tornar visível a todos os observadores que quem o usa não está ligado a qualquer espécie de labor produtivo. (...) Um exame detalhado daquilo que, na compreensão popular, passa por elegância no vestir mostrará que essa elegância é conseguida para dar a impressão de que a pessoa que a tem não costuma desenvolver qualquer esforço útil. Nem é preciso dizer que vestuário algum será considerado elegante ou mesmo decente, se estiver sujo ou desgastado, revelando que quem o usa efetua trabalho manual (Veblen, 1988:78)²¹.

Na *Teoria da Classe Ociosa* de Veblen encontramos dois conceitos que ajudaram a sociologia moderna a compreender como o consumo de bens materiais, ao lado do gasto ostensivo de tempo, comportam uma dimensão simbólica crucial para a compreensão de sua função social. *Consumo conspícuo* e *ócio conspícuo*, na perspectiva vebleniana, são conceitos que dizem respeito a dois mecanismos de distinção e de emulação social, que conferem honrabilidade e respeitabilidade para aqueles que podem desfrutá-los e demonstrá-los. Para Veblen, “lazer” (ou “ócio” - uma vez que o autor não diferencia estes dois termos) e “consumo” possuem uma dimensão simbólica e, por conta disso, são capazes de funcionar como indicativo da condição social de quem os experimenta. Na teoria de Veblen, *ócio* e *consumo conspícuos* são definidos como dois mecanismos sociais que funcionam como expressão não apenas da riqueza mas também da boa reputação e do prestígio dos indivíduos e das classes sociais capazes de realizá-los de forma notável. Segundo ele, o poder de ostentar determinado padrão de vida (distante do labor ordinário manual e repetitivo) e sustentar certo nível de consumo faz parte das obrigações sociais relativas à manutenção de modelos de decência e de *status* social.

A capacidade de consumir bens de luxo, ao lado do poder de não ter que lidar com serviços subalternos ou comerciais, era o que distinguia as elites aristocráticas das classes baixas nas sociedades pré-modernas. Segundo Veblen, com a chegada da modernidade, tais mecanismos de distinção social mantiveram boa parte de sua eficácia e não desapareceram completamente dos hábitos das classes sociais. Mesmo nas sociedades modernas, burguesas e democráticas seria possível detectar os elementos dessa histórica rejeição aos trabalhos puramente manuais e notar a valorização do consumo ostentatório de bens de luxo, de viagens

²¹ Veblen não teve tempo de ver a indústria da moda explorar comercialmente a *distinção social* conferida calças *jeans* desbotadas e surradas produzidas por marcas de roupa de luxo. Tais grifes caras, sem qualquer elegância e nenhuma decência, exploram o trabalho escravo de tecelões imigrantes e de nativos pobres dos países em desenvolvimento no século XXI.

turísticas, de hábitos de lazer e de estilos de vida dispendiosos. Na perspectiva vebleniana, o gosto pela pompa e pela opulência, bem como a desvalorização do trabalho estritamente braçal e servil, são elementos de uma moral antiga que não caíram completamente em descrédito com a emergência da modernidade, do capitalismo, da democracia e da igualdade civil. Para Veblen, a sociedade burguesa - racional e previdente - também seria perfeitamente capaz de gerar experiências de lazer e práticas de consumo ligadas à demonstração do seu poder pecuniário e da sua possibilidade de dispor de tempo para a realização de tais atividades improdutivas e dispendiosas.

Na *Teoria da Classe Ociosa* de Veblen, *ócio* e *consumo conspícuos* são elementos fundamentais para a compreensão do funcionamento das sociedades ao longo da história. *Ócio* e *consumo* fazem parte de um longo e incessante processo de disputa e de emulação entre as classes sociais. A lógica deste processo histórico de luta entre as classes sociais é, de acordo com Veblen, a seguinte: as elites buscam manter-se acima das demais classes através de mecanismos de distinção social, enquanto as classes mais baixas esforçam-se para se igualarem às classes superiores mediante formas de imitação dos comportamentos da elite. A diferenciação dos padrões de consumo e a recusa ao trabalho servil (*ócio conspícuo*) são parte desse duplo processo de diferenciação e de imitação entre classes sociais que competem por respeitabilidade e por *status* no interior da estrutura social.

Todavia, Veblen afirma que, em determinado momento, houve uma mudança na importância relativa do *consumo* e do *ócio conspícuo* para competição entre as classes sociais por prestígio e reconhecimento. Segundo o autor, inicialmente, no contexto das sociedades pré-modernas, o *ócio* possuía um papel mais importante que o *consumo* para a demarcação do *status* social e para a indicação da boa reputação dos sujeitos. De forma semelhante, Friedrich Nietzsche afirmava que ainda no tempo de Luis XIV o trabalho era socialmente mal-visto²². Nas palavras do filósofo alemão:

o trabalho sofria de má consciência. Alguém de boa família *escondia* seu trabalho, quando a necessidade o fazia trabalhar. O escravo trabalhava oprimido pela sensação de fazer algo desprezível: o próprio 'fazer' era desprezível. 'A nobreza e a honra estão apenas no *otium* [no ócio] e no *bellum* [na guerra]': assim falava do preconceito antigo! (Nietzsche, 2012:194).

²² "A cortesia real das palavras 'somos todos trabalhadores!' seria um cinismo e uma indecência ainda no tempo de Luís XIV" (Nietzsche, 2012:155).

O *ócio* foi compreendido por Veblen como instrumento de demarcação da diferença entre as classes sociais. Entretanto, com o aumento do tamanho das comunidades que marca o processo de modernização da sociedade, o *consumo conspícuo* de bens materiais passou a ser mais eficaz do que o *ócio conspícuo* como forma de demonstração de riqueza e de prestígio social. Percebe-se que Veblen - assim como Nietzsche - reconhecia que, com surgimento da Era Moderna, houve um relativo declínio do *ócio* como sinal de decência e como mecanismo de emulação social. Ou seja, ficou claro que o “preconceito antigo” não falava mais tão alto no século de Nietzsche e Veblen quanto no passado mais distante.

Sendo assim, na passagem da Idade Média para a Era Moderna, o *consumo conspícuo* se tornou, segundo Veblen, um meio mais eficaz e poderoso de distinção social que a possibilidade que levar e ostentar uma vida distante da obrigação de trabalhar. Segundo o autor, “desse ponto em diante, o consumo ganhou terreno, até que, presentemente, mantém uma primazia indubitável” (Veblen, 1988:44-45).

As teorias sociais e históricas sobre o aumento das taxas de consumo nos países ocidentais durante os séculos XVIII e XIX utilizaram extensamente a ideia vebleniana de *consumo conspícuo* para explicar o aparecimento da chamada “sociedade de consumo moderna”. Harold Perkin em *The Origins of Modern English Society*, de 1968, ou Neil McKendrick, John Brewer & J. H. Plumb em *The Birth of a Consumer Society: the commercialization of eighteenth-century England*, de 1982, por exemplo, ressaltaram o papel da emulação social para o aumento dos níveis de consumo das classes-médias na sociedade inglesa recém-industrializada. Eles destacaram o fato de que “a estrutura comparativamente aberta da sociedade britânica facilitou grandemente esse ‘agitado esforço de escalar uma camada a partir de outra’ [através da imitação dos padrões de consumo das elites]” (apud Campbell, 2001: 35). Collin Campbell chama de “efeito Veblen” a tendência de numerosas análises sociais tentarem explicar o aumento dos níveis de consumo e dos tipos de lazer no início da Era Moderna a partir do argumento da *emulação* e da *distinção social*.

É preciso estar atento para as limitações das explicações sociológicas sobre o comportamento dos sujeitos que se baseiam, peremptoriamente, na ideia de que a *emulação* e a *distinção social* são motivos suficientes para explicação da ação dos indivíduos e das classes. Em outras palavras, deve se evitar o viés causado pelo “efeito Veblen”. Caso contrário, o princípio da *distinção social* pode se tornar uma obsessão; ou uma espécie de buraco-negro intelectual

para o qual todas as questões e explicações sociológicas relativas à variabilidade dos hábitos de consumo e, por conseguinte, de lazer das diferentes classes sociais acabam sendo sugadas.

As explicações filosóficas e sociológicas materialistas-históricas caracterizam as sociedades modernas partindo das especificidades do seu sistema de produção. Em geral, o desenvolvimento incomparável das forças produtivas das sociedades ocidentais industrializadas é visto como o fator que as diferencia radicalmente dos outros povos e das outras épocas. Contudo, em uma frequência bem menor, certos autores - dos quais trataremos a seguir - ressaltaram que as sociedades modernas apresentam padrões de consumo e de lazer igualmente especiais que as particularizam.

Para além de revelar estratégias de imitação ou de distinção social - e servir de oportunidade para a realização do *consumo conspícuo* de bens materiais ou de recursos temporais - o lazer moderno envolve uma certa ética com relação ao uso do tempo de não trabalho que escapa à determinações simplistas ou mono-causais. No entanto, é possível adiantar que um dos elementos distintivos da sociedade moderna é o fato delas apresentarem um discurso sobre o lazer que o compreende como um instrumento de governo e de disciplinamento, como veremos nos próximos capítulos.

A organização do trabalho, juntamente com a coordenação dos meios de transporte e de moradia nas sociedades industrializadas, exigiu, por parte dos indivíduos, crescente autocontrole e disciplina. A criação de uma disposição estável nos trabalhadores modernos não foi uma operação cultural e psicológica de fácil realização. Ela exigiu o desenvolvimento de variados mecanismos de vigilância e inúmeros dispositivos de normalização da conduta dos sujeitos em todos os lugares e a todo momento. A criação de uma força de trabalho eficiente não envolveu somente a qualificação técnica de uma mão-de-obra antes despreparada para o serviço, foi necessário a criação de valores culturais adequados à disciplina de trabalho e à civilidade urbana exigidas pelo sistema industrial capitalista e pelo modo de vida citadino moderno. Nesse sentido foram realizadas campanhas e propagandas culturais, políticas e religiosas contra a ociosidade, a violência, o alcoolismo, a luxúria e a imprevidência. Segundo Michele Perrot,

“em sua maioria, os trabalhadores franceses do início do século XIX - como decerto todos os trabalhadores no início da industrialização - careciam totalmente de espírito capitalista: ‘imprevidentes e preguiçosos’, dizem-nos inúmeras testemunhas, eles preferem manter seu tempo livre do que obter ganhos suplementares” (2017:62).

Para que a industrialização tivesse sucesso era imprescindível que as fábricas encontrassem trabalhadores psicologicamente motivados (e politicamente contidos) para a execução de um trabalho constante e repetitivo, quase maquinal. O regime de trabalho e de vida que se estabelece nas sociedades industriais nos séculos XVIII e XIX é correlativo ao aparecimento de uma rotina preenchida por hábitos cada vez mais bem marcados e disciplinados. O lazer aparece, nesse contexto, como um tempo (inserido entre os períodos de trabalho) e como um conjunto de práticas a serem desfrutadas durante o tempo livre do trabalho remunerado e repetitivo. Sendo assim, em alguma medida, o lazer não escapou a esta lógica disciplinar ligada ao trabalho industrial.

Os dispositivos de controle implantados pelo modo de produção industrial para extrair trabalho de forma eficiente de seus empregados não se restringiram ao perímetro do chão das fábricas. Para além das técnicas e instrumentos de gerenciamento da força de trabalho durante a rotina fabril, foi preciso criar mecanismos de agenciamento do tempo e dos espaços livres do trabalho produtivo.

A institucionalização do lazer na modernidade corresponde à criação de instituições públicas, privadas e civis especializadas na configuração e na oferta de experiências lúdicas, esportivas, turísticas e de socialização na Era Moderna. O chamado “tempo livre” não escapou a uma série de dispositivos institucionais que buscaram ocupá-lo, organizá-lo, orientá-lo, potencializá-lo, aproveitá-lo, em suma, *disponibilizá-lo*... Dito isso, cabe perguntar o seguinte: por que, principalmente a partir do século XIX, se nota a proliferação de instituições dedicadas à regulação do tempo de não trabalho e das atividades de lazer? Por que a administração do lazer das pessoas se torna uma preocupação para várias instituições sociais tanto privadas quanto públicas? De onde vem o interesse de fazer a gestão do lazer das pessoas? Resumindo, quando o lazer virou um problema (e uma solução) para a sociedade? Como ele se tornou uma questão de governo?

Neste capítulo se discutiu o surgimento das tecnologias modernas de trabalho, destacando o seu impacto sobre a vivência do lazer. Com isso, se pretendeu elucidar as relações de trabalho para, a partir daí, conhecer o modo de produção do lazer moderno. Nós vimos que, a ética burguesa, que vê no trabalho a fonte principal dos seus valores morais, afetou a existência do lazer nas sociedades modernas, ao mesmo tempo, uma ética romântica com pendores consumistas e hedonistas também influenciou o aparecimento de novas modalidades de lazer

naquele contexto. No próximo capítulo será feita uma discussão sobre a aquilo que denominamos “dispositivos de lazer”. Como o lazer, na modernidade, foi transformado em um dispositivo de poder? Como ocorre a disponibilização de lazeres? Ela é orientada por quais interesses? Essas são questões que serão tratadas a seguir.

CAPÍTULO 3 - OS DISPOSITIVOS DE LAZER

O mundo é redondo. Ele gira em torno de si mesmo e ao redor do sol. Assim como uma bola jogada em um campo espacial, o mundo dá voltas e possui uma trajetória. A imagem da bola é uma ótima metáfora para o lazer. Uma simples bola pode assumir diversas funções. Existe a bola de futebol, a de basquete, a de golfe, a de beisebol, a de tênis, a de boliche, entre outras. Todas elas apresentam o mesmo formato esférico, embora sejam utilizadas de formas bastante diversificadas. A bola é um artigo de lazer com múltiplas funções, manipulado de acordo com diferentes estratégias. Além disso, uma bola, enquanto um objeto utilizado tendo em vista metas a serem atingidas, tem a capacidade de determinar a ação e moldar os corpos dos sujeitos que entram em contato com ela. A bola se configura, portanto, como um dispositivo de lazer exemplar para a acepção adotada neste trabalho.

Como foi dito, os dispositivos de poder tornam os corpos disponíveis. O lazer também pode funcionar como um dispositivo de poder que torna os corpos dos sujeitos mais bem dispostos. Todo dispositivo produz efeitos sobre os sujeitos submetidos a ele. O lazer, igualmente, é capaz de afetar os corpos e mentes dos indivíduos, tornando-os mais aptos, mais capazes, enfim, mais disponíveis para as exigências da vida social. Assim, a ideia de disponibilização do lazer se refere ao processo de transformação de certas práticas sociais, recreativas, esportivas e culturais em dispositivos de poder, os quais têm a capacidade de funcionar como meios de intervenção sobre o corpo das pessoas e sobre o corpo social.

3.1. A Disponibilização do Lazer

Neste trabalho, é preciso ter cuidado com o uso do termo *disponibilização*. Aqui, ele não quer dizer simplesmente *oferta de*, ou *acesso a*, lazeres. Mais do que tornar o lazer uma experiência “disponível” para determinada população ou para parte dela, a ideia de *disponibilização* do lazer utilizada neste trabalho tem a ver com a transformação de certas atividades recreativas, lúdicas, esportivas, artísticas e sociais existentes em determinado meio social em dispositivos de governo, tanto individuais quanto coletivos, ministrados por instituições especiais - públicas, privadas e civis. Desse modo, o conceito de *disponibilização*, no sentido aqui adotado, e o conceito de *dispositivo* desenvolvido por Michel Foucault são correlativos. Segundo Foucault, os *dispositivos* dizem respeito a uma rede de técnicas, discursos, instituições,

saberes, noções abstratas e práticas concretas que desempenham uma função estratégica no jogo de forças envolvido nas relações de poder das sociedades humanas. Nas palavras do autor francês,

através deste termo [dispositivo] tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (...) entendo dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a alguma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante. (...) o que supõe que trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-la em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem mas que igualmente o condicionam (Foucault, 1979:244-246).

De início, poderia-se afirmar que a noção de dispositivo possui uma dimensão notadamente funcionalista - ou pragmatista - uma vez que Foucault faz questão de reiterar que todo dispositivo desempenha uma *função estratégica* no interior das relações de poder, isto é, ele deve *responder a alguma urgência*. Destarte, é possível identificar alguns dispositivos arquitetônicos modernos - como as prisões, as escolas e os manicômios, por exemplo - que, na acepção foucaultiana, correspondem a funções de controle e de governo sobre a conduta dos sujeitos. Além de possuírem uma dimensão concreta e funcional, os dispositivos se constituem também como um conjunto de concepções, de técnicas e de estratégias de controle individual e coletivo. Sendo assim, o conceito de dispositivo possui tanto uma dimensão mais concreta-material - isto é, diz respeito a um aparato tecnológico objetivo que serve a alguma estratégia de governo (como é o caso dos edifícios prisionais, por exemplo) - quanto uma dimensão mais imaterial, ou mesmo abstrata, ou seja, corresponde a uma maneira específica de saber-fazer, a um procedimento, a um plano, a uma tática, a um esquema, enfim, a um método de controle dos indivíduos e das populações.

Em todo caso, ao se falar dos dispositivos analisados por Foucault - e de outros ainda a serem estudados - deve-se sempre levar em consideração sua função objetiva e coercitiva. Nesse sentido, deve-se destacar o papel dos *dispositivos* para a efetivação e para a manutenção de determinado regime de governo. Para tanto, é preciso identificar o poder de controle efetivo que tais *dispositivos* possuem sobre a vida dos sujeitos, por mais abstratos e formais que alguns deles possam parecer se tomados separadamente das relações e dos instrumentos concretos de poder que os produzem, e que, aliás, dependem do seu funcionamen-

to. Assim, na visão de Foucault, os *dispositivos* dizem respeito, simultaneamente, a recursos jurídicos, a projetos arquitetônicos, a concepções médicas (como as de “loucura” ou de “sexualidade”, por exemplo) altamente complexas, muitas vezes, abstratas ou mesmo confusas, bem como a aparatos e construções concretas destinados à regulação e à dominação do comportamento dos indivíduos e das populações.

Todavia, alguns dispositivos fazem mais do que cumprir uma *função estratégica* de governo dos sujeitos e dos povos. Segundo Gilles Deleuze (2016) e Giorgio Agamben (2009), existem certos dispositivos que podem funcionar como “contra-dispositivos”, os quais podem servir a práticas de resistência, ou de transgressão, aos regimes de governo estabelecidos. Por um lado, *dispositivo* é “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes”, como afirma Agamben (2009: 40). Por outro, os “contra-dispositivos” resistem às técnicas de governo estabelecidas; eles dizem respeito aos mecanismos inventados pelos próprios sujeitos para escaparem da captura realizada pela implantação e sedimentação de determinado dispositivo. Não é incomum acontecer de os próprios dispositivos engendrarem nos sujeitos a disposição para a criação de “contra-dispositivos” que farão, por sua vez, resistência aos dispositivos sedimentados previamente. Assim, os dispositivos produzem efeitos de *assujeitamento* ao mesmo tempo em que podem gerar efeitos subjetivos de transgressão e de resistência em relação a determinado regime de poder. Em muitos casos, é o próprio dispositivo que prepara as condições para o aparecimento de fissuras internas, de fraturas, de rupturas, de “linhas de fuga”, enfim, de novos processos de subjetivação singulares e imprevistos no interior das relações de força sustentadas por ele. Porém, segundo Deleuze “não é certo que todo dispositivo comporte uma [linha de fuga]”(2016:362). Nada garante que os sujeitos serão capazes de criar alternativas de resistência ou de transgressão aos mecanismos de dominação da sua força individual e coletiva.

Adotando o repertório conceitual citado acima para a análise do desenvolvimento da esfera do lazer na modernidade é possível perceber que algumas estruturas de lazer implantadas pelo poder público - ou pela iniciativa privada e civil - puderam funcionar tanto como *dispositivos* quanto como *contra-dispositivos* de poder. Um exemplo: o desenvolvimento de parques e jardins foi um fenômeno que floresceu já no contexto da arquitetura palaciana no período absolutista, no entanto, tais espaços de lazer estavam restritos aos membros das cortes

daquela época. Com a chegada da modernidade, as técnicas de urbanismo e de paisagismo precisaram adequar esses *dispositivos* arquitetônicos de lazer (os parques e jardins) às novas necessidades de convivência e de higiene nos grandes centros urbanos emergentes. O desenvolvimento de parques públicos e de praças de esporte com a intenção de fomentar a educação física, a saúde coletiva e a sociabilidade dos habitantes das cidades se deu sobremaneira durante os últimos dois séculos, XIX e XX, praticamente no mundo inteiro.

A história recente das praças de esportes e dos jardins públicos nos revela que, inicialmente, tais estruturas arquitetônicas foram projetadas com a clara finalidade de favorecer o bem-estar das comunidades através da promoção da saúde e da ocupação dos jovens ociosos por meio principalmente do esporte. Porém, com o passar dos anos, em função da falta de manutenção e do abandono do poder estatal sobre esses espaços, algumas praças e jardins públicos passaram a ser território para a prática dos mais variados crimes e delitos. Vê-se, com isso, um *dispositivo* de lazer mal administrado e abandonado pelo Estado se transformar em um *contra-dispositivo* coordenado por um poder paralelo que sabota em grande medida projetos e ações de intervenção da polícia sobre aquelas localidades. A meu ver, a construção de espaços recreativos públicos pode servir como um bom exemplo do processo de *disponibilização* do lazer na modernidade

De maneira geral, uma grande parte dos dispositivos tem por finalidade a transformação do tempo, dos corpos e das habilidades dos sujeitos em algo dócil e útil. A disciplinarização dos corpos é uma das principais funções realizadas por um dispositivo. Assim, uma parte dos efeitos disciplinares produzidos pelos dispositivos se constituem, segundo Foucault, como *anátomo-política*. Sobre os efeitos das disciplinas, ele afirma:

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (Foucault, 2011: 134).

O autor francês entende que uma função fundamental dos dispositivos é tornar os corpos disciplinados para determinada relação social de poder. Nesse sentido, a *disponibilização do lazer* tem a ver com o processo histórico de transformação de algumas práticas sociais recreativas em instrumentos políticos de disciplinamento do tempo, dos corpos e dos gostos

dos sujeitos. Os *dispositivos* de lazer são compreendidos como instrumentos capazes de tornar o tempo e os corpos dos sujeitos *disponíveis* para certas atividades e relações sociais. A transformação do lazer em um dispositivo de poder corresponde à utilização estratégica do tempo livre do trabalho como ocasião e como instrumento para a intervenção sobre aspectos físicos e culturais dos sujeitos, em particular, e da sociedade, em geral. Tal processo tomou consistência teórico-científica e efetividade política principalmente a partir da chamada Era Vitoriana, como veremos a seguir.

No contexto inglês do século XIX, marcado pela moral puritana, os lazeres considerados decentes e socialmente desejáveis deveriam solucionar - ou, pelo menos, não provocar - problemas sociais e pessoais. Dentro dessa conformação, as atividades de lazer deveriam estar submetidas a princípios morais - em grande medida religiosos, mais precisamente, cristãos-protestantes - e a ideais humanistas de progresso sanitário e cultural. No século XIX se consolidou uma noção, que ganhará muita força no século seguinte, segundo a qual o lazer deveria contribuir para o desenvolvimento físico e mental dos indivíduos, em particular, e para o progresso material e cultural da sociedade, como um todo. Em 1856, John Fitz Gerald definiu da seguinte maneira a divisão do tempo livre que lhe parecia mais adequada, “une part pour l'exercice physique ; une part pour la lecture ou le développement intellectuel (*mental improvement*) ; une part pour le *repos* complet, incluant le temps pour les repas, et le doux plaisir du milieu familial” (Fitz Gerald, 1856: 7 Apud Pronovost, 1983: 38). O projeto puritano para a organização do tempo livre dos cidadãos sugeria que, tanto no âmbito privado dos hábitos pessoais quanto na esfera pública e das relações sociais - o tempo livre dos indivíduos deveria ser planejado de maneira racional.

Com o avanço da Revolução Industrial durante o século XIX, a concepção de que todo o tempo deveria ser bem empregado ganhou força. Perder tempo com lazeres inúteis, nocivos, lascivos ou dispendiosos se tornou uma falta grave não apenas do ponto de vista moral, mas sobretudo em termos econômicos e sociais. O consumo de bebidas alcoólicas e de outros entorpecentes, juntamente com o gasto de energia com os “prazeres da carne”, com jogos de azar e com luxos excessivos passaram a ser vistos como causas da degradação física, moral e financeira dos indivíduos, em particular, e da sociedade, em geral. Por um lado, o consumo abusivo de álcool e a depravação sexual - tidos como causadores da superpopulação de pobres - eram percebidos como um dos piores males que afligiam a classe operária. Por outro, as

frivolidades dispendiosas e o modo de vida ocioso das elites aristocráticas remanescentes eram vistos como outra fonte da degradação das sociedades modernas na primeira fase da Revolução Industrial.

Muitos dispositivos de lazer surgiram então da preocupação em corrigir o estilo de vida das classes mais pobres das sociedades industrializadas do século XIX. Neste contexto, durante a chamada Era Vitoriana, o lazer ganhou papel relevante nas tentativas de educação popular e de transmissão de normas morais, valores religiosos e políticos. O objetivo das primeiras organizações de lazer na Inglaterra da época era, declaradamente, livrar os pobres de passatempos tidos como degradantes e levá-los a diversões mais úteis e inocentes. De acordo com Gilles Pronovost,

le processus de constitution des villes britanniques, amorcé par la révolution industrielle, illustre bien certains des changements culturels à l'intérieur desquels le loisir moderne prend forme progressivement. Cette « conscience de la ville » traduit de nouvelles conditions économiques engendrant de nouveaux types de rapports sociaux et de nouvelles attitudes à l'égard de l'espace. Elle conduit en même temps à la formation d'une idéologie du loisir spécifique, celle qui représente le loisir, mal nécessaire en vertu de l'éthique puritaine du travail, dans le contexte de mesures d'hygiène publique et d'aménagement de lieux publics, pour l'amélioration tout autant de la santé physique des ouvriers que de leur condition morale (Pronovost, 1983:47).

Nota-se assim que, além de ser um produto das consequências organizacionais e materiais decorrentes da Revolução Industrial, o lazer é também o resultado de movimentos sociais de reforma da moral e dos costumes populares no século XIX. Pode se dizer que, a segunda metade daquele século foi o período de amadurecimento dos *dispositivos* de lazer, é neste momento da história ocidental que tais *dispositivos* adquirem uma função deliberadamente socioeducativa e sanitária. Segundo Pronovost,

C'est ainsi que s'est développée cette conception typiquement victorienne des « loisirs rationnels », expression utilisée généralement pour promouvoir la mise en place de loisirs dits publics, par des organisations de patronage, de charité, de philanthropie, ou par les pouvoirs publics: sentiers et parcs publics, musées, bibliothèques et même monuments. L'idée de rationalité, pour sa part, servait à véhiculer la conception que le loisir devait être utilisé de façon prioritaire pour le développement moral et intellectuel de chacun, et pour l'amélioration de la société en général ; les finalités éducatives et morales y étaient indistinctement liées. Elle impliquait aussi des notions d'ordre, de discipline, de contrôle des émotions et des instincts.(Pronovost, 1983: 34).

Resumindo, a *disponibilização* do lazer, enquanto um projeto dominante de regulação do tempo livre na modernidade, só foi possível em função da definição de condições sociais e históricas específicas. Em primeiro lugar, foi necessária uma modificação radical do sistema de produção juntamente a tudo o que ela implicava em termos de reorganização dos tempos e

das rotinas de vida. Nesse plano, foi preciso o surgimento de uma concepção de lazer que estava profundamente vinculada à ideia de uso econômico e racional do tempo inteiro dos sujeitos, fosse este laboral ou livre. A ética do trabalho que se tornou dominante durante a Era Vitoriana teve papel decisivo na constituição do lazer como nós o concebemos hoje. Samuel Smiles - escritor e reformador britânico, autor de livros de autoajuda cujo conteúdo refletem bem os valores da sociedade vitoriana - afirmava: “an economical use of time is the true mode of securing leisure” (Smiles, 1859: 128). Em segundo lugar, foi preciso aparecer instituições sociais voltadas para a transmissão de valores culturais, morais e, às vezes, religiosos através de atividades e de momentos de lazer. As tentativas puritanas de normalização do tempo liberado do trabalho por meio de programas filantrópicos de educação popular - ao lado de projetos, religiosos e laicos, de moralização dos costumes e de promoção de atividades físicas saudáveis e intelectualmente construtivas - esteve intimamente envolvido na formação dos *dispositivos* de lazer da Era Moderna. Por fim, em terceiro lugar, o contexto de gênese do lazer moderno foi marcado pela intensificação da urbanização conforme ideais e práticas higienistas de controle sobre a habitação e a circulação das pessoas. Em suma, é possível identificar três fatores principais ligados à emergência do lazer moderno: 1º. a nova organização do trabalho e do trabalho a partir da lógica industrial capitalista; 2º. a transmissão de normas morais através de práticas educativas e culturais - religiosas ou não - durante o tempo livre do trabalho profissional; e, 3º. a organização do espaço urbano por meio de ações higienistas de controle sobre as condições de vida e de deslocamento das massas.

Por volta da segunda metade do século XIX, o lazer passa a ser visto como um meio eficaz de intervenção sobre a sociedade. O lazer das massas começa a ser percebido como uma oportunidade para a humanização de uma classe social brutalizada por uma rotina de trabalho longa e nociva. Durante o século XIX, a ideia de que o lazer deveria ter um propósito reformador da sociedade ganha respaldo e efetividade através de projetos políticos de diversas ordens. Os inimigos da sociedade ainda eram a ociosidade e a preguiça. No entanto, como arma de combate a tais vícios emergem os *dispositivos* de lazer racionalmente planejados e úteis, tanto econômica quanto moralmente. O tempo livre do trabalho passou então a ser compreendido como uma ocasião para intervir sobre os hábitos sociais e o lazer a ser *disponibilizado* deveria ser um meio de fomentar o progresso social e econômico dos indivíduos e da sociedade.

Segundo Gilles Pronovost, as primeiras instituições de lazer foram criadas na Europa a partir do final do século XVIII e do início do século XIX. Na Inglaterra, a função social de tais instituições era principalmente solucionar problemas de ordem física, moral e econômica que atingiam as classes mais pobres. De acordo com o historiador canadense, a preocupação com a melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora se revelou em diversas tentativas de educação popular através da organização de lazeres saudáveis, educativos e moralmente corretos. De modo que, as iniciativas de alfabetização, de transmissão de normas morais e religiosas, de vulgarização da ciência e de difusão do racionalismo econômico determinaram as atividades das primeiras instituições modernas de lazer. Na Inglaterra, por exemplo, houve por parte das instituições de lazer uma evidente pretensão filantrópica de assistência e de reforma social. Além do proselitismo moral e religioso, os programas ingleses de lazer visavam reduzir a pobreza material das classes baixas. A concepção puritana de que era necessário fazer um uso racional do tempo - inclusive do tempo de não-trabalho - norteou as iniciativas das primeiras instituições de lazer na Inglaterra durante a Era Vitoriana. As escolas dominicais (Sunday Schools) são exemplo desse tipo de instituição. Dentre os problemas sociais que tais instituições buscavam solucionar se destacavam o alcoolismo, a ignorância e a devassidão que acometia as classes pobres e incultas da época. Segundo Pronovost,

ce mouvement d'éducation populaire a explicitement constitué une tentative de contrôle social des milieux populaires, pour voir à leurs conditions générales, certes, mais aussi pour s'assurer de leur moralité, prévenir les tensions sociales et les agitations, fréquentes à l'époque, et parfois même voir à l'organisation de « sains divertissements ». (...) Il n'est pas exagéré de dire que dans la première moitié du XIXe. siècle, les *Sunday Schools* sont à inscrire dans un mouvement plus vaste de contrôle social du temps libéré du travail, de concert avec les campagnes contre l'abus de l'alcool et les premières tentatives d'organisation d'activités récréatives (1983:39).

A institucionalização do lazer moderno foi parte de um processo mas amplo de regulação do tempo livre que envolveu - além da participação do Estado - a ação de instituições filantrópicas, religiosas e educacionais, como as escolas dominicais, os clubes de leitura e de oração, os clubes esportivos e cívicos, por exemplo. A normalização do tempo livre feita através dos *dispositivos* de lazer também foi posta em prática por organizações trabalhistas, tanto sindicais e quanto patronais. De acordo com Michele Perrot, “Alojamentos, lojas de fábricas chamadas ‘cooperativas’, fundos de auxílio para acidentes e doenças, escolas, às vezes fundos de aposentadoria, muitas vezes também associações de lazer (filarmônicas, sociedades de ginástica ou esportes) etc. eram as principais instituições patronais” (2017:69).

Como foi dito, durante o século XIX, as instituições religiosas também se preocuparam com a organização do lazer. No entanto, é preciso lembrar que tal interesse não era de modo algum uma novidade. Sabe-se que, antes da Era Moderna, grande parte do tempo livre das pessoas era preenchido pelas obrigações religiosas determinadas pela Igreja. Contudo, a partir da Revolução Industrial e Científica que caracteriza o início da modernidade, o tempo liberado dos indivíduos passou a ser cada vez menos preenchido por atividades com teor religioso. O tempo de não-trabalho passou então a ser ocupado por atividades mais motivadas por interesses individuais mundanos do que por obrigações espirituais no sentido religioso-institucional do termo. É evidente que, na modernidade, o controle sobre o lazer não é mais realizado exclusivamente pela Igreja. Sendo assim, a experiência moderna do lazer parece ser mais determinada por uma busca pessoal por diversões e por prazeres mundanos do que por uma busca pela salvação eterna ou pela redenção dos pecados cometidos aqui na Terra durante as horas de folga do trabalho. Portanto, o lazer parece estar mais próximo do hedonismo romântico (e consumista) tipicamente moderno, do que das formas pré-modernas de contemplação divina e de retiro espiritual.

Apesar de tudo, as igrejas não assistiram passivamente à sua perda de poder sobre o tempo livre dos sujeitos. No contexto puritano da sociedade inglesa do século XIX se observa o aparecimento de instituições de lazer dedicadas à doutrinação espiritual e ao proselitismo moral-religioso. A ACM (Associação de Cristãos Moços), fundada em Londres em 1844, é um exemplo de instituição que buscou conjugar a doutrinação moral e religiosa com o disciplinamento do corpo através do lazer e do esporte. Como veremos nos capítulos seguintes, a ACM influenciou a fundação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da cidade de Porto Alegre, que servirá de exemplo do desenvolvimento histórico-institucional daquilo que este trabalho entende por *dispositivos* de lazer .

A ACM era adepta de uma concepção que ficou conhecida como “muscular christianity”. Partindo da ética cristã como referencial normativo, a concepção de “muscular christianity” defendia que a formação moral-religiosa e a constituição do caráter dos indivíduos poderia ser realizada através de práticas esportivas. Acreditava-se que, se tais práticas fossem bem regradadas e planejadas em conformidade com a moral e os bons costumes postulados pelo cristianismo, a sociedade como um todo teria muito a ganhar. Argumentava-se que o espírito de equipe, a disciplina e o autocontrole poderiam ser desenvolvidos através de jogos e de exercí-

cios físicos, sobretudo, se estes fossem praticados em grupo. O valor social dos esportes e de certos lazeres eram ressaltados, além disso se defendia que o disciplinamento dos corpos e das emoções poderia ser feito de maneira eficaz através da associação entre o esporte, o lazer e a religião.

Segundo Pronovost,

Dans la deuxième moitié du XIX^e siècle, un certain nombre de réformistes religieux se sont de plus en plus préoccupés de la question du loisir et ont été à l'origine de la formation de clubs ouvriers, ou de jeunes, nettement inspirés de l'idéologie des loisirs rationnels. La fondation de tels clubs est révélatrice du processus d'institutionnalisation du loisir moderne à l'origine (1983: 58).

É principalmente durante a segunda metade do século XIX que se observa a consolidação do processo de institucionalização do lazer moderno. Além da Igreja e do Estado, instituições privadas e civis também se interessaram pela organização do tempo e das atividades de lazer dos indivíduos. Naquele século se observa a proliferação de diversos clubes - esportivos, cívicos e sociais - com finalidades variadas, as quais iam desde a emancipação intelectual e política dos sujeitos ao disciplinamento e condicionamento físico e moral dos indivíduos. Dessa forma, no contexto das sociedades modernas aparece uma série de instituições - como, por exemplo, clubes sociais e esportivos, associações civis e políticas, empresas privadas e secretarias públicas - empenhadas na promoção de inúmeras atividades de lazer que, não obstante sua diversidade, tinham em comum o ideal de que o planejamento do lazer poderia ajudar no desenvolvimento das características humanas desejáveis e adequadas às sociedades civilizadas.

Por fim, é preciso destacar que, de forma correlativa ao processo de institucionalização do lazer, no século XIX, se registra a criação de diversas modalidades esportivas importantes até hoje, bem como a estruturação burocrática-institucional dos seus respectivos clubes e associações. Para mencionar alguns exemplos de esportes que surgiram naquele século e se tornaram determinantes para a experiência do lazer no século XX, temos o futebol, o rugby, o tênis, o ciclismo, o vôlei, o basquete etc. Norbert Elias (1992) observa que naquele século houve um processo de “esportificação” dos passatempos.

A institucionalização do lazer no século XIX envolveu diferentes agentes sociais - que iam desde capitalistas aventureiros no recém-criado *show business* à reformadores sociais guiados pela ética cristã ou pelas mais variadas ideologias políticas. A criação de clubes cívicos

cos, sociais e esportivos na segunda metade do século XIX terá impacto determinante sobre a experiência do lazer no século posterior, como veremos.

3.2. A *Civilização do Lazer*

É preciso ter cuidado com a utilização do conceito de *civilização*. Neste trabalho, o termo *civilização* não diz respeito ao desenvolvimento das chamadas “grandes civilizações da Antiguidade”, nem se refere ao remoto processo de invenção da escrita, da moeda e da estrutura de Estado que caracterizou o surgimento daquelas sociedades. No sentido aqui adotado, o conceito de *civilização* também não tem nada a ver com a Revolução Neolítica, com o aparecimento das primeiras cidades-estados e com a criação da agricultura. A ideia de *civilização* utilizada neste trabalho diz respeito a um processo social e histórico preciso e bem mais recente; processo este, eminentemente, moderno, que fora teorizado por Norbert Elias na década de 1930.

A teoria de Elias sobre os elementos característicos do processo secular de “modernização” das sociedades ocidentais ressaltou uma evolução dos padrões culturais em um sentido específico. Nesse sentido, o conceito de *civilização* corresponde, na teoria do sociólogo alemão, a um processo histórico vivenciado pelo Ocidente no qual se identifica uma progressiva intensificação das regras sociais de controle sobre atitudes consideradas como violentas e/ou grosseiras.

Em sua principal obra, *O Processo Civilizador*, Elias propõe uma tese histórico-psicossociológica a respeito do aumento do controle social e individual sobre atitudes violentas e sobre comportamentos tidos como repulsivos ou nojentos. Segundo ele, a sofisticação das regras de etiqueta e de convívio social se intensificou na transição da Idade Média para a modernidade. Elias ilustra esse processo com a transformação da imagem rústica do cavaleiro medieval na figura refinada do cortesão palaciano das sociedades absolutistas. Na visão do autor, tal mudança histórica de tipos sociais revela uma intensificação progressiva dos mecanismos de controle social e de autocontrole.

De acordo com Elias, a complexificação e o refinamento das regras de comensalidade e de convivência social - que exigiram um domínio crescente sobre determinadas predisposições naturais e fisiológicas do ser humano, como as alimentares e as sexuais, por exemplo - podem ser notados logo no final da Idade Média e no início da Era Moderna. Ou seja, du-

rante o Renascimento e, mais ainda, na sociedade de corte do Antigo Regime. Para além de determinarem os hábitos à mesa e as normas de convívio palacianas, as regras de etiqueta que se multiplicaram nas cortes europeias absolutistas tiveram, segundo Elias, relação direta com a criação de uma rede de coerções cada vez mais elaborada e eficiente sobre as atitudes descontroladas e os rompantes violentos do homem ocidental moderno.

Na visão do autor, o crescimento do controle sobre diversos hábitos de convivência esteve em conformidade com a *sociogênese* dos primeiros Estados modernos no Ocidente e com o característico monopólio do uso legítimo da violência física (e da cobrança de impostos) por parte de um poder centralizado. Nas palavras de Elias,

a sociedade do que hoje denominamos era moderna caracteriza-se, acima de tudo no Ocidente, por certo nível de monopolização. O livre emprego de armas militares é vedado ao indivíduo e reservado a uma autoridade central, qualquer seja seu tipo, e de igual modo a tributação da propriedade ou renda de pessoas concentra-se nas suas mãos (Elias, 1993:97).

Sendo assim, a formação dos Estados modernos teria determinado o desaparecimento, ou pelo menos a diminuição, de formas privadas de utilização da violência, além de ter configurado complexas normas de convívio social e de controle militar e fiscal.

Contudo, para Elias, a repressão de comportamentos violentos, ao lado de uma maior regulação sobre as operações financeiras e tributárias, não foi exercida apenas “de fora” - como uma coerção externa ou uma determinação estrutural de ordem econômica, estatal ou militar simplesmente. Um dos traços característicos dos sujeitos modernos (*civilizados*), segundo o autor, é o fato deles imporem um autocontrole sobre seus próprios impulsos e ações individuais - tanto na esfera pública-econômica, quanto na vida privada - bem maior que a regulação auto-imposta pelos indivíduos de épocas anteriores.

a espada fora substituída pela intriga e por conflitos nos quais as carreiras e o sucesso eram perseguidos por meio de palavras. Estas exigiam e produziam qualidades diferentes das que eram necessárias nas lutas armadas (...). A reflexão contínua, a capacidade de previsão, o cálculo, o autocontrole do terreno, humano e não humano, onde agia o indivíduo, tornaram-se precondições cada vez mais indispensáveis, para o sucesso social (Elias 1993:227-226).

O argumento eliasiano ganha clareza ao considerarmos que a internalização de regras de convívio que vetam comportamentos violentos, impetuosos e anti-higiênicos é um dos elementos ligados ao conceito vigente de *civilidade* e de *civilização*. O cidadão - isto é, o *ser civilizado*, social e politicamente ativo - é aquele sujeito que respeita as normas de convivência e que, por conta desse respeito, não é, e nem precisava ser, fisicamente violento. Como foi

mencionado, Elias toma como exemplo explicativo do *processo civilizador* pelo qual passou o Ocidente a transformação da figura do cavaleiro medieval (belicoso, ignorante e impulsivo para nossos padrões) na imagem do cortesão palaciano (educado, gentil e sagaz). Enquanto o cavaleiro medieval, isolado em seu castelo, via na guerra armada sua ocupação central e sua fonte de valores morais e patrimoniais, o cortesão palaciano do período posterior se dedicava diligentemente a uma complexa política de intrigas e a uma delicada rede de fofocas próprias dos salões da corte. Diferentemente dos tempestuosos cavaleiros da Idade Média, os cortesãos do Antigo Regime mobilizavam sobretudo a diplomacia, a conspiração e outras formas mais pacíficas de disputa moldadas por regras tradicionais e prerrogativas hereditárias, que são consideravelmente requintadas inclusive para nossos padrões de fazer fofoca e de fazer política.

Com o intuito de estabelecer uma unidade territorial e de realizar um controle hegemônico sobre a força militar, política e religiosa disponível, os Estados absolutistas e as sociedades de corte pré-modernas criaram um corpo gigantesco de regras sociais de convívio e de conflito, relevantes tanto na vida privada quanto na esfera pública. Nesse contexto, as regras e normas sociais estavam em conformidade com uma estrutura social altamente hierarquizada, na qual a posição (o *status*) social dos indivíduos era rigidamente determinada, antes de tudo, pela origem familiar. Na transição do feudalismo para a Era Moderna - durante o chamado Antigo Regime - ainda era preciso saber usar a espada e enfrentar duelos fatais, no entanto era cada vez mais imprescindível conseguir aguentar calado as provocações e, quando necessário, saber bajular barões, condes, viscondes, marqueses e duques.

Mais que da força bruta do cavaleiro medieval, ou que da força do dinheiro da burguesia emergente - tida como mal-educada e mal-nascida naquela época - o cortesão notável inserido nas altas rodas de poder daquela sociedade precisava ter modos, inteligência e paciência, além de portar títulos e honrarias evidentemente. Na transição da Idade Média para os tempos modernos é possível observar, se assumirmos a perspectiva eliasiana, uma relativa suavização dos costumes, além de uma progressiva sofisticação das regras de etiqueta. Ao mesmo tempo, é possível identificar na estrutura estratificada das sociedades de corte um extraordinário respeito pelas regras de estamento e pela hierarquia social determinadas pela tradição. No interior dessa estrutura social, os procedimentos autorizados e requisitados para a realização de planos de poder, de maior ou menor amplitude, estavam categoricamente deter-

minados por regras de *status* instituídas por preceitos arcaicos. Tais regras de estamento, que moldavam os planos de ação dos sujeitos, eram legitimadas pelo chamado “direito divino”, portanto elas precisavam estar em harmonia com uma moral e uma espiritualidade respaldadas pela Igreja Católica dominante na época.

O *processo civilizador* descrito por Elias corresponde ao crescimento de certas formas de coerção social exercidas e sofridas pelos indivíduos entre si. Segundo o autor, no ambiente cortesão “as pessoas se moldavam às outras mais deliberadamente do que na Idade Média” (Elias, 2011:86). O processo teorizado por Elias mostra que, as regras de comportamento criadas pelas cortes e, mais tarde, imitadas pela burguesia, foram de fundamental importância para a configuração do padrão moderno (“civilizado”) de bom comportamento social. A difusão de uma civilização dos hábitos à mesa ou de outras formas de comportamento se deu através de um processo histórico de longa duração que envolveu forças coercitivas externas aos indivíduos, mas que dependeu igualmente da expansão dos patamares de autocontrole, os quais suscitavam - no plano psíquico - sentimentos de vergonha e de embaraço por parte dos sujeitos submetidos a tais padrões.

Um exemplo da elevação dos patamares de vergonha e de embaraço pode ser observado no seguinte fato: a despreocupação em mostrar o corpo nu ou em tomar banho em público começou a desaparecer, segundo Elias, “no século XVI e mais rapidamente nos séculos XVII, XVIII e XIX, no início nas classes altas e muito mais devagar nas baixas” (Elias, 2011:160). Além da vergonha em relação à nudez e à higiene pessoal, naquele período começou a aumentar os patamares de sensibilidade em relação a diversas necessidades fisiológicas, inclusive em relação ao descanso e ao sono.

Uma camisola especial começou a ser adotada lentamente, mais ou menos na ocasião em que acontecia o mesmo com o garfo e o lenço. (...) Aumentava a sensibilidade com tudo aquilo que entrava em contato com o corpo. (...) Desaparece a despreocupação em mostrar-se nu, como também em satisfazer necessidades corporais na frente dos outros. (...) Levantar-se e deitar-se tornam-se coisas íntimas e são deslocadas da vida social para o interior da família nuclear. (...)

Dividir uma cama com pessoas estranhas ao círculo familiar fica cada vez mais embaraçoso. A menos que a necessidade determine o contrário, torna-se comum, mesmo na família, que cada um tenha sua própria cama e, finalmente - nas classes média e alta - seu próprio quarto. Desde cedo as crianças são treinadas nesse isolamento dos demais, com todos os hábitos e experiências que isto traz. Só se lembrarmos como parecia natural na Idade Média que estranhos, crianças e adultos compartilhassem a mesma cama é que poderemos compreender que mudanças nos relacionamentos interpessoais se manifestam em nossa maneira de viver. E reconhecer como está longe de axiomático que a cama e o corpo devam formar essas zonas de perigo psicológicas, como acontece na fase mais recente da civilização (Elias, 2011: 160-163).

Segundo Elias, sentimentos como nojo, vergonha ou orgulho são subjetivos, porém eles estão intimamente ligados a projeções sobre si das considerações feitas pelos outros. Sendo portanto fenômenos de natureza biopsicossocial. A teoria do sociólogo alemão sobre o *processo civilizador* afirma que, a estrutura das emoções - em relação à padrões de limpeza doméstica, de higiene pessoal, de etiqueta e de convívio social - se desenvolveu em uma direção específica. Qual seja: do aumento da sensibilidade, “da delicadeza de sentimentos” (Elias, 2011:118), em relação a padrões subjetivos de nojo e de vergonha. Tal hipersensibilização psicológica com relação à sujeira, e a correspondente valorização da higiene pessoal e doméstica, não teria sido, na perspectiva de Elias, uma decorrência do Iluminismo, do esclarecimento científico ou do descobrimento das técnicas de pasteurização e conservação dos alimentos e da louça; mas sim um resultado da formalização de padrões, acima de tudo, culturais que, a princípio, tiveram pouco a ver com as descobertas da microbiologia e da epidemiologia modernas. Elias observa que, segundo os manuais de etiqueta do Antigo Regime, tomar sopa na mesma tigela que outras pessoas era indelicado - não por questões de higiene ou de contágio, as quais sequer eram postas à época - mas porque tal comportamento ia contra a *civilité* e a *délicatesse* - sendo, portanto, uma demonstração clara de falta de educação e de *finesse*.

Para nós - no século XXI - um manual de etiqueta que acuse o hábito de tomar sopa em uma vasilha compartilhada por outras pessoas como uma falta de modos, como uma conduta deselegante e notoriamente nojenta, parece algo ridículo e elementar por se tratar de uma prescrição já naturalizada há muito tempo por nossos padrões de comensalidade e de higiene. Há mais de cem anos os almoços e jantares das sociedades civilizadas modernas - os quais, como veremos, foram previamente moldados pelas regras de etiqueta da sociedade de corte - passaram a ser instruídos cientificamente pela microbiologia e pela infectologia. De forma que, hoje, o hábito de tomar sopa em uma vasilha coletiva seria visto como uma atitude perigosamente contagiosa por razões epidemiológicas comprovadas há mais de um século. Contudo, Elias mostra que, inicialmente, as regras à mesa não tiveram por base razões higiênicas, médicas ou sanitárias.

A explicação do aumento da “delicadeza de sentimentos” característica do processo civilizador é fundamental para o entendimento daquilo que Elias chamou de “esportificação” dos passatempos. A crescente necessidade de impor limites a impulsos violentos e repulsivos

ocorreu durante o processo de desenvolvimento dos esportes modernos, como veremos. Além disso, o processo de civilização dos modos de convivência e de sociabilidade percebido por Elias também pode ser notado no surgimento das formas modernas de lazer. Nossos jantares e celebrações seguem regras de etiqueta cujas raízes remontam à sociedade de corte descrita por ele. Os lazeres tidos como refinados e bem-educados ainda apresentam características da comensalidade e hospitalidade cortesã. É notável como, desde a infância, aprendemos a reprimir atitudes consideradas sujas ou nojentas não somente durante as festas e ocasiões públicas, mas também quando estamos sozinhos.

Quando os primeiros manuais de regras à mesa apareceram, nos séculos XVI e XVII, tais escritos determinavam regras de comensalidade e de *toilette* bastante simples, muitas delas risíveis para os padrões atuais. Elias utiliza como exemplo do processo de configuração das normas de convivência da sociedade ocidental vários manuais de etiqueta publicados naquela época. Ele destaca um texto escrito por Erasmo de Roterdã, no séc. XVI, cuja a finalidade era instruir os jovens sobre as regras de boas maneiras em voga. Nesse manuais de bom comportamento, encontramos regras que vetavam, por exemplo, o hábito de cuspir sobre a mesa durante as refeições. O comensal bem educado deveria virar a cabeça e cuspir ao lado da mesa e não por cima da comida servida. Naquela época, a ciência ainda não fazia ideia de que os utensílios de cozinha e os talheres poderiam funcionar como vetores de doenças, mesmo assim, na sociedade cortesã da transição da Idade Média para Era Moderna, compartilhar pratos e talheres durante as refeições começa a ser considerado um hábito sujo e deselegante. Nas palavras do autor, as maneiras dos medievais, se comparadas às maneiras da corte do Antigo Regime,

são relaxadas em todos os sentidos da palavra. A pessoa não deve fungar nem estalar os lábios enquanto come. Nem cuspir de um lado a outro da mesa nem assoar-se na toalha (pois essa é usada para limpar os dedos de gordura) ou nos dedos (os dedos tocam a travessa de servir comum). Comer com outras pessoas no mesmo prato ou travessa é aceito como natural. O indivíduo deve apenas evitar cair sobre o prato de servir como se fosse um porco e devolver a comida mastigada à travessa comum. (Elias, 2011:111).

Segundo Elias, o hábito de utilizar pratos e talheres individuais não se deu por conta de uma questão de higiene ou de uma tentativa de controle da propagação de enfermidades, mas sim em função de um conjunto de regras culturais consideravelmente progresso e independente às descobertas de Louis Pasteur no século XIX. Um observador do século XX (e do século XXI) talvez ache

que a eliminação do hábito de ‘comer com as mãos’, a adoção do garfo, as louças e talheres individuais, e todos os demais rituais de seu próprio padrão podem ser explicados por ‘razões higiênicas’. Isto porque é esta a maneira como ele mesmo explica, de modo geral, esses costumes. Mas o fato é que, em data tão recente como a segunda metade do século XVIII, praticamente nada desse tipo condicionava o maior controle que as pessoas impunham a si mesmas (Elias, 2011:117).

Durante o século XIX e XX, algumas regras de comportamento - social e privado - foram justificadas por argumentos científicos, médicos, sanitários, psicológicos, sociológicos... Contudo, não é possível afirmar que originalmente essas regras de comportamento, de cuidado pessoal e de convivência - as quais se iniciaram ainda na sociedade cortesã do Período Absolutista e que, em boa medida, se confirmaram com a ascensão da burguesia mais recente - foram motivadas por questões colocadas pela medicina moderna ciente dos patógenos microbianos e das suas respectivas formas de disseminação e contágio. A expansão dos patamares de nojo e vergonha, segundo Elias, tem menos a ver com as concepções médicas modernas acerca dos hábitos corretos de higiene, de cuidado pessoal e de saneamento público, do que com padrões de etiqueta determinados por normas culturais bem mais antigas que os métodos de esterilização e assepsia descobertos pela ciência mais recente.

A instauração das regras de comportamento à mesa e das técnicas de cuidado com o corpo (cosméticas e dietéticas), segundo o sociólogo alemão, têm mais a ver com a ritualização e padronização da satisfação de necessidades fisiológicas e sociais por parte de uma sociedade específica (isto é, a nossa) do que com uma determinação médico-sanitária de formas menos contagiosas de se compartilhar a comida e os utensílios de cozinha com a família e os amigos. Nos seus banquetes palacianos, antes de tomarem precauções a respeito da existência e da transmissão de micróbios, os cortesãos se impunham padrões de asco e vergonha que interdavam condutas impróprias que, hoje, poderiam ser facilmente tipificadas como insalubres e contagiosas pelo saber médico atual ou, simplesmente, como nojentas pelo senso-comum vigente.

As regulações relativas ao comportamento à mesa, à toalete, às atividades recreativas e de sociabilidade se proliferaram nas sociedades de corte que precederam a modernidade industrial. O processo de civilização dos modos de convivência iniciado pelas elites antigas determinou novas normas de higiene pessoal e de saneamento coletivo, que se espalharam por estratos mais amplos da sociedade. Segundo o sociólogo alemão, “vemos com mais clareza

como círculos relativamente pequenos iniciam o movimento e como o processo, aos poucos, se transmite a segmentos maiores” (Elias 2011:119).

Em resumo, é possível concluir que o *processo civilizador* descrito por Elias se comporta como um movimento de difusão. Os padrões de decência e de comportamento instituídos pela sociedade de corte (pela elite aristocrática e minoritária, portanto) foram se difundindo progressivamente para outros setores mais numerosos da sociedade. Inicialmente o burguês e, mais tarde, o trabalhador comum se esforçarão para corresponder aos padrões de decência e de consumo estabelecidos por seus superiores na hierarquia social.

No plano individual e psicológico, a internalização das normas de convívio social e dos padrões de *toilette* e higiene pessoal se manifesta em sentimentos subjetivos de asco e de vergonha diante de condutas impróprias. No plano coletivo e sociológico, o *processo civilizador* corresponde a um processo eminentemente cultural de regulação de impulsos violentos e de supressão de atitudes consideradas repulsivas e socialmente desagradáveis. De todo modo, o *processo civilizador*, de que nos fala Elias, não envolveu somente a sofisticação das regras à mesa e o refinamento da *toilette*. Na obra *Em Busca da Excitação* (1992), ele, em parceria com Eric Dunning, propôs uma tese sociológica que buscou compreender o significado social do esporte e do lazer para as sociedades atuais. Os autores destacaram o papel dessas práticas no processo histórico de regulação sobre a violência física observado nas sociedades modernas.

Quando Elias e Dunning falam a respeito do papel do lazer e do esporte sobre o controle de comportamentos violentos, eles não querem dizer simplesmente que tais fenômenos sociais têm por finalidade única a redução do estresse e do mal-estar gerado pela vida em sociedade. Para esses autores, o esporte e o lazer são mais que um leve calmante pra os nervos. Assim, ao analisarem as funções sociais do lazer moderno, eles buscaram superar a ideia de que o seu papel social seria simplesmente o relaxamento das tensões produzidas pelo trabalho. Na visão deles, as implicações sociais das práticas de lazer vão muito além da atenuação da pressão gerada pela jornada profissional. Do seu ponto de vista, o lazer e o esporte também não se constituem como uma espécie de “ópio do povo” cuja finalidade seria desmobilizar a classe trabalhadora tirando seu foco de questões políticas e econômicas mais sérias.

Politicamente, o lazer foi empregado como uma arma de combate à violência, principalmente juvenil, em diversos países. A ideia de utilizar práticas esportivas, sobretudo, os es-

portes coletivos, como meios de transferência de valores morais e de respeito às regras de autoridade foi posta em prática por iniciativas políticas com as mais diferentes motivações ideológicas. Os esportes e o lazeres tidos como mais corretos e civilizados eram aqueles que favoreciam certas concepções de progresso social e urbano.

Os dispositivos de lazer existentes nas sociedades de massa, os quais tornam possível a realização de mega eventos, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo de futebol, por exemplo, precisam ter sob controle os impulsos e as reações dos torcedores mais excitados que o normal. Sendo assim, os dispositivos de lazer de massa consideram sempre o risco de se ter milhares de pessoas entusiasmadas em um mesmo local.

A Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (FIFA) é um exemplo de “cooperação agonística”, de disputa amistosa, entre as nações globais. Existe uma civilidade essencial para que a Copa do Mundo aconteça. Povos muito distantes devem estar de acordo com as regras a serem seguidas. Há mil anos atrás seria impossível ter uma copa do mundo de futebol, não apenas pela falta de comunicação entre as diferentes partes do globo, mas porque seria impossível um acordo sobre as regras do jogo e sobre os objetivos a serem conquistados. Não precisamos ir muito longe no tempo, há algumas décadas, durante as Guerras Mundiais, as Olimpíadas e a Copa do Mundo eram inviáveis.

O lazer e o esporte, na acepção de Elias e Dunning, se constituem como fenômenos sociais cujos efeitos culturais são mais profundos que o alívio momentâneo das pressões e obrigações impostas pelo sistema capitalista e pelo modo de vida moderno. De forma que, na perspectiva deles, a função principal das atividades de lazer não seria permitir que indivíduos, mais relaxados e bem dispostos, trabalhassem mais e melhor após os finais de semana e as férias. Distintamente, as práticas de lazer, como certos esportes e competições, oferecem as condições para a expressão de sentimentos de excitação e animação que geralmente não podem ser experimentados e expressados no dia a dia. Assim, as experiências de lazer, segundo esses autores, despertariam nos sujeitos uma excitação, por vezes, contrária à disciplina requerida pelo trabalho profissional e oposta ao autocontrole demandado no convívio social. De acordo com eles, a ideia de que as experiências de lazer na modernidade seriam um contrapeso das tensões do trabalho ou simplesmente um alívio para outras coerções sociais é um grave erro sociológico.

Em suas palavras, as atividades de lazer “fornecem um quadro imaginário que se destina a autorizar o excitamento. (...). Filmes, danças, pinturas, jogos de carta, corridas de cavalo, óperas, histórias policiais e jogos de futebol estas e muitas outras atividades de lazer pertencem a esta categoria” (Elias & Dunning, 1992: 70-71). No sentido adotado por eles, o lazer seria uma atividade social geradora de emoções intensas, ainda que controladas. Os jogadores e os espectadores de um jogo de futebol, por exemplo, experimentam a excitação de um confronto entre duas equipes que, diferentemente de um conflito real, não apresenta riscos graves à integridade física dos jogadores ou aos apoiadores de cada time.

As excitações psicológicas e coletivas provocadas pelas atividades de lazer possibilitam a manifestação de sentimentos exacerbados e de emoções intensas de forma dirigida. No entendimento eliasiano, o futebol e grande parte dos esportes modernos de competição possuem o caráter de um combate regulado, ou seja, de uma guerra não violenta. De imediato se percebe que a analogia entre as competições esportivas e o combate militar proposta por Elias possui um limite claro: os jogos esportivos - diferentemente dos conflitos armados - possuem regras predefinidas e explícitas que diminuem consideravelmente os perigos de danos físicos letais, os quais, na lógica da guerra, constituem o objetivo das ações de enfrentamento. Desse modo, é notável o fato de as competições esportivas modernas exigirem um *fair play* que, na lógica da guerra, não se efetiva como uma diretriz estratégica, nem como uma limitação para os meios de se buscar a vitória. Na disputa esportiva, diferentemente da peleja beligerante, os fins não justificam os meios. Para se alcançar a glória no esporte é preciso seguir regras declaradas e aceitas por ambas as partes. Além disso, geralmente, a guerra é uma espécie de disputa na qual as partes em confronto pretendem encerrar o “jogo” da maneira mais breve possível através do extermínio dos adversários. Os confrontos esportivos, diferentemente, seguem regras fixas que garantem o desenrolar da partida durante um tempo previamente determinado, além de preservarem a segurança dos participantes.

As diferenças e as semelhanças entre a guerra e o esporte são abundantes. Na teoria desenvolvida por Elias e Dunning, os sentimentos provocados pelas guerras foram, em certo sentido e em boa medida, domesticados e substituídos por emoções mais suaves nas modalidades esportivas inventadas na modernidade. Para eles, “O problema resolvido pelos divertimentos sobre a forma de desportos consistia em encontrar a maneira de experimentar a plena

alegria de um combate sem magoar seres humanos, isto é, com um mínimo de ferimentos físicos” (Elias; Dunning, 1992:94).

Elias afirma que várias modalidades de lazer surgidas na Era Moderna servem como meio de extravasar - de forma controlada e inofensiva - sentimentos violentos que não podem ser expressados efetivamente no dia a dia. Desse modo, o lazer e o esporte nas sociedades modernas ofereceriam as condições para manifestação regulada de estados de excitação que geralmente são reprimidos em situações normais. Contudo, Elias não desconsidera o fato de que nas sociedades modernas, alguns esportes desencadeiam ondas de violência que causam sérios problemas sociais e urbanos. As brigas entre torcidas de futebol são ocasiões exemplares em que os impulsos violentos de multidões de torcedores ganham vazão de forma descontrolada e se transformam em atos coletivos de destruição dos estádios e do seu entorno. A violência associada ao futebol é um problema em vários países do mundo - desde os desenvolvidos aos atrasados. Elias explica da seguinte maneira esse fenômeno na Grã-Bretanha:

A maioria dos que se relacionam com a violência no futebol parece ser proveniente do nível mais baixo das classes trabalhadoras. (...) A maior parte não só provem de famílias consideradas com pouco apreço na sua sociedade mas são, também, encarados sem estima pela maioria dos que se situam entre os instalados. O desemprego, sem dúvida, tem muito a ver com isso. (...) Na sua sociedade conservam uma posição muito inferior. Sempre que contactam com o mundo instalado, sentem a sua inferioridade. (...) Mas eles próprios sentem que são daqui; sabem que são ingleses, ou escoceses, ou galeses. E, no entanto, são tratados como se fossem elementos externos. Existe pouca excitação na sua vida normal; talvez não exista nenhum desporto nem entusiasmo para o praticarem. (...) De um modo geral, a vida é particularmente monótona. Nada de especial acontece. Talvez uma rapariga, talvez um filme. Não existem perspectivas; não têm objectivos. Deste modo, o desafio de futebol entre equipas locais surge como o maior, o mais excitante dos acontecimentos numa vida que, de qualquer maneira, é, acima de tudo, vazia. Então, pode mostrar-se a todo o mundo que se faz parte dele. E pode voltar-se as costas a sociedade que não o parece notar. (...) Já no caminho para o jogo, no seu próprio país ou no estrangeiro, não se esta mais sozinho, não se esta mais com um pequeno grupo de amigos diários. Agora são centenas, até mesmo milhares, do seu gênero. Esta situação da força a uma pessoa. Na vida quotidiana de uma multidão, cada um passa a ter poder. (...) Qualquer um pode atrever-se a fazer coisas que nem sequer se atreveria a fazer se estivesse só. E, deste modo, sem saber exactamente o que esta a fazer, mas gozando com a excitação desencadeada, volta as costas ao sistema. Cada um pode vingar-se de uma vida vazia e sem esperança. A vingança é um motivo forte. Rasgam-se os compartimentos dos comboios; quebram-se mesas e garrafas nos bares. E, depois, no campo de futebol encontram-se milhares e milhares, muitos mais do que a polícia, os representantes da ordem estabelecida. (...) Fazer parte de uma multidão transmite coragem. Faz com que aqueles que não têm poder pareçam poderosos. E assim acontece, pessoas que normalmente levam uma vida humilde e decerto frustrante, voltam-lhe as costas por meio do ridículo. Perdem o autodomínio que, em geral, limita a excitação criada pelo confronto entre duas equipas de futebol. (...) Aqueles que habitualmente são marginais, tornam-se, por um breve e ilusório momento, os chefes; os oprimidos destacam-se. De forma resumida, creio que a violência no futebol, qualquer que possa ser a sua explicação, deve ser também considerada como uma síndrome, como uma forma de comportamento e de sentimento característica de jovens marginais quando podem reunir-se e formar uma grande massa. (Elias, 1992: 91-92)

No século XXI, a violência coletiva ligada ao mundo do futebol ainda é um problema em vários países. No Brasil, o monitoramento dos estádios e de seus arredores por dispositivos de segurança e de vigilância, bem como o policiamento do território e a punição das torcidas organizadas ligadas a atos de violência, são medidas adotadas pelo Estado para tentar controlar o comportamento da massa de torcedores superexcitados. A necessidade de implantar tais dispositivos para se ter sob controle a excitação e a irritação das torcidas de futebol - ora eufóricas, ora iradas - é um requisito indispensável para a realização dos mega-eventos esportivos que apareceram na modernidade.

A organização da Copa do Mundo (FIFA) realizada no Brasil em 2014 exigiu a reorganização urbana de várias capitais estaduais e a remoção - em muitos casos violenta - de milhares de famílias pobres que habitavam nas proximidades dos estádios ou das vias de acesso estratégicas para a realização do evento. Os mega-eventos esportivos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, por serem fenômenos de massa, requerem técnicas de controle, de vigilância e de organização do espaço público bastante extensas. Além disso, a realização desses eventos demanda um comando acertado sobre o deslocamento e o comportamento de milhares de pessoas. Por vezes, tal controle envolve a repressão policial dos atos de violência e de depredação praticados por torcidas ou por alguns torcedores mais entusiasmados ou mais descontentes que os demais.

Os textos de Elias e Dunning sobre sociologia do lazer e do esporte assumem o “entendimento do esporte como substituto aceito para as emoções reprimidas” e “tratam da civilização da conduta e das emoções, vistas em práticas como a caça à raposa, o futebol e vários tipos de lutas corporais” (Quintaneiro, 2010:17). No que diz respeito à lógica interna das práticas esportivas, Elias e Dunning mostram que, a evolução dos esportes e de alguns lazeres apresenta uma tendência específica, qual seja: da suavização dos modos de agir e reagir. Posto de outra maneira, nota-se na história das modalidades esportivas modernas um abrandamento da condutas, comparativamente às épocas anteriores. De acordo com os autores,

Ao comparar as actividades de lazer contemporâneas com as dos primeiros estádios, pode notar-se facilmente que apenas sobreviveram aquelas que conseguiram adaptar-se à repugnância normalmente muito forte dos seres humanos em relação à possibilidade de infligirem ferimentos físicos aos outros. Durante séculos, os combates de gladiadores, ou entre seres humanos e animais ferozes, constituíram um divertimento apreciado pelas populações urbanas do Império Romano, e as diversões medievais da queima de gatos, a suspensão pública na forca ou a luta de galos teriam, provavelmente, desencadeado um diminuto prazer às audiências contemporâneas, e poderiam ser sentidas por algumas pessoas como algo intolerável e horrível (Elias, 1992: 70).

Os estudos de Elias e Dunning mostram que diversas práticas esportivas passaram por transformações que correspondem às modificações mais gerais dos códigos de conduta e dos padrões de sensibilidade que se deram com a passagem da Idade Média para a Era Moderna. Segundo Elias, tais transformações possuem uma orientação clara cujo sentido é na direção do aumento do controle social e individual sobre a violência, sobretudo, através da criação de dispositivos e de eventos nos quais a excitação dos sujeitos pode ser contida e canalizada para atitudes não-letais. O autocontrole exigido pelas modalidades esportivas atuais seria, portanto, uma expressão da internalização de regras sociais envolvidas no *processo civilizador* que vetam comportamentos agressivos considerados antidesportivos. Nas palavras dos autores,

Se compararmos os jogos populares realizados com bola nos finais da Idade Média, ou até nos inícios dos tempos modernos, com o futebol e o rãguebi, os dois ramos do futebol inglês que emergiram no século XIX, pode notar-se que existe um aumento de sensibilidade em relação à violência. A mesma mudança de orientação pode ser observada no caso do desenvolvimento do boxe. (...) A transição dos passatempos a desportos, a ‘desportivização’, se é que posso utilizar esta expressão como abreviatura de transformação dos passatempos em desportos, ocorrida na sociedade inglesa, e a exportação de alguns em escala quase global, é outro exemplo de um avanço de civilização (Elias, 1992: 42-43).

Elias afirma que a história do desenvolvimento dos esportes modernos, ou seja, o processo de “desportivização”, é correlativa à história da “parlamentarização” do governo inglês. Nessas duas linhas de desenvolvimento, do esporte e da política, é possível observar a normalização das condutas dos agentes através do estabelecimento de regras que favoreceram a pacificação dos embates entre as partes em disputa. Nesse sentido, tanto no jogo político quanto na partida de futebol - tanto no estádio quanto no parlamento - temos dois grupos que disputam regularmente seguindo normas que impedem a aniquilação de uma parte pela outra. Os times de futebol que disputam um campeonato, da mesma maneira que a Câmara dos Lordes e a Câmara dos Comuns do parlamento britânico, devem respeitar regras que interditem interações lesivas que envolvam a violência física ou a eliminação da existência dos adversários. No futebol (como na democracia) os direitos fundamentais daqueles que perdem o jogo (ou as eleições) devem estar sempre resguardados. O jogo de futebol assim como o jogo democrático envolvem normas explícitas mutuamente aceitas que enquadram as condutas dos agentes, de modo que as partes em competição não possam se exterminar.

Segundo Elias, para além do futebol, o surgimento de outras modalidades esportivas na Inglaterra, como o tênis, o críquete e o *rugby*, também é correlativo à divisão do parlamento inglês em duas câmaras que se afrontam de forma regular e não letal. No esporte, assim

como na política moderna, é importante ter controle sobre si mesmo e, na medida do possível, ter domínio sobre a ação e a reação dos adversários pressupondo que a dinâmica do jogo enquanto tal envolve a obediência às suas regras e depende da presença dos oponentes. O general prussiano Carl von Clausewitz afirmava que, "a guerra é a continuação da política por outros meios", seria possível pensar, com Elias e Dunning, que o esporte também é a continuação da política por outros meios.

Ao se adotar a perspectiva eliasiana, é possível perceber que durante o "processo civilizador" do lazer foi estabelecida uma nova relação entre lazer e poder que corresponde, simultaneamente, a um processo individual de auto-disciplinamento (de auto-governo) das emoções e das ações, bem como a um processo mais geral de controle social (externo) sobre os comportamentos violentos e agressivos por parte dos sujeitos e das associações sociais, fossem elas um partido político, um clube atlético, uma torcida organizada ou um indivíduo. Em suma, as restrições impostas aos comportamentos violentos e aos impulsos homicidas é um elemento central da *civilização do lazer* tal como Elias a compreendeu. A nova relação entre lazer e poder, que foi criada na modernidade, envolve diversos mecanismos de controle social e de autocontrole antes inexistentes. O *processo civilizador* é correlativo à monopolização do uso legítimo da força física por parte de um Estado centralizado, bem como à constituição de sistemas políticos relativamente pacíficos. No que concerne à configuração dos lazeres modernos, a "parlamentarização" da política e a "desportivização" dos lazeres são processos convergentes na história da civilização ocidental. A relação entre lazer e poder, portanto, diz respeito ao desenvolvimento dos padrões de civilidade e de autocontrole fundamentais para a existência do jogo democrático e dos jogos recreativos modernos.

Por meio das discussões conceituais sobre o "processo civilizador" e sobre a noção de "dispositivo" é possível examinar a articulação entre lazer e poder. Fazendo uma ponte entre os conceitos de Elias e Foucault, é possível afirmar que os dispositivos de lazer atuam no sentido de favorecer a "civilização" dos hábitos sociais e individuais. Assim como os "dispositivos de poder" analisados por Foucault são criações sociais que manipulam as subjetividades, o "processo civilizador" teorizado por Elias envolve a internalização, por parte dos indivíduos, de normas e regras sociais.

3.3. A Urbanização do Lazer

Nós vimos que, a gênese de diversas modalidades esportivas modernas é contemporânea à formação de um discurso sobre o lazer que ressaltava a importância de se dar uma orientação racional e útil para o tempo e para os espaços livres do trabalho. Em outras palavras, a organização e a popularização de alguns esportes e certas atividades de lazer no Ocidente corresponde, em termos históricos e sociológicos, ao aparecimento de um discurso que tematizava o seguinte problema: como orientar o uso do tempo e dos espaços disponíveis para as classes urbanas durante os períodos de desocupação laboral?

Na segunda metade do século XIX as políticas higienistas e urbanistas atentaram para o problema, cada vez mais urgente, relativo à organização do lazer nos espaços públicos. Diante disso, engenheiros, arquitetos, paisagistas e sanitaristas decidiram que espaços de recreação no centro e nas periferias das cidades eram imprescindíveis. A preocupação com o lazer dos pobres - que já estava presente nas iniciativas filantrópicas puritanas na Era Vitoriana, como vimos - ganhou contornos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos até então nunca vistos. A reforma de várias cidades do velho-mundo determinou a criação de espaços verdes, de parques públicos e de praças de esporte em todo o planeta. A urbanização do lazer durante a segunda metade do século XIX e, principalmente, como veremos mais adiante, após a 2ª Guerra, colocou questões sobre o controle do espaço urbano e do comportamento de seus ocupantes bem diferentes das que eram levantadas pela arquitetura palaciana mais antiga com seus jardins secretos exclusivos para a aristocracia cortesã. A relação entre lazer e poder, de duzentos anos pra cá, envolve sucessivas iniciativas do poder Estatal no sentido de reconfigurar o espaço urbano de acordo com as novas exigências das metrópoles e das massas.

Segundo Michelle Perrot,

os restos das antigas fortificações de Paris e a 'zona' (as fortificações foram totalmente demolidas nos anos 1920-1930) tornam-se por quase um século um território de fronteira utilizado por todo tipo de marginais - trapeiros, boêmios que Atget fotografou por volta de 1900 -, apaches em tumultos, operários festejando a segunda-feira ou cultivando um canteiro de legumes. Esse 'cinturão negro' cercado a capital não deixa de inquietar os burgueses, que reclamam em altos brados o saneamento no lugar. Desde antes de 1914, procede-se a despejos - não sem choques - para desocupar terrenos de esportes e 'espaços verdes', pulmões para Paris. (Perrot, 2017:123).

Durante o século XIX - e com maior intensidade no início do século XX - prevalece um discurso político sobre o lazer que o compreende como um instrumento de reforma dos hábitos de grupos e de regiões urbanas marginalizadas, ao mesmo tempo, começam a aparecer

teorias arquitetônicas que o colocam o lazer como uma questão urbanística e sanitária indispensável para a modernização e higienização das cidades. Ao lado de tais discursos higienistas emerge uma indústria - ou um mercado - de lazeres cada vez maior e mais diversificado. Tanto as reformas de grandes cidades no velho mundo quanto a construção das primeiras metrópoles planejadas da América levaram em conta a utilização de áreas verdes, de praças de esporte, de centros de compra e de parques recreativos.

Bertold Brecht, dramaturgo e poeta alemão da primeira metade do século XX, no poema crítico *Se os Tubarões Fossem Homens*, declarava que se houvesse civilização no fundo do mar e, portanto, se os tubarões fossem homens,

eles fariam construir resistentes caixas do mar para os peixes pequenos, com todos os tipos de alimentos dentro, tanto vegetais quanto animais.
Eles cuidariam para que as caixas sempre tivessem água renovada e adotariam todas as providências sanitárias cabíveis se, por exemplo, um peixinho ferisse a barbatana. Imediatamente, eles fariam uma atadura a fim de que não morresse antes do tempo.

Para que os peixinhos não ficassem tristonhos, eles dariam cá e lá uma festa aquática, pois os peixes alegres têm gosto melhor que os tristonhos.

(...)

Se os tubarões fossem homens, haveria entre eles, naturalmente também, uma arte. Haveria belos quadros, nos quais os dentes dos tubarões seriam pintados em vistosas cores e suas goelas seriam representadas como inocentes parques de recreio, nos quais se poderia brincar magnificamente.

Os teatros do fundo do mar mostrariam como os valorosos peixinhos nadam entusiasmados para as goelas dos tubarões.

A música seria tão bela, tão bela, que os peixinhos, sob seus acordes, a orquestra na frente, entrariam em massa para as goelas dos tubarões, sonhadores e possuídos pelos mais agradáveis pensamentos.

Também haveria uma religião ali.

Se os tubarões fossem homens, ela ensinaria, essa religião, que só na barriga dos tubarões é que começaria verdadeiramente a vida.

Ademais, se os tubarões fossem homens, também acabaria a igualdade que hoje existe entre os peixinhos, alguns deles obteriam cargos e seriam postos acima dos outros.

Os que fossem um pouquinho maiores poderiam, inclusive, comer os menores. Isso só seria agradável aos tubarões, pois eles mesmos obteriam, assim, mais constantemente, maiores bocados para devorar, e os peixinhos maiores, que deteriam os cargos, valeriam pela ordem entre os peixinhos para os quais estes chegassem a ser, professores, oficiais, engenheiro da construção de caixas e assim por diante.

Curto e grosso, só então haveria civilização no mar, se os tubarões fossem homens²³.

O poema de Brecht expressa, metaforicamente, uma crítica à organização social moderna. A necessidade de controle social, bem como urgência de circulação de pessoas e mercadorias no interior de um espaço racionalizado e produtivo, ainda que densamente povoado e

²³Ver: https://www.youtube.com/watch?v=fziZE352V20&ab_channel=CanalBrasil. Disponível em 11/12/2019.

excludente, determinou a eliminação de toda sorte de indivíduos indisciplinados, ociosos e rebeldes. Foram exemplos de vítimas desse processo de exclusão: os vendedores ambulantes, os artistas de rua e, principalmente, os jovens marginalizados e desocupados. Na Paris da *Bele Époque*, o trabalho informal - levado adiante por camelôs cujo único cabedal de que dispunham eram as bugingangas que entupiam as calçadas e faziam os transeuntes tropeçarem - colocou um problema urgentíssimo relativo à utilização do tempo e ao deslocamento no espaço público. Os vendedores informais foram duramente perseguidos e eram tidos como, “indivíduos indisciplinados cuja ocupação, cheia de atrativos pelo seu caráter irregular e pequeno capital tem o inconveniente de desviar de uma profissão laboriosa, de favorecer o gosto pela ociosidade e predispor a vagabundagem” (Gisquet, 1832 apud Perrot, 2017:127).

Segundo Michel Foucault, já no final do século XVIII aparece um conjunto de técnicas políticas que corresponde a uma nova arte de governar segundo a razão de Estado moderna: o “estado de polícia”. O “estado de polícia” pretende se ocupar dos costumes, da saúde, da tranquilidade pública, do cuidado dos edifícios, das praças, das ruas e da situação dos pobres. No curso *Sécurité, Territoire, Population* ele explica que, naquele século, a saúde e a disciplina dos pobres passam a ser compreendidas como parte considerável da coisa pública. Nas palavras do autor,

Et quant à la discipline et au soin des pauvres, c'est 'une partie considérable du bien public', c'est cette élimination ou en tout cas ce contrôle des pauvres, l'exclusion de ceux qui ne peuvent pas travailler et l'obligation pour ceux qui le peuvent, effectivement, de travailler. (...) Bonté, conservation, commodité, agréments de la vie, c'est bien de cela qu'il s'agit.

(...) La santé, par exemple, la subsistance, tous les moyens pour empêcher qu'il y ait des disettes, [la] présence des mendiants, [la] circulation des vagabonds - les vagabonds ne feront problème à la campagne que tout à fait à la fin du XVIIIe. siècle. Disons que tout ceci, ce sont donc des problèmes de la ville. Plus généralement, ce sont les problèmes de la coexistence et de la coexistence dense. (Foucault, 2004: 342-343)

Um século após esse período ao qual Foucault se refere, na virada do século XIX para o XX, algumas questões sócio-ambientais já se apresentavam de forma clara para os países desenvolvidos, é possível destacar algumas: 1ª. as condições de moradia da classe operária; 2ª. a regulação dos limites da jornada de trabalho; 3ª. a circulação veloz no interior do espaço urbano; 4ª. a disponibilidade de espaços verdes destinados à recreação coletiva e à salubridade do ambiente urbano. Tais questões envolveram aspectos fundamentais do desenvolvimento econômico e científico, além de projetos culturais, políticos e educacionais muito discutidos na Europa da época. Questões sociais como o alcoolismo e o desemprego, ao lado de proble-

mas urbanos e ambientais - como o da qualidade do ar e o da violência nas grandes metrópoles - aparecem como elementos recorrentes de discursos políticos, tanto dos movimentos operários quanto de organizações mais conservadoras. De acordo com Michel Perrot,

É pelo viés do alcoolismo e do tempo livre que o movimento operário descobre, no início do século, o problema da habitação. Dois paliativos para a taverna, por tanto tempo celebrada como a ‘casa do povo’: lazer familiar numa moradia saudável e ‘espaços verdes’. Para curar o mal, escrevem os irmãos Bonneff em 1912, é preciso desenvolver ‘o antídoto da higiene, e isso através da educação desportiva dos cidadãos, através da construção de casas salubres, através da utilização de grandes espaços para os jogos ao ar livre (Perrot, 2017:108).

O bem-estar dos trabalhadores, inclusive daqueles que estivessem desempregados ou de férias, bem como dos jovens que ainda não estivessem no mercado de trabalho e dos idosos aposentados, se tornou um elemento da conjectura sobre o regime de governo e a qualidade de vida das sociedades capitalistas. A constatação de que era preciso controlar o tempo inteiro de vida dos cidadãos, ao lado da ideia de que o trabalhador deveria se tornar um consumidor durante o seu tempo livre e de que, para isso, ele deveria possuir algum tempo e algum dinheiro para gastar, faz parte do processo de nascimento da experiência moderna do lazer. A relação entre lazer, poder e consumo pode ser percebida logo no início do processo de industrialização da Europa. A criação das primeiras galerias comerciais nas capitais mais desenvolvidas, o surgimento das companhias de viagens turísticas internacionais e o desenvolvimento de diversas modalidades de jogos esportivos e de espetáculos fazem parte desse “trabalho de parto” do lazer moderno urbanizado.

O surgimento da chamada indústria do lazer envolve atividades comerciais variadas que, de acordo com Luiz Ribeiro, Mariana Nahas, Pedro Amaral e Rodrigo Simões, “são compostas por setores turísticos, como o transporte rodoviário de passageiros, alojamento e agências de viagem, por setores ligados a atividades artísticas, criativas e culturais, e por atividades esportivas, de recreação e lazer” (Ribeiro et al. 2014: 78). A urbanização e o aparecimento de uma indústria do lazer são processos contemporâneos ao desenvolvimento das primeiras instituições públicas destinadas ao fomento de políticas sociais de lazer. Posto de outro maneira, a criação de instituições de lazer filantrópicas, cívicas, sociais e estatais - de orientações ideológicas bastante diversificadas, algumas laicas, outras religiosas, esportivas ou educativas - coincide com o surgimento de uma indústria e de um mercado de lazer levados adiante por empresas e agentes privados. Em suma, a industrialização, a urbanização e a institucionalização do lazer são processos simultâneos na história do Ocidente.

É sabido que a criação das primeiras fábricas determinou o estabelecimento de novos locais de produção e, por consequência, de novos meios de transporte entre as zonas industriais e os bairros proletários. A separação entre o local de residência e o de trabalho (e de compras), ao lado da definição de uma jornada de trabalho e de uma rotina de lazer radicalmente separadas e mutuamente excludentes, determinou uma nova relação com o tempo e o espaço, tanto urbano quanto doméstico. A nova geografia urbana (e suburbana) compeliu o desenvolvimento de meios de deslocamento e de abrigo para as massas até então nunca vistos.

As tecnologias de lazer que a parecem na modernidade foram voltadas para uma demanda social por bens de consumo, tanto materiais quanto culturais, cada vez mais variados. As sociedades industrializadas e urbanizadas passaram por um profundo processo de reorganização do seu sistema produtivo, ao mesmo tempo, emergiu um cultura de consumo correspondente à super-produção ocasionada pela indústria. Da mesma maneira que os sistemas de produção e circulação de mercadorias se alteraram radicalmente, os meios de circulação, de consumo e de descanso das pessoas também ganharam uma nova dinâmica. Tal processo provocou mudanças profundas no modo como os sujeitos se relacionavam com o tempo e com o espaço nas cidades. Sob a nova lógica produtiva e urbana, era preciso ganhar tempo o tempo todo, isso significa que, era necessário acelerar os processos de produção e de circulação de mercadorias, igualmente, era imprescindível que as pessoas circulassem e consumissem de forma cada vez mais veloz. Nesse sentido, a rápida e intensa disponibilização de alternativas de lazer é correlativa à aceleração do sistema de trabalho e dos meios de transporte.

É interessante notar que, a etimologia da palavra “trabalho” remete a um antigo instrumento de tortura chamado, na Antiguidade Romana, de *triparium*. Nas línguas latinas modernas, *triparium* veio a se tornar: “trabalho”, em português; *trabajo*, em espanhol; e *travail*, em francês. Entretanto, na língua inglesa, *triparium*, converteu-se em *travel*, ou seja, “viagem”. Disso se infere que, o tempo de viagem, assim como o de trabalho, em geral, é vivenciado como um tempo enfadonho que não pertence ao sujeito que está submetido a ele. Tal experiência do trabalho e da locomoção como um tipo de tortura - isto é, como uma experiência desagradável imposta por alguma necessidade material ou por obrigações sociais - fica mais tangível quando se lembra da precariedade dos meios de transporte e das vias públicas das grandes cidades do início da Era Moderna. A classe trabalhadora urbana e a pequena

burguesia gastavam um tempo precioso do seu cotidiano e parte da sua saúde em meios de transporte demorados, superlotados, desconfortáveis e perigosos.

Atualmente, a situação do transporte público nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos, isto é, de industrialização tardia, é mais complexa que aquela observada à época do início da industrialização europeia. Além da precariedade do transporte coletivo, as grandes cidades dos países pobres atuais apresentam índices de violência no trânsito que coíbem o deslocamento de pedestres, de ciclistas e de skatistas que tecem alternativas de locomoção paralelas aos carros e aos ônibus. Recentemente, a utilização de patinetes elétricos monitorados por aplicativos virtuais tem criado novas soluções e novos acidentes de trânsito nas metrópoles.

De qualquer modo, é inegável que o desenvolvimento progressivo de meios de transportes mais rápidos e confortáveis foi fundamental para a o surgimento da experiência moderna do lazer. O turismo talvez tenha sido a dimensão do lazer que mais se beneficiou com a evolução de meios de locomoção mais velozes e menos incômodos. Com o aparecimento da locomotiva, dos barcos a vapor e, um pouco depois, com o surgimento do automóvel e do avião movidos à combustão, a indústria do lazer ganhou um novo nicho altamente lucrativo e complexo, a saber: o setor do turismo global em larga escala. Os lazeres turísticos requerem uma grande infra-estrutura urbana e viária. A participação de empresas variadas, tais como hotéis, agências de viagens, companhias aéreas, restaurantes, museus, casas de espetáculo é essencial para a existência do turismo. A disponibilização de serviços de turismo - e de tudo mais que ele envolve - é uma parte considerável do processo de urbanização do lazer. O caso do turismo mostra exemplarmente como a experiência do lazer na modernidade envolve a oferta de incontáveis produtos e serviços, além de uma complexa infra-estrutura viária e arquitetônica capaz de oferecer opções de lazer nos mais diferentes lugares do mundo.

A construção de dispositivos urbanos de lazer pode ser compreendida como parte do processo civilizador do qual nos fala Elias. As iniciativas dos Estados e das empresas, no sentido de embelezar e sanear as cidades tendo em vista o progresso da civilização, é resultado do interesse em suavizar e normalizar a qualidade de vida dos cidadãos. As instituições de lazer surgem dessa necessidade de oferecer atividades recreativas adequadas à nova dinâmica urbana. Os dispositivos de lazer implantados terão entre seus objetivos principais a redução da

violência, melhoria da saúde da população e do meio-ambiente, bem como o estímulo da economia

É interessante observar a história de certos dispositivos urbanos de lazer, entretanto é igualmente importante estudar os arranjos institucionais que tornam esse fenômeno social possível. No próximo capítulo, será mostrado como o lazer, sobretudo a partir do século XX, pôde ser utilizado como um dispositivo de governo manipulado por diversas instituições.

CAPÍTULO 4 - LAZER E GOVERNO

Enquanto Norbert Elias ressaltou o papel do aparecimento dos Estados nacionais modernos no controle sobre os comportamentos individuais, Michel Foucault investigou o surgimento de uma “razão de Estado” durante o mesmo período histórico. A necessidade de ter sob controle a conduta dos indivíduos determinou a criação de uma série de instituições sociais cuja função é coordenar o tempo livre do trabalho. O presente capítulo busca indicar como certas instituições de lazer atuaram como elementos da *governamentalidade*, isto é, como elas foram utilizadas para planejar e controlar o tempo disponível das pessoas de acordo com os imperativos das sociedades modernas. Nesse sentido, é possível pensá-las como instituições sociais que oferecem lazer tendo em vista o exercício do poder.

4.1. As Instituições de Lazer

No final do século XIX, um aparato institucional e legal heterogêneo (movido por forças políticas e sociais com os mais diversos matizes ideológicos) começou a agir sobre o lazer. A industrialização, a urbanização e a institucionalização do lazer se desenvolveram como processos simultâneos ao longo da modernidade. A “disponibilização” de lazeres tem a ver com os desdobramentos de projetos políticos propostos pelo poder público, por organizações da sociedade civil e por empresas, que planejavam organizar o tempo livre dos indivíduos de forma sistemática. As secretarias públicas, os clubes sociais, as ligas esportivas, bem como certas organizações filantrópicas, instituições religiosas, associações patronais e sindicais se encarregaram da *disponibilização* - em muitos casos gratuita - de experiências de lazer na virada do século XIX e ao longo do século XX.

Segundo Elias, “um dos principais traços fisionômicos das sociedades altamente diferenciadas e abastadas do nosso tempo é o facto de apresentarem uma variedade de actividades de lazer superior a qualquer outra sociedade que se possa imaginar” (1992: 73). A modernidade foi marcada pelo aparecimento de diversas instituições cujo propósito era a organização e a orientação do tempo livre das pessoas através de atividades de lazer. Nesse sentido, a institucionalização do lazer nos últimos dois séculos foi um processo que envolveu agentes sociais muito diversos, como por exemplo: organizações não-governamentais, igrejas, secretarias municipais, estaduais, ministérios e corporações multinacionais. Desde então, a oferta

de programas de lazer passou a ser realizada por instituições que tinham em vista múltiplas finalidades, que iam da difusão filantrópica da arte e da cultura à doutrinação política e religiosa, ou ainda, do fomento ao consumo de bens e serviços de recreação à incrementação da força de trabalho e da motivação dos trabalhadores através de excursões turísticas, bonificações salariais e folgas no expediente.

O processo de industrialização/mercantilização do lazer e o processo de institucionalização (estatal) desse fenômeno nas sociedades modernas não foram processos opostos, muito menos contraditórios. O aparecimento de um mercado de lazeres (e, nesse plano, de uma “indústria cultural” e do turismo) voltado para a oferta dos chamados “entretenimentos de massa” não foi consequência da negligência do poder público em relação ao programa iluminista de esclarecimento das massas ou do fracasso de projetos de educação popular por meio de lazeres mais cultivados ou, no mínimo, menos vulgares e alienantes. Essas forças (tanto de mercado quanto de Estado) frequentemente, são vistas como concorrentes naquilo que se refere à captura do tempo livre das pessoas, porém, na verdade, elas se retro-alimentam imbuídas com a finalidade de tornar os corpos dos indivíduos algo dócil (em termos políticos-institucionais) e produtivo (em termos econômicos). Posto de outro modo, durante o processo de configuração da experiência moderna do lazer, Estado e Capital agiram em relativa harmonia. Este último (o Capital) com o intuito de tornar o tempo de não trabalho dos sujeitos algo que fosse lucrativo, ainda que improdutivo, o primeiro (o Estado) com o interesse de intervir sobre certas características da população através de políticas de lazer consideradas socialmente corretas e ordeiras.

No final do século XIX e durante o século XX, o lazer foi visto como um instrumento político capaz de alterar deliberadamente as características físicas e culturais da sociedade. A ideia de que, através do esporte e do lazer, seria possível inculcar valores políticos e desenvolver algumas aptidões físicas e intelectuais nos cidadãos se desenvolveu rapidamente nos últimos cem anos. No início do século XX, tal concepção se tornou uma medida de Estado em vários países do Ocidente, como, por exemplo, a Inglaterra, a França, os Estados Unidos, a Rússia, o Brasil e a Alemanha. Aliás, durante o 3º Reich, a Alemanha sediou os jogos olímpicos e enfatizou a função dos esportes para o desenvolvimento eugenista. Todavia, como veremos a seguir, não foram apenas os alemães que pensaram o lazer como uma forma de melho-

ramento de sua população. Na verdade, essa concepção é, com certeza absoluta, anterior à ascensão do nazismo e não esteve, se modo algum, restrita à Alemanha.

Réformistes, communistes, socialistes ou catholiques investissent rapidement l'espace public pour faire du loisir une question de société afin de définir l'homme, la famille et la société de demain. (...). L'Allemagne nazie et la Russie communiste - bientôt l'URSS - s'emparent des fondements des sports et des loisirs pour servir une autre idéologie, celle de la supériorité d'une race sur une autre ou encore comme manière d'énrégimenter les consciences" (Turcot, 2016: 511-516).

Durante todo o século XX é notável a multiplicação de diversas instituições, com e sem fins lucrativos, públicas e privadas, governamentais e não-governamentais, religiosas e laicas, cuja função social era - e de algumas delas ainda é - a oferta, comercial ou gratuita, de lazeres. Foi no século passado que se deu a profusão de uma série de instituições ligadas à promoção de lazeres através de atividades recreativas, lúdicas, esportivas, religiosas, de sociabilidade, de relaxamento, de divertimento, de consumo, de turismo etc. Foi naquele contexto que se intensificou a multiplicação dos clubes cívicos e esportivos, dos centros de cultura folclórica regional, dos parques públicos, das praças de esporte etc.

O lazer, além de já se constituir, no início do século XX, como um produto e um serviço oferecido por empresas capitalistas e por instituições sociais variadas, ganhou o *status* de direito social. Em 1936, as férias remuneradas foram instituídas na França. A condição dos operários franceses na década de 1930 é caracterizada, segundo Robert Castel,

por uma *relativa integração* na subordinação. Os fatores de pertencimento foram sublinhados: seguros sociais, direito do trabalho, ganhos salariais, acesso ao consumo de massa, relativa participação na propriedade social e até mesmo no lazer. O traço comum dessas conquistas é que contribuíram para *estabilizar* a condição operária, instaurando uma distância em relação à imediatidade da necessidade. Neste sentido, a condição operária difere muito da condição proletária do começo da industrialização, marcada por uma vulnerabilidade de todos os momentos. (Castel, 1998: 444).

Neste momento da "história da luta de classes", o operariado se apropriou efetivamente da noção burguesa de lazer, mas não sem realizar algumas modificações em seu sentido e afastá-la ainda mais de uma concepção da ociosidade baseada em algum privilégio de nascença ou pecuniário. Na concepção operária (bem como na visão capitalista) o lazer é uma conquista política e, enquanto tal, ele deve ser merecido. Ainda segundo Castel,

A organização do lazer popular - uma parte importante e original das realizações do *Front Populaire* - traduz essa preocupação em escapar da ociosidade gratuita. Expressão, simultaneamente, de uma forte consciência da diferença de classes e de um certo moralismo pragmático: o lazer é algo merecido e deve ser bem preenchido. É necessário distinguir-se dos ricos ociosos, que são parasitas sociais. A cultura, o esporte, a saúde, o contato com a natureza, relações saudáveis (e não sexualizadas) entre os jovens etc. devem saturar o tempo não dedicado ao trabalho. Nada de tempo morto, a

liberdade não é nem anarquia nem o puro prazer. É necessário fazer melhor do que os burgueses, e trabalhar o lazer (1998: 440-441) .

Alguns anos após as conquistas do *Front Populaire* na França, o artigo nº24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamou, em 1948: “Todo ser-humano tem direito a repouso e lazer, inclusive à limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas”.

Segundo Antonio Gramsci, Henry Ford foi um dos primeiros empregadores a se preocupar com o modo como seus funcionários desfrutavam o tempo livre. Historicamente sabe-se que, algumas décadas antes da Declaração Universal do Direitos Humanos e da coalisão dos partidos de esquerda do *Front Populaire*, Ford já revelava interesse espiritual e adotava procedimentos práticos para estabelecer e normalizar as condições para o uso saudável e moralmente correto do tempo de lazer de seus funcionários. Gramsci registra que Ford criou um corpo de inspetores e assistentes sociais responsável por investigar a vida privada de seus empregados. O industrial norte-americano pretendia com isto descobrir quais os hábitos íntimos dos trabalhadores fora dos muros de sua fábrica. Como os trabalhadores administravam os salários que recebiam? Quanto de sua saúde e de suas economias ficavam comprometidas nos bares e nos cabarés? Eles tinham muitos filhos, eram religiosos, bebiam, fumavam, comiam ou dormiam demais? A consideração de tais questões íntimas da vida da classe trabalhadora foi indispensável para o andamento da linha de montagem fordista.

Ford buscou ativamente combater o alcoolismo e a lascívia de seus trabalhadores. Dizia-se que isto se devia a sua religiosidade puritana, porém o que ficou mais patente foi a preocupação de Ford - mais racional e calculista, que propriamente moral ou religiosa - com a qualidade da força de trabalho que ele contratava. O modelo de produção fordista e de administração taylorista exigiam trabalhadores sóbrios, descansados e disciplinados. Gramsci indica uma possível relação entre o interesse particular de Ford pelo etilismo de seus funcionários e a posterior política estatal de combate ao álcool implementada pelos Estados Unidos com o estabelecimento da “Lei Seca”. Nesse caso podemos observar parte de um programa empresarial de controle dos hábitos íntimos da classe trabalhadora, fora do local e da jornada de trabalho, se tornar uma política proibicionista nacional. Além disso, é possível ver nesse processo o estabelecimento de um tipo de administração econômica do tempo e da força de trabalho que é capaz de funcionar como princípio para regulação governamental das atividades privadas e pessoais de todos os cidadãos, fossem eles trabalhadores ou não.

Segundo Gramsci,

É revelador como os industriais (especialmente Ford) se interessam pelas relações sexuais de seus empregados e em geral pela ampla sistematização das suas famílias. A aparência puritana que assumiu, como no caso do proibicionismo, não deve induzir ao erro; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem demandado pela racionalização da produção e do trabalho até que o instinto sexual esteja totalmente regulado, até que ele tenha sido também racionalizado (Gramsci, 2008:45).

Vê-se assim que, o tempo livre passou por regulações sociais de diversas ordens. As exigências do modelo de produção capitalista colocaram o tempo de não-trabalho e as atividades de lazer dos trabalhadores - tanto éticas quanto eróticas - a serviço da atividade produtiva e da ordem social. Os hábitos sexuais e narcóticos dos operários se tornarão alvo direto de dispositivos de controle bastante variados aplicados, durante todo o século XX, por Estados e empresas de diversos tamanhos e relevância internacional. Opções de lazer - isto é, alternativas de ocupação do tempo livre do trabalho profissional - consideradas mais adequadas à lógica de produção e de governo foram incentivadas sob a justificativa de que eram mais saudáveis, mais úteis em termos sócio econômicos e moralmente corretas.

O modelo de organização do trabalho adotado por Ford estabelecia uma jornada diária de trabalho de 8 horas com uma remuneração de cinco dólares por dia de serviço, salário considerado alto para os padrões da época. Segundo David Harvey,

O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam por fabricar em quantidades cada vez maiores. Mas isso presumia que os trabalhadores soubessem como gastar seu dinheiro adequadamente. Por isso, em 1916, Ford enviou um exército de assistentes sociais aos lares dos seus trabalhadores ‘privilegiados’ (em larga medida imigrantes) para ter certeza que o ‘novo homem’ da produção de massa tinha o tipo certo de probidade moral, de vida familiar e capacidade de consumo prudente (isto é, não alcoólico) e ‘racional’ para corresponder às necessidades e expectativas da corporação (1992: 122).

De acordo com Gramsci, “Os novos métodos de trabalho [fordistas] são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida. Não é possível obter sucesso num campo sem obter resultados tangíveis no outro” (2008: 66). A invenção do modelo de produção e administração fordista e taylorista exigiu o desenvolvimento de um novo tipo de homem capaz de se encaixar ao aparelho de produção como uma peça quase automática. É o próprio inventor desse modelo de administração empresarial, Frederik Taylor, que dizia que, sob seu modo de organização da produção, o trabalho realizado por um operário poderia ser satisfatoriamente executado por um *gorila amestrado*. Gramsci afirma que,

Taylor, de fato, exprime com cinismo brutal a finalidade da sociedade americana, de desenvolver no trabalhador posturas maquinais mínimas e automáticas, eliminar o antigo senso psicofísico do trabalho profissional qualificado, que demandava uma participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas ao aspecto físico maquinal somente (Gramsci, 2008: 67).

Na visão de Gramsci, as sociedades industriais massificaram a produção das mercadorias e massificaram a produção dos homens. Segundo ele, o ideal de homem pretendido naquela fase da Era Industrial era o *homem-máquina*. Porém, para a produção deste *homem-máquina* perfeitamente adequado ao sistema industrial foi necessária a transmissão de certos valores sociais - isto é, de uma certa ética; de um determinado modo de ver a vida e de viver. Gramsci afirma que, “as iniciativas *puritanas* [adotadas por Ford] têm como fim a conservação, fora do trabalho, de um certo equilíbrio psicofísico que impeça o colapso fisiológico do trabalhador, premido pelo novo método de produção” (2008:68).

Várias das iniciativas levadas adiante por igrejas, sindicatos, clubes, ligas, organizações de caridade, além das ações de Secretarias e Ministérios públicos encarregados da difusão gratuita de esporte e lazer, podem ser compreendidas como mecanismos, explícitos ou tácitos, de se cuidar para que o tempo livre dos sujeitos seja ocupado com atividades que otimizem, ou pelo menos que não comprometam, sua performance no trabalho profissional. Sob a ótica do racionalismo utilitarista, próprio do capitalismo moderno, o modo de vida moralmente correto e saudável é aquele que assegura a produtividade econômica do indivíduo no trabalho. Não é por acaso, que uma das primeiras perguntas feitas por médicos das mais diversas especialidades e por psicólogos ao examinarem pacientes adultos é a seguinte: “sua doença te indis põe para o trabalho?”. Se determinada moléstia física ou distúrbio psíquico impede o sujeito de trabalhar, isso é um sinal inequívoco de que existe um problema grave e urgente a ser sanado, o qual envolve tanto o restabelecimento da saúde do indivíduo doente quanto a manutenção de sua atividade laboral em níveis normais.

Os lazeres considerados dispendiosos em termos de tempo, de dinheiro e de saúde serão condenados de diversas maneiras. Os prazeres sexuais e alcoólicos, por exemplo, os quais requerem um bom nível de saúde e boa disponibilidade de tempo e de dinheiro, serão vigiados, controlados e, em alguns casos, suprimidos em grande medida. De acordo com Gramsci,

O abuso e a irregularidade das funções sexuais é, depois do alcoolismo, o inimigo mais perigoso das energias nervosas e é comum que o trabalho *obsedante* provoque depravação alcoólica e sexual. As tentativas feitas por Ford de intervir, com um corpo de inspetores, na vida privada dos seus empregados e controlar como gastavam o seu

salário e como viviam é um indício destas tendências ainda *privadas* ou latentes, que podem se tornar, a um certo ponto, ideologia de estado, enxertando-se no puritanismo tradicional e apresentando-se como um renascimento da moral dos pioneiros, do *verdadeiro* americanismo etc. (Gramsci, 2008: 69).

Apesar do enorme esforço para se combater os vícios e as depravações da classe trabalhadora e, um pouco mais tarde, da população norte-americana de maneira geral, sabe-se que a política da *Lei Seca* não teve como resultado a diminuição do consumo de álcool nos Estados Unidos, mas antes favoreceu o fortalecimento da máfia contrabandista, a corrupção policial, a desmoralização das autoridades, além da elevação dos preços das bebidas que se tornaram, em alguma medida, artigos inacessíveis às classes mais pobres. Segundo o Gramsci, “quem trabalha recebendo salário, com horário fixo, não tem tempo de se dedicar à busca por álcool, não tem tempo de se dedicar a iludir as leis. A mesma observação pode ser feita para a sexualidade. *A caça à mulher* demanda *loisirs* demasiado” (2008: 69).

A despeito de sua eficácia ou do seu fracasso, a existência de uma medida federal como a *Lei Seca* - praticada pelo Estado nacional mais poderoso do mundo em termos econômicos, militares e, portanto, políticos - indica o crescimento do interesse em se fazer um controle, ao mesmo tempo amplo e minucioso, das atividades dos sujeitos durante o tempo de não-trabalho. Não obstante a revogação da *Lei Seca*, em 1933, boa parte das outras drogas recreativas será banida das experiências de lazer autorizadas para a maior parte das pessoas. Atualmente, no século XXI, existem inúmeros movimentos que lutam pela descriminalização do uso recreativo e medicinal da maconha espalhados por todo o mundo.

A proibição de alguns lazeres - tais como o consumo de drogas recreativas, a prostituição e os jogos de aposta - revela o interesse do poder-público (do Estado, melhor dizendo) em intervir sobre os hábitos de lazer e o comportamento da sua população. Entretanto, a repressão pura e simples nunca foi suficiente, nem completamente eficaz, para o exercício de poder sobre o lazer dos indivíduos. Mais que proibir e combater diversões socialmente indesejáveis, era preciso *disponibilizar* alternativas de lazer que - mesmo não sendo tão atraentes e animadas quanto aqueles maus-hábitos perseguidos pelo Estado - despertassem o interesse dos sujeitos. A oferta de lazeres passa a ser, então, função social de uma série de instituições legítimas, estatais e não-estatais. Todas elas estavam preocupadas com a problemática de qual a melhor forma de preencher do tempo livre das pessoas.

4.2. Lazer e Bem-Estar Social

No final da primeira metade do século passado se constituiu um tipo de regime de governo ao qual muitos sociólogos e economistas se referem como “estado de bem-estar social”. O *welfare state* não foi simplesmente uma política de assistência social, para além disso, ele foi um regime de governo que visava o crescimento econômico progressivo e, para tanto, apostava em políticas sociais cuja pretensão era reverter as crises periódicas do sistema capitalista. Sendo assim, no programa político do *welfare state*, as intervenções do Estado sobre a sociedade e, por conseguinte, sobre os processos de desenvolvimento econômico e cultural, visam impedir, ou pelo menos amenizar, a instabilidade intrínseca ao capitalismo. Portanto, o “estado de bem-estar social” pode ser compreendido como um regime político cujo objetivo principal era constituir políticas públicas - inclusive de lazer - capazes de combater a marginalidade, a miséria, o alcoolismo, o desemprego e, de maneira geral, corrigir os efeitos nefastos da crise de 1929 e das duas guerras mundiais. Segundo William Beveridge, autor do famoso Plano Beveridge escrito em 1942 e adotado pela Inglaterra após a 2ª Guerra Mundial, o “estado de bem-estar social” destruiria “cinco males gigantes: a escassez, a doença, a ignorância, a miséria e a ociosidade”.

De acordo com Michel Foucault, no curso *O Nascimento da Biopolítica*, os economistas neoliberais da Alemanha e dos Estados Unidos já refletiam, no início do século passado, sobre a importância de ter um “capital humano” qualificado e *disponível* para o crescimento econômico das nações. É possível pensar as políticas de *welfare state*, que apareceram poucas décadas mais tarde, como medidas governamentais de formação de “capital humano”, o qual será empregado adequadamente no momento em que o mercado de trabalho requisitar. Para que houvesse crescimento econômico, era fundamental que o Capital pudesse dispor de uma população qualificada, bem nutrida e motivada para o trabalho produtivo. A constituição de trabalhadores bem dispostos face às exigências do mercado de trabalho capitalista dependia de algum grau de intervenção do Estado sobre aspectos culturais, biológicos e materiais da população. As políticas de *welfare state*, que se consolidaram após a 2ª Guerra Mundial, visaram não somente diminuir os índices de miséria e de ociosidade, mas também permitir a constituição de uma população suficientemente saudável e qualificada para os empregos que viessem a ser gerados com a retomada do crescimento econômico no pós-guerra.

O contexto sócio-histórico que se definiu após as duas guerras mundiais corresponde ao período de maturação das instituições de lazer e de intensificação do uso de variantes desse fenômeno por parte de políticas sociais voltadas para a incrementação do capital humano. Em meados do século passado observou-se, além do desenvolvimento das políticas de *bem-estar social*, um aumento relativo dos salários pagos pela indústria. Comparativamente ao período que vai da crise de 1929, passando pela quebradeira da década 1930, até o final da Segunda Guerra, nos anos de 1950 e 1960 houve uma considerável elevação dos padrões de consumo e um correlativo aquecimento da economia global como um todo. Apesar do início da chamada Guerra Fria, naquele contexto se estabeleceu um mercado voltado para o consumo de entretenimentos de massa em nível mundial. É interessante notar que, na segunda metade do século XX, ocorreu a proliferação de hábitos de lazer associados ao consumo de bens materiais e culturais cada vez mais padronizados e globalizados, muitas destas práticas perduram até os dias de hoje.

A chamada *indústria cultural* e o *show business* - espécie de irmãos siameses cujo embrião começou a se formar ainda no século XIX, mas que se desenvolveu e veio à luz durante o século XX - foram responsáveis pela (re)produção e pela distribuição em escala planetária, e em um ritmo progressivamente mais acelerado, da dita *cultura de massa*. Na metade do século XX, a *indústria cultural* disseminava seus produtos através de meios de comunicação cada vez mais populares, como o rádio, o cinema e a televisão²⁴. Theodor Adorno e Max Horkheimer no texto “A Indústria Cultural: o Esclarecimento como Mistificação Das Massas” descreveram da seguinte maneira o tipo de lazer dominante naquela época:

Em seu lazer, as pessoas devem se orientar por essa unidade que caracteriza a produção. A função que o esquematismo kantiano ainda atribuía ao sujeito, a saber, referir de antemão a multiplicidade sensível aos conceitos fundamentais, é tomada ao sujeito pela indústria. O esquematismo é o primeiro serviço prestado por ela ao cliente. (...) Para o consumidor, não há nada mais a classificar que não tenha sido antecipado no esquematismo da produção. (...) Não somente os tipos das canções de sucesso, os astros, as novelas ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo é ele próprio derivado deles e só varia na aparência. Os detalhes tornam-se fungíveis. A breve sequência de intervalos, fácil de memorizar, como mostrou a canção de sucesso; o fracasso temporário do herói, que ele sabe suportar como *good sport* [bom perdedor] que é; a boa palmada que a namorada recebe da mão forte do astro; sua rude

²⁴Hoje, no início dos anos 20 do século XXI, a distribuição de produções culturais se faz através de mídias cada vez mais acessíveis e compartilháveis, tais como o MP3, o PDF, o JPEG, o AVI, o MKV etc. De modo que, a apreciação de obras de arte - como músicas, filmes, fotografias, obras pictóricas e textos literários - bem como a transmissão de seus respectivos arquivos digitalizados ganharam, graças à internet, uma projeção e uma instantaneidade nunca vistas antes. No contexto atual, repleto de tecnologias de informação e de meios de transporte rápidos e relativamente seguros, os bens culturais experimentados durante o tempo de lazer passaram a envolver um universo de produção e transmissão progressivamente mais vasto e heterogêneo, explorado tanto por corporações multinacionais quanto por artistas e agências independentes.

reserva em face da herdeira mimada são, como todos os detalhes, clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali e completamente definidos pela finalidade que lhes cabe no esquema. (...) Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto. O número médio de palavras da *short story* é algo em que não se pode mexer. Até mesmo as *gags*, efeitos e piadas são calculados, assim como o quadro em que se inserem. Sua produção é administrada por especialistas, e sua pequena diversidade permite reparti-las facilmente no escritório. (...) Os produtos da indústria cultural podem estar certos de serem jovialmente consumidos, mesmo em estado de distração. Mas cada um deles é um modelo do gigantesco mecanismo econômico que desde o início mantém tudo sob pressão, tanto no trabalho quanto no lazer, que tanto se assemelha ao trabalho” (Adorno e Horkheimer, 1985: 103-105).

Na visão desses autores da teoria crítica, o lazer e, nesse cenário, a experiência estética e a contemplação artística estão submetidos ao esquema de trabalho (e de consumo) vigente na sociedade capitalista. Por conta disso, o lazer corresponderia a um tipo de experiência puramente recreativa (no sentido de que, através dele os sujeitos poderiam *recriar* sua disposição para a rotina de trabalho, que ressurgirá infalivelmente após o término da experiência contemplativa dos dias de folga). Assim, para Adorno e Horkheimer, o lazer e o entretenimento proporcionados pelos produtos da Indústria Cultural fomentam experiências pré-programadas, voltadas para uma classe de consumidores comprometida *a priori* pelo desgaste e pelas obrigações do trabalho.

Diferentemente da ideia de *contemplação desinteressada* pensada por Kant (segundo a qual o “belo” é compreendido como uma qualidade formada a partir de um juízo “desinteressado” do espectador)²⁵ e, distantemente inclusive, da ideia de *contemplação divina* almejada pela arte sacra mais antiga, as obras produzidas pela Indústria Cultural moderna - antes de se preocuparem com o esclarecimento dos sujeitos ou com o arrebatamento de suas almas - se destinam à realização do lucro financeiro de seus produtores. Diante desse objetivo comercial, numerosas empresas capitalistas - tais como gravadoras, estúdios de cinema, teatros, museus, circos, parques temáticos etc. - buscaram ganhar dinheiro através da produção e comercialização de serviços e bens simbólicos cujo valor-de-uso para seus consumidores era justamente a distração imediata e o prazer subjetivo que provocavam. Em resumo, o consumo artístico na *Era da Cultura de Massa* e da *reprodutibilidade técnica das obras de arte* está mais ligado à

²⁵ Nietzsche afirma o seguinte em sua *Genealogia da Moral*: “Kant imaginava prestar honras à arte, ao dar preferência, entre os predicados do belo, àqueles que constituem a honra do conhecimento: impessoalidade e universalidade. (...) quero apenas sublinhar que Kant, como todos os filósofos, em vez de encarar o problema estético a partir da experiência do artista (criador), refletiu sobre a arte e o belo apenas do ponto de vista do ‘espectador’ no conceito de ‘belo’. (...). ‘Belo’, disse Kant, ‘é o que agrada *sem interesse*’.” (Nietzsche, 2009:86).

vivência do lazer - isto é, à experiência do recreio e da diversão - do que ao prazer sublime do belo, imaginado por Kant, ou à transcendência da fé, ansiada pela arte sacra.

O tipo de consumo pretendido com a *disponibilização* de lazeres durante o *welfare state* é o consumo de massa. A qualidade de vida e o estado de bem-estar social simbolizado pelo lazer em meados do século passado corresponde ao desfrute de certos níveis de consumo. A relação entre o desenvolvimento das políticas de *welfare state* e o amadurecimento da chamada Indústria Cultural em meados do século XX não é apenas uma questão de simultaneidade ou de pura coincidência. Ela diz respeito a um processo mais geral de institucionalização de certas práticas recreativas que puderam atender aos interesses do Estado e da iniciativa privada. Desde então esses agentes, o Estado e o Capital, se encarregaram da promoção e da comercialização de passatempos projetados pelas equipes de produção da Indústria Cultural e pelo governo. No livro *A Sociedade do Espetáculo*, Guy Debord afirma o seguinte,

Na fase primitiva da acumulação capitalista, ‘a economia política só vê no *proletário* o *operário*’, que deve receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho; jamais o considera ‘em seus lazeres, em sua humanidade’. Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. Subitamente lavado do absoluto desprezo com que é tratado em todas as formas de organização e controle da produção, ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor (1997:31).

Debord conclui que, “nesse ponto da ‘segunda revolução industrial’, o consumo alienado torna-se para as massas um dever suplementar à produção alienada” (op. cit.).

Por volta de meados do século passado, uma nova classe-média passou a ter acesso a padrões de consumo mais elevados em função da retomada da economia e da maior disponibilidade de artigos anteriormente considerados de luxo, como automóveis, televisores e aparelhos toca-discos, por exemplo. Tal classe-média ganhou força sobre estrutura social e, junto com ela, emergiu uma nova disposição dos sujeitos para consumirem artigos antes inacessíveis.

A economia-política do pós-guerra não se interessava apenas pelo aumento dos padrões de consumo. Como foi dito anteriormente, naquele momento de reconstrução das economias e dos governos abalados pela 2ª Guerra Mundial, havia especial interesse pela incrementação do chamado “capital humano”. Sob vários aspectos, o lazer funcionou como um *dispositivo* implantado com o intuito de controlar os hábitos pessoais dos trabalhadores, de incrementar sua capacidade de consumo e, conseqüentemente, gerar “capital humano”.

Existe uma relação profunda entre lazer e consumo, porém como o lazer pode funcionar como um mecanismo de aperfeiçoamento do “capital humano” da sociedade? De diversas formas. Uma delas é a proposta pela sociologia do lazer dos anos 1950 e 1960. A sociologia do lazer desta época, principalmente a de origem francesa, chamou atenção para a relação mutuamente benéfica entre políticas de lazer e políticas de desenvolvimento educacional da população adulta. Joffre Dumazedier, considerado um dos fundadores da sociologia do lazer na França, é um representante desta linha que ressalta uma possível função educativa do lazer nas sociedades modernas industriais e pós-industriais. Para ele, através do estabelecimento de uma ligação entre o lazer e a educação, poder-se-ia realizar projetos pedagógicos de educação permanente da população adulta que, após o término de sua vida escolar, encontraria no lazer os meios para se desenvolver intelectualmente depois que a jornada de trabalho se encerrasse.

Outra maneira de se incrementar o “capital humano” de determinada sociedade durante o tempo de não-trabalho é através da associação dos programas de lazer com políticas de saúde pública. O lazer pode, assim, se inserir na lógica da organização e manutenção racional da saúde coletiva e funcionar como dispositivo de melhoramento biopsicossocial da população. Os teóricos da educação física, da terapia ocupacional, da sociologia e da psicologia do lazer exploraram longamente a relação entre o lazer - física e intelectualmente ativo - e o cuidado com a saúde mental e fisiológica de determinados grupos sociais. Finalmente, um outro caso em que o lazer pode incrementar o “capital humano” de forma mais direta: a realização, em empresas privadas e em departamentos públicos, de programas que associam o turismo a cursos de capacitação e reciclagem profissional.

É na paisagem do pós-guerra que vemos o lazer se associar cada vez mais a políticas de desenvolvimento social e a programas públicos e privados de incrementação do “capital humano”. A partir de então, o lazer servirá como *dispositivo* para projetos políticos de melhoria do nível educacional, dos índices de saúde pública e como indicador do padrão e da qualidade de vida da população. Em síntese, o lazer se configurará neste momento como um *dispositivo biopolítico*.

4.3. Lazer e Biopoder

Como mencionado na introdução, o termo “biopolítica” se refere ao modo pelo qual o exercício do poder se voltou não apenas para governo dos sujeitos em particular por meio de dispositivos disciplinares, mas também para a gestão do conjunto de seres vivos que compõe determinada população. Enquanto o poder disciplinar se volta para o caso, isto é, para cada indivíduo enquanto unidade, o biopoder trabalha com o quadro, ou seja, com a situação geral, por meio de índices, estatísticas e taxas coletivas. De forma que, a biopolítica se ocupa da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade, da recreação, da educação etc. comunitárias.

O esboço de uma *biopolítica* do lazer pode ser notada já nas políticas de combate à vagabundagem e ao desemprego que surgem no século XVIII. Naquele momento, apareceu toda uma análise da ociosidade e da pobreza que, segundo Foucault, faz uma série de distinções funcionais entre os bons e os maus pobres, entre os ociosos voluntários e os desempregados involuntários.

O lazer se constituirá como um meio de intervenção sobre o modo de vida dos indivíduos em função dos imperativos das sociedades industriais. Certas políticas e programas de lazer são parte dessa iniciativa mais geral de controle sobre a qualidade da saúde da força de trabalho. A genealogia desse dispositivo *biopolítico* particular é uma história não somente da noção moderna de lazer, mas também uma descrição do nascimento de uma nova técnica de governo dos homens. Numerosos dispositivos de lazer postos em prática na modernidade visam assegurar, entre outras coisas, a manutenção de uma *governamentalidade* própria da racionalidade política que se desenvolveu no ocidente.

A noção de *biopoder* implica uma análise da conjuntura política na qual determinada medida de governo populacional aparece. Nós vimos, no primeiro capítulo, que desde a época do *Pão e Circo*, na Roma Antiga, era comum a utilização do lazer como um dispositivo político voltado para comoção das massas. Na Era Moderna - isto é, após as revoluções políticas republicanas que implodiram o Antigo Regime e fizeram a progressiva extensão do sufrágio - os candidatos a cargos públicos não hesitaram em utilizar nas suas campanhas diversos artifícios e eventos de lazer, tais como, por exemplo, shows musicais, torneios esportivos, rodeios, apresentações de circo e de teatro... como meios de propaganda política cuja finalidade era pura e descaradamente eleitoral.

Os chamados “showmícios” que eram promovidos por partidos políticos e por candidatos das mais diferentes inclinações ideológicas não eram financiados, nem utilizados, como meio de democratização da educação, da cidadania ou da cultura. De fato, a duração de tais eventos - restritos ao período eleitoral e ao pequeno tempo livre dos eleitores - não permitia qualquer esclarecimento intelectual ou aprofundamento político-ideológico. Pelo contrário, ao ser empregado como um dispositivo eleitoral - ou seja, como um meio de chamar a atenção das massas para angariar votos - o lazer se constituía naquele contexto como uma armadilha política, que funcionava como um mecanismo de manipulação das inclinações e das paixões populares. Em resumo, o lazer *disponibilizado* em função de propósitos eleitoreiros atuou como um recurso demagógico perverso voltado para a alienação política e para a comoção traiçoeira dos sentimentos da massa de sufragistas carentes de diversão. Enquanto as atividades de lazer estiverem submetidas à demagogia eleitoreira, será impossível considerá-las como uma política de Estado baseada em um direito social.

A função política do lazer vai muito além de vantagens eleitorais espúrias e da manipulação leviana da atenção popular que pode ser feita através de espetáculos, comícios e festas de campanha. Ao se analisar o lazer como um *dispositivo biopolítico*, é preciso compreender a relação do lazer com o Estado não apenas no nível da propaganda política-eleitoral e da demagogia, mas inclusive no plano das políticas sociais adotadas pelos governos ao longo dos seus mandatos. Isto quer dizer: compreender o papel do lazer dentro do quadro mais amplo e mais profundo das políticas de intervenções do Estado sobre a sociedade. As modernas políticas sociais de lazer se materializaram em ações institucionais que podem ser observadas empiricamente e rastreadas historicamente. Tais políticas de lazer - que estiveram frequentemente associadas a outras políticas sociais como, por exemplo, as de promoção da educação e da saúde públicas - visavam ter impacto sobre aspectos fisiológicos e culturais da população que extrapolavam, largamente, o contexto eleitoral.

Como vimos anteriormente, em meados do século XX, o lazer ganhou novo nível de importância para o mercado e, conseqüentemente, para a indústria, pois, além de ser o período de descanso e de recomposição da força de trabalho, era condição favorável para o consumo dos bens materiais e culturais produzidos pelo sistema capitalista. Além disso, a possibilidade dos trabalhadores terem algum lazer após a jornada produtiva favoreceria a formação subjetiva e intelectual da mão-de-obra. Era inegável a necessidade de constituir uma mão-de-obra

devidamente alimentada, suficientemente saudável, qualificada e criativa diante dos desafios do mercado de trabalho vigente.

Durante a primeira metade do século passado, as experiências de lazer não se deram de modo democrático, nem livre de restrições. Elas estiveram sujeitas a uma série de políticas proibicionistas estatais, como a *Lei-seca* norte-americana e a guerra às drogas (esta última ainda ocorre atualmente em países tanto ocidentais quanto orientais). Da Oceania, passando pela Ásia, pelo Oriente-Médio, pela Europa, até chegar às Américas, o consumo de narcóticos é tratado como uma experiência de lazer proibida em muitos países. Experiência esta que, mesmo restrita a uma certa elite que dispõe de tempo, saúde e dinheiro pra gastar com passatempos ilegais, precisa ser vigiada constantemente e, por vezes, ser punida criminalmente.

É possível incluir o lazer na categoria dos dispositivos políticos criados no século passado para realizar o governo do tempo e da conduta dos indivíduos fora do trabalho. Nos capítulos iniciais dessa tese, foi ressaltado que algumas atividades recreativas, como a ginástica e o xadrez, por exemplo, passaram por restrições, perseguições e transformações ao longo da história sem, no entanto, deixarem de se tornar parte importante do lazer das pessoas na Era Moderna. Vimos também, que os lazeres, especialmente a ginástica, serviram de instrumento pedagógico na Antiguidade Clássica. Na sociedade renascentista e na modernidade, essa função social será resgatada com toda força. Desde então, a associação milenar entre lazer e educação - isto é, a concepção de que certos lazeres fazem parte da formação e da manutenção de determinados hábitos sociais e pessoais considerados como mais saudáveis, mais educados, mais refinados, mais civilizados etc. - se fortaleceu e se institucionalizou de acordo com as determinações próprias das sociedades modernas. Com o surgimento da modernidade e da rede de instituições que lhe é própria, o lazer ganhou, mais uma vez, nova forma.

Para a sociologia do lazer francesa de meados do século XX, nem todo tempo livre pode ser considerado lazer. Para ela, o lazer seria um tipo específico de relação com o tempo de não-trabalho que só veio à tona com a Era Moderna. Diferentemente das sociedades tradicionais, cujas obrigações espirituais e sociais ditadas pela religião e pela tradição restringiam a margem de escolha dos indivíduos perante as atividades a serem desfrutadas durante o tempo livre do trabalho produtivo, as sociedades modernas colocariam menos restrições às escolhas individuais referentes à ocupação do tempo disponível. Além disso, as sociedades indus-

trializadas e urbanizadas da modernidade ofereceriam opções de lazer cada vez mais diversificadas e alheias aos passatempos ritualizados e impostos pelas instituições pré-modernas.

De acordo com Joffre Dumazedier, as instituições antigas, especialmente a Igreja e a família, tomavam quase todo o tempo livre dos indivíduos no passado. No entanto, com o nascimento da modernidade, os sujeitos puderam dedicar-se a atividades de lazer motivadas por interesses e desejos pessoais; os quais eram mais idiossincráticos e espontâneos do que socialmente determinados e padronizados pelas instituições tradicionais. Por conta disso, segundo Dumazedier, as práticas de lazer dos sujeitos modernos poderiam ser claramente diferenciadas das atividades ditadas pelas obrigações impostas pelas instituições básicas da sociedade. Para ele, os deveres familiares - como as tarefas domésticas e a atenção para com os filhos - não são um lazer; da mesma forma, as obrigações religiosas e os compromissos políticos/cívicos não entram na definição de lazer criada pelo sociólogo francês. Portanto, na visão de Dumazedier, o lazer seria um fato social típico das sociedades modernas, industrializadas e urbanizadas. Sendo assim, o lazer moderno possuiria especificidades que permitiriam distingui-lo de outros fenômenos históricos associados ao tempo de não-trabalho. Nas palavras do autor,

Acreditamos ser a um só tempo mais válido e mais operatório destinar o vocábulo lazer ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último. Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas. É um tempo que a redução da duração do trabalho e das obrigações familiares, a regressão das obrigações sócio-espirituais e a liberação das obrigações sócio-políticas tornam disponível; o indivíduo se libera a seu gosto da fadiga descansando, do tédio divertindo-se, da especialização funcional desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo ou de seu espírito (Dumazedier, 2008:91-92).

Ele conclui que: “a regressão do controle social pelas instituições básicas da sociedade (familiares, socio-espirituais e socio-políticas) permite ocupar o tempo liberado principalmente com atividades de lazer” (Dumazedier, 1979: 60). É possível supor, a partir desta afirmação de Dumazedier, que a autonomização do sujeito, isto é, a liberação das amarras que o prendiam às obrigações religiosas, familiares e socio-políticas, permitiria uma dedicação maior àquelas atividades de lazer motivadas pela inclinação individual. Desse modo o lazer seria uma forma contemporânea de desenvolvimento pessoal e de autoexpressão dos sujeitos; ele (o lazer) corresponderia mais aos valores individualistas, isto é, à ideia de realização e expressão

de si mesmo, do que às normas e compromissos sociais antigamente ditados pelas instituições políticas, religiosas ou familiares.

De acordo com Dumazedier, a diminuição das coerções familiares, religiosas e políticas permitiu a delimitação de uma esfera do tempo livre destinada sobretudo ao lazer/prazer individual. Assim, o lazer moderno - comparativamente a outras atividades realizadas no tempo disponível - possuiria uma lógica própria, por vezes, insubordinada às diretrizes da religião, da família e do Estado. Para o sociólogo francês, um fator determinante da experiência do lazer na modernidade é a motivação individual por parte daquele que o escolhe e o experimenta. Nesse sentido, para haver lazer seria preciso existir certo grau de liberdade de escolha e de interesse pessoal por parte dos sujeitos.

Ao se pensar o lazer como um produto da regressão do controle exercido pelas instituições básicas da sociedade e como uma consequência do avanço das liberdades individuais - como propõe Dumazedier - não podemos esquecer de que várias instituições apareceram na modernidade com o propósito de fazer a “gestão” do tempo dos indivíduos liberados das obrigações familiares, religiosas e políticas mais antiquadas. Se é inegável que a experiência moderna do lazer depende do interesse e da iniciativa mais ou menos espontânea dos sujeitos que optam por determinada atividade durante seu tempo livre das obrigações do trabalho e dos compromissos familiares, espirituais e políticos, também é igualmente verdade que parte considerável das opções hodiernas de lazer é proporcionada e dirigida por uma rede de instituições sociais que só apareceram a partir dos últimos dois séculos.

Ao se adotar o raciocínio sociológico de Dumazedier para os fins deste trabalho, é possível supor o seguinte: na mesma medida em que o lazer moderno dependeu da regressão do controle social exercido pelas instituições básicas da sociedade, ele precisou de novas instituições para lhe darem suporte material e sentido cultural. Na época de publicação dos trabalhos de Dumazedier, por volta dos anos 1950, 1960 e 1970, o lazer já funcionava como instrumento ativo de governo dos cidadãos. A imensa variedade de alternativas de lazer oferecida pelas sociedades urbanizadas e industrializadas permitiu que tal fenômeno social fosse orientado e disponibilizado por várias instituições empenhadas no combate a problemas sociais bastante diversos, tais como, a delinquência juvenil, o sedentarismo, a depressão, a ignorância, o desemprego, a ociosidade, a preguiça etc.

Em meados do século XX, o lazer já tinha firmado seu papel de *dispositivo biopolítico* empregado no controle de certas características físicas, culturais e comportamentais da população em geral ou de parte dela. A sociologia de Dumazedier - marcada pelo projeto humanista-pedagógico de transformar o lazer em instrumento de educação popular e de reforma social - fez parte da construção do caráter das políticas e programas de lazer que hoje conhecemos. Mesmo assim, o autor francês parece ter desconsiderado o poder que o próprio saber sociológico a respeito lazer teve sobre a determinação do tempo livre dos indivíduos após a Segunda Guerra. A ideia até hoje compartilhada por muitos sociólogos do lazer, qual seja: de que as políticas públicas e as ações civis correlativas ao tempo livre deveriam possuir a função sócio-pedagógica de esclarecimento das massas, de democratização da alta-cultura, de popularização da dança, do teatro, da música, da literatura etc. faz parte do processo de transformação do lazer em um *dispositivo biopolítico* que, neste caso, revela pendores iluministas e reformistas.

O *estado de bem-estar social* e as políticas sociais de lazer, que apareceram na metade do século XX, consolidaram a ideia de que o tempo livre da pessoas deveria ser organizado através de programas racionalmente planejados e implementados por cientistas e governantes. Tendo em vista o contexto do pós-guerra, cabe se perguntar o seguinte: o que é uma política social? Se considerarmos que todas as sociedades sempre tiveram “problemas sociais” e que todas elas buscaram solucioná-los coletivamente, é possível dizer que desde sempre os homens desenvolveram algum tipo de “política social”. Entretanto, se colocarmos tais “políticas sociais” em um espectro histórico de longa duração veremos que há variações consideráveis na natureza dos problemas sociais e das respostas institucionais que lhes foram dadas ao longo das Eras. No contexto do *welfare state*, as políticas sociais foram compreendidas como serviços/ações de bem-estar públicos fornecidos pelo Estado e por outras instituições sociais. Tais políticas de Estado e ações institucionais, para além do objetivo de dar acesso aos cidadãos a serviços básicos e fornecer-lhes trabalho com uma renda mínima, também estabeleceram programas relativos à melhoria da saúde pública e ao fomento de atividades físicas e culturais socialmente desejáveis.

Uma breve e necessária digressão histórica: as “políticas sociais” das sociedades mais antigas foram estudadas por Paul Veyne na obra *Pão e Circo* (2015). Michel Foucault, amigo do historiador francês que se debruçou sobre o *evergetismo* da Roma Antiga, dedicou atenção

especial para as políticas sociais mais recentes, desenvolvidas a partir da Era Moderna. Com a desintegração dos pequenos feudos da Idade Média e com a posterior constituição de Estados nacionais mais amplos e unificados, ocorre uma centralização do poder político. Uma nova “razão de Estado” passa a coordenar as intervenções do governo sobre a sociedade, tais ações do Estado, geralmente, tinham a finalidade de policiamento e de ajuda da população. Nos cursos *Segurança, Território e População* (2008b), *O Nascimento da Biopolítica* (2008a) e *Do Governo dos Vivos* (2014), Foucault abordou teorias e técnicas de governo - e, nesse plano, “políticas sociais” - elaboradas e adotadas nos últimos séculos por filósofos políticos e por Estados modernos.

Foucault estudou as políticas de combate à pobreza e à vadiagem criadas nos séculos XVIII e XIX. Assumindo uma perspectiva de análise histórica e social semelhante a dele, é possível indicar que, no século XX, sobretudo após as duas Guerras Mundiais, ou seja, durante a chamada Guerra Fria, o bloco capitalista (com seu *welfare state*) e o bloco socialista buscaram provar - através de programas e políticas sociais - qual dos dois tipos de Estado (e de razão governamental) era capaz de gerar mais bem-estar para seus cidadãos/camaradas. Em termos foucaultianos, seria possível pensar as políticas de lazer do século passado - tanto as do regime socialista quanto as do Estado burguês/capitalista - como parte dos dispositivos desenvolvidos pela *biopolítica* moderna.

O capitalismo e o socialismo - enquanto estruturas político-econômicas globalmente determinantes que atuaram durante quase toda a segunda metade do século XX como forças opostas em termos ideológicos e militares - foram de fato inconciliáveis, muito embora terem sido adeptos de estratégias de espionagem e de controle social semelhantes em larga medida. Os dispositivos de lazer implantados pelos Estados modernos - dos dois blocos geopolíticos dominantes - produziram, simultaneamente, efeitos de assujeitamento e processos de subjetivação. Principalmente a partir do século XX, o poder público se interessou cada vez mais pela criação de *dispositivos* de lazer. Mesmo não tendo acompanhado o ritmo de crescimento da demanda social por lazes de toda ordem, os Estados - capitalistas e socialistas - se preocuparam com a *disponibilização* de alternativas de lazer socialmente proveitosas e relativamente baratas para os cofres públicos. Não obstante, de acordo com o sociólogo do lazer Nelson Carvalho Marcellino, as políticas implementadas pelo poder público frequentemente produziram efeitos não esperados por seus dirigentes.

Veza por outra, são lançadas campanhas nacionais, algumas inspiradas em movimentos internacionais, como o Mexa-se, o Esporte para Todos, o Programa de Centros Sociais Urbanos etc., de polêmica base e duvidosa eficácia. Todas elas, no entanto, acabam dando frutos, muitos dos quais não previstos, e até mesmo contrários à filosofia dos programas que os geraram (Marcellino, 2007: 9).

Empiricamente, os efeitos não previstos de alguns dispositivos de lazer implantados pelo poder público durante o século XX podem ser observados em nossos dias do século XXI. Especialmente quando transitamos por parques públicos ou praças de esportes abandonadas - cuja finalidade inicial era o merecido descanso das massas agitadas pela correria das cidades, bem como o exercício disciplinado dos corpos de cidadãos com perigosa tendência ao sedentarismo e à depressão - fica evidente que alguns desses espaços se tornaram terreno propício para atividades inesperadas e, não raro, proibidas pelo Estado e indesejadas pelo projeto original definido por arquitetos e urbanistas. Dar espaço à prostituição, ao consumo e à venda de drogas ilícitas, ou mesmo favorecer a ocasião para roubos e assaltos, nunca foi uma finalidade das áreas de lazer *disponibilizadas* pelas instituições modernas. Aqui, estamos diante de um “efeito colateral”, isto é, de um exemplo de estruturas de lazer que produziram consequências divergentes daquelas almejadas por seus projetistas e financiadores. Nota-se nesse caso que, certas praças de esporte e espaços recreativos públicos - enquanto dispositivos de lazer/poder implantados e mantidos pelo Estado - funcionaram como contra-dispositivos e, desse modo, não atingiram os objetivos de *governamentalidade* pretendidos à época de sua construção. É necessário deixar claro, no entanto, que, tais espaços de esporte e lazer, passaram a funcionar como contra-dispositivos justamente porque foram abandonados pelo Estado. Portanto, o “efeito colateral” foi causado pela ausência de governo sobre esses espaços, ou seja, pela falta de limpeza, de manutenção e de policiamento.

Outro exemplo de ação de Estado sobre a regulação do lazer, cujo efeito foi distinto e, consideravelmente, oposto ao esperado pelo poder público, pode ser verificado no caso da instauração da *lei seca* nos Estados Unidos da América do Norte, durante a primeira metade do século passado. Atualmente, de forma semelhante, a imprevisibilidade dos efeitos sociais das políticas de regulação dos hábitos de lazer pode ser identificada nas consequências imprevistas da guerra às drogas travada por diferentes Estados nacionais, localizados em todos os continentes. Tais políticas, ao invés de diminuir o consumo de narcóticos e, por consequência pressuposta, reduzirem os índices de violência da sociedade, favoreceram, antes de tudo, o crescimento do poder do crime organizado, da corrupção policial e da desobediência

civil. À vista disso, não se deve esquecer que, durante o período da *lei seca* e no decorrer da guerra às drogas declarada nos anos 1970 e vigente até hoje, o consumo de entorpecentes - lícitos e ilícitos - não diminuiu, e nem indicou qualquer tendência nesse sentido.

Cronologicamente, as políticas de fomento (e de interdição) de certas práticas de lazer na modernidade são simultâneas ao enfraquecimento do poder de controle das instituições tradicionais da sociedade sobre o tempo livre dos indivíduos, como afirmava Dumazedier. Contudo, em certo sentido, a interpretação foucaultiana sobre o nascimento da biopolítica levanta contra Dumazedier a suspeita de que, talvez, a emergência do lazer na modernidade não se deva propriamente a uma “regressão do controle social” exercido pelas instituições “básicas da sociedade”, tais como a família e a igreja, mas sim a uma reorganização dos vetores de pressão social que atuam sobre tais instituições. Foucault mostrou como, após o século XVIII, as instituições modernas – tais como a escola, o hospital, a fábrica e o Estado – passaram a atuar de modo mais decisivo na orientação das práticas desenvolvidas pelas instituições “pré-modernas”; de maneira que uma família não pode mais regular sozinha, e como bem pretender, o tempo e os hábitos dos seus membros. Dumazedier percebeu esta diminuição da autonomia da família no que se refere ao controle do tempo livre de seus membros, mas ele parece ter desconsiderado o fato de que novas instituições passaram a atuar sobre a família e, conseqüentemente, sobre a sociedade como um todo, fazendo com que o tempo livre das pessoas se dirigisse a práticas diferentes das práticas pré-modernas.

No capítulo seguinte analisaremos algumas instituições de lazer no Brasil. Será destacada a história de duas das mais antigas instituições de lazer do país, cujas origens remetem ao século XIX, para se observar como elas estiveram envolvidas com as transformações sociais ocorridas de lá pra cá. A genealogia dessas instituições mostra a constituição dos primeiros dispositivos de lazer aplicados por organizações sociais no Brasil moderno. Nesse ponto, o objetivo teórico de definição do conceito de “biopolítica” se articula com o objetivo mais empírico de investigar instituições sociais concretas e historicamente delimitadas que operam aquilo que chamamos sociologicamente de “dispositivos de lazer”. As histórias dessas duas instituições de lazer no sul do Brasil revelam aspectos importantes da modernização do lazer em nosso país.

CAPÍTULO 5 - GENEALOGIA DE ALGUNS DISPOSITIVOS DE LAZER

As manifestações do lazer no Brasil são complexas e diversificadas. Elas variam de acordo com as classes sociais e entre as diferentes sub-regiões do país. Entretanto, a história do Brasil é marcada por uma constante: o país, desde a chegada dos portugueses, foi constituído a partir de relações de trabalho. Primeiro com a exploração do pau-brasil, depois com a agricultura da cana-de-açúcar, mais tarde com a exploração mineral, mais recentemente com a produção de café e com a indústria. A própria designação de “brasileiro” possui um sufixo que remete à ideia de profissão - como “canoeiro”, “pedreiro”, “marceneiro”. Originalmente, “brasileiro” era aquele que trabalhava com o comércio do pau-brasil. Apesar dele ter um passado marcado pela escravidão e pela exploração impiedosa do trabalho, no último século se construiu uma imagem do Brasil associada à praias paradisíacas, ao futebol, à alegria e à grandes festas, sendo o carnaval o maior exemplo. Como foi mencionado na introdução, a genealogia é um método que permite analisar variações históricas abruptas como essa. Uma pesquisa genealógica (isto é, uma pesquisa da “proveniência”) possibilita mostrar os múltiplos desvios da complicada ascendência do lazer dos brasileiros.

5.1. A Proveniência do Lazer dos Brasileiros

O Brasil é um país que foi formado a partir de diferentes matrizes raciais e culturais. A miscigenação étnica - característica histórica de nossa sociedade - gerou práticas de lazer com cores e dinâmicas diversificadas. Nossas práticas culturais - e, dentre elas, em especial, nossas atividades não necessariamente produtivas - nos particularizam como um povo genética e culturalmente rico. Nesse sentido, justamente por termos uma origem plural, somos considerados uma nação culturalmente singular. Nós, brasileiros, nos sabemos mestiços. Por conta da nossa multiplicidade racial e do nosso sincretismo cultural, o fator genealógico que nos distingue é a variabilidade genética. A (con) fusão de identidades é o único elemento seguro que nos identifica. Nos constituímos como um povo novo (eminentemente moderno, pois não tivemos Idade Média), cuja originalidade é possuir várias origens.

Em nossos primórdios, anteriores à chegada dos portugueses, as danças, os cantos, os jogos - e, inclusive, atividades com relativa importância econômica, como a caça, a pesca e a guerra - dos povos nativos de *Pindorama* possuíam uma dimensão lúdica evidente, repleta de

enfeites plumários, pinturas corporais e cuidados espirituais. Segundo Florestan Fernandes, a função social da guerra entre os tupinambás tinha menos a ver com interesses econômicos pela pilhagem ou pela conquista territorial do que com razões mágico-religiosas ligadas a rituais e festas sagradas. Tais rituais e festas, ao lado da guerra, eram indispensáveis para a continuidade do modo de vida daqueles povos. De acordo com o autor, entre os nossos ancestrais indígenas, “a guerra se subordinava ao sistema mágico-religioso tribal” (Fernandes, 2006:29).

Razões espirituais - mais que materiais - eram cruciais para a justificação e para a perpetuação das agressões dos autóctones contra seus vizinhos. De forma que, havia uma ética e uma estética bem definidas na guerra dos indígenas brasileiros originais. Antes de se enfrentarem em uma luta corpo-a-corpo feroz que se desdobraria em rituais antropofágicos, os índios dançavam e gritavam diante dos seus inimigos por um dia ou mais, exaltando nesta performance seu destemor, natural de guerreiros oriundos de uma estirpe que brinca e ri diante dos perigos da guerra e da cara do inimigo.

Segundo o sociólogo Gilberto Freyre, o qual - diga-se de passagem - também sem interessava por história:

da tradição indígena ficou no brasileiro o gosto pelos jogos e brinquedos infantis de arremedo de animais: o próprio jogo de azar, chamado do bicho, tão popular no Brasil, encontra base para tamanha popularidade no resíduo animista e totêmico de cultura ameríndia reforçada depois pela africana. (Freyre, 2006:206)²⁶

De outra parte, os africanos - muito embora sujeitos à brutalidade do longo regime de trabalho escravo que vigorou no Brasil por mais de três séculos - nos legaram um impagável patrimônio imaterial que se destaca na Música Popular Brasileira moderna e em versáteis habilidades corporais, sendo que estas últimas puderam servir satisfatoriamente a artes marciais (como a capoeira e, mais recentemente, o MMA²⁷) e a esportes menos violentos (como o futebol) muito apreciados e praticados em todo o país. Além disso, a nossa matriz africana favoreceu enormemente o desenvolvimento de variados estilos de dança tipicamente brasileiros.

²⁶Freyre continua sua explicação em uma nota de rodapé: “A. F. Chamberlain salienta um fato que nos parece lícito associar ao complexo brasileiro do jogo do bicho: o de noviços e neófitos, entre várias sociedades primitivas, serem postos em reclusão ou jejum até verem em sonho ou alucinação o animal destinado a ser seu gênio tutelar e cuja forma lhes muitas vezes tatuadas no corpo (*The Child and childhood in folk-thought*). Muito jogador de bicho tem seu animal predileto que lhe parece em sonho para “trazer-lhe sorte” (2006:252).

²⁷ A sigla MMA quer dizer, em português: “Artes Marciais Mistas”. Tal modalidade de pugilato foi palco para o sucesso de vários lutadores brasileiros que souberam agregar técnicas de luta altamente sincréticas, que envolviam movimentos originários da capoeira, do jiu jitsu, do muay thai, do boxe, do karatê, do judô, entre outros.

Na terceira dimensão de nossas matrizes étnicas, os portugueses, não obstante seu baixo contingente populacional - se comparado ao número de escravizados e à demografia das sociedades nativas nos primeiros séculos da colonização - nos deixaram um bom repertório de canções, tanto católicas quanto profanas. Além disso, por conta da íntima relação dos lusitanos com a cultura árabe - que predominou na Península Ibérica por vários séculos antes do “descobrimento” - foram os colonizadores portugueses que nos ensinaram a tocar violão e pandeiro.

Em suma: sem a marcação forte dos tambores da senzala, sem o batuque chiado do pandeiro mourisco e sem a melodia das cordas da guitarra ibérica, o samba jamais teria nascido no Brasil, e o carnaval nunca poderia expressar - orgulhosa e desavergonhadamente - sua mistura original, sua combinação quase (ou totalmente) caótica de cores alucinantes e ritmos vibrantes, ao lado de uma alegria maliciosa e ingênua, tudo ao mesmo tempo.

De maneira geral, os brasileiros [não escravos] do Brasil Colonial valorizavam um modo de vida que demonstrasse seu *status* de senhores ociosos - ou seja, de indivíduos que tinham condição de viver às custas da renda gerada por seu patrimônio familiar e pelo trabalho de seus escravos. Naquele meio social, os indivíduos notáveis e distintos eram aqueles que podiam sobreviver dignamente sem precisar trabalhar. Não porque a vadiagem e a acídia fossem qualidades honoríficas para a sociedade colonial cristã, mas sim porque a atividade laboral estava associada à condição social indigna imposta aos negros e índios escravizados.

Ao longo do ciclo dos engenhos de açúcar e durante a exploração de ouro e diamante no Brasil - quer dizer, durante os séculos XVI, XVII e XVIII - de fato, existiram cancioneiros, atores, mágicos e artistas orientados por diferentes motivos. Esses “animadores culturais” da época eram bancados tanto por particulares - ou seja, por indivíduos notáveis ou por mecenas interessados em financiar tais manifestações culturais - quanto pela corte local e pela Igreja. Um exemplo: durante o século XVIII, em Minas Gerais, apareceram expressões culturais poderosas (tanto sacras quanto profanas) que podem ser observadas ainda hoje na pintura e na arquitetura barroca, na escultura da Escola de Aleijadinho e no arcadismo literário mineiro²⁸.

²⁸ Ver: Santiago, C. “Os Gastos do Senado da Câmara de Vila Rica com Festas: destaque para *corpus christi* (1720 - 1750)” In. *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*, Vol II / István Jancs, Iris Kantor (orgs.) - São Paulo : Hucitec : Editora da Universidade de São Paulo : Imprensa Oficial, 2001, p. 487.

Não obstante as numerosas formas de manifestação artísticas e de diversão do Brasil colonial, a *disponibilização* de lazeres através de iniciativas do Estado só começou a ocorrer sistematicamente após a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808. Além da vinda da Missão Artística Francesa em 1816, foi a partir de então que o Brasil começou a dispor de uma Academia de Belas Arte, de um Jardim Botânico (1811), de uma Biblioteca Real (1810) com mais de 60.000 títulos e de um Museu Real (1818). Em 1827, D. Pedro I adquiriu a maior - e uma das mais antigas - coleções de peças egípcias já trazidas para a América até então. Infelizmente, a coleção de relíquias foi destruída pelo incêndio ocorrido no Museu Nacional, em 2 de setembro de 2018.

Com a chegada da família de Dom João VI ao Brasil, o lazer começou a ser institucionalizado e a ser *civilizado* na capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Naquele momento, hábitos de lazer mais parecidos aos da nobreza europeia começaram a ser importados e experimentados pela elite brasileira. Os lazeres promovidos pela monarquia portuguesa e pela elite nativa estavam destinados ao entretenimento de uma classe restrita, cujos referenciais culturais, na maior parte dos casos, tinham pouco a ver com a cultura popular circundante.

Como foi mencionado, os artistas e os espetáculos valorizados pela elite local e pela corte portuguesa imigrante precisavam ser trazidos do velho-mundo. Operas, peças de teatro, orquestras, pintores, músicos, escritores, escultores etc. foram transportados durante a permanência da corte portuguesa no Brasil. Entretanto, em maio de 1820, a primeira Imperatriz do Brasil, D. Leopoldina - ainda na condição de princesa real - reclamava para sua irmã, Maria Luísa:

No Brasil nunca se dança e meu esposo [D. Pedro] tem o encantador hábito de se divertir de todas as maneiras, porém os outros nunca podem rir e têm que viver como ermitões sempre controlados pela polícia secreta que no fundo sempre acaba irritando (...) Nossos bailes aqui são festas religiosas de sete, oito horas de duração, geralmente até meia-noite; nada de oração por aqui porque só se tagarela e ri; confesso sinceramente que gostaria de valsar, porque amo de forma indizível a dança de meus compatriotas. (Leopoldina, 1820 apud Rezzuti, 2017:194).

Como se sabe, a Imperatriz Leopoldina era de origem austríaca e descendente da casa de Habsburgo. Os hábitos de lazer da corte vienense eram muito diferentes dos passatempos da corte luso-brasileira no Rio de Janeiro.

Os brasileiros livres do Período Colonial relegavam aos escravos e menosprezavam profundamente qualquer forma de trabalho braçal ou servil. Entretanto, com a elevação do

Brasil à condição de Reino Unido e, com mais intensidade, após a Proclamação da Independência e da República, ideias e atitudes mais modernas e liberais começam a circular nessa parte do hemisfério sul. De forma que, o trabalho começa a mudar de status na hierarquia dos valores da sociedade brasileira. A moral do trabalho começa a se sobrepor à indolência da elite tropical.

Durante o século XIX - na fase do chamado Primeiro Reinado - houve uma associação oficial entre portugueses e alemães. A aliança entre as casas reais de Bragança e de Habsburgo - pactuada com o casamento de D. Pedro e D. Leopoldina - determinou algumas mudanças nas características da sociedade brasileira. A oficialização da relação entre as duas monarquias favoreceu a imigração de alemães para o Brasil ao longo do Período Imperial. Tal fato teve relevância decisiva para a criação das primeiras instituições modernas de lazer em nosso país. Na segunda metade daquele século, apareceram no sul do Brasil clubes cívicos e esportivos, fundados por alemães imigrados e por seus descendentes, cuja função social era (e de alguns deles ainda é) promover o lazer, a recreação e a sociabilidade - moral e fisicamente corretas - daquela população.

O médico e historiador Carlos Bento Hofmeister Filho, autor da pesquisa sobre a Sociedade Alemã de Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA), intitulada *Doze Décadas de História* (1987) - sociedade da qual ele fora sócio-desportista e presidente - escreveu o seguinte:

É típico de todas as minorias de imigrantes, mormente na germânica, com tão elevado espírito gregário, o arraigado senso comunitário. A prova nós a encontramos no Rio Grande do Sul com o elevado número de escolas, hospitais, cooperativas, associações profissionais, clubes bailantes, culturais, desportivos ou de canto orfeônico, fundados por comunidades de imigrante. O surgimento do original *Deutscher Turnverein* [em português, “clube alemão de ginástica, que foi o embrião da Sociedade de Ginástica Porto Alegre], em 1867, somente poderia ser um fato lógico e natural (1987:4).

A ética do trabalho e da sobriedade determinaram o espírito do lazer implantado pelos alemães que chegaram por aqui no século XIX. O desenvolvimento físico disciplinado, a doutrinação moral e cívica serviram de meta, incentivo e justificativa para o estabelecimento das primeiras organizações de lazer no Brasil, bem como em outros países ocidentais. De acordo com Turcot,

l’invention des manières de se représenter, d’utiliser ou de définir une gamme de temps disponible rattache la notion de loisirs à une action politique. Le loisir se définit essentiellement par rapport au travail qui, depuis la Révolution française, devient un critère du civisme des individus, et qui, depuis la révolution industrielle, est le facteur essentiel de la productivité et de la croissance économique qui est au coeur du XIXe. siècle. (Turcot, 2016: 430)

A moral burguesa defensora do trabalho e, de quando em quando, apoiadora da ideologia nacionalista, marcou o processo de reconfiguração das funções sociais do lazer no Ocidente e, por consequência, no Brasil. Um exemplo da alteração das funções sociais de certas atividades de lazer pode ser observado na re-apropriação da prática milenar da ginástica, que, no século XIX, revelou as significativas transformações históricas e sociais sob as quais o lazer esteve (e sempre estará) sujeito. Durante o século XIX, no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos, a ginástica será empregada como instrumento de desenvolvimento físico individual e, para além disso, será incentivada através de programas sociais como um *dispositivo* biopolítico de aperfeiçoamento coletivo das potencialidades raciais, culturais, morais e políticas da nação.

A reestruturação geopolítica da Europa Central, após as guerras napoleônicas, gerou sentimentos inéditos de nacionalismo em vários povos, inclusive não europeus. A educação física, mais especificamente a ginástica e o pugilato, ganharam um novo sentido e uma nova função social. No século XIX, especialmente na Alemanha, graças, entre outras coisas, ao esforço do professor Friedrich Ludwig Jahn, a ginástica e a educação-física nomeadamente modernas ganharam forma. O pedagogo e ativista político alemão desenvolveu um tipo de ginástica - que envolvia atividades como correr, lutar, rastejar, escalar, perseguir e ser perseguido - cujo objetivo era conduzir seus praticantes à boa compleição física e à saúde, mas, sobretudo, à obediência das regras de conduta, ao respeito pelas hierarquias, pela autoridade e pelo sentimento de patriotismo/nacionalismo.

O historiador Laurent Turcot afirma que, nesse período surge no Ocidente um tipo de ginástica e de lazer com nuances específicos. Nas palavras do autor, “Comme les loisirs, la gymnastique est transformée au contact des réalités économique et politiques d’un siècle qui se décline sur la commercialisation et l’industrialisation, mais aussi sur le fait national qui définit de plus en plus la finalité morale de l’éducation physique” (Turcot, 2016: 448).

Como veremos a seguir, a finalidade social dos primeiros clubes de lazer e de esporte fundados no Brasil ao final do século XIX não foi muito diferente daquela dos clubes criados nos países do hemisfério-norte. Da mesma maneira que outros clubes modernos internacionais, os clubes brasileiros da época apoiavam valores pré-determinados, em grande medida, utilitaristas, higienistas e, não raro, eugenistas e nacionalistas.

5.2. A Institucionalização do Lazer no Brasil

A institucionalização do lazer no Brasil se concretizou na segunda metade do século XIX. Naquele contexto, alguns *dispositivos* de lazer emergiram sob a égide do melhoramento racial, do progresso sócio-cultural e de desenvolvimento urbano. Foi então que se iniciou um empreendimento - tanto pragmático quanto teórico/científico - de criação e de *disponibilização* de lazers mais modernos e sadios em nosso país. Um fator determinante para esse desenvolvimento foi, como vimos, a reinvenção da ginástica e da educação-física no século XIX. Naquela época, a ginástica alemã ganhou um novo fôlego que teve efeitos sobre as evoluções do lazer no Brasil. A ideia de que os exercícios - e, sobretudo, de que a educação-física disciplinada - deveriam possuir finalidades restauradoras para os indivíduos, em particular, e reformadoras para a sociedade, em geral, chegou ao Brasil através da migração germânica. Tais concepções estiveram diretamente envolvidas na fundação das primeiras instituições de lazer do Brasil e são notadas, em alguma medida, ainda hoje.

Uma das mais antigas e duradouras dessas instituições, a Sociedade Alemã De Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA), possui raízes que remontam a 1867. A fundação desse clube esportivo e social foi contemporânea ao estabelecimento de associações semelhantes na Europa e na América do Norte. O processo de institucionalização dos clubes sociais e atléticos - processo este que Norbert Elias chamou de "esportificação dos passatempos", e que se deu com grande intensidade no século XIX - foi determinante para a configuração da experiência moderna do tempo livre no Ocidente como um todo e, como não poderia deixar de ser, também no Brasil ao final do século XIX e no início do século XX.

A título de exemplo, basta dizer que, no final daquele século, em 1898, só a Alemanha já contava com cerca de 6000 clubes de ginástica (Ver: Turcot, 2016: 450). Enquanto que, no Brasil se destacavam,

entre as entidades recreativas e de vida social, a Germânia - mais antiga sociedade do Sul do Brasil, a Leopoldina, o Bürger Club (depois Sociedade Florida), a Edelweis, a Oesterreichischer (Austriaca) e outras, além do eclético Turnerbund (ex-Deutscher Turnverein, hoje SOGIPA), citado entre as desportivas ou de educação física. (Hofmeister, 1987:4)

Além de visarem o desenvolvimento da saúde corporal e de qualidades culturais desejáveis por meio da educação-física e do proselitismo moral, os clubes cívicos e desportivos daquela época possuíam uma função política declarada: estimular o sentimento de nacional-

ismo e de patriotismo em seus integrantes e, se possível, na sociedade mais vasta que vivia ao redor do clube.

Os projetos políticos de educação física e de restauração moral da população através da ginástica e do lazer - ligados à valorização do sentimento de nacionalismo - determinaram o processo de modernização e de institucionalização do lazer em vários países ocidentais. Tais concepções e associações correlativas ao lazer e à política influenciaram inclusive o início da experiência institucional do lazer no Brasil na passagem do século XIX para o XX.

No contexto histórico da virada do século XIX para o XX, a relação entre lazer e poder pode ser percebida na ideia de que a recreação, a ginástica, a educação-física, o esporte, o folclore, etc. eram espécies de *fatossociais totais*, cujas implicações para a organização da sociedade extrapolavam a simples distração e a restauração de indivíduos cansados de trabalhar²⁹. Os benefícios médicos/sanitários e culturais/educacionais gerados pelos lazeres considerados socialmente corretos foram enfatizados em discursos tanto políticos quanto científicos.

Sobre a Alemanha, Turcot afirma que, “l’*école allemande fonde une approche nationaliste qui vise, (...), à redonner au peuple des Germains la puissance et la force qui l’ont autrefois caractérisé*” (Turcot, 2016: 448). Para além da preservação e da restauração da saúde física e moral da população, reconhecia-se que os efeitos sociais dos hábitos de lazer penetravam profundamente as esferas econômica, política e cultural da sociedade como um todo. De forma que, os exercícios físicos e as competições esportivas - muitas vezes com clara conotação militar - eram dirigidas para o engrandecimento dos símbolos de Estado e do sentimento de patriotismo, bem como para o aprimoramento das potencialidades da raça e da cultura nacional.

O principal defensor dessa concepção de ginástica na Alemanha, o professor de educação-física Friedrich Jahn, foi membro da assembleia nacional e militou pela unificação política daquele país no século XIX. Jahn, foi o precursor de uma ideia - que vigora com bastante força ainda hoje - segundo a qual o lazer, a educação-física e, especialmente, a ginástica disciplinada podem exercer funções úteis para os Estados modernos e, conseqüentemente, para a organização das sociedades que os compõem. Segundo o entendimento do professor

²⁹ O conceito de “fato social total” foi utilizado por Marcel Mauss (242:2003) para se referir a atividades que possuem implicações sobre toda a sociedade. Assim, os “fatos sociais totais” são fenômenos que afetam várias esferas da vida social, como a econômica, a política, a jurídica, a religiosa etc. É possível entendermos o lazer como um “fato social total” cuja função para a sociedade não se limita à esfera do tempo livre e da diversão. De maneira geral, o lazer está intensamente envolvido com a dinâmica política, econômica e legal da sociedade.

Jahn, a ginástica e a recreação - na medida em que fossem capazes de transmitir ideais e hábitos adequados aos interesses de governo - poderiam atuar como instrumentos de manutenção da ordem e do progresso.

Jahn veut promouvoir une éducation élitiste et vigoureuse, mais surtout militaire. Soutenu par une lecture partielle, raciste, des *Discours à la Nation Allemande* du philosophe Fichte, (...). Il développe dans *Die deutsche Turnkunst* (1816) une gymnastique spécifiquement allemande, qu'il nomme *Turnen*, mot dérivé du tournoi médiéval. Jahn préconise des jeux où s'opposent des partis inégaux en nombre dans lesquels domine toujours l'idée de la guerre. (Turcot, 2016: 449).

Seguindo tal tendência de desenvolvimento dos esportes, “na segunda metade do século XIX, renovava-se o interesse pelas atividades atléticas (que culminaria com a reimplantação dos Jogos Olímpicos, em 1896)” (Medeiros, 1975:30). O governo nazista - quase um século após a morte do professor de educação-física Friedrich Jahn³⁰ - não desconsiderou o poder do esporte e do lazer para a propagação de sua ideologia. Hitler usou a Olimpíada de Berlim, realizada em 1936, como oportunidade para fazer propaganda do seu regime político e das habilidades físicas do seu povo. Porém, o que se viu no evento foi a tentativa fracassada dos nazistas de provar a superioridade atlética dos arianos. Diferentemente da expectativa dos alemães, o grande destaque daquela Olimpíada foi o atleta afro-americano Jesse Owens, ganhador de quatro medalhas de ouro nas modalidades de 100 e 200 metros rasos, no revezamento 4x100 e no salto em distância.

Retomando a história da institucionalização do lazer no Brasil: muito antes da realização das Olimpíadas de Berlim, em 1936, a imigração de grupos germânicos para o Brasil já havia sido iniciada, em 1824. Tal processo migratório se constituiu como um dos fatores primordiais da modernização dos *dispositivos* de lazer instalados no território brasileiro. Nesse seguimento, a criação da Sociedade Alemã de Ginástica de Porto Alegre (SOGIPA) é um acontecimento exemplar do início da “disponibilização” do lazer em nosso país.

A concepção de que o lazer deveria servir ao condicionamento físico dos indivíduos, ao aprimoramento de suas aptidões raciais e ao progresso econômico e cultural da sociedade de modo geral, começou a existir no Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Naquela época, também apareceu a ideia de que a cultura popular - o chamado folclore - deveria ser preservada e incentivada por associações cívicas e por instituições públicas (pelo Estado).

³⁰ Jahn faleceu em 1852.

As ações realizadas pela SOGIPA nunca se limitaram ao incentivo da ginástica exclusivamente. A história dessa instituição está profundamente ligada a acontecimentos políticos e a transformações culturais ocorridas no Brasil ao longo dos últimos 150 anos. Seu desenvolvimento nos revela a longa e sinuosa trajetória percorrida pelos *dispositivos* de lazer implantados no Brasil. Ademais, é preciso dizer que ela, a SOGIPA, possui uma história extraordinária, haja visto que, no Brasil, a existência ininterrupta de uma instituição por mais de cem anos é um fenômeno raro.

Em termos institucionais, a SOGIPA é classificada como uma associação civil, sem fins lucrativos; legalmente, ela é tipificada como uma entidade de prática esportiva organizada sob a forma de um clube social. Ela tem por finalidades principais: 1º. a integração social de seus associados e familiares através de atividades esportivas, sociais, recreativas e cívico-culturais; 2º. a formação de atletas olímpicos e para-olímpicos; e, 3º. a educação-física de crianças e adultos.

As primeiras atividades de lazer desenvolvidas pela SOGIPA, ainda no século XIX, eram: a ginástica, o teatro, a dança e o tiro ao alvo. Um fato histórico indicativo da relação do clube com os acontecimentos políticos da época foi o seguinte: a fundação da SOGIPA, em 1867, ocorreu em pleno curso da Guerra do Paraguai (que durou de 1864 a 1870). As agitações política no sul do Brasil perduraram mesmo com o termino do conflito armado internacional. Os membros Departamento de Tiro da SOGIPA, “por ocasião do episódio dos ‘Mucker’ (...) foram convocados para manter guarda na cidade em substituição aos policiais que tiveram de seguir para o conflito, no Ferrabraz (Hofmeister, 1987: 9). Esse incidente envolvendo os atiradores da SOGIPA é revelador das facetas que a relação entre lazer e poder pôde assumir na conturbada conjuntura política do sul do Brasil na segunda metade do século XIX.

As práticas desenvolvidas pela SOGIPA, como a ginástica, a dança e o teatro, eram semelhantes às atividades realizadas por outras instituições de lazer estrangeiras. Na França, por exemplo, a ideia de que os exercícios físicos possuíam uma função benéfica para a sociedade também ganhou força na mesma época. De forma semelhante aos alemães do XIX e aos seus descendentes brasileiros, os franceses daquela época acreditavam que o lazer poderia estar ligado à transmissão de sentimentos patrióticos, bem como a princípios progressistas de saneamento urbano e de instrução pública.

Em 1832, Paris sofreu uma grave epidemia de cólera. Tal acontecimento, juntamente a outros fatores, fez com que urbanistas, higienistas e engenheiros se preocupassem com o problema de se ter sob controle os espaços e os hábitos coletivos de lazer. Depois disso,

Durant la seconde moitié du siècle [XIX] à Paris, les conditions de santé et d'hygiène ne cessent de se dégrader et les pouvoirs publics entendent bien proposer un remède efficace. L'exercice - la gymnastique pour plusieurs - doit s'imposer au plus grand nombre pour contrer ce mal. L'État commence ainsi à se préoccuper des usages scolaires qu'on peut en faire. (...) Par le décret de 3 février 1896, la gymnastique est reconnue comme une discipline scolaire à laquelle on ajoute ensuite les préparatifs militaires (Turcot, 2016: 453).

Como parte do mesmo processo geral de institucionalização do lazer nas sociedades modernas ocidentais, é dessa época que data a construção das chamadas *turnplätze* na Alemanha, as quais serviram de modelo para a criação de praças de esporte em vários lugares do mundo.

Ce sont les *Turnplätze* qui deviennent les lieux phares de la nouvelle discipline imposée, soit un lieu en plein air où se déroulent les activités. Quelques *Turnplätze* voient le jour en Allemagne et certains en dehors du pays, notamment aux États-Unis, où les vagues d'immigration allemande amènent la création de ces espaces (Turcot, 2016:449).

No Brasil, a ideia de utilização da ginástica como *dispositivo* voltado para o desenvolvimento individual, bem como para o progresso social e urbano, começou a ganhar força por volta da mesma época. Na virada do século XIX para o XX, durante as reuniões dos grupos da *Deutscher Turnverein* de Porto Alegre (igualmente aos encontros da *Deutsche Turnkunst*, na Alemanha) o lema que comandava os exercícios era o seguinte: *frisch, frei, fröhlich, fromm*, que quer dizer em português, fresco (bem disposto), livre, feliz e piedoso. Nota-se que, para além do fortalecimento muscular dos corpos individuais, tais práticas possuíam um sentido ético explícito; que tinha a ver com a liberdade, a felicidade, a piedade e a boa disposição dos sujeitos.

Inicialmente, na *Deutscher Turnverein* de Porto Alegre, a prática da ginástica era realizada somente pelos homens. Apesar disso, as mulheres não eram totalmente excluídas das atividades do clube germano-brasileiro. Entre os programas desenvolvidos pela SOGIPA e compartilhados com mulheres e crianças, se destacavam as seguintes: os passeios a pé (*jogging*) pelos parques da capital gaúcha; as excursões turísticas pela zona rural do município e por cidades vizinhas; as festas promovidas no salão do clube (em especial: a *oktoberfest*, as festas de debutantes e os concursos de beleza); e a natação. Apesar do pudor puritano que predominou durante o século XIX, a SOGIPA disponibilizava para seus sócios e sócias uma

casa de banho às margens do rio Guaíba. Nela, os banhistas eram criteriosamente separados de acordo com seu sexo e sua idade. De modo que cada grupo etário de banhistas, masculinos e femininos, era alocado em horários específicos para natação no rio³¹.

Nas primeiras décadas do século XX, a SOGIPA buscou preservar sua identidade alemã frente à retaliação sofrida pelos descendentes germânicos residentes no Brasil durante as duas Guerras Mundiais. No contexto de ascensão do nazismo na Alemanha - e da sua atuação no Sul do Brasil - a relação entre lazer e poder se manifestava não apenas na ideia de preparação física da raça para uma eventual guerra de dominação étnica, mas também ao nível da propaganda política.

Segundo Carlos Hofmeister Filho:

Os jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, surpreenderiam o mundo por sua notável organização e extraordinária promoção que fariam do regime político e do governo vigente na nação alemã. O lema símbolo da Olimpíada foi ‘*wie rufen die Jugend der Welt*’ (Nós chamamos a Juventude do Mundo). (1987:23).

Hofmeister foi sócio, presidente e historiador da SOGIPA. Ele continua no parágrafo seguinte: “Agentes nazistas passaram a agir em nosso Estado procurando angariar adeptos para a causa do governo alemão, o qual se preparava para a guerra” (Hofmeister, 1987:23). Para além das fronteiras europeias, a relação entre lazer e poder no contexto da Segunda Guerra não se limitou ao disciplinamento dos corpos através de atividades físicas. As manifestações culturais e artísticas também eram utilizadas como dispositivos de doutrinação política e filosófica. No caso da infiltração de nazistas na Sociedade Alemã de Ginástica de Porto Alegre na década de 1930, tivemos o seguinte:

Foi através do Departamento de Canto a tentativa de influência política de cunho nazista no seio do *Turnebund*. Desejavam seus mentores que, através de canções no idioma alemão, fossem transmitidos o proselitismo e o apelo ao nacionalismo alemão, o que provocou uma intervenção da Diretoria que exigiu a total isenção da influência política e que as canções no idioma vernáculo também passassem a figurar nos programas. Este fato provocou a saída de muitos integrantes do coral, do que resultou uma séria crise (Hofmeister, 1987:24).

A crise do Departamento de Teatro e Canto foi contornada “com o retorno ao completo alinhamento aos princípios fundamentais do *Turnerbund* em favor da pátria brasileira e sem que ações ou manifestações de cunho político-filosófico fossem feitas no seio da *Sociedade*” (Hofmeister, 1987:25).

³¹Ver: Hofmeister, 1987:10.

A má-compreensão dos acontecimentos e a desinformação da população sobre o desenrolar da Segunda Guerra levaram à ocorrência de ataques violentos a símbolos alemães no Rio Grande Sul. Com a entrada do Brasil no conflito contra os países do Eixo, a SOGIPA e algumas instituições ligadas a imigrantes alemães ou a seus descendentes - como as lojas Renner, por exemplo - sofreram represálias, inclusive um atentado contra a sede do clube foi cometido. “Foram também quebradas e saqueadas pelo menos duas lojas de cidadãos brasileiros de ascendência alemã mas de origem e religião israelita, portanto visceralmente antinazistas” (Hofmeister, 1987:29). Ainda segundo o autor:

a prestigiosa SOGIPA, integrada por esmagadora maioria de brasileiros de ascendência alemã, mas brasileiros como os que melhor o fossem, sociedade portadora de uma folha de imensos serviços prestados à comunidade nacional, na cultura, nos desportos, nas artes, na música, na filantropia, na vida social, passou a ser olhada com desconfiança por outros segmentos de brasileiros, aqueles que, fervorosos admiradores das nações em guerra com a Alemanha, viam a Sociedade e seus associados como se fossem combatentes ou pelo menos adeptos da Alemanha e seu contestado partido político oficial, considerados, ‘inimigos do Brasil’ (Hofmeister, 1987:32).

Terminado o conflito mundial, e com o fim da histeria coletiva dos brasileiros contra os imigrantes e descendentes germânicos no Brasil, a “Sociedade Alemã de Ginástica” passou a se chamar “Sociedade de Ginástica Porto Alegre - 1867”. Desde então, o clube buscou defender, acima de tudo, sua identidade brasileira. Sem negar por completo suas origens germânicas, a SOGIPA passou a ressaltar sua natureza nacional, mais precisamente, os elementos típicos da cultura gaúcha que penetraram a instituição. De forma que durante o século XX surgiram diversos grupos folclóricos regionalistas dentro do clube. Ainda que empenhados na conservação das festas, das danças, da culinária e da indumentária tradicional da Alemanha do séc. XIX, atualmente esses grupos folclóricos afirmam sua relevância enquanto órgãos depositários de princípios e práticas ancestrais que, não obstante seu relativo anacronismo, são consideradas valiosas para o progresso e para o enriquecimento da cultura brasileira como um todo.

Algumas décadas após a criação da SOGIPA, a Prefeitura de Porto Alegre decidiu fundar um departamento municipal dedicado à recreação pública. Isto se deu em 1926. A SOGIPA e a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de Porto Alegre (SME-POA) foram instituições que conviveram durante boa parte do século XX. Além disso, ambas foram fundadas por descendentes de alemães que buscavam criar condições para a implantação e manutenção de *dispositivos* de lazer na capital do Rio Grande do Sul. Essas duas instituições

marcaram o início da *disponibilização* do lazer no Brasil. Todavia, apesar das semelhanças históricas e genéticas, a relação entre elas nem sempre foi de concordância e de colaboração.

Segundo Hofmeister:

O professor Frederico Guilherme Gaelzer, diretor da Escola Superior de Educação Física - ESEF [e fundador da Secretaria Municipal de Recreação Pública de Porto Alegre, acrescente eu], propôs a transferência da Escola para a sede esportiva da SOGIPA, pelo prazo de três anos, a partir de fevereiro de 1956 até a instalação de sua sede definitiva. As benfeitorias que seriam executadas na Escola, inclusive o pavilhão esportivo ou ginásio, no final da concessão, seriam incorporadas a seu patrimônio. Posteriormente a proposta deixou de ser concretizada. (Hofmeister, 1987 : 44).

Para além das fronteiras e das negociações entre essas instituições de lazer do sul do Brasil, em 1936 - ou seja, dez anos depois da fundação da Secretaria Municipal de Recreação Pública de Porto Alegre (SRP) e mais de cinquenta anos após da criação da SOGIPA - a prefeitura da cidade de São Paulo decidiu estabelecer uma Secretaria Municipal de Recreação e Cultura. As instituições gaúchas (SOGIPA e SME) e a Secretaria paulista, ao lado de outros clubes patronais e ligas operárias da época, marcaram a institucionalização do lazer no Brasil e serviram de modelo para a criação de outras instituições semelhantes. De acordo com Christianne Luce Gomes,

foi aproximadamente em 1934 - sob a direção de Frederico Gaelzer, Anísio Teixeira, Lois Williams e Nicanor Miranda - que se estabeleceram respectivamente em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo e outras capitais serviços municipais de recreação e educação física, assim como terrenos públicos para jogos e centros de recreação (Gomes, 2003:42).

A partir desse momento os *dispositivos* de lazer começaram a ser aplicados no Brasil de forma planejada e sistemática por instituições tipicamente modernas e republicanas.

5.3. O Lazer e a República

O fim do Império e a Proclamação da República tiveram impacto sobre as formas de planejamento do lazer no Brasil. Diversamente ao período colonial e ao período imperial, durante os quais a maior parte do lazer ficou a cargo de agentes e clubes privados, na Era republicana, ele passou a ser disponibilizado, também, por agentes e órgãos públicos, isto é, pelo Estado.

No século passado emergiu por completo o problema social e urbano relativo à organização do lazer nas cidades brasileiras. Segundo Ethel Bauzer Medeiros, autora do livro *O Lazer no Planejamento Urbano* (1975):

A medida que o lazer se alarga (em decorrência das novas condições de trabalho, da maior duração da vida e da expansão populacional) e à proporção que se reconhecem as contribuições da recreação ao bem-estar pessoal e social, generaliza-se a prática de organizar atividades lúdicas para grupos (Medeiros, 1975:138).

Ainda segundo a mesma autora,

Para atender à massa que principiava a desfrutar de maior folga, era preciso criar e desenvolver uma infraestrutura de local e instalações para as atividades de lazer, bem como lhe garantir material e orientação técnica. Acima de tudo, no entanto, pairava a necessidade de educar os homens para que eles mesmos não esvaziassem de sentido o novo tempo conquistado. Dirigiam-se, pois, para tais objetivos os primeiros esforços de líderes e instituições, que pretendiam oferecer atividades lúdicas organizadas (Medeiros, 1975:140).

Durante a primeira metade do século XX, a democratização de lazeres passou a ser entendida como um dever do Estado e como uma função social de certas associações cívicas. Diversas iniciativas do poder público e da sociedade civil organizada revelam o interesse em se planejar e otimizar o uso do tempo livre dos cidadãos. O primeiro e o terceiro setores - isto é, o Estado e as organizações da sociedade civil - criaram museus, teatros, bibliotecas, praças de esporte, clubes sociais etc. com o intuito *disponibilizar* alternativas de lazer mais saudáveis e civilizadas para a população brasileira.

Ao mesmo tempo, a construção de praças de esporte e parques destinados à recreação popular gratuita foi uma das maiores medidas adotadas pelo poder público no sentido de *disponibilização* do lazer à época da chamada Primeira República. Até a segunda metade do século XIX, “quase não havia praças arborizadas no Rio de Janeiro, que era assim como um corpo sem pulmões” (Benchimol, 2018: 222). Para divertir e sanear a crescente população de forma contida e organizada, os urbanistas precisaram reformar várias cidades. Segundo Margarida de Souza Neves, no texto “Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX”:

os mesmos maquinismos, que nas fábricas estão associados à dura rotina de trabalho, são utilizados nos grandes parques de diversões. Para amenizar a distância que separa [a multidão de cidadãos] da natureza são construídos os grandes parques urbanos, como o Central Park, em Nova York, ou o Bois de Boulogne, em Paris. (Neves, 2018:17).

O Rio de Janeiro, capital do Brasil naquela época, passou por uma drástica reforma urbana no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Avenidas foram abertas ou alargadas, residências e pontos comerciais foram demolidos, além disso, famílias pobres e sujeitos marginalizados foram removidos da região central da cidade. A zona portuária - onde havia uma exótica confluência de comunidades estrangeiras, casas de ópio, prostíbulos, além

da chamada “Pequena África” - seria radicalmente modificada. Segundo Jaime Lerry Benchimol³², nos primeiros anos do século passado, o prefeito do distrito federal, Pereira Passos,

semeava um cipoal de interdições para banir ‘velhas usanças’ incompatíveis com esse ideal de civilização. Quis alterar formas de trabalho e lazer, costumes e hábitos arraigados no tecido sociocultural da cidade. (...) Grande repercussão teve a guerra contra os quiosques, construções de madeira de estilo oriental onde se vendiam café, cachaça, broas de milho, lascas de bacalhau, fumo e outras miudezas. (...) O vendaval de interdições visou também a regeneração de maus hábitos e costumes. (...) Para não embarçar os cabos de energia elétrica que se propagavam pelo Rio, as crianças foram proibidas de soltas pipas. Para evitar incêndios, proibiram-se as fogueiras, os fogos de artifício e balões nas festas de São João.

O autor considera que este foi

um projeto moralizador e autoritário ao extremo: ao Estado cabia transformar, na marra, a multidão indisciplinada de ‘pés-descalços’ em cidadãos talhados segundo estereótipos que serviam à burguesia europeia para o exercício de sua dominação. Isso se observa, nitidamente, na repressão policial a festas profanas e sagradas: o carnaval, a serenata, a boêmia e o candomblé. (Benchimol apud Ferreira e Almeida, 2018:244-246).

A reorganização das cidades e, conseqüentemente, do elemento humano que as compõem segundo princípios racionais, higienistas e civilizatórios, foi um projeto colocado em prática em centros urbanos de várias partes do mundo, quase na mesma época. No século XIX e no início do século XX, antigas cidades europeias, asiáticas e americanas passaram por transformações radicais, paralelamente, novos centros urbanos planejados e executados segundo parâmetros arquitetônicos modernos e racionais foram inaugurados. A reforma da cidade de Paris empreendida por Napoleão III e idealizada por Georges-Eugène Haussmann fez emergir, dos escombros dos bairros mais densos e pobres da capital francesa, os contornos de avenidas, fachadas e jardins que serviriam de modelo para renovações urbanas semelhantes em outras partes do mundo.

A imigração europeia para o Brasil, ainda no período imperial, também determinou o planejamento e a modernização de outras cidades brasileiras além da capital, como é o caso da criação da cidade de Petrópolis. Segundo Rezzutti, “os alemães também trabalhariam na urbanização de Petrópolis e na construção do Palácio Imperial” (Rezzutti, 2019: 170). Para a historiadora Alessandra Fraguas, do Instituto Histórico de Petrópolis, “os colonos germânicos ‘adaptaram-se mais às atividades manufatureiras do que à agricultura. Possuíam seus grêmios

³² Jaime Lerry Benchimol é pesquisador da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e professor do programa de pós-graduação em História das Ciências da Saúde.

recreativos, suas sociedades musicais, seus clubes, enfim, redes de sociabilidades que mantiveram suas tradições’.” (Apud Rezzutti, 2019: 170).

Em Porto Alegre, o longo processo de ajardinamento do Parque Farroupilha se deu por volta da mesma época. Uma grande parcela das instalações do parque foi planejada por ocasião da Exposição Agropecuária e Industrial do Estado do Rio Grande do Sul de 1901, que motivou a construção de um circo de touradas, uma pista de corridas de cavalos e um velódromo. Contudo, bem antes desse evento, a área onde hoje fica o parque era utilizada como abatedouro e mercado de animais. A história do Parque Farroupilha se iniciou quando aquele terreno alagadiço - chamado de Várzea do Portão, uma vez que estava localizado à entrada da vila de Porto Alegre - foi doado pelo então governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, Paulo José da Silva Gama, em 24 de outubro de 1807. Quase duas décadas após a doação do governador, em 1826, a área do parque teve seu loteamento embargado pelo imperador D. Pedro I, o que preservou seu caráter de espaço público de lazer. No final daquele século o terreno passaria a ser denominado “Campos de Redenção”. Até hoje o Parque Farroupilha é conhecido pelos gaúchos como Parque da Redenção ou, simplesmente, Redenção. Este nome foi dado em homenagem à libertação dos escravizados³³.

A partir da década de 1920, Porto Alegre passou a contar com um *Plano Geral de Melhoramentos*. A divisa do *Plano* era: “embelezar, circular e sanear” (Ver: Gomes, 2003:101). O *Plano* viria a ser posto em prática durante a gestão de Otávio Rocha, prefeito da cidade entre 1924 e 1928. Segundo Artur Wilkoszynski e Célia Souza,

O governo local, de acordo com sua ideologia positivista, passaria a realizar obras de caráter claramente sanitarista, a fim de adequar a cidade ao modelo por ele defendido. Aliada a esta política dos dirigentes locais estava a vontade da burguesia emergente de trazer a Porto Alegre todas as modernidades do Primeiro Mundo, dando à cidade um aspecto mais cosmopolita. (1997:182).

A urbanização de Porto Alegre não provocou mudanças apenas na infraestrutura da cidade. Ela também fez nascer uma série de novas instituições, algumas delas dedicadas até hoje ao lazer dos gaúchos. A Sociedade De Ginástica Porto Alegre e a Secretaria Municipal de Recreação, Esporte e Lazer da mesma cidade apresentam trajetórias institucionais distintas que, não obstante, revelam elementos importantes da história da República Brasileira.

³³Ver: Secretaria de Cultura de Porto Alegre, *Histórico do Parque Farroupilha* em: http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/historico_parque_farroupilha_1.pdf. Disponível em 24 de outubro de 2019.

A SOGIPA - enquanto uma instituição ligada a uma classe social privilegiada, composta por imigrantes e por brasileiros majoritariamente brancos e ricos - dispõe de um abundante acervo de documentos históricos e prêmios esportivos, os quais podem servir de dados sociológicos e históricos primários sobre o desenvolvimento da força atlética e do poder político dessa associação civil fundada à época do Segundo Império, e que ainda existe atualmente³⁴. Sua ligação com a elite política e econômica do Rio Grande do Sul, conjuntamente à projeção nacional e internacional dos atletas treinados e patrocinados por ela, são fatores que fortalecem a relação que a SOGIPA sempre soube estabelecer entre lazer e poder.

A SOGIPA é um clube atlético centenário que sempre tratou com a esfera pública - tanto no nível municipal, quanto estadual e federal - além disso, ao longo das décadas, ela estabeleceu parcerias e patrocínios com a iniciativa privada. Existem inúmeros registros fotográficos das condecorações oferecidas pela SOGIPA aos políticos e personalidades importantes do país. No ano do centenário da Sociedade, em 1967, a SOGIPA homenageou com o título de “sócio honorário” o então presidente, o general Arthur da Costa e Silva. No centésimo quarto aniversário da Sociedade, em 1971, foi inaugurado o grande salão de festas do clube. Segundo Hofmeister, “por ocasião de visita ao Rio Grande do Sul, o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, recebeu em audiência o presidente da SOGIPA no Palácio Piratini, que outorgou a S. Excia. medalhão comemorativo à inauguração da magnífica dependência” (Hofmeister, 1987:60).

Se comparada à SOGIPA, a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação de Porto Alegre (inicialmente denominada *Serviço de Recreação Pública - SRP*) dispõe de um histórico mais curto e de um número menor de fontes documentais primárias. Todavia, a escassez de dados não impediu a professora Christianne Luce Gomes (2003) de realizar uma bela tese de doutorado sobre o desenvolvimento do SRP de Porto Alegre, sobre a experiência institucional do *Departamento de Cultura e Recreação* da cidade de São Paulo e a respeito da história do *Serviço de Recreação Operária* do Rio de Janeiro. Sua pesquisa foi sustentada pela análise de documentos históricos do acervo do *Centro de Memória do Esporte (CEME)* da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), do álbum de recortes de textos jor-

³⁴Ver: Silva, Haïke Roselane Kleber da. *SOGIPA: uma trajetória de 130 anos*; publicação comemorativa. Porto Alegre : Editores Associados, 1997

nalísticos elaborado pelo professor Frederico Gaelzer (fundador do SRP em Porto Alegre) e por entrevistas realizadas pela própria autora.

Segundo Gomes, documentos e relatos atestam que houve influência do pensamento alemão sobre as concepções de lazer adotadas pelo professor de educação-física Frederico Gaelzer. Gaelzer era descendente de alemães ricos e politicamente influentes da sociedade gaúcha. Brasileiro de nascença, ele teve a oportunidade de fazer o curso ginásial na Alemanha e se graduou em educação-física nos Estados Unidos. O professor Gaelzer frequentou cursos na *College Summer Camp* da Associação de Cristãos Moços, em Chicago. Nas declarações que dava à imprensa, ele sempre fazia referências ao exemplo norte-americano. As iniciativas públicas referentes ao lazer, na época da criação do *Serviço de Recreação Pública*, eram frequentemente associadas à educação física por conta da formação de Gaelzer, de modo que havia um forte movimento em prol das “praças de desporto”. Para Gaelzer, o esporte era mais que um meio para a educação e o desenvolvimento físico, segundo ele, a prática esportiva poderia ser utilizada com vistas a se reduzir a marginalidade e a delinquência juvenil. De acordo com Gomes,

Baseado em experiências já levadas a cabo em grandes centros nos Estados Unidos, Frederico Gaelzer dizia que entre as crianças que passavam seu tempo de folga nas Praças de recreio, ou em clubes competentemente dirigidos, apenas uma, em mil, se envolvia com a polícia, enquanto que a proporção em crianças sem essa direção era de uma em cem. A redução da criminalidade juvenil poderia ser promovida através da expansão das atividades recreativas sob direção competente. Sendo devidamente dirigidas, as Praças de recreio representavam sentinelas que protegiam a juventude do País contra os inimigos da ordem e da moral, principalmente nos bairros menos favorecidos. Para isso, precisavam de ‘[...] diretores, retos, firmes e verdadeiramente interessados em seus rapazes, procurando moldar o caráter dos futuros cidadãos’ (*Diário de Notícias*, 11/09/1925).(Gomes, 2003: 109)

Gaelzer via a orientação das atividades recreativas e de lazer como armas poderosas no combate a delitos e como instrumentos pedagógicos eficazes que poderiam servir ao engrandecimento da nação. O professor Gaelzer se interessou pelo pensamento político alemão de sua época. Como foi dito, há documentos que revelam o interesse do professor pelos programas alemães de desenvolvimento populacional através da prática esportiva.

O modelo alemão, com ênfase na cultura corporal, atraiu a atenção dos profissionais responsáveis pela educação física e, conseqüentemente, pela recreação pública no Estado do Rio Grande do Sul. Uma das matérias do álbum de recortes de Frederico Gaelzer anuncia o retorno dos brasileiros enviados, pelo governo rio-grandense, à Alemanha e à Itália, em viagem oficial. Gaelzer destacou que, naqueles países, a cultura física tinha como base o método recreativo, era devidamente controlada, prestigiada, amparada, e considerada primordial para o desenvolvimento das nações. O professor Frederico Gaelzer também teceu elogios à experiência alemã, na qual o desporto era considerado muito mais do que um divertimento para as horas vagas: era um dever, uma obrigação. (Gomes, 2003: 147)

Ao retornar ao Brasil, Gaelzer se tornou dirigente do então departamento de Jardins de Recreio da cidade de Porto Alegre, nos anos 1920. De acordo com Gomes ,

referências indicam que o serviço de recreação criado pela municipalidade de Porto Alegre, em 1926, sob orientação de Frederico Gaelzer, representa uma experiência pioneira em nosso país (...). As ideias do professor Gaelzer sobre a recreação foram citadas em muitas obras de estudiosos do assunto, o que revela a importância do seu discurso para a época.

(...). Com a implantação de ‘jardins de recreio’ por parte da municipalidade de Porto Alegre, esta experiência institucional foi fundamental para a compreensão dos significados de recreação e de lazer na realidade brasileira do século XX, sobretudo em sua primeira metade. (Gomes, 2003:42).

Alguns anos mais tarde, em 1933, o professor Gaelzer veio a ser inspetor geral de educação-física do Estado do Rio Grande do Sul, nomeado pelo então governador Getúlio Vargas. Na ocasião, ele foi encarregado de organizar a “semana da raça” em Porto Alegre. Por conta dos méritos obtidos naquele evento, três anos mais tarde, Gaelzer “foi enviado pelo governo do Rio Grande do Sul à Alemanha para participar deste evento [Congresso Nacional de Recreação], realizado na época das Olimpíadas de Berlim” (Gomes, 2003: 145). Por oportunidade desta viagem, Gaelzer e sua delegação participaram do *Congresso do Partido Nacional Socialista Alemão*, em Nuremberg, e ficaram admirados com a ênfase dada ao esporte pela política nazista.

Segundo relato da época,

A nossa estadia está sendo coroada de pleno êxito. Do dia 23 a 31 de julho o prof. Gaelzer participou como hóspede de honra, representando o Brasil, do Congresso Mundial de Recreação Pública, em Hamburgo. No dia 1º de agosto foi o mesmo recebido por sua Excia. o Fueher Hitler. No dia 8 jantou com os representantes de Hitler, o senhor Reichsminister Rudolf Hess. Do dia 1º a 16 de agosto frequentamos todas as festas Olímpicas. Do dia 19 a 29 de agosto frequentou o prof. Gaelzer um curso Intensivo de educação física na ‘Reichsakademie fuer Liebesuebungem’. (apud. Gomes 2003: 146).

Uma década após a excursão do professor Gaelzer e sua comitiva pela Alemanha, ou seja, depois da 2ª Guerra Mundial, houve forte associação dos debates sobre o lazer com questões urbanísticas relativas à reconstrução de áreas destruídas pelos bombardeios. De acordo com a filha de Frederico Gaelzer, Lenea Gaelzer - professora de educação-física e pesquisadora do lazer: “Vários e amplos setores urbanos bombardeados [de Berlim] foram transformados em parques, estádios esportivos e cinturões verdes” (Gaelzer 1979: 27). Naquele momento, as Alemanhas (Ocidental e Oriental) buscaram incentivar, novamente, a

colaboração entre o lazer e os programas político-sociais de desenvolvimento urbano, cultural, artístico e esportivo.

A relação do lazer com as questões urbanísticas foi debatida durante todo o século XX, não apenas na Alemanha. O rápido processo de urbanização e de êxodo rural vivenciados pelos países em desenvolvimento e a necessidade de reconstrução de importantes localidades do hemisfério-norte destruídas pelas Guerras Mundiais colocaram o lazer no meio de questões relativas à infraestrutura das cidades. A necessidade de reorganização do espaço estava vinculada ao interesse em institucionalizar determinadas práticas sociais consideradas vantajosas para os indivíduos, em particular, e para a sociedade, em geral. Além da solução de problemas estruturais das metrópoles crescentes, foi preciso criar um corpo de instituições específicas incumbidas de garantir o lazer dos cidadãos.

O lazer foi instituído como um direito constitucional dos brasileiros durante a chamada Era Vargas. O estabelecimento dos direitos trabalhistas é parte do processo de institucionalização do lazer no Brasil. O direito a férias remuneradas e à aposentadoria, bem como à limitação da jornada diária de trabalho, contribuíram para a consolidação da ideia de que o lazer é um direito de todos aqueles que trabalham ou que já trabalharam. O direito à aposentadoria também faz parte da confirmação do lazer como um benefício ou, como uma licença, dada àqueles que, na velhice, podem levar um modo (ou apenas um momento) de vida livre do trabalho.

Durante a primeira metade do século XX, nota-se que um corpo de leis e instituições passaram a utilizar o lazer como parte de seu discurso oficial. A *institucionalização* do lazer e a *legalização* do lazer são processos simultâneos. Por volta da mesma época, uma rede de instituições e um corpo de leis passaram a normatizar e promover certas noções e práticas de lazer.

No caso da institucionalização do lazer em Porto Alegre, existem muitas semelhanças genealógicas e evolutivas entre o *Serviço de Recreação Pública* e a *Sociedade de Ginástica Porto Alegre, 1867*. Contudo, deve se considerar que esta última instituição - a SOGIPA - sempre se definiu como um clube atlético e social privado, relativamente fechado, fundado, ainda à época do Império, por alemães emigrados e por seus descendentes. Enquanto que a primeira - a *Secretaria Municipal* - desde o princípio, foi estabelecida pelo poder público municipal segundo princípios republicanos, mais pautados por ideais de democracia do que por

prerrogativas de classe ou de origem. Na mesma época - mas não da mesma forma - o clube social fundado por imigrantes e por filhos de imigrados germânicos e o *Serviço de Recreação Pública* de Porto Alegre foram instituições de lazer que passaram por várias restrições e reorganizações administrativas, em função das crises vivenciadas pelo Estado e pela economia brasileira durante o século passado.

Essas duas organizações sociais (uma civil e outra estatal) se apresentam como instituições conterrâneas - e, em boa medida, contemporâneas - cujas histórias revelam o que havia de mais avançado em termos políticos, institucionais e discursivos acerca do lazer no Brasil. Entretanto, ao longo do tempo, a SOGIPA e a SME-POA assumiram posturas bastante desiguais. Mesmo elas tendo se constituído como entidades dedicadas a uma finalidade similar - que é, essencialmente, promover o lazer e o esporte - elas são consideravelmente distintas em termos sociológicos, dado que a SME está diretamente ligada ao poder público, ao primeiro setor, ao Estado, portanto; enquanto a SOGIPA provém do chamado terceiro setor, ou seja, é uma associação realizada pela sociedade civil.

Atualmente, após as sucessivas transformações vividas pela Sociedade de Ginástica de Porto Alegre, 1867, e pela Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação da mesma cidade, é possível afirmar o seguinte a respeito da história geral dessas duas instituições de lazer, pioneiras no Brasil: a SME-POA - primeiro órgão público dedicado ao lazer dentro do território brasileiro - ao contrário do seu status original, não dispõe hoje da autonomia de órgão municipal independente, tendo sido absorvida pela Secretaria Municipal de Educação. A SOGIPA, distintamente, não é mais apenas um clube de ginástica e de cultura regional reunido em um galpão de madeira construído por descendentes germânicos, mas sim uma instituição cívica autocrata, rica e influente, que conta com o reconhecimento dos meios de comunicação, e, por conseguinte, da população de maneira geral, em função da boa performance dos seus atletas de alto rendimento em competições desportivas nacionais e internacionais. A SOGIPA criou inclusive uma Revista, impressa mensalmente, para a divulgação dos méritos obtidos por seus atletas e para a informação dos serviços e produtos de lazer oferecidos aos seus sócios e a seus atletas amadores e profissionais. A SOGIPA disponibiliza uma ampla rede de serviços a seus associados, tais como aulas de pilates, de balé, de ginástica rítmica e artística, de patinação, de esgrima e de diversas artes marciais. A infraestrutura da instituição dispõe de uma escola de música e de artes, um salão de beleza, uma biblioteca, salões de festa, acad-

emia de musculação e um grande centro esportivo com um ginásio em cuja reforma foram investidos aproximadamente 2,2 milhões de reais. Os equipamentos de ginástica do ginásio, reformado em 2017, foram importados da Alemanha e foram adquiridos graças a um convênio realizado com o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC), que repassou R\$ 1,5 milhão para à SOGIPA. As obras para a reforma do ginásio foram bancadas pela própria Sogipa e custaram cerca de R\$ 500 mil.³⁵

Ao contrário da SOGIPA, nos últimos anos, a SME-POA vem desaparecendo. Como foi dito, ela perdeu seu poder de secretaria independente e foi absorvida pela Secretaria de Educação. Por causa disso, seus servidores mudaram de postura. A transformação na disposição do agentes da SME-POA, observada na entrevista com o professor Gilmar Tondin, servidor da instituição desde 1987, corresponde a uma nova tendência de usar as ações da secretaria como forma de oposição ao abandono dos programas de lazer até então desenvolvidos pela prefeitura municipal. Os servidores da secretaria atual buscam uma direta interação com a população da cidade, sempre consultando as demandas das comunidades para propor atividades adequadas e que “façam sentido” para os usuários dos serviços da secretaria. A secretaria municipal, ao invés de tentar aplicar dispositivos de lazer arbitrariamente (“de cima para baixo”) busca escutar as demandas da comunidade na qual ela atua e promover ativamente lazeres pré-requisitados pelos próprios moradores locais. Nos dias de hoje, a SME-POA vem sendo suprimida pelas últimas gestões orçamentárias da prefeitura municipal, neste momento ela se assemelha a um rosto desenhado na areia que começa a desaparecer ao ser levado pelas ondas.

O desenvolvimento desigual da SOGIPA e da SME-POA revela alguns nuances da história dos *dispositivos* de lazer no Brasil. Durante o século XX, os *dispositivos* de lazer implantados em nosso país se multiplicaram e se diversificaram. O Brasil conta hoje com diversas associações civis e com uma indústria do lazer e do turismo expressiva, muito embora com um grande potencial ainda a ser explorado. Além da proliferação de práticas e de estruturas institucionais de recreação e lazer, nosso país observou o desenvolvimento de um saber sociológico sobre o esse fenômeno social, como veremos.

³⁵ Ver: “Relatório de Gestão e Balanço Patrimonial”. Disponível em: <https://www.sogipa.com.br/web/relatorio-de-gestao-e-balanco-patrimonial>

Neste capítulo se buscou mostrar como diferentes culturas afetaram a formação das primeiras manifestações do lazer no Brasil. Também se destacou que a institucionalização e a *disponibilização* do lazer no país começaram a se intensificar a partir do século XIX. O processo imigratório ocorrido naquele século, e no posterior, determinou a fundação dos primeiros clubes sociais e influenciou também a criação da primeira Secretaria Municipal dedicada ao lazer na República Brasileira.

No próximo capítulo serão discutidas as correntes de pensamento sobre o lazer que apareceram no Brasil nas últimas décadas. De modo que, será proposta uma arqueologia da sociologia do lazer no Brasil, buscando evidenciar as bases teóricas e metodológicas que deram sustentação para as duas principais vertentes da sociologia do lazer brasileira.

CAPÍTULO 6 - ARQUEOLOGIA DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA DO LAZER

No século XIX e XX, além do desenvolvimento de instituições especiais voltadas para a disponibilização do lazer - como foi mostrado nos capítulos anteriores - se registra a estruturação de um conhecimento sociológico sobre esse fenômeno social. Foi no século passado que alguns sociólogos defenderam a constituição de um campo de pesquisa específico que priorizasse, sobretudo, o estudo do lazer moderno. Luiz Octávio de Lima Camargo, relembra uma afirmação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, então presidente da Associação Internacional de Sociologia, que expressa bem esse desejo de estabelecer um campo da sociologia voltado para o tema do lazer: “já está na hora de uma sociologia do lazer buscar seu próprio caminho, de forma relativamente autônoma em relação à sociologia do trabalho” (Cardoso, 1986 apud Camargo, 2011:160).

Como mencionado, o conceito de arqueologia é utilizado para se referir ao estudo das condições de possibilidade para emergência de algum tipo de conhecimento. O saber sociológico sobre o lazer no Brasil dependeu de bases epistemológicas singulares. Uma delas veio da sociologia do trabalho, como referido anteriormente, e a outra se filia a sociologia do lazer francesa, como veremos. Este capítulo faz uma análise das correntes de pensamento sobre o lazer que se tornaram dominantes no Brasil, destacando as bases teóricas e metodológicas sobre as quais elas se assentam.

6.1. A Vontade de Saber Sobre o Lazer: a sociologia clássica do lazer

Como foi exposto inicialmente, os gregos e os romanos da Antiguidade consideravam o ócio e o lazer uma questão de primeira importância. Durante a Idade Média, a noção de *acédia* - diretamente associada à ideia de que a preguiça era um dos piores pecados - gerou certo desprezo pelo estudo do tempo disponível para além do trabalho que não fosse voltado para a contemplação religiosa. Na Era Moderna, apesar de ter sido considerado um tema de pesquisa secundário nas ciências humanas (se comparado a outros assuntos tidos como “mais sérios”, como a economia, a política e o trabalho profissional, por exemplo) o lazer se tornou objeto de estudo para a sociologia bastante cedo. Verdade seja dita: desde a época de fundação dessa disciplina, no final do século XIX, é possível identificar a vontade dos sociólogos em

conhecerem a natureza social do lazer, ainda que tal vontade de saber fosse periférica e ocasional no campo da sociologia.

Ao se falar de uma “sociologia clássica do lazer”, é preciso lembrar que, logo na virada do século XIX para o XX, em 1899, o sociólogo estadunidense, filho de imigrantes noruegueses, Thorstein Veblen publicou a *Teoria da Classe Ociosa*, que é considerado um dos primeiros estudos sociológicos sobre o lazer. A teoria de Veblen defende que a ostentação de bens materiais e de hábitos sociais tidos como desejáveis, agradáveis e, sobretudo, honoríficos, tinham por finalidade (às vezes, disfarçada) diferenciar os sujeitos de acordo com sua posição na hierarquia social. De modo que, os hábitos de lazer se constituiriam como ocasião para a demonstração da condição abastada de um classe social especial, funcionando assim como poderoso meio de distinção e *emulação* social. Em outras palavras, isso quer dizer que, a ostentação de bens materiais e de hábitos de lazer - ou melhor, utilizando o vocabulário de Veblen, o “consumo conspícuo” e o “ócio conspícuo” - seriam parte fundamental da luta entre diferentes classes sociais por prestígio e por ascensão social. Como efeito, os membros das classes altas evitariam passatempos considerados vulgares buscando lazeres diferentes daqueles vivenciados pelas classes mais baixas; em contrapartida, as classes populares se esforçariam continuamente em imitar os hábitos inventados pelos membros da elite para obterem, através do mimetismo, mais respeitabilidade. Para Veblen, portanto, haveria uma contínua competição entre as classes sociais. Tal processo de imitação e de distinção social através do consumo e do lazer afetaria o desenvolvimento de vários setores da sociedade, não apenas no âmbito da cultura, mas inclusive no nível da economia produtiva e do mercado. Como mencionado anteriormente, Veblen destaca que a diferenciação das tendências de moda de vestuário ou de mobiliário, por exemplo, é uma fenômeno relativo a variações culturais de padrões de consumo que tem efeito sobre setores importantes da economia.

De modo similar ao do autor norte-americano, o sociólogo alemão Georg Simmel - hoje, considerado um dos autores clássicos da sociologia moderna - também se interessou pela compreensão dos padrões de emulação social que se manifestam através de hábitos de consumo. Em seu estudo sobre a moda, ele ressaltou a importância desse fenômeno para a compreensão de processos de imitação e de diferenciação social.

As modas dos estratos superiores diferenciam-se daquelas dos estratos inferiores, e são prontamente abandonadas quando os últimos passam a se apropriar das mesmas. A moda é uma forma peculiar dentre aquelas formas de vida, por meio das quais se procura produzir um compromisso entre a tendência para a igualdade social e a tendência para marcar a distinção individual (Simmel, 2014: 161).

Simmel não acharia estranha a interpretação de Veblen segundo a qual, as atividades de lazer possuíam uma carga simbólica socialmente reconhecida que as tornariam capazes de servir como marcadores da posição e da condição social dos seus adeptos. Os dois autores notaram que, por vezes, alguns lazeres - tal como certas modas relativas à gastronomia e ao vestuário, por exemplo - se popularizam em um grau tal que elas perdem a capacidade de funcionar como sinais diferenciadores do status social dos sujeitos que os consomem. Quando isso acontece - ou seja, quando determinado comportamento é mimetizado a ponto de perder suas propriedades distintivas positivas - novos padrões de conduta são inventados, perpetuando infinitamente o duplo processo de diferenciação e de imitação entre as classes sociais que disputam por *status*. Como foi dito, a ideia vebleniana - de que os padrões de consumo e, em especial, os hábitos de lazer serviriam como símbolos da condição e da posição social daqueles que os experimentam - foi explorada por vários sociólogos do século XX. Talvez, o trabalho, *A Distinção: crítica social do julgamento*, de Pierre Bourdieu (2008), seja o exemplo mais conhecido de pesquisa empírica e estatística em torno dessa ideia³⁶.

Veblen afirmava que o “ócio conspícuo” - ou seja, o poder de demonstrar um modo de vida livre das obrigações relacionadas ao trabalho produtivo e, especialmente, desobrigada do labor braçal repetitivo e extenuante - era o principal elemento da luta entre as classes sociais por prestígio e respeito. Como vimos, segundo o autor, a capacidade de não se sujeitar ao trabalho servil era um sinal concreto da condição social dos indivíduos das camadas superiores da sociedade. A expressão pública de um padrão de vida independente de preocupações materiais e econômicas era sinal de nobreza, de elevação espiritual e intelectual.

Se assumíssemos a perspectiva de Veblen veríamos que: em praticamente todas as chamadas Grandes Civilizações do passado existiu algum tipo de “classe ociosa” que não se dedicava diretamente a atividades de produção. Da Mesopotâmia ao Japão Feudal, da Europa medieval à cordilheira dos Andes, do norte da África ao sudeste asiático, nota-se o apareci-

³⁶ Em um dos anexos da obra, Bourdieu explica que: “a pesquisa sobre os lazeres foi realizada pelo INSEE ao longo do último trimestre de 1967, junto a uma amostra aleatória de 6.637 pessoas, representativa do conjunto da população francesa adulta, utilizava um questionário que comportava questões sobre as condições de vida (auxílio doméstico, guarda das crianças, distância de certos equipamentos: teatro, piscina, etc., posse de uma segunda residência, etc.), sobre o tempo e o ritmo de trabalho e, sobretudo, sobre as diferentes práticas culturais, visitas a museus, exposições, monumentos, leitura, frequência a diferentes tipos de espetáculos, cafés e restaurantes, passeios, recepções, rádio, televisão, as diferentes ocupações: rádio, bricolagem, caça, pesca, aposta em cavalos, atividades literárias ou artísticas, coleção, etc. (Para os resultados da pesquisa, ver principalmente P. Debreu, ‘Les Comportements de loisir des Français’, *Les collections de l’INSEE*, M 25, août 1973)” (2008:478).

mento de estruturas sociais bastante longevas - algumas das quais milenares - marcadas pela distinção entre nobres e pobres, entre camponeses e cortesãos, entre plebeus e aristocratas, enfim, pela distinção socialmente estabelecida entre aqueles que trabalhavam e aqueles que mandavam os outros trabalharem.

Todavia, é preciso deixar claro que a definição vebleniana de “classe ociosa” não queria se referir simplesmente a existência de um segmento da sociedade que não fazia nada. Na verdade, a “classe ociosa”, segundo a teoria de Veblen, se dedicou a algumas atividades especiais, sendo elas: a guerra, o governo, o sacerdócio, a educação/filosofia e os esportes/artes. É óbvio que tais atividades não estavam diretamente ligadas à produção dos recursos materiais necessários à subsistência daquelas comunidades. A guerra, aliás - não obstante os eventuais espólios conquistados durante as vitórias - é, em si, uma atividade não apenas improdutiva, mas essencialmente destrutiva, que consome parte significativa dos recursos humanos e econômicos das sociedades envolvidas no conflito. Apesar do seu padrão de vida dispendioso e da sua improdutividade inerentes, as funções sociais da “classe ociosa” - como a guerra, o sacerdócio, a filosofia, o esporte e a arte - eram altamente valorizadas pelo sistema moral das sociedades tradicionais. Segundo Veblen, a consideração e a honorabilidade recebidas pela “classe ociosa” tinham menos haver com a relevância econômica de suas atividades do que com o reconhecimento cultural de que ela vivia uma vida exemplar e realizava ações notáveis que deveriam ser imitadas, na medida do possível, pelas classes mais baixas.

A sociologia vebleniana do lazer mostrou como nas sociedades ocidentais, principalmente naquelas do início da modernidade, ainda persistiam elementos morais muito antigos, que podiam ser diretamente observados no modo como o lazer era vivenciado e representado naquele contexto. Entretanto, é indiscutível que após as Revoluções Burguesas, as coisas mudaram radicalmente: de lá pra cá, diferentemente daquilo que dizia Veblen sobre a “classe ociosa”, uma classes social que não trabalhasse, e, sobretudo, uma classe que não o fizesse por conta de algum privilégio herdado sem esforço, seria mal vista pela moral dominante.

A moderna crítica da ociosidade, tão burguesa e tão puritana, censurava duramente a existência daqueles que viviam sem trabalhar graças a uma gorda herança de família ou por conta de reservas e rendimentos gerados pela acumulação pecuniária. De outra parte, autores revolucionários socialistas, como Antônio Gramsci, por exemplo, chamavam de “classe parasitária” os fidalgos e os burgueses que viviam às custas de rendas patrimoniais. Nota-se, por-

tanto, que, em poucos séculos, o prestígio da “classe ociosa” foi irreversivelmente corroído pela moral do trabalho, quer fosse esta uma moral tipicamente burguesa, quer fosse um ideal do socialismo. Segundo Gramsci, nas sociedades modernas - por causa de questões relativas à tradição:

existem classes numerosas sem uma função essencial no mundo produtivo, ou seja, classes absolutamente parasitárias. (...) Pode se dizer, enfim, que quanto mais vetusta é a história de um país, tanto mais numerosas e onerosas são as sedimentações dessa massa de vagabundos e inúteis, que vivem do *patrimônio* dos *avós*, pensionistas da história econômica (Gramsci, 2008:32).

Antonio Gramsci considerava desmerecida e desonesta a situação das classes sociais que viviam da renda proveniente do patrimônio herdado dos parentes ricos. Porém, a censura de Gramsci àqueles “que vivem do *patrimônio dos avós*” nunca foi, como vimos, uma postura moral determinante nas sociedades estratificadas do passado. A nobreza e a respeitabilidade das chamadas “famílias tradicionais” e, por consequência, o prestígio de seus herdeiros - das pessoas ditas “bem nascidas” - correspondia ao poder que elas tinham de tratar com certo desprezo as atividades laborais estritamente práticas e os negócios meramente lucrativos. Para as elites do passado, o labor puramente útil era absolutamente desinteressante. Portanto, o modo de vida “parasitário” e ocioso das elites - de que nos fala Gramsci - era visto, há relativamente pouco tempo atrás, como sinal de refinamento e de civilidade. De forma que, para as pessoas distintas da alta-sociedade, nada podia ser mais degradante que o trabalho braçal, servil ou compulsório; nada podia ser mais vergonhoso para o fidalgo saído do Antigo Regime, ou mesmo para o *dândi* do século XIX, que o cheiro e as marcas de suor em um corpo fatigado pelo esforço físico do trabalho.

Retomando a *Teoria da Classe Ociosa* de Veblen, segundo esta obra - hoje considerada um clássico da sociologia do lazer - a “classe ociosa” teria sido instituída logo nos primeiros agrupamentos humanos³⁷, esse evento, remoto e imemorable, teria criado padrões de conduta e diretrizes éticas que perduraram, em alguma medida, até o início da Era Moderna. O processo de diferenciação das sociedades em classes, estamentos ou extratos sociais é

³⁷ “(...), a instituição da classe ociosa surgiu gradualmente durante a transição da selvageria primitiva para a barbárie; ou mais precisamente, durante a transição de um modo de vida pacífico para um mais consistentemente guerreiro. Aparentemente, as condições necessárias para que surja tal classe, numa forma definida, são: (1) a comunidade deve ter um modo de vida predatório - a guerra ou a caça de grandes animais ou as duas, isto é, os homens, que nesses casos constituem a classe ociosa em potencial, devem estar habituados a infligir dano físico pela força ou por estratégia; (2) a subsistência deve ser possível de modo suficientemente fácil para que uma parte considerável da comunidade fique livre da rotina regular do trabalho.” (Veblen, 1988:7,8).

um fenômeno cuja origem é difusa e difícil de rastrear. Em várias regiões do globo terrestre, ao longo de milênios, apareceram estruturas sociais organizadas segundo uma estratificação social rigidamente demarcada e com baixíssimas chances de mobilidade social para os indivíduos.

Diante da longa história das sociedades divididas por estamentos, é inegável que de uns trezentos anos para cá, quer dizer, desde a Revolução Industrial, a existência de uma “classe ociosa” - que não precisa trabalhar e que se dedica exclusivamente a atividades improdutivas de maneira livre e esporádica - passou a ser vista como um atavismo nocivo para a economia e para a estrutura social como um todo, em especial nas sociedades capitalistas e republicanas.

Em sua obra mais conhecida, Veblen explica que, teórica e evolutivamente, o lazer das elites modernas possui semelhanças com “ócio conspícuo” das aristocracias antigas. Segundo José Guilherme Cantor Magnani, a *Teoria da Classe Ociosa* de Veblen

analisa, de um ponto de vista econômico e com base na teoria da evolução darwiniana, o que determina de instituições - determinadas rotinas de conduta, entre as quais a de uma classe de indivíduos alheios ao trabalho produtivo e voltados para o “consumo conspícuo”: é a “classe ociosa” (note-se, alias, que essa foi a tradução em português de *leisure class*. (Magnani, 2018:16).

Como mencionado anteriormente, na versão original do livro de Veblen, cujo título é *The Theory of the Leisure Class*, não há uma distinção clara entre os conceitos de *lazer* e *ócio*. Para Magnani, tal fato “evidencia a intercambiabilidade entre ambos os termos, *lazer* e *ócio*, e a conseqüente ambigüidade que daí decorre” (Magnani, 2018: 16). A indistinção com que Veblen tratou esses conceitos talvez se deva ao fato de que, para ele, houve uma espécie de “conservação de traços arcaicos” (Veblen, 1988: 97) ao longo da história. De forma que, *lazer* e *ócio* corresponderiam, indistintamente, a um mesmo impulso, quase universal, por emulação e distinção social que teria orientado as variações dos hábitos de consumo e dos estilos de *lazer* que apareceram na história das sociedades humanas estratificadas ao longo dos milênios.

Historicamente, as elites sempre menosprezaram a agitação do mercado e a correria da vida dos trabalhadores e dos comerciantes. Porém, é sabido que as “classes ociosas” eram altamente competitivas e gananciosas, ainda que segundo padrões de conduta e valores culturais diferentes da competição mercantil própria das sociedades burguesas modernas. As “classes ociosas” viam nas atividades como a arte, a filosofia, a guerra e o esporte uma expressão do

seu valor, das suas habilidades e do seu bom-gosto; ao passo que as elites modernas e os trabalhadores das sociedades industriais enxergavam nas práticas de lazer uma justa recompensa pelo negócio bem sucedido ou um merecido descanso diante da rotina de trabalho estafante. Uma possível distinção entre *lazer* e *ócio* poderia ser construída a partir desses elementos. Nesse sentido, enquanto o *ócio* das elites antigas dizia respeito a uma condição de classe herdada de família que propiciava condições para atividades não produtivas, muito embora centrais para aquele ethos particular; o lazer das sociedades modernas burguesas é visto como um tipo de compensação dada às classes que trabalham. Além disso, é preciso notar que, as diferenças entre o lazer moderno e o ócio antigo se revelam nas formas como esses fenômenos foram valorizados, regulados e teorizados por seus praticantes e observadores.

A ética de valorização do trabalho dominante nas sociedades industriais modernas - juntamente com a crítica da ociosidade e o elogio ao lazer que lhes são próprios - reduziu o poder do “ócio conspícuo” como mecanismo de expressão de honra e respeitabilidade individual, favorecendo, de outra parte, o crescimento do lazer como forma desejável e, em tese, democrática de experiência do tempo livre do trabalho social. Noutro plano - no plano da sociologia e não no da sociedade - é possível afirmar que, talvez, essa mesma ética do trabalho tenha contribuído, à época da fundação da sociologia como uma disciplina acadêmica autônoma, para a relativa falta de consideração do ócio e do lazer enquanto temas para estudos sociológicos de primeira ordem. A sociologia daquela época - hoje reconhecida como clássica - tratava o lazer como uma espécie de fenômeno residual; definido negativamente (ou seja, por oposição) em relação ao trabalho produtivo.

De fato, os três autores considerados clássicos da sociologia moderna dedicaram pelo menos uma de suas obras à temática do trabalho. Basta lembrarmos o estudo de Émile Durkheim sobre *A Divisão do Trabalho Social*, a obra-prima de Karl Marx a respeito do processo de produção do Capital e, notoriamente, o ensaio de Max Weber sobre *A Ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. O lazer, todavia, não recebeu a mesma atenção por parte dos fundadores da sociologia. *A Teoria da Classe Ociosa* de Veblen foi, portanto, algo excepcional para a época, uma vez que estudos sociológicos aprofundados a respeito dos efeitos sociais do tempo e das atividades de não trabalho ainda eram inexistentes.

A despeito da relativa desatenção da sociologia clássica para com o lazer enquanto um “fato social” de primeira importância, é preciso apontar que os estudos de Émile Durkheim

sobre os rituais religiosos dos aborígenes australianos, ao lado da sua análise sobre a “efervescência coletiva” produzida em cerimônias e festas de povos ditos “primitivos”, podem ser referências teóricas úteis para estudos antropológicos e sociológicos atuais a respeito das manifestações de excitação popular suscitadas pelos lazeres e pelos esportes na modernidade. Ao utilizarmos *As Formas Elementares da Vida Religiosas* para os fins da sociologia do lazer, de imediato essa questão comparativa aparece: a extrema animação - por vezes violenta e bárbara - de uma torcida de futebol em final de campeonato ou o frenesi alucinado de uma festa *rave* podem ser comparados à “efervescência coletiva” e à comoção social experimentadas no êxtase dos rituais religiosos das sociedades ditas “primitivas”? Para Durkheim,

todas as vezes que se empreende explicar uma coisa humana, tomada em um momento determinado do tempo - quer se trate de uma crença religiosa, de uma regra moral, quer de um preceito jurídico, de uma técnica estética, de um regime econômico -, é preciso começar por retroceder até a sua forma mais primitiva e mais simples, procurar dar conta dos caracteres pelos quais ela se define neste período de sua existência, depois mostrar como ela se desenvolveu e se complicou pouco a pouco, como ela se tornou o que é no momento considerado. (Durkheim, 1983:207).

Pesquisas mais recentes sobre as determinações psicossociais do lazer moderno - como a realizada por Eric Dunning e Norbert Elias (1992), por exemplo - revelam que há correlação entre esse fenômeno social e as práticas religiosas das sociedades ditas “primitivas”, se considerarmos que, ambas são “manifestações coletivas destinadas a suscitar, a manter ou a refazer certos estados mentais dos grupos” (Durkheim, 1983:212). Elias assume certa concordância com a interpretação de Durkheim quando afirma que,

a maior tolerância pública nos tempos recentes, quanto à exteriorização de manifesta excitação apenas demonstra, de forma mais pronunciada e directa, a função geral das atividades de lazer (...). Aqui, como noutras situações, a busca de excitação, o ‘entusiasmo’ de Aristóteles, é, nas nossas actividades de lazer complementar relativamente ao controlo e a restrição da emotividade manifesta na nossa vida ordinária (Elias, 1992:105).

Para Elias, as pessoas buscam no lazer e no esporte muito mais que descanso ou relaxamento. Na visão do sociólogo alemão, o desenvolvimento de algumas modalidades esportivas na modernidade serviu para dar vazão a sentimentos e atitudes que geralmente seriam reprimidos pelas regras de convivência das sociedades civilizadas. “A busca da excitação” de que nos fala Elias (1992) pode ser compreendida como uma procura pela “efervescência coletiva”, como dizia Durkheim (1983), a qual os indivíduos modernos podem encontrar no lazer e no esporte.

Segundo Elias, a busca por excitação durante o tempo livre, e a satisfação de tal procura, exige que o controle imposto pela vida profissional e pela vida social sejam suspensos em alguma medida. Sendo assim, a busca e a escolha por algum lazer especial dentre as inúmeras opções de recreação oferecidas pela sociedade moderna seriam mais orientadas por inclinações individuais do que por coerções sociais ou necessidades puramente econômicas. Ainda que o lazer se processe no interior de um tempo livre pré-determinado pela rotina e pela ética do trabalho dominantes na sociedade burguesa, ele não deixa de ser orientado em boa medida pelos desejos individuais de seus praticantes que se indentificam com seu lazer preferido.

Nós vimos neste início de capítulo que as discussões da sociologia clássica sobre o lazer são escassas. As referências que os três autores considerados os fundadores da disciplina fizeram a esse tema são poucas ou indiretas. A obra de Veblen se constituiu, portanto, como uma teoria singular naquele contexto de formação da sociologia. Nós veremos a seguir que, durante o século XX, alguns autores importantes para as ciências humanas fizeram investigações sobre nossa forma de lidar com o tempo de lazer. Bertrand Russell, por exemplo, publicou seu famoso *Elogio ao Ócio*, em 1935. O holandês Johan Huizinga lançou seu livro, *Homo Ludens*, em 1938. Um pouco mais tarde, Pierre Bourdieu, até certo ponto seguindo a mesma linha de Veblen, investigou a fundo as atividades de lazer dos franceses e apontou os elementos dessas atividades que atuavam como fatores de distinção social naquela sociedade. Na mesma época das pesquisas de Bourdieu, outro francês, Joffre Dumazedier, publicava a obra *Sociologia Empírica do Lazer*, a qual teve impacto decisivo na definição dessa especialidade sociológica e na formação da sociologia do lazer brasileira, como veremos mais adiante. Na Inglaterra, Anthony Giddens apresentou para a London School of Economics uma dissertação de mestrado onde abordava tópicos da sociologia do esporte e aspectos históricos do desenvolvimento de modalidades esportivas da sociedade inglesa contemporânea³⁸. Após esse trabalho - período no qual Giddens ganhou fama como um dos teóricos mais avançados da sociologia inglesa - o sociólogo não se debruçou mais sobre o tema do lazer. Esse fato na car-

³⁸ “The Master’s course I followed was mainly based upon a thesis and I in fact ended up writing a dissertation equivalent in length to a P.H.D. I have to confess that I didn’t take it all too seriously so I wrote about a fun topic. The title was *Sport and Society in Contemporary England*. (...) I looked primarily at the development of sport in nineteenth century England. England was the home of the Industrial Revolution and of changes I later associated more generally with modernity. It was also the place where many of the sports which have since become popular across the world originated” (Giddens, 1998:35).

reira de Giddens não deixa de ser significativo para a constatação do relativo abandono dos estudos sociológico sobre o esporte e o lazer, se comparados à atenção recebida pelas áreas mais convencionais da sociologia, como a sociologia do trabalho ou a sociologia econômica, por exemplo.

6.2. A Sociologia do Lazer Contemporânea e sua Projeção no Brasil

Norbert Elias e Eric Dunning também concordam que historicamente a sociologia se voltou com muito mais frequência e dedicação para os temas considerados “sérios” e “racionais” da vida social, tais como a economia, o trabalho, a política, a justiça etc. Somente após mais de meio século desde a fundação da disciplina, a sociologia do lazer ganhou *status* de campo autônomo da sociologia. As obras de Joffre Dumazedier na França e de Stanley Robert Parker na Grã-Bretanha, publicadas em meados do século XX, indicam a demarcação de um novo campo da sociologia dedicado especificamente ao estudo do lazer. Nessa época “o lazer começa a ser considerado como um fato social autônomo e deixa de ser visto sob o prisma de recuperação das energias gastas no trabalho” (Magnani, 2018:18). O lazer passa a ser visto, então, como um *fato social* com valor sociológico em si mesmo, ainda que nunca completamente independente das determinações do *fato social* trabalho.

Segundo Laurent Turcot, “au cours des années 1950, les responsables de l’éducation et des loisirs de jeunes, enseignant, animateurs et entraîneurs sportifs, partagent l’idée que le loisir est une denrée précieuse qu’on doit encadrer et fixer” (Turcot, 2016: 516-517). Naquela década e nas seguintes, a corrente francesa da sociologia do lazer teve grande influência sobre os autores da sociologia brasileira que trataram sobre esse tema. A ideia de utilizar o tempo livre das comunidades como oportunidade de intervenção educacional foi bem acolhida pelos intelectuais e estadistas brasileiros.

De acordo com Magnani,

a influência de Dumazedier foi marcante, inclusive no Brasil, onde ele atuou como consultor do SESC, além de professor (em alguns casos, orientador de pós-graduação) de alunos brasileiros na Sorbonne, como Luiz Octávio de Lima Camargo, Sergio Batistelli, Eliana Bertolucci, Jesus Vásquez, Newton Cunha, Erivelto Busto Garcia, Dante Silvestre Neto e Paulo de Sales Oliveira (Magnani, 2018:18).

Principalmente a partir do final dos anos 1950, algumas análises sociológicas sobre o lazer no Brasil passaram a chamar atenção para as especificidades deste fenômeno no contex-

to brasileiro. É o caso da obra *O Lazer Operário* (1959) de Acácio Ferreira e do livro *O Lazer no Brasil* (1977) de Renato Requiza; sendo que este último autor fora orientado em suas pesquisas pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier.

Antes mesmo da publicação das obras citadas acima, é inegável que houve influência dos padrões europeus e norte-americanos no planejamento das teorias e das práticas de lazer no Brasil. Desde o final do século XIX e o início do século XX, ou seja, bem antes da constituição de uma especialidade como a sociologia do lazer brasileira, engenheiros, sanitaristas, arquitetos, higienistas, urbanistas, profissionais e teóricos da Educação Física se interessaram pelo planejamento de alternativas urbanas mais “civilizadas” e “sadias” para o bom uso do tempo livre dos brasileiros. Como foi mencionado no capítulo anterior, o exemplo da cidade de Porto Alegre - mais precisamente, do movimento em prol dos “Jardins de Recreio” liderado pelo professor Frederico Gaelzer em 1926 - constitui uma confirmação de que o sul do Brasil estava conectado ao que havia de mais avançado em termos de planejamento e organização do tempo de lazer nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Alemanha, por exemplo. Aliás, foram nesses países que Gaelzer obteve sua formação acadêmica de professor de educação física.

Não seria um total equívoco afirmar que o pensamento social brasileiro a respeito do lazer e do ócio começou a se conformar já na primeira metade do século XX. O escritor modernista Oswald de Andrade, na tese de concurso para o cargo de professor da faculdade de letras da Universidade de São Paulo, fez uma defesa do ócio para as sociedades modernas. O elogio de Oswald (tão encantador, quanto profético e desvairado) afirmava o seguinte:

O ócio não é esse pecado que farisaicamente se aponta como a mãe de todos os vícios. Ao contrário, Aristóteles atribui o progresso das ciências no Egito ao ócio concedido aos pesquisadores e aos homens de pensamento e de estudo. A palavra ócio em grego é *sxolé* [“*skholē*”], donde se deriva escola. De modo que podemos facilmente distinguir dentro da sociedade antiga, os ociosos como os homens que escapavam ao trabalho manual para se dedicarem à especulação e às conquistas do espírito. (...) O homem aceita o trabalho para conquistar o ócio. E hoje, quando pela técnica e pelo progresso social e político, atingimos a era em que, no dizer de Aristóteles, ‘os fusos trabalham sozinhos’, o homem deixa a sua condição de escravo e penetra de novo no limiar da Idade do Ócio. É um outro Matriarcado que se anuncia. (...) No mundo supertecnizado que se anuncia, quando caírem as barreiras finais do Patriarcado, o homem poderá cevar sua preguiça inata, mãe da fantasia, da invenção e do amor. (...) Sobre a Faber, o Viator e o Sapiens, prevalecerá então o Homo Ludens. À espera serena da devoração do planeta pelo imperativo do seu destino cósmico. (Oswald, 1978: 82-83).

Ócio, lazer e preguiça eram temas recorrentes da literatura modernista brasileira. Macunaíma, *o herói sem nenhum caráter* - infame protagonista do romance de Mário de Andrade

(1928) era egoísta, lascivo e preguiçoso. A indisposição para o trabalho repetitivo e disciplinado - expressa no bordão do anti-herói: “ai! Que preguiça!” - era tida como um dos traços culturais determinantes da mentalidade e da conduta do brasileiro comum.

Alguns artistas e intelectuais brasileiros da primeira metade do século passado se dedicaram ao estudo aprofundado da cultura regional típica das diversas localidades do Brasil. No caso da literatura, autores como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Érico Veríssimo, Jorge Amado e Guimarães Rosa trataram das peculiaridades do Brasil em diversas obras regionalistas. Os intelectuais modernistas se interessaram especialmente pelos rituais religiosos, pelos jogos e pelas práticas lúdicas, festivas e musicais do povo do interior do Brasil. Além disso, eles se envolveram ativamente em iniciativas políticas de promoção e de preservação do patrimônio cultural nacional, como veremos a seguir.

Algumas décadas antes de existir algo que pudéssemos chamar de sociologia do lazer brasileira, o escritor Mario de Andrade liderou a criação, em 1935, do Departamento de Cultura e Recreação da cidade de São Paulo. Dentre as atividades do Departamento - que equivalia a uma Secretaria municipal - se destacavam: a rádio-escola, a discoteca pública, um terraço com aparelhos de ginástica, a biblioteca popular, o clube popular e a biblioteca falada.

O autor de *Macunaíma* foi responsável por uma ampla iniciativa institucional, empreendida pela administração municipal de São Paulo, cujo objetivo era conhecer e intervir sobre o nível cultural da população da maior cidade do Brasil através de políticas de recreação e de lazer. Naquele momento da história brasileira, já era possível perceber o interesse do poder público e da classe intelectual em associar lazer e educação popular.

No poema *Despacho*, Mario de Andrade - que na ocasião era chefe do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo - diz que a função desse serviço era, “orientar rapazes e pais de família. (...) Proporcionar leitura imediata. Dando ao *farniente* uma orientação cultural.” (Andrade, 2015:10). Além disso, o departamento de cultura de São Paulo desenvolvia “inquéritos no meio social, sobre atividade e ocupações dominantes, número e aptidões dos desempregados, e causas da desocupação. (...). Pesquisas sobre os padrões de vida especialmente da família operária” (Op. Cit. p.11). Segundo Carlos Calil, no departamento chefiado por Mario,

a cultura não estava dissociada da vida em sociedade, da qualidade de vida; na verdade o Departamento não era de cultura *strictu sensu*, abrigava ações de Assistência Social, Esportes, Lazer, de Turismo, Estatística e Planejamento, Meio Ambiente, tudo o que se pudesse classificar sob o manto da educação *latu sensu* (Andrade, 2015: 14).

A iniciativa do departamento municipal liderado por Mário de Andrade adotou vários métodos e conceitos que poderiam ser considerados “sociológicos”, tais como a aplicação de questionários, a pesquisa de campo e análise estatística, por exemplo. Contudo, academicamente falando, o debate sociológico sobre o lazer no Brasil só foi inaugurado no final dos anos 1950 com o trabalho pioneiro de Acácio Ferreira, *O Lazer Operário - um estudo de organização social das cidades*, o qual será abordado mais adiante.

A sociologia do lazer feita no Brasil, desde a publicação dos trabalhos citados acima, cresceu significativamente. A partir dos anos 1970, os estudos sobre o lazer em nosso país se tornaram mais sistemáticos, mais constantes e mais numerosos. Diversos eventos acadêmicos que trataram da questão do lazer foram realizados em várias cidades brasileiras e favoreceram o aprofundamento dos estudos sobre este assunto que se tornou um campo de pesquisa especializado e, mesmo assim, capaz de acolher pesquisas e projetos multidisciplinares. Só para citar alguns exemplos deste tipo de iniciativa: em 1969, em São Paulo, foi realizado o Seminário sobre o Lazer: Perspectivas para uma Cidade que Trabalha; em 1974, em Curitiba, ocorreu o Seminário Nacional do Lazer; em 1975, no Rio de Janeiro, aconteceu o primeiro Encontro Nacional de Lazer. Foi a partir dessa época também que foram criados os primeiros centros de estudo sobre o lazer no Brasil. Em 1973, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul criou o Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR); na mesma década foi organizado um grupo de estudos e pesquisas empíricas no SESC de São Paulo: o Centro de Estudos do Lazer (CELAZER), que contou com a orientação de Joffre Dumazedier. Na década de 1980 tivemos duas publicações importantes para a sociologia do lazer brasileira. Em 1986, Luiz Octávio de Lima Camargo lança o livro *O que é o lazer* e, em 1987, Nelson Marcelino publica *Lazer e Educação*. Em 1990, foi criado o Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais; em 1998 foi lançada a *Revista Licere* do CELAR/UFMG. Finalmente, em 2006, foi criado na UFMG o Curso de Mestrado em Lazer (Gomes, 2009: 86-87).

Durante a segunda metade do século XX se difundiu pelo Brasil o interesse - tanto prático quanto teórico - de relacionar o lazer com o planejamento urbano e social através de iniciativas de Estado. Segundo Renato Requixa,

Iniciativas de planejamento de áreas de lazer aparecem em várias cidades, como no Rio de Janeiro, com o exemplo do aterro do Flamengo; ou o lazer figura como preocupação central no planejamento urbano, como no caso de São Paulo; ou ainda são realizadas experiências de melhoria ambiental, a fim de ressaltar aspectos lúdicos e estéticos da cidade, como no caso de Curitiba. Brasília constitui-se num exemplo à parte, no que diz respeito ao chamado plano-piloto, no qual foram previstas condições urbanísticas básicas para o lazer. (1977:72).

Nos anos 1980, a construção do sambódromo - espaço projetado por Oscar Niemeyer e implantado pelo governo estadual do Rio de Janeiro liderado por Leonel Brizola e pelo antropólogo Darcy Ribeiro - pode ser tomada como um exemplo de ação política que buscou conciliar a maior festa popular do país, o carnaval, ao propósito de oferecer educação pública. Embaixo das arquibancadas da passarela do samba existem salas de aula com capacidade para formar centenas de alunos do ensino-fundamental.

De maneira geral, as análises sociológicas sobre lazer realizadas no Brasil oscilam entre dois pólos teóricos principais: por um lado, elas são influenciadas por referenciais teóricos-metodológicos do marxismo e, presumivelmente, fazem a crítica do lazer nas sociedades capitalistas a partir da análise dos impactos do capitalismo global na vivência do lazer no Brasil, como atesta o livro *A Dialética do Lazer* (2006). Essa obra foi organizada por Valquíria Padilha e contou com a participação de vários autores de diferentes universidades brasileiras que compartilham uma reflexão sobre o lazer sustentada pelo materialismo histórico-dialético. Por outro lado, a sociologia do lazer feita no Brasil se aproxima de um referencial teórico “que se convencionou chamar, não ocasionalmente, de funcionalismo (que tem Dumazedier e seus seguidores como principais expoentes)” (Padilha 2006: 11). Segundo Padilha, esta corrente de estudos sobre o lazer alinhada com o pensamento de Dumazedier se tornou dominante no Brasil, de modo que os estudos marxistas estariam na contra-corrente do funcionalismo dumazediano.

Como foi dito, o debate sociológico sobre o lazer no Brasil teve início no final dos anos 1950 com o trabalho de Acácio Ferreira (1959), *O Lazer Operário - um estudo de organização social das cidades*. O trabalho de Ferreira teve por objetivo conhecer os hábitos de lazer dos operários soteropolitanos, além de propor soluções urbanísticas e pedagógicas relativas à organização do lazer nos grandes centros urbanos brasileiros. Por meio da aplicação de questionários e entrevistas, Ferreira percebeu os primeiros impactos da urbanização na vivência do lazer entre os trabalhadores da cidade de Salvador. O grupo de conversa (o bate-papo entre vizinhos) segundo Ferreira, ainda era o maior consumidor do tempo livre daquela classe

social, porém o rádio, o cinema, a TV e o futebol ganhavam cada vez mais importância para a experiência brasileira daquilo que Ferreira chama de “recreação industrial” (Ferreira, 1959 : 46).

O repertório de lazer dos operários baianos de meados do século passado contava ainda com o jogo de dominó, a capoeira e o candomblé. Diferentemente de outros sociólogos, Ferreira inclui os eventos religiosos na categoria das atividades de lazer. Ao considerar o candomblé um elemento importante do tempo de lazer dos trabalhadores de Salvador, Ferreira nos indica a relevância dos rituais religiosos para a experiência do tempo livre em um país cuja população estava em pleno processo de êxodo rural. O autor reconhece que o lazer é um fenômeno intimamente associado ao processo de urbanização e de industrialização. Levando isso em consideração, sua pesquisa foi capaz de mostrar as nuances da transição entre formas tradicionais e rurais de experiência do tempo livre para formas modernas e urbanas de vivência do lazer. De acordo com Ferreira, a pequena atenção recebida pela questão do lazer no Brasil se devia “em boa parte (...) à inexistência de grandes metrópoles e à ausência de várias características das sociedades de massa, próprias dos países altamente industrializados, onde as conotações culturais, econômicas e sociais do tempo de lazer são naturalmente ostensivas e gritantes” (1959:14).

No final dos anos 1950, e em parte dos anos 1960, havia a imagem do Brasil como sendo um país em rápido desenvolvimento, bem como uma espécie de pólo tropical de lazer na América Latina. Além do delírio concreto representado pela capital, Brasília, as praias, o samba, as mulatas, a bossa-nova, a tropicália e o futebol mostravam ao mundo a imagem (ou a miragem) de um país paradisíaco, modernizante e alegre. Em contrapartida, existia na sociedade brasileira - como ainda há, até hoje - uma classe média conservadora e religiosa que, no contexto do golpe militar de 1964, foi arrebanhada na *Marcha para família com Deus pela liberdade* para dar algum suporte popular ao militarismo golpista e inconstitucional que dissipava a tênue atmosfera democrática e progressista da época. Como canta Chico Buarque de Holanda, em uma canção de protesto contra a ditadura militar, foi preciso “*beber dessa bebida amarga, tragar a dor e engolir a labuta*”³⁹.

³⁹ “Cálice”, canção escrita por Chico Buarque de Holanda e Gilberto Gil em 1973, mas lançada em 1978 pela Polygram/Philips.

Segundo José Miguel Wisnik (2008), na Copa do Mundo de 1970 ocorreu uma fato que expressou bem a tensão política que o país vivia naquele momento e, a meu ver, revelou também a importância social dos sentimentos mobilizados em certas experiência de lazer,

muitos dos que se decidiram a torcer pela Tchecoslováquia contra o Brasil, na primeira partida da Copa de 1970, por identificarem a seleção com a ditadura militar, viraram do avesso a decisão inicial assim que a partida esquentou: a verdade é que, apesar das boas razões políticas que os guiavam, o tempo do jogo os devolveu a um lugar em que o time de futebol, *contra aquilo que pensavam*, não se confundia com o regime, mas se mostrava ligado a eles mesmo através de uma identificação inesperada e mais profunda (Wisnik, 2008:12).

Nos anos 1970, o tema do lazer ganhou repercussão entre os sociólogos brasileiros. Como mencionado anteriormente, Renato Requixa publicou, em 1977, o livro *O Lazer no Brasil*. A obra contou com a participação de Joffre Dumazedier, que, aliás, prefaciou o livro do sociólogo brasileiro. O trabalho de Requixa pode ser considerado representante de uma fase na qual a sociologia do lazer deixou de ser incipiente no Brasil. No livro, nota-se o esforço do autor em sintetizar os aspectos sociológicos que caracterizam o lazer em nosso país. Requixa optou por dividir seu trabalho em duas partes. Na primeira metade, o autor buscou salientar formas de lazer tipicamente brasileiras. Diante desse objetivo inicial, Requixa procedeu o exame de práticas recreativas típicas das três principais etnias formadoras da nacionalidade brasileira para, com isso, tentar identificar em cada uma delas os traços lúdicos essenciais que marcam a experiência brasileira do lazer. Nos indígenas, o autor ressaltou as danças e os jogos; nos africanos, ele destacou a música, a dança e as artes marciais; nos portugueses, ele chamou atenção para os aspectos lúdicos-religiosos do catolicismo lusitano adotado no Brasil (Requixa, 1977: 11). Por fim, na segunda parte do livro, o autor apresenta um relatório dos reflexos iniciais da industrialização e da urbanização sobre o tempo de trabalho e o tempo livre dos brasileiros.

Em 1973, o sociólogo pernambucano Gilberto Freyre publicou a obra *Além do Apenas Moderno - sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular*. Embora esse não seja exclusivamente um livro de sociologia do lazer, nele se aborda, em cinco de seus quinze capítulos, questões em torno da problemática do crescimento do tempo disponível nas sociedades ditas “pós-industriais” ou “pós-modernas”. Freyre afirma que o desenvolvimento da automação e o aumento da longevidade, fomentados pelos avanços da ciência e da tecnologia, estariam por levar as sociedades “mais-que-modernas” a uma época em que o tempo livre seria mais abundante e mais determinante para os in-

divíduos do que o tempo de trabalho. De acordo com a sociologia prospectiva de Freyre, as gerações futuras irão estabelecer relações com o tempo muito distintas daquelas estabelecidas pelos seus ancestrais “apenas modernos”. Para o autor, a marca distintiva da relação dos homens pós-modernos com o tempo se evidenciaria na decadência da velha ética do trabalho e no conseqüente declínio de uma concepção monetária do tempo. Estaríamos agora diante de uma revolução biossocial cujo ponto de fratura em relação à época precedente estaria no fim da ética do trabalho e na morte da crença de que tempo é dinheiro. Para o autor que escrevia nos anos 1970 - isto é, no auge do movimento hippie - as sociedades mais-que-modernas teriam de lidar com uma grave questão moral, qual seja: a da substituição de uma ética do trabalho por uma ética do lazer. Portanto, os homens do futuro - que no caso seríamos nós, do séc. XXI - teriam de conseguir viver uma relação positiva e extensa com o tempo de não-trabalho. Nas palavras de Freyre,

Duas das mais significativas expressões do Homem moderno e, sobretudo, do Homem além-de-moderno, que já se sobrepõe ao apenas moderno, são estas: suas novas relações com o tempo, numa época de começo de predominância, em várias sociedades, de tempo livre sobre tempo ocupado; suas novas relações com a cultura, numa época em que da criação dessa cultura – inclusive do que nela é arte – tendem a participar, com crescente vigor, grupos de idade de ordinário considerados incapazes, até por força de lei, dessa participação em termos ativos e criadores: os de indivíduos de mais de setenta e mesmo de mais de oitenta. [...] É assunto que interessa ao biólogo, ao político, ao educador, ao sociólogo da Medicina, ao sociólogo da Arte, ao sociólogo do Lazer – que é já uma nova especialidade sociológica; e, de modo particular, ao futurólogo. (2001: 84).

O terceiro livro publicado na década de 1970 que indica o amadurecimento das ciências do lazer no Brasil foi *Lazer: Benção ou Maldição?*, da autora gaúcha Lenea Gaelzer. Nesta obra, constata-se o interesse da professora de educação física em coletar dados sobre o lazer dos estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para, a partir de tais informações, propor o desenvolvimento de políticas de lazer internas capazes de servir ao progresso da comunidade universitária, em particular, e da sociedade porto-alegrense, em geral. É notável, no estudo de Gaelzer, a pretensão de se relacionar o planejamento do lazer com o combate à delinquência juvenil e à marginalidade. Em vista disso, o lazer é entendido por ela como uma potente arma contra a drogadição e a violência entre os jovens. Nas palavras da autora, “O que se deve pretender é a formação integral do jovem como bom profissional, chefe de família e cidadão prestante” (Gaelzer 1979: 20). No trabalho de Gaelzer, temos um exemplo de discurso sobre o lazer no qual predomina o objetivo de usar o lazer como um dispositivo de disciplinamento dos indivíduos. Tal interesse é compreensível se considerarmos

que, os anos 1970 foram o período mais repressivo da ditadura militar no Brasil. A ideia de usar o lazer como forma de combater a delinquência, a marginalidade e a subversão dos sujeitos - especialmente dos mais jovens - era, na verdade, uma resposta da sociedade à crescente violência social e Estatal resultante da estrutura política e econômica do Brasil naquele momento.

De acordo com Nelson Marcellino (2007), naquela década houve uma forte presença do pensamento do sociólogo francês Joffre Dumazedier no Brasil. Tal presença será determinante para o desenvolvimento da sociologia brasileira do lazer nos anos seguintes. Marcellino nos conta que,

o percurso intelectual de Dumazedier, no Brasil, foi mais expressivo na década de 1970, quando passou a colaborar de forma efetiva para a organização e fundamentação da área de atendimento relativa ao lazer, no Serviço Social do Comércio - SESC, período em que algumas de suas obras foram traduzidas e publicadas pela Biblioteca Científica do SESC (2007:90).

Desde então, os sociólogos funcionalistas do lazer se tornariam - devido às iniciativas acadêmicas e institucionais do SESC e de algumas universidades - lideranças no que diz respeito aos estudos e às diretrizes sobre o lazer no Brasil. Paralelamente, a sociologia do lazer marxista se desenvolvia como uma força adjacente, por vezes oposta, à sociologia dumazediana.

6.3. Marx e Dumazedier

Em termos arqueológicos, se pode dizer que a sociologia do lazer no Brasil e no exterior é proveniente da sociologia do trabalho. Segundo Luiz Octávio de Lima Camargo, a vinculação da sociologia do lazer com a do trabalho foi notada por vários pensadores. Camargo faz referência ao sociólogo francês Roger Sue e cita que: “a sociologia do trabalho foi e ainda continua sendo a grande matriz da sociologia moderna. Suas categorias de análise, seus conceitos e determinismos vêm irrigando poderosamente as diferentes correntes sociológicas, inclusive a do lazer” (Sue, 1994: 173 Apud. Camargo, 2011:159). Não seria um exagero afirmar que a sociologia do trabalho é a mais antiga das especializações da sociologia e que ela, cronologicamente, é mais antiga que a própria sociologia enquanto disciplina acadêmica instituída na França por Émile Durkheim. Haja visto que a obra científica de Karl Marx a respeito das relações sociais de trabalho no contexto capitalista foi publicada antes da iniciativa

acadêmica do filósofo e pedagogo francês fundador da sociologia. Sendo assim, naquilo que diz respeito a sua genealogia, a sociologia do lazer é mais uma das muitas descendentes desse ancestral comum a (quase) todo pensamento sociológico que é a sociologia do trabalho.

A sociologia do lazer marxista herdou uma boa parte dos conceitos e dos métodos de que lança mão da sociologia do trabalho. Como se sabe, a sociologia do trabalho foi fortemente orientada pelo referencial teórico-metodológico conhecido como “materialismo histórico dialético”. Karl Marx, orientado por esse método, tocou em questões como o aumento do tempo livre em decorrência da aplicação de descobertas tecno-científicas ao sistema de produção e da limitação da jornada de trabalho por meio das lutas políticas dos trabalhadores, tais questões se tornaram importantíssimas para as pesquisas da sociologia do trabalho e da sociologia do lazer mais de um século após a sua morte. Além disso, o próprio Marx cogitava que no futuro - ou seja, na sociedade comunista resultante da derrocada do capitalismo - o trabalho profissional não teria a mesma preponderância sobre os sujeitos que possui na sociedade burguesa. Segundo ele,

na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a minha vontade, sem que eu jamais me torne caçador, pescador ou crítico (MARX, 2007:38).

Não custa lembrar também que Paul Lafargue, genro de Marx, escreveu *O Direito à Preguiça*, que se constitui como o primeiro manifesto em favor do lazer dos trabalhadores nas sociedades industriais, além de ser uma bela e iconoclasta crítica à moral cristã-burguesa que glorifica o trabalho e condena a ociosidade. É notável, portanto, que parte das raízes da sociologia do lazer está diretamente ligada à crítica marxista do trabalho alienado.

Dialeticamente, os sociólogos marxistas costumam afirmar que: se há alienação no trabalho sob o regime capitalista, também deve haver alienação no lazer da sociedade burguesa (Padilha et. al. 2006). A crítica bastante comum de que o lazer seria *o ópio do povo*, ou de que o lazer seria uma espécie de *pão e circo* das sociedades modernas que serviria para distrair as massas trabalhadoras das questões políticas realmente relevantes, é frequentemente encontrada nessa vertente da sociologia do lazer que se filia a um pensamento marxista, crítico da modernidade capitalista. Também são comuns nessas análises as críticas ao chamado “lazer-mercadoria” (Padilha, 2006:76). Argumenta-se que a experiência burguesa do lazer envolveria

uma atitude consumista que corresponderia ao inverso complementar da lógica produtivista do trabalho.

A contundente crítica dos sociólogos marxistas acusa os sociólogos funcionalistas do lazer - isto é, aqueles pensadores ligados às ideias de Dumazedier, como Renato Requixa (1977) e Luiz Octávio de Lima Camargo (1986) - de pensarem esse fenômeno social como uma espécie de remédio cuja função seria amenizar o desgaste físico e psicológico provocado pela luta entre a burguesia e o proletariado. Os marxistas da sociologia do lazer - como Valquíria Padilha, José de Andrade e Fernando Mascarenhas - afirmam que a análise funcionalista feita pelos dumazedianos não discute as verdadeiras causas dos problemas que o lazer supostamente deveria remediar ou amenizar. Nas palavras de Padilha, no texto intitulado *Se o trabalho é doença, o lazer é remédio?*:

Os funcionalistas evitam as tensões e deixam de colocar questões fundamentais: Por que é que nossa sociedade precisa buscar no lazer a satisfação que não encontra no trabalho? Que tipo de vida existe neste trabalho que nossa sociedade construiu? Por que é que a vida, a alegria e a criatividade estariam no lazer, e não no trabalho? E mais: se a lógica que rege a sociedade é o capitalismo e se o capitalismo rege as 24 horas diárias das pessoas, porque é que essa lógica iria provocar alienação na esfera do trabalho e salvação na esfera do lazer? (2003:257).

Os sociólogos vinculados à perspectiva marxista chamam atenção para o fato de o lazer muitas vezes funcionar como um artifício próprio ao sistema capitalista que serviria como mais um mecanismo de alienação, tal como o trabalho. Para alguns sociólogos dessa linha, o lazer seria um instrumento de dominação capaz de moldar as características subjetivas dos trabalhadores. Segundo Fernando Mascarenhas, em referência ao trabalho de Luciana Marcassa, *A Invenção do Lazer: educação, cultura e tempo livre na cidade de São Paulo (1888-1935)*,

o lazer constituía-se como expressão de uma ação deliberada de amoldamento da subjetividade proletária, um processo de institucionalização da vida cultural que atingiu em cheio a formação social dos trabalhadores na direção do aburguesamento da sociedade, banindo assim experiências não alinhadas à nova disciplina do trabalho (Mascarenhas, 2006 apud Padilha, 2006:96).

De acordo com Mascarenhas, uma das experiências que foram banidas pela nova disciplina de trabalho imposta pelo modo de produção capitalista foi a vivência do ócio no sentido da *skholé* dos gregos antigos. Para o autor, a concepção de *skholé* não possuía os traços utilitaristas e materialistas que dão suporte e legitimação para a maioria das práticas e hábitos da sociedade capitalista, a qual é, reconhecidamente, produtivista e consumista. Ele explica

que, se assumíssemos uma perspectiva histórica de longa duração, notaríamos que houve um relativo desaparecimento das experiências de ócio e uma emergência das práticas de lazer na transição do Mundo Antigo para o Mundo Moderno. Em sua visão, as alterações das experiências e das concepções em torno do tempo de não trabalho seriam decorrência das mudanças ocorridas no sistema de trabalho. Nas palavras do autor: “De período a período, as mudanças que se percebem do ideal grego de *skholé* até o lazer mantêm estreita relação com as transformações provocadas na organização do trabalho” (Mascarenhas, 2006:95).

Mascarenhas assume uma postura crítica em relação ao famoso conceito de *ócio criativo* desenvolvido pelo sociólogo italiano Domenico De Masi (2000). Para o autor marxista, a ideia de um *ócio criativo* apenas confirma a suspeita de que, no capitalismo avançado, tempo livre e jornada de trabalho seguem a mesma lógica. Mascarenhas afirma o seguinte,

embora De Masi proponha uma redistribuição do tempo de trabalho, o que o aproxima das reivindicações de diminuição da jornada, tal proposta escamoteia a divisão social do trabalho em classes estruturadas a partir da propriedade privada dos meios de produção (...). O Maior contra-senso em tal leitura reside no fato de que a ideia de *ócio criativo* aparece dependente de uma lógica declaradamente produtivista, o que, tacitamente, implica a completa colonização do tempo livre pelo trabalho. (...) sob o conceito de *ócio criativo* esconde-se a proposição de uma espécie de *ócio taylorizado*, gerenciado não pela *economia do ócio*, mas pela *economia do tempo de vida*. A propalada junção entre trabalho e vida proporcionada pela produção flexível, em tese, portadora da grande vantagem de transformar o ambiente doméstico em espaço de trabalho e, mais, de possibilitar àqueles que trabalham com ideias o benefício de carregarem consigo 24 horas do dia os desafios impostos pelo trabalho, exercitando *full-time* sua criatividade, não passa mesmo é de um enorme engodo. (2006:83-84).

Apesar de suas profundas divergências teóricas e políticas, sociólogos marxistas e dumazedianos concordam que o lazer é uma forma dominante (e, às vezes, dominadora) de relação com o tempo livre, que corresponde à dinâmica das sociedades industriais. Mascarenhas afirma que “o lazer é a forma dominante de apropriação do tempo livre na contemporaneidade, expressão das determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo capitalismo” (2006:95). No entanto, Joffre Dumazedier, diferentemente de Mascarenhas e de outros marxistas, não acreditava que o lazer fosse um fenômeno exclusivo das sociedades industriais capitalistas. Em seu livro, *Sociologia Empírica do Lazer*, Dumazedier fez uma breve análise do desenvolvimento do lazer nos países industrializados socialistas. Segundo ele, houve interesse, bem como iniciativas concretas, por parte do Estado Soviético no sentido de construir espaços de lazer e praças de esporte. Segundo os dados levantados por pesquisadores russos e citados por Dumazedier, a prática de esportes e jogos ao ar livre, de 1924 a 1949,

creceu cerca de 400% na URSS. O hábito de assistir a espetáculos, naquele mesmo período, aumentou 900% (Dumazedier, 2008: 69).

O acelerado aumento dos índices de participação dos soviéticos em atividades de lazer esteve ligado ao rápido processo de urbanização e industrialização vivido por aquele país após a Revolução de 1917. Durante o governo socialista houve vontade política de se utilizar o tempo livre dos trabalhadores como momento oportuno para a realização de atividades culturais e estudos - que serviriam ao “desenvolvimento geral do homem” (Gruschin, 1967. Apud. Dumazedier, 2008:67). Além disso, o tempo disponível dos trabalhadores soviéticos era empregado na participação em atividades cívicas do Partido e dos sindicatos. Restam dúvidas, no entanto, se tais atividades políticas eram motivadas pela inclinação individual dos camaradas que as realizavam - constituindo-se, portanto, em lazeres típicos - ou se eram uma obrigação imposta pelo regime político e pelos sindicatos de trabalhadores.

Marxistas e dumazedianos da sociologia do lazer costumam discordar a respeito de quais seriam as determinações e as funções sociais do lazer moderno. Os primeiros, destacam a importância do lazer para as práticas de consumo na sociedade capitalista, da mesma maneira que para a recomposição, o controle e a distração da força de trabalho. Além disso, as análises marxistas enfatizam as desigualdades de acesso ao lazer e a carência de políticas públicas destinadas às populações mais pobres. Segundo José de Andrade, autor do texto chamado *Implementação de uma Política de Lazer para a Cooperativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST): relato de pesquisa-ação*: “no interior dos estudos sobre o lazer, há autores que desconsideram as contradições econômicas e sociais existentes dentro do capitalismo e isolam o lazer numa redoma imune que garante suas qualidades pueris, de forma absoluta”. Em uma nota de rodapé, Andrade continua: “É o caso do sociólogo francês Joffre Dumazedier, considerado o ‘pai da sociologia do lazer’” (apud Padilha, 2006:217).

A meu ver, a crítica de Andrade ao trabalho de Dumazedier precisa ser repensada e relativizada em função das diferenças estruturais entre a sociedade francesa e a sociedade brasileira. A estrutura da sociedade brasileira é mais marcada pela desigualdade econômica do que a estrutura da sociedade francesa estudada por Dumazedier. Ainda assim, Dumazedier não pode ser acusado de negligenciar as diferenças dos hábitos de lazer das diferentes classes sociais de seu país. De acordo com o “pai da sociologia do lazer”:

apesar das nossas preferências doutrinárias inspiradas no ideias de Karl Marx, esforçamo-nos em conhecer empiricamente: 1. A relação provável entre os diversos componentes do trabalho e do lazer nas diferentes categorias sociais (classes, gerações...); 2. A evolução desta relação com a transformação do trabalho e do tempo fora do trabalho nas sociedades industriais avançadas. Trouxemos à luz, com respeito ao fim do século XIX, uma redução das distâncias culturais entre as categorias sócio-profissionais e a persistência da estratificação social em certas atividades de lazer, artísticas e culturais especialmente (Dumazedier, 2008:132).

Nota-se, portanto, que, Dumazedier de modo algum rejeitou a teoria marxista, nem as contradições econômicas existentes na sociedade capitalista. Para o autor funcionalista, o lazer poderia vir a ser um poderoso meio de democratização da educação, da arte e da cultura. De modo que, ele chamava atenção para a função educativa do lazer nas sociedades industriais e pós-industriais, enfatizando que tal função poderia ser emancipadora se estivesse direcionada à instrução das classes que não puderam ter uma educação formal na idade adequada. Além disso, é preciso notar que, os sociólogos funcionalistas do lazer ocidentais e os planejadores desse mesmo fenômeno nas sociedades socialistas não pensavam de modo tão discrepante assim, na mesma época, ambos buscaram associar o lazer a iniciativas de educação física e cultural da população. A associação entre lazer e educação pode ser observada tanto na história das sociedades capitalistas quanto no passado recente das sociedades socialistas. A ginástica artística se desenvolveu vigorosamente na União Soviética, assim como os esportes no gelo e o xadrez, por exemplo⁴⁰.

O sociólogo brasileiro do lazer Nelson Marcellino busca conciliar a sociologia do lazer dumazediana com a perspectiva crítica marxista. Marcellino adota uma concepção de lazer próxima àquela proposta por Dumazedier. Assim como para o sociólogo francês, para Marcellino, o lazer deve ser considerado como “cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais, combinando os aspectos tempo e atitude” (2007:10). Entretanto, Marcellino não assume inteiramente a perspectiva de Dumazedier. De fato, Marcellino faz duras críticas à abordagem funcionalista do lazer. Segundo ele, “o entendimento do lazer apenas em sua especificidade abstrata está ligado às concepções funcionalistas, em suas várias nuances, contribuindo para reforçar, ainda mais, uma ação que colabora para a manutenção do *status quo*” (Marcellino, 2007:12).

⁴⁰ Atletas ucranianas e bielorrussas, como Larissa Latynina e Nellie Kim, conquistaram praticamente todos os títulos de ginástica por equipes disputados entre os anos de 1952 e 1991. Da mesma forma, o xadrez, após a Revolução Russa, foi bastante fomentado pelo regime, sobretudo por Lenin, um conhecido entusiasta do jogo. O resultado foi um domínio dos enxadristas soviéticos nos campeonatos mundiais masculinos e femininos até a dissolução do regime comunista em 1991.

Marcellino defende que o lazer é um “fenômeno gerado historicamente, do qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e sobre o qual são exercidas influências da estrutura social vigente” (Marcelino, 2007:10). Ainda segundo ele, “a relação que se estabelece entre lazer e sociedade é dialética, ou seja, a mesma sociedade que o gerou, e exerce influência sobre seu desenvolvimento, também pode ser por ele questionada, na vivência de seus valores” (Marcelino, 2007:11). No sentido que Marcellino confere ao lazer, esse fenômeno se constitui como um produto da sociedade industrial moderna porém, ao mesmo tempo, ele pode se comportar como um elemento questionador dessa sociedade que lhe deu origem.

Marcellino faz referência ao pensador marxista Antonio Gramsci. Em seu livro *Lazer e Cultura* (2007) ele afirma, inspirado pelo pensador italiano, que algumas manifestações populares espontâneas deveriam servir de adubo para uma relação profícua entre o lazer e a cultura. Segundo o autor brasileiro,

é preciso que, ao se ter uma visão crítica da cultura de massas, não se assimile pura e simplesmente a chamada cultura popular. (...) para usar uma expressão gramsciana, deve-se partir do húmus da cultura do povo, húmus que é seiva, que alimenta, que faz crescer e florescer, mas que vem da impureza (Marcellino, 2007:28).

De acordo com Marcellino, o conceito de cultura popular desenvolvido por Gramsci envolve uma postura crítica em relação às “concepções do mundo oficiais” (Gramsci, 1978:184). O poder questionador das manifestações culturais populares, juntamente com a ação do Estado democrático, poderiam contribuir para a formação de políticas de lazer atentas às demandas espontâneas da população e a possíveis parcerias junto à iniciativa privada (Marcellino, 2007:9).

Marcelino conclui que

o encaminhamento para a ocupação do tempo disponível, na nossa sociedade, com atitudes e atividades que contribuam para o descanso, o divertimento e o desenvolvimento pessoal e social, está em contradição com o lazer-mercadoria ou com a visão funcionalista do lazer, e com a lógica da sociedade de consumo. Não ignoro, assim, a influência do papel das classes sociais, mas não a coloco como força universal - considero também a influência da ação cultural, da criação e da participação culturais, principalmente as realizadas na alegria e descontração do lazer, sobre a estrutura social. (2007:29).

Apesar de Marcellino rejeitar a visão funcionalista, ele considera que é necessário desenvolver políticas públicas de lazer voltadas para a solução de problemas sociais de diversas ordens. A ideia de que o lazer poderia servir como meio eficaz para intervenções sociais foi utilizada tanto por autores funcionalistas quanto por pensadores marxistas. Mesmo eles tendo

discordado sobre os efeitos que deveriam ser almejados com tais intervenções, pode se pensar que os dois gêneros de análise reconheçam a capacidade do lazer funcionar como um *dispositivo* de poder, cuja ação sobre a sociedade poderia ser transformadora ou conservadora. Reconheciam, portanto, o poder do lazer para a manutenção ou para a modificação do *status quo*.

Em uma sociedade em que as pessoas morrem mais por hipertensão arterial e diabetes do que por guerras internacionais⁴¹, o lazer se mostra como uma alternativa viável de melhoria da saúde coletiva e como meio de transmissão de valores sociais, como paz e cidadania, imprescindíveis para a realização de grandes eventos de esporte e de lazer, nacionais e internacionais. Além disso, o lazer também pode ser uma boa oportunidade para o desenvolvimento do pensamento e do senso crítico em relação à cultura e à sociedade. Em termos arqueológicos, o saber sociológico sobre o lazer comporta certa ambiguidade original, uma vez que, como vimos, ele se formou na confluência entre a teoria crítica marxista e a sociologia funcionalista (sendo que esta última sempre foi mais conservadora e reformista, que propriamente revolucionária).

Inicialmente, este capítulo fez uma discussão sobre a literatura sociológica do lazer, destacando como ela esteve atenta para questões mais antigas da sociologia clássica relacionadas ao mundo do trabalho. Nós vimos que, os pensadores clássicos da sociologia (Marx, Weber e Durkheim) fizeram uma análise do trabalho social na modernidade, ao mesmo tempo em que a ética burguesa e puritana ganhava força no século XIX. Tal ética foi uma das principais responsáveis pela elaboração de uma crítica moral da ociosidade na Era Moderna. Vimos também que não apenas os burgueses e puritanos condenaram a ociosidade, mas inclusive os pensadores socialistas daquele século e do seguinte também fizeram a crítica ao ócio das chamadas “classes parasitárias”, dos “pensionistas da história”, como escreveu Gramsci (2008: 32). Na segunda parte do capítulo, foi mostrado os impactos da sociologia contemporânea na formação do pensamento social brasileiro a respeito do lazer. Por fim, na terceira parte, vimos como a discussão crítica dos marxistas a respeito do trabalho é uma das bases da sociologia brasileira do lazer e como a sociologia funcionalista francesa dedicada ao mesmo

⁴¹ Ver: “OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019”. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/2116-oms-revela-principais-causas-de-morte-e-incapacidade-em-todo-o-mundo-entre-2000-e-2019>

tema se constitui como o outro ponto de sustentação que possibilitou a formação da sociologia brasileira do lazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em seu início, este trabalho fez um voo panorâmico sobre a história do lazer desde a Antiguidade, passando pela Idade Média e o Renascimento, até chegar a modernidade⁴². É preciso ressaltar mais uma vez que a análise histórica e sociológica aqui empreendida não se conforma a uma visão evolucionista e determinista em relação ao desenvolvimento do lazer no decorrer dos séculos. Diferentemente, ela corresponde a uma análise genealógica. A pesquisa mostrou como o lazer foi configurado e reconfigurado por estruturas sociais e por relações de poder em constante transformação. Mais do que tentar traçar uma linha contínua para a evolução do lazer, este trabalho destacou os pontos de ruptura, as rachaduras e as transformações que se apresentaram ao longo do seu desenvolvimento.

A necessidade de gerir o tempo livre dos sujeitos e de mobilizar suas emoções e reações de forma planejada e previsível pôde ser identificada já na política de *pão e circo* e nos espetáculos da antiguidade romana. Na Idade Média, o planejamento do tempo livre estava submetido a valores e regras diferentes dos da Antiguidade. Nós vimos que, no período medieval, o cristianismo católico determinava que parte considerável do tempo livre deveria ser consagrada às orações e às obrigações religiosas. Com o surgimento da Era Moderna, a necessidade de governar o tempo livre dos indivíduos ganhou novas diretrizes mais uma vez.

Na modernidade, o lazer - determinado por relações poder e por relações de produção distintas da escravidão e da servidão observadas nas Sociedades Antigas e na Idade Média - passou a ser compreendido como um direito de todos e como uma experiência motivada por interesses pessoais mais ou menos espontâneos, ainda que dependentes de certas estruturas urbanas e institucionais fundamentais. O lazer, no sentido moderno, requer algum grau de liberdade em relação às obrigações profissionais e sociais, além disso, ele exige certo nível de desenvolvimento urbano, econômico e político/institucional.

O segundo capítulo deste trabalho tratou do surgimento das tecnologias modernas de lazer. Nele, nós vimos que, por volta do século XIX e do início do século XX, os Estados na-

⁴² O lazer e o ócio das sociedades ditas “primitivas”, isto é, as formas de experiência do tempo livre entre sociedades nômades, caçadoras e coletoras (sem Estado, portanto) não foram abordadas nesta tese. Todavia, elas foram analisadas no texto *O Ócio Selvagem* (Ruas, 2018) publicado na Universidade de Aveiro por ocasião do O XII Encontro Internacional OTIUM – Associação Ibero-americana de Estudos de Ócio e VI Congresso Internacional em Estudos Culturais.

cionais e diversos agentes sociais perceberam que disciplinar os indivíduos apenas para o trabalho era insuficiente. Era preciso prepará-los inclusive para o lazer.

As formas de organização e de regulação do lazer se modificaram ao longo do tempo. A capacidade desse fenômeno moldar os corpos e inculcar valores nos sujeitos também foi constantemente alterada no decorrer da história. Nós vimos que muitos lazers antigos foram abolidos na Idade Média e na Modernidade por diversas razões, além disso, vimos que algumas atividades de lazer do passado foram recuperadas e revalorizadas mais recentemente, como foi o caso da ginástica. No terceiro capítulo se discutiu sobre como novos dispositivos de lazer surgiram na modernidade como formas mais disciplinadas e civilizadas de experiência do tempo livre.

Os tempos e os espaços modernos de lazer passaram por planejamentos sofisticados e, em alguns casos, por medidas regulatórias e/ou proibitivas. Contudo, mais do que proibir lazers socialmente problemáticos, lascivos, dispendiosos, entorpecidos ou agressivos, foi necessário criar alternativas civilizadas, saudáveis e economicamente viáveis de bom uso do tempo livre. Sendo assim, não bastava reprimir os lazers vulgares, violentos ou incultos, era preciso pensar e agir diligentemente no sentido de transformar o tempo livre dos sujeitos em uma matéria-prima a ser trabalhada pelo sistema de governo. Para as sociedades industriais, não fazer nada é algo reprovável, tanto do ponto de vista moral quanto econômico, assim, o problema do tempo livre na modernidade - ao qual os dispositivos de lazer deveriam oferecer uma resposta - dizia respeito a saber como utilizar corretamente o tempo desocupado do trabalho de profissional.

No quarto capítulo, intitulado *Lazer e Governo*, foi mostrado como políticos, arquitetos, engenheiros, sanitaristas, cientistas sociais, professores de educação-física etc. estiveram empenhados na disponibilização de estruturas e experiências de lazer direcionadas e adequadas a certos grupos sociais. Disso se concluiu que, apenas reprimir os lazers indisciplinados e perigosos não era o bastante; para se ter sob controle o tempo livre das massas era crucial ter condições de disponibilizar alternativas de lazer interessantes do ponto de vista da ordem e do progresso social. Mais do que “não deixar fazer”, as instituições de lazer apresentam aquilo que se “deve fazer” durante o tempo em que não se precisa fazer nada. Não se trata de um *laissez faire laissez passer*, mas de um tipo especial de *you should do*. A relação entre lazer e poder anunciada pelo título deste trabalho refere-se ao processo de normatização do tem-

po livre por meio da disponibilização de estruturas e atividades de lazer socialmente desejáveis.

A análise do lazer aqui realizada considerou que esse fenômeno social pode funcionar como um "dispositivo" de poder, tanto disciplinar quanto biopolítico, capaz de controlar o tempo e os corpos dos sujeitos, colocando-os a serviço de projetos políticos, econômicos, culturais e sanitários. O contexto sócio-histórico recente permitiu a maturação institucional, legal e material do lazer enquanto instrumento próprio da governamentalidade moderna. A partir de então, certos lazeres passaram a se constituir como política social ativa voltada para a incrementação do capital humano. O tempo livre do trabalho se tornou algo a ser disciplinado e planejado por instituições responsáveis por criar programas e políticas de lazer. Esta tese propôs que a *disponibilização* de lazeres é um meio eficaz de intervenção sobre o tempo, o corpo e a cultura dos sujeitos. O desenvolvimento planejado de atividades de lazer fez parte das estratégias de organização e de controle social. De modo que, o lazer foi pensado como um instrumento de poder que corresponde às necessidades de governo das sociedades modernas. Foi nesse plano que se mostrou a conexão existente entre o lazer e as relações de poder.

Nós vimos que, do ponto de vista da sua genealogia, o lazer emergiu na modernidade, entre outras coisas, como uma resposta a graves problemas sociais e culturais. A preocupação com as condições de vida da população, bem como as iniciativas de educação popular, as quais estavam ligadas à transmissão de normas morais e ao controle sobre o espaço urbano, são elementos envolvidos na formação dos dispositivos de lazer. Sendo assim, este trabalho mostrou como o surgimento do lazer moderno esteve ligado a um plano mais geral de desenvolvimento social e urbano que aparece nos países industrializados por volta do século XIX. No século posterior, os dispositivos de lazer serão elaborados e implantados por instituições cada vez mais especializadas e diversificadas.

Esta tese analisou as experiências históricas de algumas instituições sociais que elaboraram dispositivos de lazer. No quinto capítulo, foi mostrado que o surgimento do lazer moderno esteve relacionado com aparecimento de uma série de instituições interessadas em realizar o controle do tempo de não trabalho dos sujeitos. O crescimento do controle institucional sobre o tempo livre das pessoas, sem dúvida, afetou a experiência moderna do lazer, no entanto, isso não significa que não haja margem para liberdade e voluntariedade nas práticas de lazer escolhidas pelos indivíduos, nem que tais sujeitos estejam inevitavelmente submeti-

dos (ou assujeitados) ora à condição de trabalhadores explorados, ora à de consumidores alienados. Os lazeres mobilizam processos de subjetivação desencadeados a partir de desejos e despesas pessoais essenciais. As experiências e as práticas de lazer envolvem gostos e gastos individuais indispensáveis para sua realização, porém, uma análise sociológica do lazer não deve desconsiderar os fatores sociais, culturais e institucionais que influenciam a forma como os sujeitos escolhem e experimentam o seu lazer.

A eterna renovação do lazer mostra que ele pode estar a serviço de diferentes interesses, tanto de governo, quanto de transgressão ou de resistência. Os programas de lazer implantados por certas instituições podem funcionar como dispositivos de poder, todavia os usos que os sujeitos fazem de tais dispositivos podem escapar aos fins pretendidos pelas ações de governo.

Mais do que pensar o lazer como sendo uma mercadoria e uma forma de alienação, ou como sendo um remédio cuja função é aliviar as tensões do trabalho e da luta de classes, a sociologia do lazer empregada nesta tese propõe que ele seja estudado como um elemento das relações de poder. Lazer e poder sempre andaram juntos, como vimos na análise institucional e histórica aqui realizada. Além disso, na contemporaneidade, o lazer assume novas funções estratégicas balizadas segundo estruturas sociais e sistemas de conhecimento específicos. No caso brasileiro, mais precisamente, no contexto da experiência institucional iniciada em Porto Alegre, a SOGIPA e a SME-POA construíram uma estreita relação com a educação física, o esporte e a cultura, além de estarem em consonância com políticas sociais e urbanas que visavam promover a sadia formação física, social e moral da população.

O saber sobre o lazer, em especial, o saber sociológico sobre este fenômeno social também foi analisado neste trabalho. No sexto capítulo, nós vimos que, em termos arqueológicos, a sociologia do lazer aparece na intersecção entre a sociologia do trabalho e a sociologia da cultura. Estudos sobre o consumo de bens simbólicos e sobre a democratização do acesso à educação e à cultura estão presentes em vários trabalhos da sociologia do lazer. Vale lembrar que, um dos principais papéis do lazer na perspectiva dos autores funcionalistas é a sua função pedagógica. Entretanto, ao adotarmos uma perspectiva mais abrangente em relação ao lazer - ou melhor, ao analisarmos este fenômeno considerando as relações de poder que o perpassam - notamos que sua função estratégica na modernidade é bem maior que a de um simples meio de democratização da cultura ou de esclarecimento das massas.

Do ponto de vista arqueológico, foi visto que, a relação da sociologia do lazer - principalmente a vertente marxista - com a sociologia do trabalho é reconhecida há muito tempo e serviu como um dos principais pontos de suporte e de legitimação para a sociologia do lazer em seu início. A tese sustentada por este trabalho, distintamente das duas linhas de reflexão sobre o lazer dominantes no Brasil que oscilam entre os funcionalistas e os marxistas, propõe uma terceira via de pensamento a respeito desse fenômeno. Ela defende que o lazer moderno faz parte do programa de *governamentalidade* que se estabeleceu nos últimos séculos. Além de servir como meio de promoção da “qualidade de vida” da população, o lazer se configura como “dispositivo” de controle social na medida em que ele pôde operar como um mecanismo de governo cuja função é modificar deliberadamente certas taxas e índices de desenvolvimento coletivo. Mais do que impedir a ociosidade e acabar com a vagabundagem, o planejamento do lazer na forma de uma biopolítica visa intervir sobre determinadas características da sociedade, resultando na alteração da incidência de certos fatores que compõem a saúde e a ordem públicas.

O lazer faz parte do conjunto de *dispositivos* de poder que exercem pressão sobre aspectos físicos e culturais generalizáveis de determinado grupo social⁴³. As políticas de lazer funcionam como dispositivos de governo na medida em que elas são capazes transformar alguns atributos da população, tais atributos, por sua vez, serão qualificados e quantificados por meio de técnicas científicas, de medidas estatísticas, de taxas e índices de desenvolvimento coletivo.

A *disponibilização* do lazer, ou seja, sua transformação em um dispositivo biopolítico, é simultânea ao desenvolvimento e à difusão de técnicas de disciplinamento dos indivíduos. Nós vimos que, Norbert Elias e Michel Foucault buscaram compreender como as regras e técnicas de disciplina implantadas pelas instituições modernas, tais como fábricas, escolas, hospitais, prisões e Estados se efetivam em ações individuais previsíveis e úteis. Ao se adotar

⁴³ Dois exemplos: 1) o Ministério da Cultura desenvolve vários projetos voltados para a ampliação do acesso à cultura através da articulação do lazer com o consumo de bens culturais, é o caso, por exemplo, do Projeto Férias com Arte, do Projeto Sábado da Mulher e do Programa Cidade de Leitores que consiste em implantar minibibliotecas e minicinememas itinerantes em fábricas para exibição gratuita de filmes e oficinas de capacitação; 2) o Ministério da Saúde, desde 2011, desenvolve o programa Academia da Saúde que, segundo o site do ministério, “estimula a criação de espaços adequados para a prática de atividade física, orientação nutricional, oficinas de artes, ciências, dança, palestras e demais atividades que promovam modos de vida saudáveis. O objetivo é estimular a promoção da saúde como também a prevenção e redução de mortes prematuras por Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), previstas no Plano de Ações Estratégicas para Enfrentamento das DCNTs, com metas até 2022, a partir da melhoria de indicadores relacionados ao tabagismo, álcool, alimentação inadequada, sedentarismo e obesidade” [Ver: <http://www.brasil.gov.br/saúde/2012/06/governo-disponibiliza-r-12-4-milhoes-para-mais-94-polos-do-programa-academia-da-saude>].

uma perspectiva semelhante à desses autores, percebe-se que o lazer pode funcionar como um dispositivo de disciplinamento dos sujeitos, porém ele também pode ser usado como forma de resistência à disciplina do trabalho. Se, por um lado, programas e políticas de lazer foram disponibilizados com a finalidade de normatizar o tempo livre dos trabalhadores, por outro, esses mesmos trabalhadores utilizaram o direito ao lazer como forma de resistência ou, pelo menos, de atenuação da exploração do seu trabalho. Os dispositivos de governo não são infalíveis. Pelo contrário, muitas vezes, são os próprios dispositivos que engendram as “linhas de fuga” ao controle que eles procuram exercer. Com o lazer não é diferente. Algumas atividades de lazer se configuram como formas de desvio (ou de resistência) em relação à lógica do trabalho e à ordem estabelecida.

Nós vimos com a teoria de Elias que o lazer e o esporte podem servir como fonte para grandes emoções, ainda que “controladas”. Os sujeitos modernos buscam excitações nos seus lazeres que não podem ser experimentadas na rotina de trabalho. A efusividade da confraternização entre colegas no bar ou mesmo a euforia de pais e filhos na hora de um gol na partida de futebol são boas imagens dessa “busca da excitação” descrita por Norbert Elias. Durante o lazer, nós fazemos aquilo que não podemos fazer durante o tempo ocupado e disciplinado. No entanto, isso não quer dizer que o lazer e o esporte estejam livres de restrições e de controles sociais.

Na primeira metade do século passado, o tempo livre passou a ser regulado por uma legislação cada vez mais sofisticada e precisa. A legislação trabalhista, além de determinar a duração da jornada de trabalho, determinou o direito às férias remuneradas anuais, ao sábado de meio expediente, à aposentadoria e ao próprio lazer. É nesse contexto que o lazer emerge como direito social e como política pública voltada para o melhoramento do estado de bem-estar e do capital humano através da associação desse fenômeno com investimentos educacionais, sanitários e urbanos.

As iniciativas no sentido de embelezar e sanear as cidades tendo em vista o progresso da civilização, a redução da violência e a melhoria da saúde coletiva são resultado do interesse em lapidar a qualidade de vida dos cidadãos. Tais iniciativas podem ser observadas na organização e na realização de alguns espetáculos esportivos e culturais que apareceram na contemporaneidade. A função social, política, econômica e cultural dos chamados “mega-eventos”, como a Copa do Mundo de Futebol ou as Olimpíadas, por exemplo, vai muito além da divul-

gação dos valores do esporte e da promoção do espírito de união entre os povos. Para a realização dessas competições é preciso haver um clima de paz, civilidade e cortesia entre as diferentes nações. Os impulsos violentos dos jogadores e dos torcedores devem estar sob controle permanente para que tais jogos ocorram da maneira esperada. Além disso, esses megaeventos estão ligados a investimentos de grande porte em infra-estrutura urbanística e de transportes, os quais provocam sérias mudanças na dinâmica das cidades que os recebem. Frequentemente tais eventos expõem os problemas político-econômicos e a injustiça social existentes no país-sede, como foi o caso das remoções de famílias pobres dos bairros localizados em zonas estratégicas para a realização desses jogos no Brasil, em 2014 e 2016 respectivamente.

Em 2020 e 2021, o mundo vivencia uma pandemia que levou dezenas de países a decretarem regras de isolamento social. A necessidade de distanciamento entre as pessoas motivou o aparecimento de formas de lazer restritas aos lares e sustentadas pelas conexões de internet. As *lives* musicais e as entrevistas em plataformas virtuais ganharam uma relevância e uma predominância sobre a vida cotidiana até então nunca vistas. Os lazeres digitais - como os vídeo-games, as redes sociais e as plataformas de *streaming* - são *dispositivos* de lazer recém-criados cujas implicações biopsicossociais precisarão ser investigadas pela sociologia do lazer de agora em diante. Além disso, no século XXI está se iniciando o lazer espacial. Ainda que as viagens espaciais pareçam uma coisa distante e desconfortável, é importante lembrar que, no século XVI, ninguém fazia navegação por lazer, hoje, no entanto, os grandes cruzeiros são uma alternativa de turismo internacional bastante apreciada. Talvez, daqui a alguns anos nós veremos excursões pela órbita terrestre nos pacotes das agências de turismo.

No século XXI, no Brasil - e em parte considerável do mundo ocidental sob a orientação de regimes políticos neoliberais e sob o efeito de sucessivas crises econômicas que se iniciaram em 2008 - ocorreu um processo de modificação das relações de trabalho no sentido de aumento da demanda por trabalhadores cada vez mais informais. O neoliberalismo - com sua reforma trabalhista destinada à flexibilização da jornada e das relações de trabalho - nos concedeu o desgostoso prazer de sermos livres para trabalhar aos domingos e feriados. De modo que, por um lado, o espaço doméstico e o tempo livre foram invadidos pelo trabalho, por outro, novos dispositivos de lazer foram introduzidos nos ambientes e na rotina de trabalho. Hoje, uma parte considerável dos trabalhadores encontra alguns minutos para se distrair com

seu *smartphone* durante o expediente laboral. Além de permitirem lapsos de lazer durante a jornada de trabalho, os nossos celulares nos deixam 24h disponíveis para nossos chefes. A atual confusão das fronteiras entre trabalho e lazer - agravada pela pandemia da COVID-19 - levou as pessoas a reorganizarem seus tempos (ocupados e livres) e seus espaços (de trabalho e de descanso). Definitivamente, a relação entre lazer e poder é influenciada pelos novos métodos de trabalho, bem como pelas vicissitudes do jogo político-econômico atual. A sociologia do lazer precisa estar atenta a essas contínuas alterações na dinâmica do seu objeto.

Uma sociologia do lazer alinhada com o referencial conceitual foucaultiano - além de possibilitar a construção de uma arqueologia das ciências do lazer e de uma genealogia do lazer enquanto um *dispositivo* de poder - é capaz de abordar novas manifestações desse fenômeno na contemporaneidade e analisar seu impacto sobre a subjetividade dos indivíduos. O desenvolvimento acelerado das indústrias dos vídeo-games nas últimas décadas, por exemplo, parece confirmar a tendência de proliferação de *dispositivos* eletrônicos de lazer subjetivamente mais interativos. O fato de os vídeo-games se constituírem como dispositivos de lazer cada vez mais populares e capazes de suscitar processos de subjetivação cada vez mais profundos é notável. No entanto, a relação dos *dispositivos* digitais de lazer com a estruturação da subjetividade contemporânea é algo que ainda precisa ser estudado com cuidado. Os novos *dispositivos* de lazer que são criados a cada dia nas sociedades industriais e pós-industriais conduzem os indivíduos à excitações distintas das sensações produzidas pelas práticas de lazer mais antigas. Os impactos biopsicossociais causados pelo surgimento de novos lazeres virtuais é um grande desafio analítico para a futura sociologia do lazer.

O lazer é um fenômeno social, porém ele é indissociável da escolha pessoal. Um lazer imposto nunca pode ser plenamente um lazer. Para que haja lazer é preciso algum grau de liberdade individual, tanto em relação a obrigações sociais de várias ordens, quanto naquilo que diz respeito à possibilidade de escolha de uma atividade de lazer especial dentre tantas que são ofertadas nas sociedades modernas industrializadas. A escolha de determinado lazer é afetada pelos gostos e aptidões pessoais, porém, ao mesmo tempo, todos sabem que os diferentes lazeres existentes nas sociedades modernas requerem diferentes recursos para sua realização. O lazer, portanto, é determinado por questões econômicas e sociais, mas isto não exclui o fato dele envolver interesses e desejos pessoais.

As experiências de lazer, além de serem moldadas por estruturas políticas, sociais e econômicas mutáveis ao longo do tempo, envolvem processos de subjetivação singulares, por vezes, desviantes e contrários às normas estabelecidas. Por um lado, o lazer se inscreve no quadro da governamentalidade ocidental realizando o domínio do tempo livre do trabalho, por outro, ele comporta linhas de fuga e de resistência em relação ao esquema de dominação atual e às imposições do trabalho e da sociedade. Em suma, aplicando os conceitos mobilizados por esta tese, o lazer pode funcionar como um *dispositivo* e como um *contra-dispositivo* de poder, ao mesmo tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T; Horkheimer, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antonio de Almeida - Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDRADE, M. *Me Esqueci Completamente de Mim, Sou Um Departamento de Cultura [textos e entrevistas de Mário de Andrade, Fábio Prado, Oneyda Alvarenga et alii]*. Organizadores: Carlos Augusto Calil e Flávio Rodrigues Penteado. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: 2015.

ANDRADE, O. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias - manifestos, teses de concurso e ensaios*. 2a. Edição. Ed. Civilização Brasileira - Rio de Janeiro, RJ : 1978.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. Ed. Nova Cultural : São Paulo - SP, 1991.

BENCHIMOL, J. “Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro” In. *O Brasil Republicano - o tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930* - organização Jorge Ferreira, Lucilia de Almeida Neves delgado. - 10 ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. Ed - São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOURBON, F.; LIBERATI, A. *Grandes Civilizações do Passado - a Roma Antiga*. Trad. Alexandre Martins. Ediciones Folio S.A. Barcelona, 2005.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Trad. Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira - São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008.

CAMARGO, L. *O que é o Lazer*. Editora Brasiliense. São Paulo : 1986.

CAMARGO, L. “O lazer na sociedade brasileira” In. PRONOVOST, G. *Introdução à Sociologia do Lazer*. Trad. Marcelo Gomes. Editora SENAC, São Paulo : 2011.

CAMPBELL, C. *A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno*. Trad. Mauro Gama - Rio de Janeiro : Rocco, 2001.

CASTEL, R. *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti - Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu - Rio de Janeiro : Contraponto, 1997.

DESCOLA, P. *Genealogia de Objetos e Antropologia da Objetivação*. Horizontes Antropológico Vol. 8, Nº 18. Porto Alegre, 2002. (publicação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social - IFCH - UFRGS).

DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. Trad. Silvia Mazza e J. Guinsburg - São Paulo: Perspectiva: SESC, 2008.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. Trad. Maria de Lourdes Santos Machado - São Paulo : Ed. Perspectiva, 1973.

DURKHEIM, E. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. In “os Pensadores”. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura - São Paulo : Abril Cultural, 1983.

DURKHEIM, E. *Da Divisão do Trabalho Social*. Trad. Eduardo Brandão - 4ª. ed. - São Paulo : Martins Fontes , 2010.

ELIAS, N; DUNNING E. *A Busca da Excitação*. Trad. Maria Manuela Almeida e Silva. Ed. DIFEL - Lisboa, 1992.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador, volume 2*. Trad. Ruy Jungmann - Rio de Janeiro : Zahar, 1993.

ELIAS, N. *O Processo Civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. Trad. Ruy Jungmann - Rio de Janeiro : Zahar, 2011.

FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax - São Paulo : Elefante, 2017.

FERREIRA, A. *Lazer Operário - um estudo de organização social das cidades*. Livraria Progresso Editora. Salvador, 1959.

FERREIRA, J; Delgado, L. *O Tempo do liberalismo oligárquico: da Proclamação da República à Revolução de 1930 - Primeira República (1889 - 1930)* - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado - Rio de Janeiro : Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais - Rio de Janeiro : NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, M. *Sécurité, Territoire, Population - cours au Collège de France (1977-1978)*. Ed. Seuil/Gallimard : Paris, 2004.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas : uma arqueologia das ciências humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. — São Paulo : Martins Fontes, 2007.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica - curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão - São Paulo : Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território e População - curso no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. Ed. Martins Fontes, São Paulo - 2008b.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FOUCAULT, M. *Do Governo dos Vivos: curso no Collège de France (1979 - 1980)*. Trad. Eduardo Brandão - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2014a.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. - 1ª ed - São Paulo, Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. - 1ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FOUCAULT, M. *Dit et Écrits II (1976-1988)*. Ed. Seuil/Gallimard: Paris, 2017.

FOUCAULT, M. *Ditos e Escritos: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade 4: as confissões da carne*. Trad. Heliana de Barros Conde Rodrigues, Vera Portocarreno - 1ª ed. - São Paulo: Paz e Terra 2020.

FREYRE, G. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal* - São Paulo : Global, 2006.

FREYRE, G. *China Tropical: e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura lusobrasileira* - São Paulo : Global, 2011.

GAELZER, L. *Lazer: Benção ou maldição?* Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS - 1979.

GIDDENS, A. & PIERSON, C. *Conversations with Anthony Giddens: making sense of Modernity*. Polity Press in association with Blackwell Publishers Ltd. 1998.

GOMES, C. *Significados de Recreação e Lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926 - 1964)* - Belo Horizonte : UFMG/FAE, 2003.

GRAMSCI, A. *Americanismo e Fordismo*. Trad. Gabriel Bogossian - São Paulo : Hedra : 2008.

HARVEY, D. *A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. Edições Loyola : São Paulo, 1992.

HOFMEISTER, C. *Doze Décadas de História* - Porto Alegre, RS : SOGIPA, 1987.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura*. Trad. João Paulo Monteiro - São Paulo : Perspectiva, 2014.

LAFARGUE, P. *O Direito à Preguiça*. Trad. Otto Lamy de Correa - Editora Claridade, São Paulo, 2003.

LE BON, G. *Psicologia das Multidões*. Trad. Mariana Sérvulo da Cunha - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2018.

MACIEL, M. *Lazer Corporativo: estratégia para o desenvolvimento dos recursos humanos* - São Paulo : Phorte, 2009.

MAGNANI, J. (org.) *Lazer de perto e de dentro: uma abordagem antropológica*. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018.

MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad. Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 2018

MARCELLINO, N. *Lazer e Cultura* - Campinas, SP : Editora Alínea, 2007.

MARX, K; ENGELS, E. *A Ideologia Alemã - crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano - São Paulo : Boitempo, 2007.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política: livro I*. Trad. Reginaldo Sant'Anna - Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.

MAUSS, M. *Sociologia e Antropologia*. Trad. Paulo Neves. São Paulo : Cosac Naify, 2003.

MEDEIROS, E. *O Lazer no Planejamento Urbano* - Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio.

NIETZSCHE, F. *Humano Demasiado Humano: um livro para espíritos livres*. Trad. Paulo César de Souza - São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, F. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza - São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. Trad. Paulo César de Souza - São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

PADILHA, V. “Se o trabalho é doença, o lazer é remédio?” In. MÜLLER, Ademir e DACOSTA, Lamartine Pereira (org.) *Lazer e Trabalho: um único ou múltiplos olhares?* Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2003.

PADILHA, V. (org.) *A Dialética do Lazer*. São Paulo : Cortez, 2006.

PERROT, M. *Os Excluídos da História: operários marcelins, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann - Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

PRONOVOST, G. *Temps, Culture et Société - essai sur les processus de formation du loisir dans les sociétés occidentales*. Une collection développée en collaboration avec la Bibliothèque Paul-Émile-Boulet de l'Université du Québec à Chicoutimi - Site web: <http://bibliotheque.uqac.ca/> - 1983.

REQUIXA, R. *O Lazer no Brasil*. Editora Brasiliense. São Paulo, SP:1977.

REZZUTTI, P. D. *Leopoldina: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil* - Rio de Janeiro : LeYa, 2017.

REZZUTTI, P. *Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo : LeYa, 2019.

RIBEIRO, L.; Nahas, M.; Amaral, P.; Simões, R. “A Indústria do Lazer no Brasil e Sua Relação Com o Desenvolvimento Municipal” In. *Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos* (RBERU) Vol. 08, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.revistaaber.org.br>

ROSA, H. *Aceleração: a transformação das estruturas temporais da modernidade*. Trad. Rafael H. Silveira - São Paulo : Editora Unesp, 2019.

SMILES, F. *Self-Help; with illustrations of character and Conduct*. Ticknor and Fields : Boston, 1859.

SÊNECA, L. *Sobre a Brevidade da Vida*. Trad. Lúcia Sá Rebello, Ellen Itanajara Neves Vranas, Gabriel Nocchi Macedo - Porto Alegre: L&PM, 2013.

SILVA, H. *SOGIPA: uma trajetória de 130 anos* - Porto Alegre : Editores Associados, 1997.

SIMMEL, G. *Simmel e a Modernidade*. Trad. Jessé Souza, Berthold Öelze, Sebastião Rios, Clarissa Schmidt - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2014.

SMITH, A. *Riqueza das Nações*. Trad. Norberto de Paula Lima - São Paulo : Folha de São Paulo, 2010.

THOMPSON, E. P. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichemberg - São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURCOT, L. *Sport et Loisirs - une histoire des origines à nos jours*. Éditions Gallimard - Paris, 2016.

VEBLEN, T. *A Teoria da Classe Ociosa: um estudo econômico das instituições*. Trad. Olívia Krähenbühl. Ed. Nova Cultural: São Paulo - SP, 1988.

VEYNE, P. *Pão e Circo: sociologia histórica de um pluralismo político*. Trad. Lineimar Pereira Martins - São Paulo : Editora Unesp, 2015.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o "Espírito" do Capitalismo*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo - São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. Trad. Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. - São Paulo : Cultrix, 2011.

WILKOSZYNSKI, A; SOUZA, C. *Imagens Urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

WISNIK, J. *Veneno Remédio : o futebol e o Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 2008.

ANEXO - Entrevista concedida pelo professor Gilmar Tondin, no Parque Ararigboia, em Porto Alegre, no dia 29 de janeiro de 2019.

Júlio: Bom... nas primeiras pesquisas que eu fiz sobre a Secretaria eu descobri que ela é muito antiga, inclusive você falou sobre isso em uma conferência que você deu na Escola de Educação física há muito tempo atrás com alguns dados sobre a Secretaria. Eu queria que você me contasse... a primeira pergunta que eu vou te fazer é: o que você poderia me dizer sobre como a Secretaria foi criada? O que você lembra - assim de cabeça - desse processo de estruturação da Secretaria?

Gilmar Tondin: *Tá. Talvez eu não vá lembrar com exatidão a data. Fazem vinte e poucos anos que existia a Secretaria porque ano retrasado ela foi extinta com o atual governo né. Hoje existe o serviço mas ele está muito aquém do ele já foi. O serviço - a política pública de esporte e lazer - no município existe desde 1926 né, mas esse serviço enquanto instituição 'Secretaria' existe há vinte e poucos anos. Vinte e... eu não tô lembrando... deixa eu ver... eu não lembro exatamente o ano, noventa e... No início da década de 1990. Mas lembro muito bem o processo como foi criado. Porque eu participei ativamente desse processo. Quando o prefeito de Porto Alegre era Olívio Dutra, o serviço - a política pública - era orientada por uma supervisão vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Quando o candidato a prefeito pós Olívio Dutra foi o Tarso Genro, eu e mais um grupo de seis pessoas elaboramos um documento e encaminhamos ao então candidato a prefeito a proposta de criação de uma secretaria. Ele acolheu essa proposta. Então uma das suas primeiras ações, quando ele se elegeu, no início do governo, foi encaminhar para a prefeitura de Porto Alegre - para a câmara municipal, melhor dizendo - um projeto de criação da Secretaria. E ele demandou para nós - porque eu era e ainda sou funcionário do atual órgão - solicitou que nós fizéssemos um grande debate público para saber se a comunidade ou a população, enfim, teria interesse em criar ou não a Secretaria. E assim foi feito. Então nós criamos um fórum, debatemos, chamamos universidades, todas as instituições, as pessoas... fizemos um amplo debate, dentro do que era possível, para criarmos a secretaria. E fizemos uma articulação política muito forte junto aos vereadores, tanto que ela foi aprovada a criação por unanimidade... só teve um voto... só teve uma abstenção na criação da Secretaria. E assim foi criada a secretaria.*

Júlio: E ela [a secretaria] era proveniente de uma outra instituição, de um outro órgão, que já existia desde 1926?

Gilmar Tondin: *Sim, sim, é, é. Aí tem um processo todo de departamento, de divisão e tal... Quando nós assumimos, porque eu já fazia parte desse setor, digamos, desse órgão público municipal em 1989, eu entrei em 87. Quando eu ingressei na prefeitura, eu ingressei na Supervisão de Esportes e Recreação Pública, chamava-se SERP. A Secretaria Municipal de Educação tinha duas supervisões: uma supervisão de escolas e outra de esporte e lazer. Por óbvio, a de escolas administrava e gerenciava as escolas e a de esporte e lazer gerenciava as praças e parques, que à ocasião não tinha praça e parque, esse ginásio aqui não existia naquela ocasião. Então, ele tem a origem em uma supervisão.*

Júlio: E qual você poderia dizer que é o papel, ou a função social, que a Secretaria possui?

Gilmar Tondin: *Ela sozinha tem a função de democratizar o acesso ao esporte e ao lazer à população de uma maneira geral. Então, ela tem esse papel de poder oportunizar momentos de aprendizagem para as crianças, jovens e adultos; e momentos de lazer por intermédio do esporte, nossa secretaria basicamente trabalha com isso que são as manifestações corporais. E tem uma outra função social: ela articulada com outras secretarias, as de saúde, educação, assistência social, cultura, habitação... teria um papel de agregar outras políticas e ela também ser parte de um grande conjunto de políticas sociais para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Vou dar um exemplo: lembro que há um tempo, quando existia era bem vivo o orçamento participativo, foi feita uma transferência de um público que morava próximo do bairro Cristal, ali onde existe o Shopping Cristal, ali eram vilas populares, vilas, ocupações populares. Essa vila foi transferida para o Campo Novo se não me engano, enfim, para uma outra região da cidade e nessa ocasião quem projetou a ocupação do espaço pensou em ocupar todo o espaço apenas com moradias e a comunidade disse assim: “não, espera aí, nós também temos que ter espaço para a prática de esporte e lazer”. Então eu vejo que o esporte e o lazer têm um papel integrado com outras políticas e com outras ações para melhorar o conjunta da qualidade de vida dos cidadãos e dos sujeitos.*

Júlio: Qual seria o público-alvo das políticas que a secretaria implanta?

Gilmar Tondin: *O público-alvo... Ela tem um caráter de atendimento universal, diferente da assistência social né. A assistência social é focalizada. Tá me faltando o termo agora, mas as políticas da assistência social são focalizadas para públicos em vulnerabilidade social. O esporte e o lazer não, eles têm um caráter universal - com prioridade para camadas periféricas ou menos favorecidas do ponto de vista de acesso ao esporte, ao lazer; à orientação por intermédio de um educador; à ocupação dos espaços. Por exemplo, uma população que tem um melhor poder aquisitivo durante o ano pode pagar uma academia, pode se associar a um clube. Ao passo que o público de periferia, ou tem um espaço público que é a praça ou o parque, que é o que ele tem, que ele dispõe, ou ele pode fazer um trabalho de orientação com políticas públicas. Aí no caso, oferecidas pelo município né, como no caso de Porto Alegre. Então, vejo essa distinção. Ao mesmo tempo, se tu tens essa prioridade, não significa necessariamente focar todas as suas ações para esse público. Tu podes fazer ações, como em outras épocas foram feitas, por exemplo, fazer um grande evento esportivo, uma “rústica”, “semana de Porto Alegre”, em que as crianças não pagam para participar, os adultos pagam e todos têm direitos iguais, têm atendimento igualitário dentro da prova. Então o fato de priorizar um público ou outro não significa esquecer ou ignorar que existe uma outra população.*

Júlio: Quais são os programas principais promovidos pela Secretaria? Eu digo, os programas de lazer e de esporte, quais os programas que você diria que são os “carros-chefes” da secretaria? E, uma pergunta dentro dessa, como esses programas são elaborados, quem está pensando esses programas?

Gilmar Tondin: *Olha... Hoje o governo atual... vou falar de hoje e depois vou retroagir um pouco no tempo. Hoje não existe uma política clara do atual governo. Hoje não tem nenhum um programa, nenhuma ação nova, do atual governo municipal. Ao contrário, hoje o atual governo está inclusive diminuindo ações que já existiam em outros momentos. Por exemplo,*

no tempo da administração popular. Posso te falar com muita propriedade desse período, porque esse período foi o período que eu trabalhei na gestão. As políticas, na maior parte delas, viam a partir de uma demanda - a partir de uma necessidade - ou a partir também de uma análise, de uma percepção, dos professores e educadores da secretaria que percebiam que existia uma, digamos, existia um público carente de determinada ação. Vou dar um exemplo: futebol para criança, futebol na periferia, futebol. Num determinado período, e hoje também, se tu não és vinculado a um clube, tu não tens possibilidade de acesso, só vai fazer aquele joguinho espontaneamente sem orientação, aquela brincadeira de lazer propriamente - não estou minimizando isso, mas estou fazendo uma distinção de uma coisa... de um projeto organizado e de um projeto mais espontâneo né. Então, espontaneamente sempre existiu. O que a gente percebeu no caso: eram dois professores da nossa Secretaria que perceberam que existia essa demanda, propuseram às comunidades a criação e organização do que a gente chamou de “escolinhas esportivas” ou “grupo de aprendizado de futebol” e mobilizou as comunidades, as lideranças comunitárias, para trabalharem esse conteúdo, futebol, de uma forma organizada, com encontros semanais, mediante um certo regramento básico. Deu tão certo que chegou um determinado período que tinham mais de setenta grupos, que a gente chamava de escolinhas, distribuídos em todas as regiões da cidade... crianças, meninos e meninas. E assim por diante. Foi criado os Jogos Abertos inicialmente a partir de uma demanda de pessoas que gostariam de jogar vôlei. Não havia um espaço e uma organização, então foi criado um evento que eram os Jogos Abertos... Era Viva! O Basquete, Viva! O Vôlei. Onde as equipes jogavam, faziam processo de auto e co-gestão. As equipes colaboravam na arbitragem, ou seja, era um trabalho, um projeto, bem participativo. Ou seja, pra quê eu estou dando esses exemplos? Hoje eu percebo que é muito difícil as comunidades espontaneamente baterem na porta do governo para dizerem: “olha, nós queremos que o governo crie uma política que incentive a prática de determinada atividade corporal”. É muito difícil isso. Se não houver por parte do governo uma percepção, uma compreensão, um feeling, de que existe uma demanda, existe um público e que esse público pode ser organizado e pode dar conta disso, não acontece. Diferente da saúde, por exemplo. Diferente da educação. A família vai lá e briga porque quer colocar os seus filhos na escola, né? As famílias não vão brigar para ter uma escolinha de futebol para os seus filhos. Então, o governo tem que entender que essa política de esporte é uma política importante e necessária do ponto de vista social e oferecer os meios e possibilidades de acesso. Quando eu falo “acesso” é orientação de profissionais e também de estrutura, de ter praça, de ter parque, de ter equipamentos qualificados para eles poderem utilizar.

Júlio: Então se poderia dizer que a razão principal da elaboração desses programas que a secretaria oferece vem de uma demanda da população mas também existiria uma razão que o governo... uma razão governamental para a implantação desses programas? Eu quero dizer o seguinte: mais do que uma reivindicação, um demanda da sociedade, o próprio poder público pensa em algum motivo, alguma razão para implantar esses programas de lazer?

Gilmar Tondin: *Sim. Exatamente. Concordo contigo. É isso mesmo. Entendeste bem como o processo foi construído. E aí eu vou trazer um autor que eu acho que tu deves ter estudado. O Marcellino, Nelson Carvalho Marcellino, que trata da educação para e pelo lazer. A nossa sociedade historicamente não é educada para o lazer. Ela não é educada para o lazer. Ela é educada para o trabalho. Então, eu sempre digo e comento assim: quando... Tu tem filhos?*

[[Não, ainda não.]] *Quando a gente tem filhos, a gente tem que educar nosso filho para uma série de coisas, inclusive para a alimentação, né. Porque tem todo um processo. Como é que eles vão aprender a comer determinados alimentos se tu não oferecer? Como é que ele vai saber que determinado alimento é bom, é prazeroso e é gostoso? A gente sabe adulto porque é sadio, mas como é que ele vai saber que é bom se a gente não oferecer? Então nós trabalhamos dentro desse princípio de educação para o lazer. Ou seja, nós ofertamos várias possibilidades - e algumas obviamente não deram certo, então a gente passou pra outra - e a partir do momento que a população se apropria ou compreende a importância disso, ela sim, e aí existir os mecanismos para isso, pode reivindicar. Na ocasião tinham os canais administrativos e sociais que permitiam isso, que era o Orçamento Participativo e as Plenária Temáticas. A prefeitura adquiriu e implantou um “ônibus brincalhão”, por exemplo. O Orçamento Participativo a partir da experiência, da percepção e do entendimento que aquele ônibus trazia benefício para a comunidade, eles reivindicaram através do Orçamento Participativo a compra do segundo ônibus. Vou voltar àquele exemplo que nós tivemos, aquele exemplo do “em cada campo uma escolinha” - dos programas de esportes - nós começamos o primeiro ano com seis, no quarto ano estava em quase noventa, mais de setenta. Ou seja, a gente percebe que tem uma demanda, a gente implanta... Funcionamos assim, estou te dizendo como as coisas funcionavam. Apresentávamos o projeto e tentava viabilizar. Aquilo que a população entendia e acolhia a tendência era seguir em frente.*

Júlio: A prefeitura, a Secretaria, ao disponibilizar esses programas, tem alguns resultados que ela espera? Ela tem alguns objetivos que ela visa alcançar? Por exemplo, essa questão da educação que você falou ou a questão da saúde pública. Ao implantar um programa, a Prefeitura, o poder público, tem em mente um objetivo no qual ele quer chegar?

Gilmar Tondin: *Sim. Normalmente tem nos programas, nos macro-programas. Os macro-objetivos estabelecem metas. É muito difícil, na... em qualquer local né, mas especialmente nas políticas sociais, tu identificar e fazer uma avaliação qualitativa do programa. Fica a coisa às vezes meio subjetiva. Então se estabelecia metas e objetivos quantitativos. Por exemplo, olha o programa tem que atingir tantas metas e ao fim e ao cabo acontecia isso: ao fim de... normalmente se faz esses planejamentos quadrienais, os planos plurianuais, que estão vinculados a vários... não existe, por exemplo, um plano só da educação ou só do esporte... tem um vinculado geral do macro-governo e cada secretaria tem as suas metas. Mas existe esse macro-programa, esse macro-objetivo, e depois os objetivos e metas específicas.*

Júlio: Em geral, você acha que os programas alcançam esses resultados, esses objetivos, pela experiência que você teve ao longo do tempo?

Gilmar Tondin: *Algumas sim. Depende muito de qual é... (risos) de por que tu está implantando o programa, entendeu? Se tu está implantando o programa para atingir uma população que tu percebe, pela experiência, pela convivência, que há uma demanda, a gente consegue atingir a meta. Se tu faz o programa apenas para atender uma expectativa de uma comunidade A ou B, ou para algum compromisso político-partidário, aí fica difícil, fica mascarado e muitas vezes fica maquiado e, efetivamente, não acontece. Mas do ponto de vista primeiro que é atender à demanda da população normalmente é atingido.*

Júlio: Na sua percepção, existe uma continuidade dessas políticas que são implantadas ou não?

Gilmar Tondin: *Não. Não, Muito difícil. É muito difícil que haja. Eu diria assim que, às vezes é mais fácil destruir do que construir. É muito difícil. Eu sempre digo, a política pública de esporte e lazer, não só em Porto Alegre, mas no estado e no Brasil, é uma política de um castelinho de areia, que é difícil de construir, agora para desmontar é só vir uma onda e acabou o castelinho de areia. São políticas muito frágeis. Não são políticas de Estado. Elas ficam muito em cima de quem tá no governo e de quem está administrando a pasta. Agora eu vou abrir um parêntese porque eu acho que é importante que fique bem registrado. Quando é mais fácil e quando é mais difícil que essas coisas tenham continuidade? Fica mais fácil dar continuidade quando tu tens um quadro de profissionais e funcionários estáveis, estatutários. Vou dar dois exemplos claros, o de Porto Alegre e o do governo do estado porque eu participei da gestão durante dois anos no governo do estado. No governo do estado, eu trabalhei na Fundação de Esporte e Lazer em que oitenta por cento dos cargos eram... eram alguns "CCs" - um percentual mínimo - e a maioria eram contratados, não eram concursados. O que aconteceu quando o governo Sartori assumiu? Extinguiu tudo e demitiu todo mundo. Acabou. Acabou. Não existe. Agora o atual governo está implantando... recriou a secretaria de esportes do estado, porque ele extinguiu a secretaria de esporte e a fundação. Extinguiu. No governo municipal as coisas acontecem minimamente - porque também houve um decréscimo bastante significativo - elas só acontecem porque tem um quadro de funcionários. E eles sustentam hoje minimamente uma política que não foi criação desse governo. Já tem uma história construída, então as pessoas sustentam isso.*

[Interrupção - o celular do entrevistado chamou]

Júlio: Então, pensando essa história da secretaria e da continuidade dos programas, você acha que o papel, ou a função social, da Secretaria sempre foi o mesmo desde a sua criação, ou você acha que ela vem mudando um pouco ao longo do tempo?

Gilmar: *Eu acho que, no caso aqui de Porto Alegre, ela se manteve. Avançou alguns pontos num governo, voltou um pouquinho no outro, entendeu? Mas ela conseguiu se manter. Acho que ela teve um salto de qualidade bem importante durante a gestão da administração popular. Por que? Não só porque eu fazia parte. Mas é porque ali a gente implantou, o que não havia, que era um projeto... um processo de formação de professores, de qualificação. Então, hoje ainda existe, as duras penas, reuniões pedagógicas, reuniões de estudo, reuniões de trabalho... Então, houve um processo de formação dessas pessoas. Isso eu acho que qualificou e deu sustentação às políticas. Ela sempre se manteve assim... pelo menos a resposta ao atendimento, com pequenas variações obviamente, à população.*

Júlio: Na sua opinião, atualmente quais são as principais dificuldades da Secretaria?

Gilmar: *Hoje... bah, são muitas. Há dificuldades hoje de pessoal, de recursos humanos né. Nós já fomos uma secretaria que, há oito anos, nós tínhamos em torno de 120 professores, dependendo da atual política desse governo até o final do ano, desse ano de 2019, nós devemos chegar em torno de 60-70, ou seja, 60 ou 70 no máximo, aliás não vai chegar a 70 não. Então, pessoal, estrutural. Estão fechando unidades de atendimento que já tinham um trabal-*

ho consolidado na comunidade, estão sendo extintas. E a dificuldade financeira né. Hoje não tem recurso pra nada. Hoje algumas unidade e aqui mesmo onde nós estamos, nesse parque, todo o material de limpeza hoje é comprado pela própria comunidade. Muita manutenção é feita com recurso da comunidade. O poder público está cada vez mais se eximindo dessa responsabilidade.

Júlio: Então nessa linha, a pergunta que eu gostaria de fazer é: na sua opinião, qual a importância do planejamento e da oferta de lazer por parte do poder público municipal? Por que você acha que é importante o poder público oferecer isso?

Gilmar Tondin: *Na minha opinião é imprescindível. Há alguns governos que não entendem assim, entendeu? Eu dou minha opinião de quem já foi gestor também. É imprescindível. Dá muito mais trabalho isso, mas é imprescindível que tu tenha um planejamento, que tu tenha uma organização, onde todo o conjunto do órgão - qualquer órgão que seja, se for departamento, supervisão ou secretaria - participe da elaboração desse planejamento, é fundamental. O que hoje não tem. Hoje o que funciona aqui é em cima do que já se construiu em outros anos, independente dessa gestão. Como nós falávamos na questão anterior, né. A política se mantém com variações, mas ela se mantém. Não é pelo governo atual.*

Júlio: Você acha que esse planejamento do lazer pode servir ao desenvolvimento cultural da população? Ou desenvolvimento educacional?

Gilmar Tondin: *Claro, óbvio. É quase redundante isso. Volto àquilo: “educação para e pelo lazer”. Eu sempre digo assim que, às vezes... às vezes não, é muito melhor trabalhar um processo de comunidade com uma proposta de lazer, trabalhar uma associação, um envolvimento, pelo lazer do que outras políticas que são mais duras. Por exemplo, a política da assistência social é uma política dura, é uma política complicada. As pessoas vão por necessidade. E se envolver com uma política de esporte e lazer, as pessoas vão por interesse, por adesão.*

Júlio: E além desse desenvolvimento cultural, você acredita que o planejamento do lazer pode funcionar com uma forma de combate à violência e à delinquência?

Gilmar Tondin: *Pode, pode. Mas eu faço uma ressalva a isso. Eu não sou do time que acha que o esporte é o... a turma salvacionista do esporte. E nem sou do time que acha que a educação seja a solução para todos os problemas. Não. Eu acredito, e eu acho que isso é possível, tenho uma longa experiência na atuação em que a gente vê algumas coisas - não cientificamente comprovadas, mas a gente percebe pelo que a gente vive e convive, e estabelece contato com outros setores. Mas não como uma política isolada né. Não tem como trabalhar hoje isoladamente uma política. Ela tem que ser conjunto de outras. É muito melhor conviver e dialogar com jovens que estão praticando uma atividade esportiva, uma atividade lúdica, esportiva ou não, do que apenas com um diálogo, uma conversa, numa esquina, por exemplo. É muito melhor tá aqui. Eu sempre digo, prefiro que meus adolescentes, meus jovens, estejam aqui dentro, conversando, dialogando, com a convivência a gente passa a estabelecer um diálogo, passa a descobrir outras coisas, passa a estabelecer um grau de confiança que a gente pode teoricamente resolver um problema individual, particular. Agora, uma ação cole-*

tiva não. Aí eu acho que é uma coisa, um processo, mais institucional. Mas eu acredito que é possível, sim.

Júlio: E uma última pergunta: Na sua percepção, quais são as perspectivas para o futuro da Secretaria e dos programas desenvolvidos por ela?

Gilmar Tondin: *Eu sou por excelência uma pessoa otimista. Nesta questão que tu está me falando agora eu sou altamente pessimista. As coisas estão muito ruins, não estão boas. Primeiro, nós já não somos mais secretaria, né. Então, eu não vejo mais possibilidade de retroagir isso nesse governo. Há uma forte, uma clara, intenção desse governo de privatizar os espaços públicos. Já há um diálogo com uma outra instituição para assumir, por exemplo, este espaço em que estamos conversando aqui, o Ararigbóia e o Tesourinha; pra repassar para uma outra instituição o espaço e o equipamento para ser explorado. Então... no ano passado foram retirados doze professores da Secretaria de Esportes e transferidos para a Secretaria de Educação. Foram retirados daqui na metade do ano... metade não, mais, acho que era setembro ou outubro. Por conta de um argumento de que precisava, precisaria, de professores nas escolas. Só que esses professores que saíram daqui foram pra lá pra atender... para serem fiscais de pátio, para cuidar de biblioteca, para fazer outras atividades que não eram as atividades educacionais. O orçamento pequeno, a infraestrutura precária e decadente, funcionários se aposentando e não sendo repostos... Então, se não houver uma mudança de rumo do atual quadro, a tendência é a extinção desse serviço. Ruim, né?*

Júlio: É... desanimador. Obrigado pela sua contribuição. Seu depoimento terá grande importância para a pesquisa.